

# CIÊNCIA NA AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E DIVERSIDADE EM TEMPOS DE COVID-19

Ligia Terezinha Lopes Simonian  
Armin Mathis  
Fábio Fonseca de Castro  
Organizadores





Ciência na Amazônia:  
Desenvolvimento, Sustentabilidade e Diversidade  
em Tempos de Covid-19



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

EDITORA NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins

Albano Rita Gomes

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

Armin Mathis



**Ciência na Amazônia:  
Desenvolvimento, Sustentabilidade e Diversidade  
em Tempos de Covid-19**

**Ligia Terezinha Lopes Simonian  
Armin Mathis  
Fábio Fonseca de Castro**

**Organizadores**

**BELÉM/NAEA  
2023**

Texto revisado conforme as regras do novo  
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Diagramação  
Ester Roseli Baptista

Criação da Capa  
Ligia Terezinha Lopes Simonian/Ester Roseli Baptista

Créditos  
Fotografias 1 e 2, capturadas na Internet: estrutura imagética do vírus da Covid 19  
e vista da Zona Franca de Manaus  
Fotografia 3 produzida em Belém por Ligia Simonian, 2023

Revisão  
Ligia Terezinha Lopes Simonian  
Ester Roseli Baptista  
Armin Mathis  
Fábio Fonseca de Castro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

C569c Ciência na Amazônia [recurso eletrônico] : desenvolvimento,  
sustentabilidade e diversidade em tempos de Covid-19 / Ligia Terezinha  
Lopes Simonian, Armin Mathis, Fábio Fonseca de Castro, organizadores. —  
Belém: NAEA, 2023.  
1 recurso online (448 p.)

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>  
Inclui bibliografias  
ISBN: 978-85-7143-222-2

1. COVID-19 (Doença) – Aspectos sociais – Amazônia. 2. Pandemia de COVID-  
19, 2020 – Amazônia. 3. Sustentabilidade – Amazônia. I. Simonian, Ligia  
Terezinha Lopes, org. II. Mathis, Armin, org. III. Castro, Fábio Fonseca de Castro,  
org.

CDD 22. ed. – 303.48509811

---

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

## COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

*Ana Cristina Rocha Silva*

Professora e pesquisadora do PROFHISTORIA-UNIFAP

*Armin Mathis*

Professor e pesquisador do NAEA-UFPA

*Célia Regina Trindade Chagas Amorim*

Professora e pesquisadora do PPGCOM-UFPA

*Denise Machado Cardoso*

Professora e pesquisadora do PPGSA-UFPA

*Edna Maria Ramos de Castro*

Professora e pesquisadora do NAEA-UFPA

*Ednaldo Nunes Filho*

Professor e pesquisador da UNIFAP

*Fábio Fonseca de Castro*

Professor e pesquisador do NAEA-UFPA

*Fredy Alexis Rivera Angel*

Agencia Nacional de Infraestructura/ANI – Colômbia

*Galdino Xavier de Paulo Filho*

Professor e pesquisador da UNIFAP Mazagão

*Hisakhana Pahoona Corbin*

Professor e pesquisador do NAEA-UFPA

*Janivan Suassuna*

Professor e pesquisador da UNIFAP

*Joberto Veloso de Freitas*

Professor e pesquisador do PPGCIFA-UFAM

*José Natalino Macedo da Silva*

Professor visitante e pesquisador da UFRA

*Leila Márcia Elias*

Professora e pesquisadora do NAEA-UFPA

*Ligia Terezinha Lopes Simonian*  
Professora e pesquisadora do NAEA-UFPA

*Michel de Melo Lima*  
Professor e pesquisador do PPDMU-UNAMA

*Mirleide Chaar Bahia*  
Professora e pesquisadora do NAEA-UFPA

*Nádile Juliane Costa de Castro*  
Professora e pesquisadora do PPGE-UFPA

*Pedro Staevie*  
Universidade da Tríplice Fronteira

*Rogério Miranda*  
Professor e pesquisador da UNIFESSPA

*Rosemary Ferreira de Andrade*  
Professora e pesquisadora da UNIFAP

*Silvio Lima Figueiredo*  
Professor e pesquisador do NAEA-UFPA

*Thales Ravena Cañete*  
Professor e pesquisador do NAEA-UFPA

*Wilker Nóbrega*  
Professor e pesquisador do PPGT-UFRN

*Voyner Ravena Cañete*  
Professora e pesquisadora do PPGSA/UFPA

## AGRADECIMENTOS

Organizar um livro é sempre uma tarefa colaborativa e que envolve diversos agentes, aos quais agradecemos por seu apoio e incentivo.

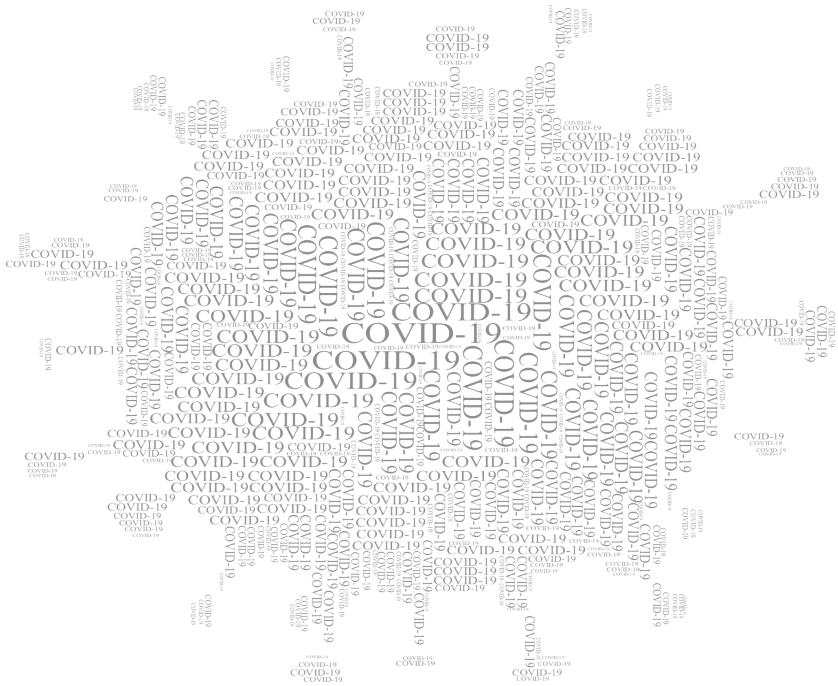
Agradecemos, assim, ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU, à Editora do NAEA e a seu Conselho Editorial, bem como aos pesquisadores que participaram da avaliação dos capítulos deste livro.

Votos de agradecimentos especiais vão para os diretores do PPGDSTU durante o processo de elaboração e edição deste livro, os professores drs. Ricardo Theophilo Folhes e Thales Ravena Cañete.

Agradecemos, igualmente, às autoras e autores desse livro. Ficamos felizes em poder contar com suas colaborações, a respeito de processos tão delicados e sensíveis, num livro lançado na celebração dos 50 anos de vida do NAEA.

Por fim, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e à Universidade Federal do Pará, pela colaboração no processo.



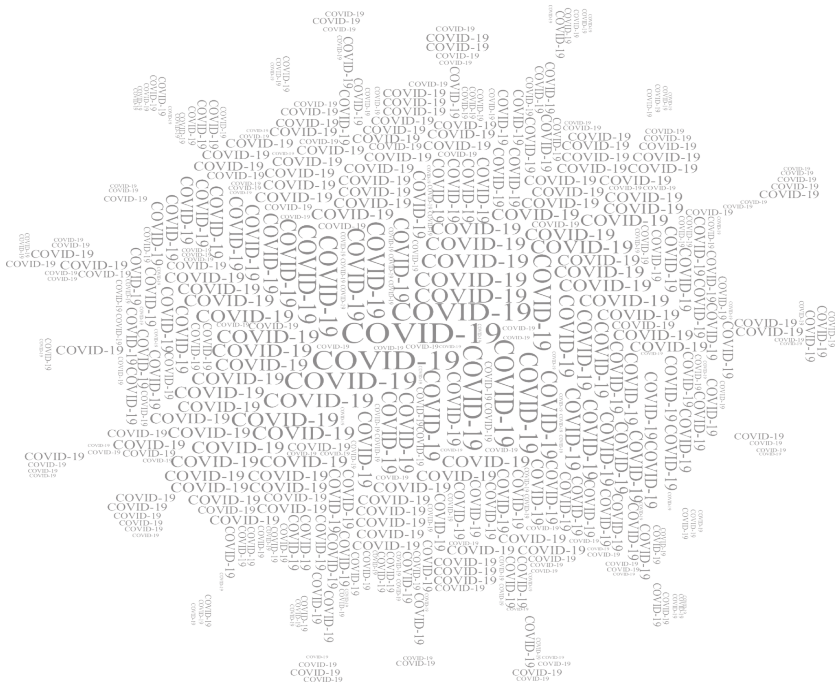


## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	15
Ligia Terezinha Lopes Simonian Armin Mathis Fábio Fonseca de Castro	
<b>2 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA PARAENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19</b>	23
Maíla Machado Costa Fábio Carlos da Silva	
<b>3 ECODESENVOLVIMENTO E SUA INTERFACE COM A PANDEMIA COVID-19: IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NA AMAZÔNIA</b>	47
Rosiane Pinheiro Rodrigues Ligia Terezinha Lopes Simonian Janari da Silva Pedroso	
<b>4 COPRODUÇÃO ACADÊMICA E GOVERNAMENTAL: DECISÕES PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19</b>	71
Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos Santos Ligia Terezinha Lopes Simonian Janari da Silva Pedroso	
<b>5 AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19</b>	91
Sandy Lorena Costa Monteiro Fábio Carlos da Silva Armin Mathis	
<b>6 AGROECOLOGIA E CRISE PÓS-COVID-19: UMA LUTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM BUSCA DOS SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS</b>	125
Ana Karolina Bezerra Lima Oriana Trindade de Almeida Carlos Mariano Alvez-Valles	

<b>7 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO EFEITO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PRODUÇÃO DE MADEIRA TROPICAL NATIVA BRASILEIRA</b>	149
Rayssa Yuki Murakami Lima Mariana Faro Ferreira Claudia Azevedo Ramos	
<b>8 VULNERABILIDADE TERRITORIAL E ENFRENTAMENTO DO COVID 19 NA TERRA INDÍGENA MUNDURUKU (PA)</b>	171
Marcia Eloisa Lasmar Bieri Ligia Terezinha Lopes Simonian	
<b>9 TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E PANDEMIA: A VULNERABILIDADE DAS POPULAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS DO PAE MARACÁ, AP</b>	199
Ana Cristina Rocha Silva Ligia Terezinha Lopes Simonian	
<b>10 OS DESAFIOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PONTA DE PEDRAS - MARAJÓ - PA NO CONTEXTO DA PANDEMIA</b>	223
Rafaela Furtado da Cunha Fábio Fonseca de Castro	
<b>11 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE: DOS ATENDIMENTOS AO ADOECIMENTO E VACINAÇÃO ANTI-COVID</b>	241
Antônio Idalmir Rodrigues de Oliveira Armin Mathis	
<b>12 O LAZER ENTRE A CASA E A RUA: REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS PRÁTICAS E SOCIABILIDADES EM UMA PERIFERIA DE BELÉM (PA)</b>	267
Flávio Henrique Souza Lobato Juliana Azevedo Hamoy Mirleide Char Bahia	
<b>13 ALÉM DA PORTEIRA: A APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PELAS ELITES AGRÁRIAS DE SOURE (MARAJÓ-PARÁ) EM PROL DO TURISMO</b>	287
Thiliane Regina Barbosa Meguis Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues Mirleide Char Bahia	

<b>14 VIVÊNCIAS DA PANDEMIA EM LOCAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS: COMPARAÇÕES ENTRE BRASIL E EQUADOR</b>	<b>315</b>
Jessica Solorzano Orellana Jorge Augusto Santos das Mercês Fábio Fonseca de Castro	
<b>15 A INVASÃO DA MONOCULTURA DA PALMA DE ÓLEO NO NORDESTE PARAENSE E O COMPROMETIMENTO À SOBERANIA ALIMENTAR DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA)</b>	<b>343</b>
Diego Mendonça Nirvia Ravena	
<b>16 SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIO HABITACIONAL PRODUZIDO PELO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA PARA A CAMADA POPULAR DA DEMANDA</b>	<b>367</b>
Diogo Luan Uchoa da Luz Simaia Mercês	
<b>17 A AMAZÔNIA VISTA DO LADO DE CÁ: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL</b>	<b>389</b>
Gabriel Carvalho da Silva Leite Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior Vanessa Oliveira da Silva	
<b>18 ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO PARA A AMAZÔNIA LEGAL CONFORME OS CENSOS DE 2000 E 2010</b>	<b>415</b>
Danilo Ferreira Sodré Luis Eduardo Aragón	
<b>AUTORAS E AUTORES</b>	<b>437</b>





## 1 INTRODUÇÃO

Sem precedentes na Amazônia e no Brasil, a pandemia de Covid-19 desarticulou dinâmicas econômicas e sociais que se refletiram na deterioração dos modos de vida de diferentes povos. Nesse cenário e no que se refere às populações tradicionais amazônicas, a atuação do próprio Estado brasileiro foi preponderante para intensificar os problemas deflagrados. Sob a égide do Estado, viu-se o incentivo da ocupação ilegal de áreas demarcadas, de incêndios florestais e do desmatamento, além do desencorajamento da imunização contra a Covid-19.

Isto posto, há de se reconhecer que, na Amazônia, a pandemia de Covid-19 agravou os conflitos ambientais e aumentou as desigualdades sociais. Batizado pela opinião pública de “agenda da morte”, o fenômeno descrito desregulamentou os mecanismos de proteção ambiental e social. Ainda, reduziu a proteção de terras indígenas, reservas ambientais e viabilizou a retomada de grandes projetos de infraestrutura com impactos profundos na região, a exemplo da reconstrução da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, atravessando 63 terras indígenas oficialmente reconhecidas.

Apesar de ter seu fim oficial declarado recentemente, já é possível afirmar que a pandemia de Covid-19 serviu como pretexto para o Governo Federal brasileiro atuar na escalada de vulnerabilização das populações amazônicas. Foi com o argumento da necessidade de isolamento que o Governo deixou de realizar consultas públicas. Assim, violou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ignorou a legislação brasileira e impôs a miséria e a morte a inúmeros povos tradicionais e a incontáveis populações subalternizadas.

Ao considerar-se tamanha tragédia, é de fundamental importância discutir a ciência na Amazônia, a fim de situar conceitos como o de desenvolvimento, sustentabilidade e diversidade nesse contexto de desmonte de políticas públicas, de retrocessos ambientais, de agravamento de desigualdades e de crimes humanitários. Como se nota, na região, a pandemia do COVID-19 desencadeou problemas

complexos. Em face desse cenário, a academia é desafiada a refletir os desafios para o desenvolvimento em tempos de pandemia e pós-pandemia.

Por certo, tais desafios não serão vencidos sem a consideração de elementos como sustentabilidade e diversidade. Nessa perspectiva, nesta obra, autores e autoras das mais variadas áreas do conhecimento discutem os impactos sociais, econômicos e ambientais provocados e/ou agravados pelo COVID-19. O objetivo é refletir as consequências do vírus nas dinâmicas regionais, bem como analisar panoramas futuros para os desafios do desenvolvimento na Amazônia, a partir de sua diversidade cultural, social, econômica e ambiental.

Ao convergir com esse propósito, Maíla Machado Costa e Fábio Carlos da Silva situam o papel desempenhado pelas mídias sociais nas estratégias de participação popular, no período de pandemia da COVID-19. Os autores descrevem como as tecnologias de informação e comunicação (TIC) foram empregadas para democratizar os processos de elaboração e de tomada de decisão sobre o Plano Plurianual 2022-2025. No estudo, destaca-se como medidas de distanciamento social obrigaram os governos da Amazônia paraense a reinventar os métodos de garantia da participação popular.

Focados no Ecodesenvolvimento, Rosiane Pinheiro Rodrigues, Ligia Terezinha Lopes Simonian e Janari da Silva Pedroso discutem os desafios desse novo paradigma e sua interface com os impactos ambientais e sociais na Amazônia, em tempos de pandemia pela COVID-19. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, os autores mostram como a pandemia fragilizou o movimento ambiental. Assim, defendem a pertinência do ecodesenvolvimento e de políticas transversalizadas para as populações tradicionais.

Ao refletir o papel do conhecimento científico na orientação de políticas públicas locais durante a pandemia, o estudo de Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos Santos, Ligia Terezinha Lopes Simonian e Janari da Silva Pedroso apresenta as relações institucionais realizadas entre o governo do estado do Pará e as universidades paraenses. Os autores destacam como o método de Redes Neurais Artificiais (RNA) nos campos das engenharias florestal e agrônômica, já utilizado no mundo

acadêmico, gerou benefícios à sociedade, ao guiar as estratégias de isolamento social do governo estadual.

Por seu turno, a pesquisa apresentada por Rafaela Furtado da Cunha e Fábio Fonseca de Castro discute os propósitos das escolas públicas municipais de Ponta de Pedras, ilha do Marajó, estado do Pará, no contexto da pandemia de Covid-19. Com base em dados da estrutura socioeconômica e educacional do município, bem como a partir de pesquisa de campo e de entrevistas realizadas com dirigentes de três escolas do lugar, os autores refletem os problemas e os desafios enfrentados por profissionais da educação do lugar. Evidenciam as questões referentes à reformulação didática em relação às condições de distanciamento social, à comunicação precária, à adaptação às tecnologias, ao transporte e à merenda escolar.

Diego Mendonça e Nirvia Ravena analisam as consequências da expansão da monocultura do óleo de palma para a soberania alimentar de agricultores familiares residentes em municípios do Nordeste paraense, precisamente na comunidade rural de Tomé-Açu. No estudo, os autores destacam como a influência de políticas públicas, de agentes instituições privadas têm somado para com a redução da diversidade alimentar na região. Ademais, evidenciam esse processo no período de pico da pandemia de Covid-19, notabilizando a necessidade de garantia dos direitos territoriais dos agricultores familiares. Nessa direção, o estudo revela a importância da ação de capacidades estatais com força suficiente para não sucumbir aos interesses privados de agentes econômicos.

A fim de compreender os impactos da pandemia na vida social, econômica e cultural da Amazônia, Sandy Lorena Costa Monteiro e Armin Mathis apresentam resultados de uma pesquisa exploratória realizada em Santarém Novo. Os autores investigam os impactos do Covid-19 na saúde e na renda de agricultores familiares, bem como as implicações no funcionamento de espaços de comercialização, venda direta e canais de abastecimento.

Mais que isso, eles refletem como as principais instituições públicas e organizações sociais estão atuando para minimizar os efeitos da pandemia, destacando a percepção que os agricultores possuem desse

processo. Nessa perspectiva, a pesquisa de Sandy Monteiro e Armin Mathis identifica mecanismos de relações de trabalho e a dinâmica do sistema produtivo.

De modo semelhante, Ana Karolina Bezerra Lima, Oriana Trindade de Almeida e Carlos Mariano Alvez-Valles analisam o cenário pandêmico a partir da perspectiva social e econômica do agricultor familiar, no estado do Amapá. No estudo, os autores enfatizam como o apoio do SEBRAE foi preponderante para que os agricultores familiares conseguissem resistir à crise. Com o apoio da instituição, foram organizados canais alternativos de comercialização da produção, os quais seguem sendo utilizados no pós-pandemia. Apesar dos aspectos positivos, o estudo manifesta fragilidades e a necessidade de uma agenda com pautas sociais e econômicas capaz de atribuir responsabilidades para o Estado e com potencial para dialogar com a diversidade cultural e econômica da região.

Ao visar a análise das produções ambulatoriais realizadas por equipes do programa Estratégia Saúde da Família em três assentamentos rurais no Nordeste Paraense, Antônio Aldemir e Armin Mathis verificam o excesso de usuários nos atendimentos disponíveis. De tal maneira, eles revelam um processo de exclusão social na atenção básica em saúde, bem como a prevalência de algumas doenças. A pesquisa expõe a ausência de médicos e odontólogos nas equipes do programa, fator que determina uma baixa produção nos procedimentos.

Os autores também concluem que as populações dos assentamentos estudados tiveram um baixo acesso aos serviços básicos de saúde. O que se configura com uma realidade de exclusão social e a alta prevalência de problemas de saúde no âmbito da prevenção da atenção primária. Em se tratando da vacinação anticovid, a pesquisa indica uma cobertura significativa, com destaque para as doses aplicadas no Assentamento de Taperuçú.

No estudo apresentado por Jessica Solorzano, Jorge Augusto Santos das Mercês e Fábio Fonseca de Castro, compara-se a experiência social da pandemia em dois locais habitados por pessoas atingidas por barragem: Breu Branco, no Brasil, e a parroquia de Amaluza, no Equador. Com enfoque etnográfico, o estudo objetivou compreender os efeitos

para a experiência social local da pandemia do novo coronavírus, em função das dinâmicas de mudança e permanência na estruturação da formação econômico-social sobre a qual se adensam formas de vida determinadas.

Os dados indicam que, embora exista uma margem de autonomia socioeconômica e de eleição individual das populações que mantém traços camponeses, as condições socioeconômicas dos locais atingidos por barragens e suas possibilidades de inserção nas dinâmicas do cuidado e de fazer frente a situações como a pandemia de COVID-19 são resultado de intervenções estatais.

Rayssa Yuki Murakami Lima, Mariana Faro Ferreira e Claudia Azevedo-Ramos avaliam o cenário da produção de madeira nativa da Amazônia Brasileira, no período de 2018 a 2020. Por meio de dados secundários de produção, de valores exportados e de taxas de empregos, o estudo dos autores indica um impacto neutro para o volume e valor da extração madeireira. Ademais, aponta um saldo positivo nas exportações de madeira, em virtude da taxa de câmbio e da demanda internacional. O estoque médio de empregos florestais teve alta variação de valores no triênio, com concentração dos empregos com médias salariais baixas.

A pesquisa apresentada por Marcia Eloisa Lasmar Bieri e Ligia Terezinha Lopes Simonian demonstra a guerra travada entre as forças nacionais de seguranças e garimpeiros ilegais no município de Jacareacanga-PA, no ano de 2021, durante a pandemia de Covid-19. Focado na realidade do povo Munduruku, o estudo das autoras destaca o processo de transferência do Gabinete do Ministério do Meio Ambiente para a região Oeste do Pará. Os resultados revelam como o que era para ser um marco histórico, acabou representando um retrocesso para a defesa do meio ambiente. E indo além, o estudo notabiliza impactos consideráveis pela mineração, mediante lobby político e econômico que afetam fortemente o ecossistema. Vulneráveis à contaminação com mercúrio e demais resíduos do garimpo, as florestas, os rios e os povos indígenas são os mais afetados.

Com base na realidade do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá (PAE Maracá), no Amapá, Ana Cristina Rocha Silva e Ligia Terezinha Lopes Simonian chamam atenção para os efeitos da pandemia



na gestão territorial e administrativa de reservas extrativistas. As autoras discutem como o fenômeno de desregulamentação ambiental agravado pelo Covid-19 tem afetado as populações tradicionais da Amazônia. A intenção do estudo é analisar os reflexos do avanço do movimento antiecológico na região, de maneira a manifestar os retrocessos e a reconfiguração dos movimentos sociais. Ademais, o estudo aponta como a pandemia somou para a perda de conquistas e deterioração de modos de vida.

Ao situar as desigualdades sociais no âmbito do lazer, Flávio Henrique Souza Lobato, Juliana Azevedo Hamoy e Mirleide Chaar Bahia analisam os reflexos da pandemia nas práticas de lazer e nas sociabilidades da Comunidade Bom Jesus I, na periferia de Belém, no Pará. Construído sob a perspectiva etnográfica, o estudo revela que, embora tenha condicionado e restringido a algumas práticas de lazer nas ruas, a pandemia trouxe a oportunidade de a comunidade estudada reconhecer o lazer em suas experiências cotidianas.

Thiliane Regina Barbosa Meguis, Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues e Mirleide Chaar Bahia analisam os modos de apropriação e ressignificação dos espaços potencialmente turísticos, pelas elites agrárias nas comunidades praianas de Soure (Marajó-Pará). Nessa direção, as autoras buscam compreender a atual situação socioeconômica de Soure, dentro de uma conjuntura globalizante, cujas lideranças políticas e comunitárias possuem fortes vínculos simbólico-culturais (linguagem e imaginário) com grupos dominantes.

Realizado a partir de revisão teórica histórico-geográfica, o estudo indica que grande parte das desigualdades sociais de Soure são firmadas por relações de poder, com reflexo nas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Ainda, aponta que, quando relacionadas às atuais discussões, projetos e políticas públicas de turismo, as desigualdades permitem a compreensão da formação social do município e da Amazônia.

Inspirado pela vertente teórica das epistemologias do Sul, o texto de Gabriel Carvalho da Silva Leite, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Vanessa Oliveira da Silva trata dos modos de interpretação da Amazônia, por parte do movimento de ideias conhecido como

pensamento descolonial. O objetivo do texto é analisar as contribuições desse movimento, no tocante a uma região pertencente ao que se convencionou chamar de Sul global.

Do ponto de vista metodológico, o estudo aprofunda a leitura da obra de Boaventura de Sousa Santos, principal formulador das epistemologias do Sul. Ademais, sistematiza estudos sobre a Amazônia que, de alguma maneira, dialogam com ela. Com as análises apresentadas, os autores indicam a possibilidade de contribuição dessa vertente teórica para pensar a Amazônia e a sua relação com o mundo de maneira descentrada.

No estudo de Diogo Luan Uchoa da Luz e Simaia Mercês, destacam-se os modos de sociabilidade dos moradores de um condomínio fechado destinado a famílias de baixa renda, produzido no âmbito de política pública habitacional. A intervenção estudada – integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, impôs aos beneficiários um tipo de moradia que originalmente surgiu para classes sociais de maior poder aquisitivo e com a qual não estavam habituados. As análises e interpretações baseiam-se em dados e informações obtidos por meio de revisão da bibliografia e de trabalho de campo com abordagem etnográfica, realizado entre os anos de 2016 e 2017.

Os resultados apontam que o condomínio é o local privilegiado para a sociabilidade dos beneficiários. Ainda, sinalizam que as áreas comuns do local são vistas como extensão da própria moradia, fator que desencadeou conflitos com os vizinhos em decorrência dos usos desses espaços. A sociabilidade ali desenvolvida também se caracteriza pela pouca interação com as pessoas que vivem no entorno do condomínio. Nessa direção, somente em alguns momentos de lazer, se mantém certo convívio com os moradores do Residencial Paulo Fonteles II, embora se perceba forte homogeneidade social com o entorno.

Por fim, no estudo de Danilo Ferreira Sodré e Luis E. Aragón, se realiza descrição e análise dos padrões da migração internacional de retorno para a Amazônia Legal brasileira, conforme os micro dados dos censos de 2000 e 2010. Assim, a pesquisa analisa as mudanças entre os dois censos, a partir do volume de migrantes, sua espacialização na região e o perfil sociodemográfico dos retornados. A intenção é associar

essas mudanças à crise econômica mundial de 2008, que se alastrou dos Estados Unidos por vários países do continente europeu e o Japão.

Por meio dos dados processados pelo software ARCGIS 9.3 e pelo programa REDATAM+SP, os resultados sinalizam mudanças no fluxo de retorno de brasileiros nascidos na Amazônia Legal, nos dois censos. As diferenças encontradas permitem pensar que tais mudanças são em grande parte consequência da crise econômica vista nos países desenvolvidos em 2008.

A partir deste livro – “CIÊNCIA NA AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E DIVERSIDADE EM TEMPOS DE COVID-19” –, a expectativa é de que a ciência e as políticas de desenvolvimento na Amazônia possam abstrair os aspectos didáticos da pandemia. Em outras palavras, espera-se que esses campos compreendam que, mesmo diante de crises sanitárias dramáticas como a do Covid-19, a face homogeneizante e desmanteladora do capitalismo estará sempre à espreita de oportunidades para o seu fortalecimento enquanto projeto político global de poder.

Isto posto, é chegada a hora de lutar contra o esfacelamento das políticas ambientais, sociais e econômicas capitaneado pelo Governo Federal, em um dos períodos mais tristes da história regional, nacional e mundial. Conforme se verá nas páginas seguintes, essa luta é complexa e desigual. Portanto, ela não se faz sem a ciência, tampouco sem os movimentos sociais, os povos tradicionais, a sociedade civil organizada e todos os demais coletivos afetados pela pandemia. Dessa maneira, todos estão ~~são~~ intimados à reconstrução e, com esta obra, indicam-se alguns subsídios para a mudança desejada.

Os Organizadores

## **2 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA PARAENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

*Maíla Machado Costa*

*Fábio Carlos da Silva*

### **1 INTRODUÇÃO**

Postula-se que após a pandemia da COVID-19 a “vida não voltará a ser como de costume”, portanto, convém redefinir as expectativas para todas as áreas da vida humana. As transformações geradas pela pandemia estão sendo sem precedentes na história da humanidade, com destaque para as transformações digitais. Tanto que o digital se tornou uma necessidade para o mercado, a sociedade e o Estado, chegando ao ponto de o acesso à internet ser considerado um direito humano básico pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim poderíamos afirmar que rumamos em direção a uma supremacia digital.

Esse “estado digital” da sociedade global é confirmado ao constatar-se que em janeiro de 2022 dos 7,91 bilhões de pessoas no mundo, 62,5% possuem acesso à internet e 58,2% são usuários de mídias sociais (crescimento de mais de 10% nos últimos de 12 meses), e estas consomem 35% da média mundial de 06h58min do tempo gasto on-line. No Brasil os números são maiores. De acordo com We Are Social (2022a; 2022b), dos 214,7 milhões de habitantes, 77% acessam a internet e 79,9% estão ativos nas mídias sociais, sendo que das 10h19min on-line, 3h41min são logadas nas mídias sociais.

O fato é que com a irrupção das mídias sociais digitais corporativas (Facebook, Instagram, Pinterest, Twitter, Youtube, WhatsApp, Telegram, etc.), a partir de 1997, ocorreu a maior revolução da comunicação da humanidade. Desde então o poder e o alcance das mídias sociais estão no centro dos debates globais, em virtude dos efeitos observados nas democracias, no sistema político, econômico e social. Além do que, elas vão se integrar cada vez mais às nossas vidas e não menos, e tem potencial para tornarem-se um importante instrumento de desenvolvimento social.

Justamente por isso, as administrações públicas passaram a incorporar as mídias sociais em seus ecossistemas como uma das inovações no setor, inicialmente como instrumentos adicionais de comunicação entre as organizações públicas e os cidadãos, e mais recentemente como ferramentas para aperfeiçoar a transparência e a participação cidadã nos processos de tomada de decisão.

O foco deste artigo é fornecer uma análise de como as mídias sociais foram empregadas pelos governos da Amazônia paraense para ampliar a participação cidadã no processo de planejamento público para o desenvolvimento local no período de pandemia da COVID-19.

Assim, o artigo fornece uma análise descritiva da observação sistemática das mídias sociais das 144 administrações públicas da Amazônia paraense, especificamente o Facebook, no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025.

Começamos revisando a área de estudo referente à teoria do planejamento e ao uso emergente das tecnologias da comunicação e informação, e as possibilidades de sua democratização pela colaboração cidadã no *codesign* de políticas públicas e enriquecimento dos processos de tomada de decisão. Em seguida apresentamos os detalhes do percurso de pesquisa, para então fornecer detalhes da análise observacional sistemática da prática das administrações públicas da Amazônia paraense na elaboração do PPA 2022-2025, e chegar às considerações finais.

## 2 PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ERA DIGITAL

Encontramos em Buarque (2008) o cerne do que seja planejamento do desenvolvimento como um processo de decisão, tecnicamente estabelecido e politicamente sustentado para a construção coletiva de um projeto de sociedade local. Posicionamento compartilhado por Ferreira (1979) e Matus (1997) de que o planejamento público é o instrumento de inter-relação entre o Estado e a sociedade, cujo objetivo principal é o atendimento efetivo das demandas sociais, com finalidade de buscar a melhoria da qualidade de vida da população.



Tão significativa é a participação popular no processo de elaboração e discussão dos planejamentos governamentais que foi determinada no art. 48-I da LRF (Brasil, 2000).

Contemplando esse contexto ergueu-se a concepção de planejamento estratégico situacional, como aquele que compreende um espaço de relações de produções sociais, compreensível somente se quem indica está incluído no espaço indicado, cuja motivação é de atuar e alterar a realidade compreendida, e não apenas pelo mero propósito de conhecer, como forma de dividir o mundo e atuar sobre ele, mundo este onde a realidade admite muitas indicações (Matus, 1989, p. 128).

Rezende (2011) adverte que se a participação popular não for efetivada, ela ocorrerá de modo *ad-hoc*, não observando as normas e procedimentos do processo de decisão que prejudicará as análises técnicas de avaliação da exequibilidade das reivindicações, com isso tenderá o documento final a tonar-se genérico, um rol de hipotéticas prioridades, com perda do foco do que seja realmente prioritário, logo, fadado a descredibilidade no decorrer do tempo.

Ademais, Rezende (2011, p. 201-202) defende ainda que se deve atentar para a disponibilidade de recursos para executar o planejado, e a participação da sociedade se dá para definir o estilo de desenvolvimento indicando caminhos para sustentar o crescimento, diminuir as desigualdades, preservar a natureza e reduzir as vulnerabilidades, dessa forma, “cabe ao governo definir a maneira como isso pode ser feito, isto é, escolher os programas e projetos a serem tocados e distribuir os recursos disponíveis entre eles, cabendo à sociedade cobrar do governo os resultados decorrentes dessa escolha”.

## 2.1 Planejamento público no Brasil: o plano plurianual

A partir da Constituição de 1988, o planejamento é sacramentado no corpo institucional do Estado, tornando-o um processo contínuo da ação estatal através de um conjunto de diretrizes e instrumentos, com ênfase no horizonte de curto e médio prazos e fazendo a vinculação/restricção orçamentárias. É quando surge o Plano Plurianual de Ação (PPA).

O PPA, previsto no art. 165 da Constituição Federal, é um instrumento de planejamento e gestão governamental de iniciativa do poder executivo, aprovado por lei quadrienal, que define as prioridades de governo para quatro anos por meio do estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, assim como despesas de capital (e outras dela decorrentes) e os programas de duração continuada. De rito e vigência diferenciado, é elaborado no primeiro ano de exercício de uma gestão (mandato) e vigora até o final do primeiro ano da gestão seguinte, fazendo com que o novo gestor execute programaticamente e financeiramente o que foi orçado e planejado pelo seu antecessor, fundamentando a ideia de um processo contínuo e disruptivo.

Apesar de ser previsto desde 1988, somente oito anos depois foi sancionado o primeiro PPA do Brasil pós Constituição, o do Governo Federal na Gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o período de 1996-1999. Entretanto, somente a partir da segunda metade da década de 90 que passam a integrar efetivamente a lógica de planejamento governamental em todas as esferas.

Para materializar e operacionalizar o PPA foram criados constitucionalmente mais dois instrumentos de planejamento de temporalidade anual (para o exercício financeiro subsequente), de caráter legal (convertido em lei) e de iniciativa do poder executivo, responsáveis por fazer a junção entre o plano e o orçamento: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)

Ao complementar esse processo, em 4 de maio de 2000, foi publicada a Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que estipulou regras e normas para consolidação do controle, transparência e responsabilização dos administradores públicos (incluindo punição) na administração pública brasileira.

Como controle do orçamento público, o PPA foi um passo significativo pois forçou os governos federal, estaduais e municipais a planejarem suas receitas, despesas, investimentos e ações, condicionando-os a um orçamento-prévio disponível e vinculado a um processo de planejamento público, diferente de tudo que fora praticado no Brasil anteriormente.

Entretanto, apesar do mérito de transformar o planejamento em um processo contínuo da ação estatal, o fato de reduzir essa ação ao curto e médio prazo e ainda condicioná-lo a um orçamento, culminou, efetivamente, em transformá-lo em mais uma ação cotidiana da administração pública do que um instrumento de planejamento para o desenvolvimento, conforme afirma Cardoso Júnior (2011, p. 24):

Veja-se que não se trata de desmerecer os possíveis avanços decorrentes da institucionalização dos hoje denominados instrumentos federais de planejamento (PPA, LDO, LOA, LRF, entre outros), já que eles se constituem em importantes ferramentas de gerenciamento orçamentário-financeiro do país. Mas trata-se, sim, de armar que, por meio desse movimento – de subsunção das funções de planejamento e orçamentação a categorias cotidianas da gestão pública –, processou-se o esvaziamento do planejamento, como função mais estratégica e política de Estado. Ao mesmo tempo, orçamentação e orçamento, até então variáveis técnicas do próprio planejamento, transmutaram-se em parâmetros prévios das possibilidades e capacidades de ação do Estado.

Mesmo diante desse paradigma para o planejamento público, o PPA é hoje a ferramenta que os governos empregam para determinar parâmetros para a promoção do desenvolvimento de médio prazo. Para isso, múltiplos desafios são postos para que se possa avançar nesse paradigma, todavia, novas abordagens de concepção, implementação e avaliação precisam ser construídas.

## 2.2 Ciberdemocratização do planejamento público

A incorporação e utilização maciça e progressiva das novas TIC e internet, por parte dos cidadãos e do Estado têm processado mudanças radicais na natureza e nas formas de funcionamento da democracia, dos mercados, do governo e do próprio Estado (Possamai, 2014, p. 50),

portanto, das instituições. Colocando-se assim como problema político e social relevante, no quadro de debates sobre a democratização do Estado na Era Digital, buscando compreender as possibilidades e os desafios para a construção dessa nova institucionalidade.

O que caracteriza uma mídia social é a dinâmica de criação de conteúdo, divulgação de informações e trocas no interior dos grupos sociais estabelecidos nas plataformas online (Recuero, 2010). Não ao acaso que atualmente existe uma variedade de meios de participação oportunizados pela internet. A isso Gomes (Gomes, 2011, p. 28) chama de democracia digital todo meio de emprego de dispositivos, ferramentas e aplicativos de tecnologia digital de comunicação suplementar, reforça ou corrige aspectos das práxis política e social do Estado e também dos cidadãos em vantagem da democracia da comunidade política.

A soberania, limitada anteriormente aos foros físicos e presenciais, associações ou no parlamento, acontece agora de outras formas, por esses espaços novos oportunizados pela internet. Os ambientes online tornaram-se as arenas públicas onde diversos assuntos são debatidos até chegaram a uma deliberação. Onde os cidadãos participam ativamente da política de maneira *online*, influenciando mudanças sociais de maneira *off line*. Conforme Silva (2018, p. 73-75), o sujeito hoje vive conectado por redes de contatos cujas interações acontecem de modo híbrido, ou seja, *online* e *off line*.

Nessa direção, Habermas (2003) afirma que se antes as discussões ocorriam na “esfera pública episódica” (espaços públicos como cafés, bares, etc.) ou na “esfera presencial organizada” (reuniões de partidos, encontro de pais, etc.), agora elas acontecem na “esfera pública abstrata” (oportunizadas pelas mídias sociais) e tornam-se globais.

É certo que em termos conceituais a democracia refere-se à participação política e ao exercício do direito à oposição pública. No caso específico, fica fácil vislumbrar que o acesso aos instrumentos digitais para troca informacional entre atores sociais fortalece a democracia. É de ressaltar-se, como em Canabarro e Pimenta (2014, p. 10), que ela, a democracia, não pode ser pensada de maneira desvinculada do conjunto de “características funcionais e institucionais dos Estados contemporâneos que dizem respeito à mobilização de recursos

sociais, à produção de regras e adjudicação de conflitos, bem como relativas ao provimento de bem-estar e segurança para as populações correspondentes”.

Quanto a mídia social *Facebook*, Barros e Carreiro (2017) ressaltam que:

[...] o conteúdo político que por ali circula serve como indicador dos anseios, vontades e opiniões da população a respeito de questões públicas. Em outras palavras, o Facebook pode ser empregado por qualquer cidadão para tomar conhecimento das questões em pauta e principais posições a respeito, bem como ter uma oportunidade de tomar posição argumentativamente.

Silva (2018, p. 54) demonstra que a cultura das mídias sociais e das redes sociais, a vida online, “está tão imbricada na sociedade que não se pode mais separar as reivindicações das redes sociais com as reivindicações da rua.

Esses episódios, a princípio, podem guardar certa similaridade em situações específicas ao que Putnam (1993, p. 177-179) chamou de capital social, compreendido como um conjunto de características da organização social, como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação que influenciam a eficiência das instituições. Então agora poderíamos falar no surgimento de um “capital social digital”, na medida em que as mídias sociais tornarem efetivos esses laços de solidariedade, o que ainda demanda investigações mais consistentes.

Por isso Recuero (2010) considera a comunicação por meio das mídias sociais uma nova estrutura social. Posicionamento compartilhado por Lemos e Lévy (2010) ao defenderem, que nos últimos anos, o desenvolvimento de comunidades em redes sociais é um dos maiores acontecimentos, considerando uma nova forma de fazer sociedade.

A partir dessa prática política digital, percebe-se que as mídias sociais, especialmente o *Facebook*, apresentam-se como uma esfera pública legítima. O que nos leva a refletir nas palavras de Miller e Horst (2015, p. 92) ao referir-se ao digital e o humano: “o digital, assim como

toda a cultura material, é mais que um substrato; está constituindo-se como parte do que nos faz humanos”.

### 3 MARCO METODOLÓGICO E ANALÍTICO

A pesquisa utilizou dados das 144 prefeituras do Estado do Pará<sup>1</sup>, dispostos nos sites oficiais e nas páginas oficiais no Facebook. A escolha do Facebook justificou-se por ser a mídia com maior difusão entre as administrações públicas locais e também por permitir realizar pesquisas textuais através dos filtros. Sobre esses filtros, os utilizados foram: a) para identificação de páginas e perfis “Prefeitura de (nome do município)”, “Governo de (nome do município)” e “página”; para identificar as publicações sobre o processo de elaboração do PPA 2022-2025 foram “PPA 2022-2025”, “Plano Plurianual” e “Plano”.

Dessa forma, realizou-se uma pesquisa descritiva, de procedimento observacional e estatístico, de enfoque metodológico misto concomitante, de técnica observacional sistemática, com a utilização de um “plano observacional” como instrumento de coleta de dados, construído em forma de banco de dados no programa Excel (por permitir registrar tanto dados numéricos quanto textuais). Os dados numéricos foram abordados pela frequência absoluta, frequência relativa, quantidade e percentuais; e os dados textuais foram organizados por categoria e trabalhados de forma sistemática por codificação.

---

<sup>1</sup> Situado na região Norte do Brasil, é o estado mais populoso da Amazônia Legal com população estimada em 2021 em 8.777.124 habitantes (apesar de possuir uma densidade demográfica baixa, 6,07 hab/km<sup>2</sup>); o segundo em extensão territorial (1.245.870,798 km<sup>2</sup>) do Brasil e o décimo terceiro do planeta; apresenta um expressivo crescimento econômico e também de urbanização em suas maiores cidades; também possui a maior taxa de desmatamento do país (39,72% de sua área total), incluindo áreas de preservação ambiental; mais de 40% de sua população vive na linha da pobreza; é o quarto menor IDH da nação (0,646) (IBGE, 2022).

Para significar a análise e apresentação dos resultados, quantitativos e qualitativos, houve a necessidade de criar categorias das administrações públicas. Dessa forma, os municípios da Amazônia paraense foram divididos de acordo com o “porte populacional” baseado nos dados populacionais estimados para 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo, portanto, estratificados em cinco grupos: rural, pequeno, médio, grande e metrópole, conforme Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Porte dos municípios da Amazônia paraense segundo a estimativa populacional de 2021

<b>Porte do Município</b>	<b>Intervalo populacional</b>	<b>Número de municípios</b>	<b>%</b>
Rural	até 20.000 habitantes	40	27,78
Pequeno	de 20.001 até 50.000 habitantes	58	40,28
Médio	de 50.001 até 100.000 habitantes	28	19,44
Grande	de 100.001 até 500.000 habitantes	16	11,11
Metrópole	de 500.001 habitantes ou mais	02	1,39

Fonte: Elaboração dos autores, com base em IBGE (2022).

Para melhor compreender como as administrações públicas da Amazônia paraense utilizaram o Facebook na elaboração do PPA 2022-2025, utilizou-se a proposição das estratégias definidas por Mergel e Bretschneider (2003), a saber:

Quadro 2 – Táticas de comunicação em mídias sociais

<b>Tática online</b>	<b>Descrição</b>
Push	no sentido de empurrar, são atualizações unidirecionais destinadas a informar o público simplesmente compartilhando atualizações da organização.
Pull	significa puxar, são para atração dos cidadãos, incentivando a contribuição dos cidadãos, pedindo opiniões, sentimentos, fotos ou vídeos. Essa tática bidirecional permite maior engajamento e os cidadãos podem ficar mais satisfeitos com sua participação no governo.
Networking	estabelecimento de uma comunicação institucional dialógica com a produção de atividades colaborativas, prontas respostas qualificadas as interações dos cidadãos de forma articulada com as diversas áreas da gestão municipal.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Mergel e Bretschneider (2003).

#### 4 A DEMOCRATIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PÚBLICO POR MEIO DAS TIC NA AMAZÔNIA PARAENSE

##### 4.1 Mecanismos virtuais utilizados na elaboração do PPA 2022-2025

Foi possível classificar em quatro os mecanismos de participação popular virtuais publicados nas contas do Facebook das 138<sup>2</sup> prefeituras paraenses pesquisadas no processo de elaboração do PPA 2022-2025: 1) formulário eletrônico<sup>3</sup>; 2) *live* tipo transmissão de eventos presenciais sem a participação popular via comentário dos usuários; 3) *live* tipo audiência pública virtual com participação popular via comentários (perguntas e sugestões) dos internautas; 4) ferramentas de videoconferência<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Não foram localizadas no período da pesquisa contas ativas no Facebook de 6 municípios.

<sup>3</sup> São aplicativos de gerenciamento de pesquisas de propriedade de empresas privadas, onde os usuários podem realizar pesquisas e coletas de informações em formato de questionários e formulários de registro.

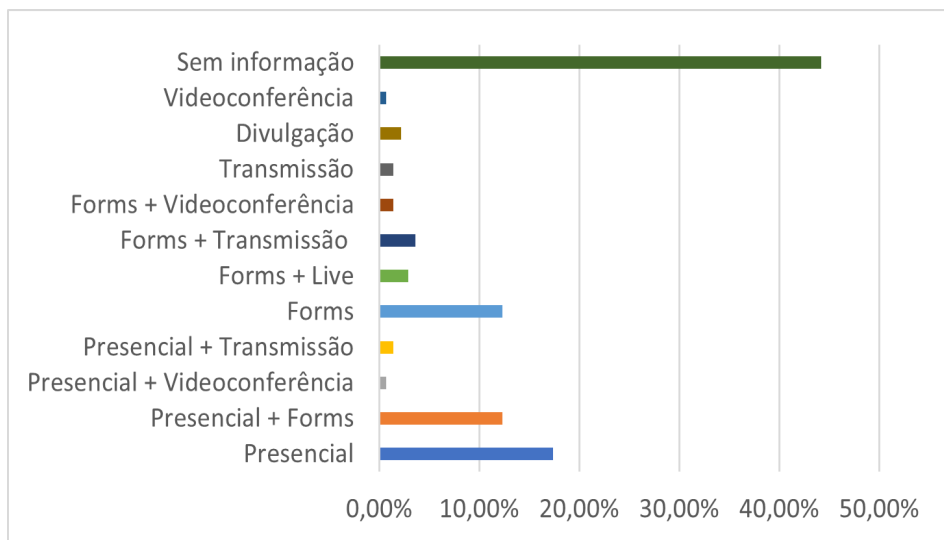
<sup>4</sup> É um tipo de tecnologia que permite a comunicação visual e sonora entre grupos e pessoa-a-pessoa que estão em lugares diferentes, cuja participação é restrita (necessário autorização para participação).



A única ferramenta da própria mídia utilizada pelas prefeituras paraenses foi a *live*, mesmo assim, foi a menos utilizada dentre os mecanismos identificados.

Apesar das orientações dos órgãos de saúde para evitar aglomerações em período de pandemia da COVID-19, registrou-se que 31,88% das prefeituras paraenses optaram por realizar eventos presenciais, associados ou não a outros mecanismos virtuais. Dentre estes, o formulário eletrônico foi o mais utilizado, com 32,61%, seguido pela *live* tipo transmissão (5,07%) e com o mesmo percentual de 2,09% de *live* estilo audiência pública e de videoconferência. Ao detalhar as práticas das prefeituras na elaboração do PPA 2022-2025 de modo individual e associada às ferramentas virtuais, têm-se o seguinte cenário, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Mecanismos de participação popular utilizadas pelas administrações públicas da Amazônia paraense durante o processo de elaboração do PPA 2022-2025 de forma associada



Fonte: Elaboração dos autores, com base na pesquisa de campo (2022).  
Nota: Para essa análise foram considerados as 138 prefeituras que possuem página oficial no Facebook.

A maioria das prefeituras (17,39%) realizou exclusivamente audiências públicas presenciais; 12,32% associaram as reuniões presenciais com formulários eletrônicos, estes utilizados anteriormente aos encontros; 0,72% associaram a videoconferências e 1,45% transmitiram as reuniões presenciais pela mídia social.

A ferramenta virtual mais utilizada foi o formulário eletrônico, chegando a 12,32% de prefeituras que o utilizaram exclusivamente como instrumento de participação popular; 2,90% associado a *live* (antes, depois ou durante); 1,45% associado a reuniões via videoconferência (plataformas privadas como Google Meet ou Zoom) como instrumento preliminar de coleta de sugestões; e 3,62% posterior a transmissões. Quanto a estas, 1,45% das prefeituras realizaram transmissões de apresentações sobre o PPA sem quaisquer formas de participação da população. E 0,72% realizaram videoconferências.

Quando a observação é por porte populacional, na Tabela 1 verifica-se que quanto menor o porte do município menor foi a divulgação de eventos sobre o PPA 2022-2025 por meio das mídias sociais, chegando ao patamar de 57,89% dos municípios rurais que não divulgarem quaisquer informações sobre o plano, os demais do mesmo porte optaram por reuniões presenciais (28,25%) e/ou formulário eletrônico (18,42%). Observou-se também que quanto maior o porte, mais mecanismos virtuais vão sendo incorporados pelas prefeituras como ampliação da participação popular nos processos de planejamento público, com exceção às metrópoles em que metade optou por reunião presencial e a outra por videoconferência.

Tabela 1 – Mecanismos de participação popular utilizadas pelas administrações públicas da Amazônia paraense durante o processo de elaboração do PPA 2022-2025 por porte populacional

	Presencial	Forms	Live	Transmissão	Videoconferência	Sem informação
Rural	28,95%	18,42%	-	-	-	57,89%
Pequeno	32,73%	34,55%	1,82%	-	3,64%	41,82%
Médio	50,00%	32,14%	7,14%	14,29%	-	42,86%
Grande	37,50%	62,50%	6,25%	18,75%	6,25%	25,00%
Metrópole	50,00%	-	-	-	50,00%	-
<b>Geral</b>	<b>31,88%</b>	<b>32,61%</b>	<b>2,90%</b>	<b>5,07%</b>	<b>2,90%</b>	<b>44,20%</b>

Fonte: Elaboração dos autores, com base na pesquisa de campo (2022).

Nota: Para essa análise foram considerados as 138 prefeituras que possuem página oficial no Facebook.

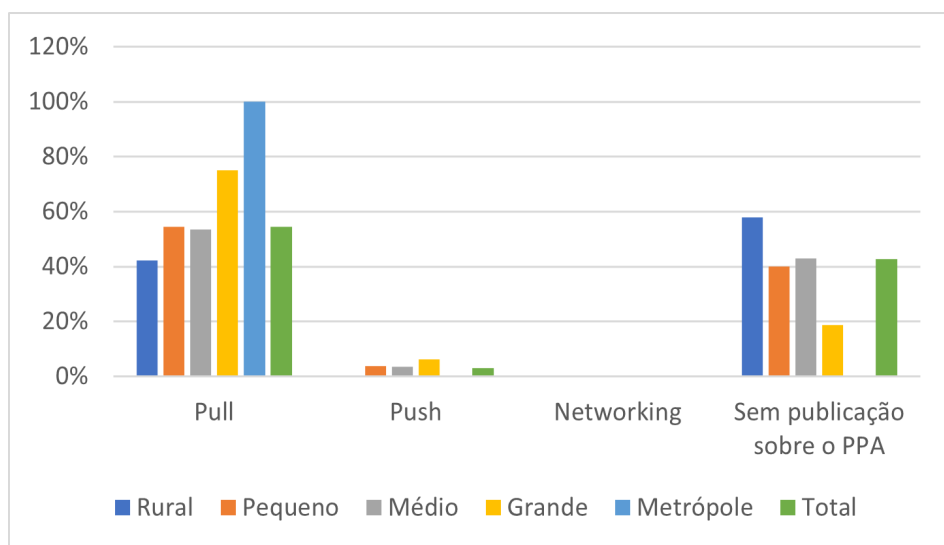
Quanto ao mecanismo mais utilizado por porte populacional, verifica-se que eventos presenciais foram empregados em todos os portes com prevalência nos municípios rurais, de médio porte e metrópole. O formulário eletrônico não foi empregado pelos municípios metropolitanos, mas predominou em municípios de grande e pequeno porte.

#### 4.2 Estratégias de comunicação *Pull*, *Push* e *Networking*

Destaca-se que não foram localizadas quaisquer publicações sobre a elaboração do plano por 44% das 138 prefeituras com página oficial no Facebook. Tendo em vista as estratégias de comunicação *Pull*, *Push* e *Networking* definidas por Mergel e Bretschneider (2003), dentre os municípios que publicaram sobre o PPA, constatou-se que 54% dos municípios utilizaram unicamente estratégias *Pull*, para informar sobre a realização de eventos presenciais e online e divulgar formulários eletrônicos como instrumentos de coleta de opiniões e sugestões. Como foi o caso de todos os municípios metropolitanos, 75% dos grandes, 54% dos médios, 52% dos pequenos e 40% dos rurais (Gráfico 2).

Apenas 3% das prefeituras utilizaram estratégias *Push*, buscando atrair os cidadãos para participação dos eventos e preenchimento de ferramentas de coleta de opiniões, destes, tendo em vista o quantitativo de municípios por porte com página no Facebook, 4% eram de pequeno porte, 4% médio e 6% grande. Não foram identificadas a utilização de estratégias de *Networking* por nenhuma das prefeituras, como atividades colaborativas, criação de comunidades, deliberação via ferramentas da própria mídia, por exemplo.

Gráfico 2 – Estratégias de comunicação utilizadas pelas administrações públicas da Amazônia paraense no Facebook durante o processo de elaboração do PPA 2022-2025



Fonte: Elaboração dos autores, com base na pesquisa de campo (2022).  
 Nota: Para essa análise foram considerados as 138 prefeituras que possuem perfil oficial no Facebook.

Diante dos resultados sintetizados no Gráfico 2, salienta-se que 97% das administrações públicas da Amazônia paraense optaram ou por não publicar nada sobre a elaboração do PPA 2022-2025 em suas páginas do Facebook, ou utilizaram apenas estratégias *Pull*, apesar do número de seguidores de suas contas. Salienta-se que essas prefeituras ao negarem a se comunicar com os cidadãos e a não canalizar a participação cidadã de uma forma proativa, no mundo virtual, tais contas são consideradas pouco relevantes, tendendo a um impacto praticamente nulo em termos de valor institucional e de democratização do processo de elaboração de planejamento público.

Um número mínimo de municípios de pequeno, médio e grande porte, lançaram mão de estratégias *Push*, e conseguiram alcançar uma dimensão superior de participação popular que os demais municípios, dada a capacidade de interação levaram também a um maior

engajamento dos cidadãos com a conta do governo, sendo possível observar mais comentários, mais curtidas, mais compartilhamentos tanto nas publicações sobre o planejamento quanto durante a realização de *lives*<sup>5</sup>, como as observado nas contas dos municípios de Parauapebas (@prefeituradeparauapebas), Itupiranga (@Governodeltupiranga) e São Geraldo do Araguaia (@governodesaogeraldo). Certamente, houve um custo maior para esse tipo de interação pois exige um trabalho especializado devido à complexidade das relações governo-cidadão.

Quanto a constatação de que nenhuma prefeitura utilizou estratégias de networking, leva a conclusão de que foi perdida a oportunidade de construir uma imagem de eficiência da gestão, de criar valor público positivo pelo aumento da credibilidade, legitimidade e reputação ante os cidadãos quanto ao PPA.

#### 4.3 Metodologias destaque no processo de elaboração do PPA-2022-2025

Audiência Pública Virtual, Consulta Pública Online, Consulta Pública Interativa, PPA Virtual Consultivo, foram algumas das formas mais usadas pelas prefeituras paraenses para qualificar os processos de elaboração do PPA 2022-2025. Das 142 prefeituras que possuem contas nas mídias sociais, cinco destacaram-se pela metodologia empregada para garantir a participação popular no planejamento público em período tão desafiador como de uma pandemia, sendo dois de grande porte (Barcarena e Parauapebas), um de médio porte (Itupiranga) e dois de pequeno porte (Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia).

Contudo, antes de descrever tais metodologias, evidenciamos os dois municípios metrópole, os quais têm a maior densidade populacional, foram os que menos utilizaram mecanismos das mídias sociais no processo. Em Belém, capital do Estado, o PPA começou a ser discutido desde maio de 2021 por meio do Programa Tá Selado, programa permanente de participação popular da prefeitura criado

---

<sup>5</sup> Termo utilizado nesta pesquisa para designar a transmissão de vídeos em tempo real à gravação.

em maio de 2021, no qual foram tirados delegados de 41 seguimentos que debateram e deliberaram em audiência pública on-line realizada pelo Zoom, não somente o PPA, mas deliberaram também sobre a LDO e a LOA. Já em Ananindeua, a prefeitura optou exclusivamente por encontros presenciais em um total de seis audiências públicas, sendo as mídias utilizadas somente para divulgá-las, sem registro de interação nos comentários nessas publicações.

Tendo em vista que ambos são municípios que possuem uma infraestrutura digital mais robusta como as metrópoles, a participação popular poderia ter sido ampliada consideravelmente se as possibilidades de alcance e engajamento das mídias sociais tivessem sido exploradas. As contas da prefeitura de Ananindeua no Facebook (@ananindeuapma) e no Instagram (@ananindeuapma) possuem, respectivamente, mais de 57 mil e 87 mil seguidores, podendo atingir até 16,2% da população. No caso de Belém, a conta do Facebook (@prefeituraBelem, com mais de 167 mil seguidores) e do Instagram (@prefeiturabelem, com mais 189 mil) alcançam mais de 12,5% da população. Números que demonstram abrangência dessas contas, e da oportunidade de contato com os cidadãos.

Sobre as metodologias inovadoras que utilizaram o digital por meio das mídias sociais para a construção do plano. Iniciamos com a experiência dos municípios de grande porte.

Em Barcarena foi criada a plataforma [www.ppa.barcarena.pa.gov.br](http://www.ppa.barcarena.pa.gov.br) para concentrar todo processo de construção do plano, nela, o cidadão após realizar o seu credenciamento tinha acesso a documentos e vídeos explicativos necessários para subsidiar sua participação qualificada no processo; a plataforma também continha um formulário eletrônico para receber três sugestões de problemáticas do município e outro formulário para realizar inscrição para participar das audiências públicas. Além disso, disponibilizaram o e-mail [ppa@barcarena.pa.gov.br](mailto:ppa@barcarena.pa.gov.br) para receber perguntas e prestar esclarecimentos sobre o processo.

Para o prefeito, secretários municipais, vereadores, Ministério Público, organizações da sociedade civil, conselhos municipais e classe empresarial houve uma apresentação preliminar do projeto do PPA. Para a população em geral foi publicado no diário oficial no município

um edital de convocação para o credenciamento da população para participar das audiências públicas via plataforma. Foram realizadas um total de três audiências públicas (sem assistência no local) todas transmitidas pelo Facebook, Youtube e na própria plataforma, tendo duas modalidades de participação popular (somente das pessoas credenciadas): online, exclusivamente pela plataforma; presencial, dentro de veículos no estacionamento do local da transmissão no estilo *drive-in* (três pessoas por carro assistindo em um telão) com limite de quarenta carros por audiência pública.

Finalizada essa etapa, as problemáticas foram consolidadas em um inventário e disponibilizadas na plataforma para uma nova rodada de avaliação popular segundo o grau de impacto de cada uma. Cada pessoa podia elencar três problemáticas, sendo a primeira a de maior impacto (10 pontos), a segunda de médio impacto (7 pontos) e a terceira de menor impacto (5 pontos), totalizando 22 pontos.

Outro município de grande porte, Parauapebas, destacou-se por realizar *live* em formato de audiência pública, bem como pelo número de contribuições que recebeu via formulário eletrônico. Este precedeu a *live*, recebendo um total de 5.263 contribuições, deste 58% foram de mulheres, 57,1% na faixa etária entre 30 e 59 anos, 36,4% de jovens e 5 indígenas, tendo como resultado a escolha da seguinte ordem de prioridades: saneamento básico, segurança pública, pavimentação de ruas, construção de postos de saúde, escolas e creches.

A *live* foi transmitida pelo Facebook (@prefeituradeparauapebas) e Youtube (tvparauapebasgov) ocorreu com participação popular via comentários, com apontamento de sugestões, problemáticas e perguntas ao prefeito e secretários municipais. Teve duração de 1:27:35 (uma hora, vinte e sete minutos e trinta e cinco segundos) e obteve 245 curtidas, 452 comentários, 148 compartilhamentos e 7,9 mil visualizações. Tendo em vista que nem todos possuem conexão com a internet no município, a prefeitura realizou ainda entre os dias 3 e 5 de agosto de 2021 reuniões presenciais com associações e cooperativas de seis comunidades rurais.



Itupiranga realizou a “Consulta Pública Online” com *lives* por área/dia no período de 22/06 a 02/07/2021. Também utilizou um formulário eletrônico disponibilizado no portal da Prefeitura e na página da Assessoria de Comunicação (ASCOM) no Facebook, onde as pessoas podiam identificar três prioridades por grau de importância para o distrito ou localidade, e três prioridades por grau de importância para todo o município. O período disponível para o preenchimento do formulário foi de 20 a 31/05/2021.

Quanto as *lives*, elas foram transmitidas pelo Facebook da prefeitura (@governodeltupiranga) por área/dia, conforme a seguir: a) Abertura do PPA no dia 22/06/2021 (convite); b) Educação; c) Assistência Social; d) Juventude, Cultura, Esporte e Lazer; e) Agricultura, Pesca e Pecuária; f) Meio Ambiente; g) Saúde; h) Infraestrutura. Dia 07 de julho ocorreu outra *live* na Câmara Municipal para apresentação das propostas do PPA, ainda neste dia foi possível a população dar suas sugestões via comentários.

Dentre os municípios de pequeno porte, São Geraldo do Araguaia, a experiência com o “PPA Virtual e Consultivo”, foi semelhante à de Itupiranga, Primeiro disponibilizou um formulário eletrônico e na sequência realizou doze *lives* por área, sendo a de maior alcance e engajamento a de Educação, sendo a mais visualizada e com maior participação popular.

A última experiência destaque foi a do município de Eldorado dos Carajás, pequeno porte, que conduziu a construção do plano em duas fases uma online e outra presencial. Na etapa online, primeira, ocorreu de 8 a 30/06/2021, por meio da plataforma *Opinaquisurvey* nominado como “Planejamento Participativo 2022-2025”; a consulta consistiu em coletar sugestões da população orientada para três eixos: Eixo 1 - Desenvolvimento social e garantias de direitos para nossa gente; Eixo 2 - Desenvolvimento urbano, infraestrutura e sustentabilidade; e Eixo 3 - Desenvolvimento econômico, tributação, trabalho e turismo.

A fase presencial aconteceu de 13 a 27/07/2021, com limite máximo de cinquenta pessoas por reunião, foram realizadas nove na zona rural para a comunidade em geral, uma na zona urbana para a também para a comunidade em geral e mais três para seguimentos específicos de

mulheres, juventude e empreendedores. A estratégia de se trabalhar com essas três categorias focalizadas, despontou como um diferencial ante as demais prefeituras do Estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação analisou se e como as administrações públicas municipais da Amazônia paraense utilizaram as TIC, especialmente as mídias sociais, para gerar processos políticos mais abertos na gestão pública local, especificamente na elaboração e tomada de decisão do PPA 2022-2025.

Os resultados demonstram que a maioria dos governos da Amazônia paraense (97%) não utilizaram as mídias sociais, como tecnologia disponível e de baixo custo, para envolver e engajar as suas populações no processo de elaboração e tomada de decisão do planejamento público, ao contrário, apenas a utilizaram como um canal unilateral de comunicação. Apesar de as administrações públicas estarem presentes nas mídias sociais, não aproveitaram a interatividade possibilitada por elas, focando apenas na transmissão de informações como um monólogo.

Ressalta-se que a compreensão de que a participação digital das administrações públicas paraenses nas mídias sociais como sendo a principal interface entre o Estado e os usuários cidadãos, é melhor assimilada por governos de municípios de maior porte, tanto que quanto maior o porte maior é presença, a interatividade e o aproveitamento das oportunidades digitais. E quanto a estas, não se trata apenas de aumentar o número de seguidores, mas em gerar valor agregado ao setor público desenvolvendo melhores políticas e oferecendo melhores serviços.

Assim, diante do atual ecossistema das mídias sociais e demais TIC, nenhum governo pode dar-se ao luxo de não o integrar e nem de utilizá-las de forma proativa para criar valor público, devendo sim, fazer o melhor uso de suas oportunidades, deixando de serem arrastados sem direção pelas inovações tecnológicas para serem gerentes da mudança.

## REFERÊNCIAS

BARROS, S.; CARREIRA, R. O Facebook como plataforma para o comentário de notícias: uma análise da deliberatividade em cinco temas. *In*: MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. (org.) **Deliberação online no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 abr. 2022.

BRASIL. Lei Complementar Nº 101. Brasília, DF, 04 maio 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 5 maio 2022.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARDOSO JUNIOR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado**. Textos para Discussão, Brasília, DF, IPEA, n. 1574, mar. 2011a.

CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2011b. 4 v, p. 11-19.

FERREIRA, F. W. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GOMES, W. Participação Política Online: questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-45.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE. Sistema @ Cidades (2022). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso entre 15 dez. 2021 a 15 fev. 2022.

LÉVY, P. **Ciberdemocracia** (2002). Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MATUS, C. **Adeus, Senhor Presidente. Planejamento, antiplanejamento e governo**. Trad. de Francisco A. Carneiro da Cunha Filho. Recife, Litteris, 1989. p. 13-16; 24-40; 123-135.

MATUS, C. **Política, planejamento & governo**. 3. ed. Brasília, DF: IPEA, 1997.

MERGEL, I; BRETSCHEIDER, S. A three-stage adoption process for social media use in government. **Public Administration Review**, v. 73, n. 3, 2013. p. 390-400.

MILLER, D.; HORST, H. A. **O digital e o humano**: prospecto para uma antropologia digital. Tradução Danilo Pedrini. Parágrafa. jul/dez, 2015. PDF.

MILLER, D; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004. PDF.

POSSAMAI, A. J. Governo eletrônico: uma análise institucional. In: CANABARRO, D. R.; PIMENTA, M. S. (org.) **Governança digital** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2014. p. 48-79.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**. São Paulo: FGV, 1995. Capítulos 4 e 6.

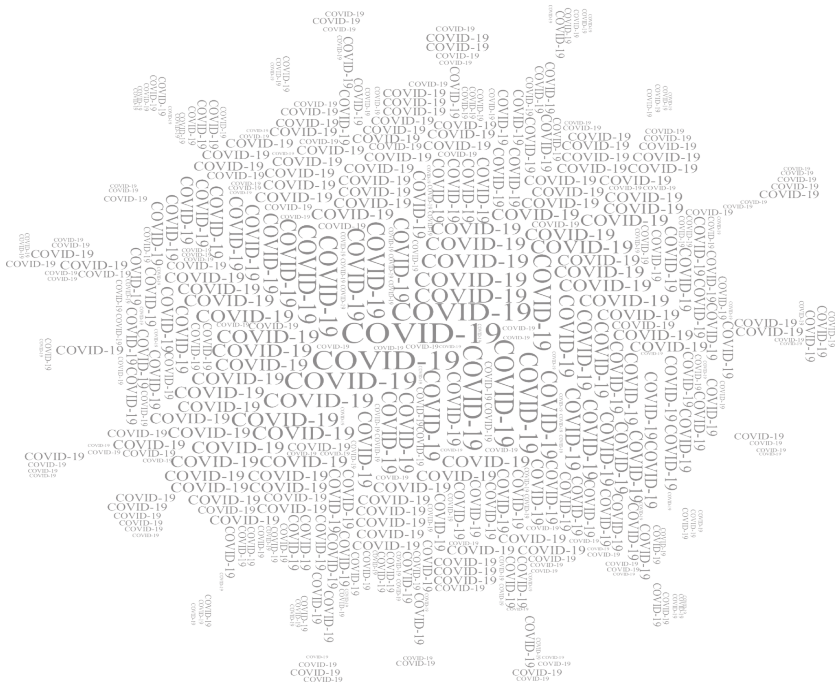
RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. 2011. *In*: CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2011b. 4 v. p. 177-238.

SILVA, J. F. da. **Participação política na timeline**: o Facebook como arena pública para sugestões legislativas apresentadas no E-Cidadania. 2018, 218 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2018.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. Digital 2022 Global Overview Report. 20 out. 2022a. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>. Acesso em: 7 maio 2022.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. Digital 2022: Brazil. 17 fev. 2022b. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 7 maio 2022.



### **3 ECODESENVOLVIMENTO E SUA INTERFACE COM A PANDEMIA COVID-19: IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>**

*Rosiane Pinheiro Rodrigues*

*Ligia Terezinha Lopes Simonian*

*Janari da Silva Pedroso*

#### **1 INTRODUÇÃO**

A discussão sobre a crise do desenvolvimento e o surgimento da antropologia possibilitou, de um lado, o entendimento de que as definições sobre o desenvolvimento tiveram origem a partir de um processo histórico de transição para uma economia moderna industrial e capitalista (Viola, 2000); e, por outro lado, conforme o mesmo autor ainda traz à tona, são essenciais uma discussão acerca da pobreza e iniquidades causadas pelo desenvolvimento em algumas populações desniveadas socialmente, sobretudo nesse período da pandemia pelo COVID-19.

Por isso, cresce o surgimento de movimentos sociais, especialmente na América Latina; isso na tentativa de fomentar a criação de políticas que tenham potencial de enfrentamento e consigam amenizar os impactos desencadeados pelos diferentes caminhos assumidos pelas nações para atingir o desenvolvimento (Souza, 2006). E na perspectiva de pensar iniciativas públicas para impulsionar o desenvolvimento econômico e a promoção da inclusão social de grande parte da população que vive em vulnerabilidade.

Diante de um panorama que abrange vida e crescimento sustentável, conforme Montibeller Filho (1993) emerge a discussão de um paradigma novo de desenvolvimento, denominado Ecodesenvolvimento. Ao seguir esta perspectiva, Montibeller Filho (1993, p. 133) propõe uma “[...] lógica da produção para a ótica

---

<sup>1</sup> Este capítulo integra o Projeto “Efeitos Psicológicos do Isolamento Preventivo da Pandemia do Covid-19, 2021-2014”, coordenado pelo Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/UFPA.

das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento”.

Neste contexto, essa perspectiva do Ecodesenvolvimento surge com Maurice Strong, secretário da conferência de Estocolmo em 1972, sendo fomentado por Ignacy Sachs, a partir de 1974, sobre o qual surgem grandes abordagens ou dimensões do Ecodesenvolvimento, segundo Sachs (1993) *apud* Montibeller Filho (1993, p.133): sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

As relações entre ecologistas e indigenistas, apesar de suas correlações numa mesma vertente ambiental, também conformam um campo político diferenciado. Evidentemente, a leitura no senso comum de que as populações indígenas detêm um conhecimento harmônico e não destrutivo da natureza, dá um grande peso à eleição do “índio genérico” como modelo (Ribeiro, 1991). Porém, conforme Ribeiro (1991), no desenvolvimento sustentável é necessário compreender as necessidades básicas da população para que sejam ofertadas as oportunidades de concretizar uma qualidade de vida de modo mais sustentável e sem a degradação do meio.

Com os compromissos assumidos pelos países e dos acordos internacionais, como aponta o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)<sup>2</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU) lançado ano passado, dos discursos e políticas que vêm sendo implementadas por líderes como Biden e Merkel. Por sua vez e como se depreende do Correio Brasiliense (2021), estas vão justamente no sentido de uma economia sustentável, com foco na redução da emissão de CO<sub>2</sub> e dependência da economia em combustíveis fósseis.

O desenvolvimento sustentável se mostra como uma pauta das maiores economias do mundo, além da construção de políticas

---

<sup>2</sup> O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988, isso com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima (Correio Brasiliense, 2021).



intersetoriais que fazem parte do panorama político de muitas nações que prezam pela sustentabilidade. Entretanto o governo brasileiro vem na contramão com legislações que vulnerabilizam mais ainda os povos tradicionais, além de aniquilar e degradar o ecossistema amazônico.

Todavia, ainda é um desafio traçar debates e discussões ampliadas sobre paradigmas novos de desenvolvimento, considerando as limitações sociais, econômicas e estratégicas das nações, especialmente as subdesenvolvidas (Gudynas; Acosta, 2011). Assim, o objetivo deste estudo é o de discutir criticamente alguns pressupostos do Ecodesenvolvimento, bem como as estratégias novas entre ecologistas, indigenistas e povos tradicionais para manter o equilíbrio da natureza a partir de um enfoque sustentável, mas trazendo reflexões acerca das atuais legislações ambientais, justificadas pela pandemia. Precisamente, o método da abordagem se deu através de uma revisão literária.

Inicialmente, foi realizada uma imersão nas análises teórico-históricas de modo a reconhecer as discussões acerca da antropologia do desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, com debates acerca dos aspectos do ecodesenvolvimento. Posteriormente, houve um aprofundamento sobre as populações tradicionais para, em um segundo momento, buscar entender acerca dos impactos dos empreendimentos de porte grande na vida dos povos tradicionais, a luta dos povos tradicionais pelo meio ambiente, políticas públicas para os povos tradicionais, além das contribuições dos saberes indígenas segundo Lévi-Strauss (1989).

## 2 AS RUÍNAS DO DESENVOLVIMENTO

A Antropologia e a pós-modernidade versam sobre as ruínas do desenvolvimento. De acordo com Gardner e Lewis (1996), foram diversos os fracassos e os impactos provocados pelo desenvolvimento, a ponto de, nas últimas, décadas um conjunto de estudiosos e teóricos da área o reportarem como “morto”. Ainda para os autores Gardner e Lewis (1996, p. 1), “[...] o desenvolvimento representa para o mundo como um estado de progressão e mudança linear”. De fato, existe um

abismo entre os recursos tradicionais do hemisfério sul e as tecnologias modernas criadas com as relações capitalistas do hemisfério norte, que aprofundam fragilidades históricas entre esses dois hemisférios.

Os autores acima ainda ressaltam que o debate em volta do “[...] desenvolvimento surge após a segunda guerra mundial, com o declínio do colonialismo após a guerra fria, e a necessidade de o capitalismo encontrar novos mercados, pela fé, na ciência e tecnologia” (Gardner; Lewis, 1996, p. 2), de modo que as profundas mudanças políticas e econômicas dessa época poderiam não conseguir responder às demandas da sociedade. Como resposta, cresceu a necessidade de algo que pudesse trazer um ressignificado por meio de uma nova forma de fazer, surgindo o que foi conceituado por Gardner e Lewis (1996, p. 2) como “[...] movimentos sociais e culturais que buscam dominar o pensamento ocidental até o final do século XX, o qual tem o objetivo de produzir a tolerância, a razão e o senso comum”.

Appadurai (2002) traz, por sua vez, considerações acerca das duas forças que atingem a sociedade atual. A primeira força versa sobre a interação cultural sustentada e criada por sistemas políticos e a segunda lida com as religiões de conversão, que vai do Islã ao cristianismo. “[...] Assim, entre viajantes e comerciantes, peregrinos e conquistadores, o mundo tem visto muito tráfego cultural de longa distância (e de longo prazo)” (Appadurai, 2002, p. 46, tradução das autoras), o que corrobora para as transformações almejadas pelo capitalismo e posto pelas grandes potências em detrimento de outros países.

Tudo isso poderá explicar as transformações e contradições que hoje se vive de modo midiático, atrelado às questões sociais e até ao mundo de competições e consumismo desenfreado, a sociedade acompanhada por um colapso de ansiedade e depressão, por viver um mundo tecnológico, de imediatismo das redes, desconexas com a “realidade vivida”.

A teoria do desenvolvimento é descrita em termos de dois paradigmas opostos, ambos envolvendo uma série de medidas diferentes. Como a maioria das “grandes teorias”, nenhuma delas tem resistido bem à investidas

dos anos [19]90 pós-modernismo. Hoje, não existe um modelo teórico único que seja comumente usado para explicar o desenvolvimento, nem existe uma solução para os problemas do subdesenvolvimento. De fato, os entendimentos tendem a partir de uma variedade de fontes teóricas e sugerem uma variedade de estratégias (Gardner; Lewis, 1996 p. 10).

Nesse contexto e conforme Gardner e Lewis (1996), o conhecimento racional baseado em informações empíricas foi considerado o caminho a ser seguido. Aliás, durante este período, existiram fortes polaridades entre primitiva e civilização, atrasado e avançado, natureza e cultura, onde essas dicotomias eram equivalentes às noções de subdesenvolvimento e desenvolvimento. Uma consequência disso foi a geração de conflitos diversos envolvendo processos de dominação, de expropriação e violências de toda ordem, o que precisa ser avaliado ao longo das fases do capitalismo.

Pela definição de desenvolvimento de Gardner e Lewis (1996), sabe-se que tal fenômeno ainda está atrelado ao crescimento econômico. Entretanto, com as crises de 1980, bem como subseqüentes programas de ajuste estrutural da época, a reforma e o crescimento econômico estão no topo das agendas dos anos de 1990, posta pela entrada do próprio banco mundial. Isso vem fomentar um crescimento que envolve desde a sofisticação tecnológica à urbanização com uma vasta transformação social e cultural.

Portanto, faz-se necessário pensar e construir um modelo inovador que corrobore com a lógica das necessidades da população, pautada nas suas condições sociais e culturais. Isso para que as iniquidades possam ser minimizadas através de uma equiparação equânime entre os povos diversos dos hemisférios que hoje não dialogam e que apresentam abismos profundos entre eles. Como se sabe, isso provoca impactos cruéis a uma parcela significativa da sociedade.

## 2.1 Antropologia do Desenvolvimento

A pobreza, as desigualdades e as iniquidades sociais são condições que vem crescendo no interior das sociedades, especialmente nos países menos desenvolvidos e que destinam poucos investimentos em políticas assertivas e de melhoria dos fatores que impactam nos problemas sociais. Essas situações parecem não corresponder com as expectativas positivas esperadas no desenvolvimento econômico, que é a uma estratégia política assumida em busca de bons indicadores financeiros e de investimentos, que por sua vez estão longe de modificarem as economias locais e nacionais (Gudynas; Acosta, 2011). Nesta direção, a maioria dos grandes empreendimentos possuem parâmetros de desenvolvimento com consequências maléficas e desumanas, como os mais complexos impactos sociais, econômicos e culturais que se alastram pelas comunidades onde suas atividades estão sendo operacionalizadas.

Este espaço de vida que é o planeta Terra não terá condições de suportar os padrões de consumo e de industrialização que o desenvolvimento convencional prega nos países. Como se vê em Gudynas e Acosta (2011), esses últimos por sua vez, necessitam de outras respostas de enfrentamentos aos alertas que o planeta vem apresentando, como as, inundações, chuvas ácidas, quedas de ribanceiras, plantas, peixes e animais em extinção, que podem não ter sua causa ligada diretamente às atividades humanas, mas que são consequências de suas ações e intervenções no ambiente.

E quando se depara com um processo de vulnerabilidade causado pelo próprio Estado ao oficializar e fomentar legislações para facilitar a implantação de grandes empreendimentos, garimpos e desmatamentos na Amazônia. Cabe pautar esse debate nos planejamentos para amenizar os grandes impactos sociais, culturais, econômicos para as populações que ali vivem, discutindo a pandemia como desculpa para melhorar acesso, construindo rodovias para movimentar o mercado. Tudo isso, de fato, teve como objetivo melhorar os impactos da pandemia?

De fato, tudo isso demonstra que o desenvolvimento pautado somente na economia não deve ser o único caminho, pois existem

muitas evidências de que os recursos naturais serão esgotados se o mundo permanecer perseguindo um mercado de consumismo desenfreado, gerando uma “cascata” de problemas sociais e ambientais. No entendimento de Gudynas e Acosta (2011), isso a exemplo de comunidades deslocadas ou pobreza que aniquila povos, com uma avassaladora deterioração ambiental, tanto em escalas de um microterritório: aldeias, quilombos ou florestas, quanto no espaço macro: o planeta.

Conforme Viola (2000), a correlação entre os fenômenos mencionados acima torna-se mais insustentável do ponto de vista dos indicadores de bem-estar para a sociedade, pelo recorte histórico e etnográfico que versa a respeito da modernização pelos últimos cinco anos e que não consegue resolver os problemas afetos à pobreza e marginalização social. Ainda para Viola (2000), é possível entender que a Antropologia do desenvolvimento traz um “pensar” que insere o processo de descolonização da mente como princípio norteador; e que busca também a organização da vida social para as regiões subdesenvolvidas, bem como do reconhecimento do quanto será necessário que as comunidades busquem debater sobre suas necessidades à luz do desenvolvimento que as cercam.

Portanto, faz-se necessário uma grande articulação entre lideranças indígenas, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, organizações não governamentais (ONG) e demais setores, com a intenção de provocar um modelo novo de desenvolvimento. Isso para que haja a valorização do cultural, bem como dos saberes e vivências dos povos que ali vivem, produzem, transformam, considerando as necessidades reais desses povos e ressignificando o cotidiano de uma produção ocidental, biológica, cartesiana e individual para um modelo que dialogue com o tradicional, holístico, coletivo de todos os povos e nas diversas etnias que aqui vivem e produzem num ambiente que precisa ser renovado.

## 2.2 O Ecodesenvolvimento

Nos termos de Ribeiro (1991, p. 75), é possível compreender que:

O movimento ambientalista brasileiro, na sua vertente mais à esquerda que engloba movimentos sociais populares e de defesa de minorias étnicas, tem procurado associar problemas ambientais com a realidade social [...]. Não se deve perder de vista, portanto que os problemas ambientais, além de constituírem desafios tecnológicos ou financeiros, são agravados por situações de iniquidade social e desigualdades na distribuição de poder intra e internacional.

Desse modo, a “ideologia verde” busca o equilíbrio entre “[...] o igualitarismo típico do individualismo moderno, com uma visão orgânica e holística da sociedade frente ao meio onde vive [...]” (Ribeiro, 1991, p. 70), uma vez que é perceptível, através das evidências pelas quais o mundo vem vivenciando a partir do desenvolvimento desenfreado provocado pelo capitalismo e pela globalização (Gudynas; Acosta, 2011). Aliás, isso tem provocado grandes impactos ambientais e sociais que afetam toda sociedade contemporânea.

A ideologia verde perpassa pela compreensão de uma série de conexões:

[...] a diversidade entre ecossistemas empobrece a Deus mesmo quando não ameace a capacidade da biosfera de sustentar a continuidade da vida humana [...]. Outra razão para uma rápida difusão do ambientalismo é o fato de que várias de suas temáticas e formas organizativas permitem se aproximar de uma problemática cada vez mais cadente, gerada dentro da chamada “nova ordem econômica internacional”, uma ordem promotora de uma intensa transnacionalização econômica, política e cultural (Ribeiro, 1992, p. 71).

Essa transnacionalização econômica tem provocado grandes impactos sociais e ambientais, os quais serão discutidos posteriormente. Contudo, esses impactos têm gerado o aumento das desigualdades e iniquidades na sociedade sobretudo durante a pandemia, considerando que apesar do conceito de desenvolvimento ser uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada, sua implementação ainda está arraigada pela importância da organização das relações sociais, políticas e econômicas pautadas no “capital”. Conforme Ribeiro (1991), isso acaba por não considerar as suas noções primordiais dos direitos individuais, coletivos e de cidadania, necessitando repensar suas atribuições de valor à mudança.

Por sua vez, a efetivação desses direitos, requer que a população exerça as responsabilidades relacionadas à interculturalidade, respeito à diversidade e vivência de maneira equilibrada com a natureza. Além disso, o desenvolvimento pautado no “Bem viver” proporciona, no entendimento de Gudynas e Acosta (2011), um planejamento participativo em diversas áreas que sejam transversais à qualidade de vida de modo equânime e inclusivo.

### 2.3 Populações Tradicionais Versus Ecodesenvolvimento

Para Simonian (2007), as populações tradicionais podem ser definidas de acordo com alguns parâmetros importantes, entre eles está a ancestralidade de seus povos, pautado no simbolismo que essa relação implica em como esses indivíduos percebem sua sobrevivência com a exploração dos recursos naturais, considerando seus saberes acerca da biodiversidade e tecnologias tradicionais que possuem. Assim, as populações tradicionais compreendem os indígenas, caboclos, quilombolas, os ribeirinhos, ou seja, os povos das águas e das florestas. Os indígenas apostam, conforme Silva e Simonian (2015, p. 167), na sua ancestralidade e numa simbiose quanto à “[...] manutenção [...] dos ecossistemas do bioma Amazônia [...]”.

A sabedoria desses indígenas permite a compreensão de muitos fenômenos da “[...] natureza e sua correlação simbiótica com ela, através da percepção das características gerais de todas as espécies

vivas, terrestres e marinhas, bem como as transformações mínimas que ocorrem nos fenômenos naturais, como nos ventos, nas águas e nos solos” (Handy; Pukui, 1958 *apud* Levi-Strauss, 1989, p. 22). Assim e a depreender-se de Gudynas e de Acosta (2011), existe um grande esforço para demonstrar que os conhecimentos e princípios que foram esquecidos e sofreram preconceitos por décadas possam, agora, mostrar outros caminhos para um desenvolvimento que vise mudanças nas economias e no mercado atualmente existente.

Com o passar do tempo e no avançar da história, estudiosos, antropólogos e demais pesquisadores começaram a buscar cada vez mais aproximação com os saberes desses povos, até então pouco aprofundado e por vezes desconsiderados. E na medida que o avanço de abordagens nesses conhecimentos foram se disseminando, muitas outras áreas acabaram por absorver essas informações e saberes. Nos termos de Ferreira (2013), pode ser tomado como exemplo a prática do parto vertical, chamado pelos indígenas de cócoras, que fez com que houvesse uma melhoria grande na área obstétrica.

Outro exemplo é a compreensão dos fluxos de acesso dos transportes fluviais a partir dos conhecimentos dos ribeirinhos frente às marés, que também é um processo que veio sendo construído para além do uso operacional nos meios de locomoção. Desse modo se conseguiu e alcançou as organizações administrativas dos territórios via distritos, regiões geográficas e regiões de saúde.

Outras evidências foram descobertas acerca dos índios Coahuilla, já que esses povos tinham a sabedoria de trabalhar a terra para ser mais produtiva e mesmo em terras desérticas conseguiam ter fartura de plantas frutíferas e medicinais. Tinham, também, o conhecimento sobre aproximadamente 60 plantas alimentícias e outras 28, de propriedades medicinais. Nos termos de Lévi-Strauss (1989), a grande preocupação desses indígenas com a natureza, diferente dos não indígenas, é conhecer e ter maior vínculo com a mesma e os seus conhecimentos e manipulação com o que é natural e ofertado pelo ambiente onde vivem é considerado pelos pesquisadores da época como uma primazia.

“As alianças entre indígenas, seringueiros da Amazônia e ambientalistas internacionais produziram fundamentos novos à



discussão do desenvolvimento e da conservação ambiental planetária” (Simonian, 2018, p. 120). De acordo com a mesma autora e obra, isso fortaleceu o movimento em prol da floresta e o fomento a um modelo de desenvolvimento que resguardasse o modo de vida das populações tradicionais. Mas os impasses têm sido enormes, pois o Estado não vem conseguindo assegurar os direitos das populações tradicionais amazônicas e mesmo às do país como um todo.

Ressalte-se que muitos estudos vêm sendo realizados na Amazônia por décadas e isso vem demonstrando que apesar de todo enfoque no termo “sustentabilidade”, a partir das culturas indígenas e ribeirinhas, está posto um desenvolvimento com uma política antinatureza e antissocial que é pautado via desenvolvimento de empreendimentos de porte grande na região amazônica. Essa afirmação antinatureza encontra subsídios postos na PL 191/2020 e conforme afirma Juliana Siqueira-Gay que vem acompanhando os impactos econômicos e sociais acerca das decisões tomadas pelo governo federal (Ciscati, 2022). A respeito, a referida estudiosa aponta para os impactos negativos da exploração dos minérios.

Nas pesquisas desenvolvidas na região – a exemplo de Simonian (2007) – é possível comprovar impactos sociais e ambientais negativos enormes causados por essas empresas nacionais e internacionais. Isso tem provocado, ao longo dos anos, a aniquilação desses povos tradicionais ou a produção de um sistema de colonização pelas hidrelétricas, pela malha viária, pela criação de gado, exploração mineral e da pesca, agronegócio, levando à destruição das florestas amazônicas. Nessas comunidades e no entendimento Wagley (1988, p. 259), nota-se uma “[...] diminuição do modo tradicional de vida; nelas foram mais intensas as influências dos grandes centros urbanos e as transformações culturais”.

Desafortunadamente, é possível evidenciar que devido à necessidade de sobrevivência, muitos grupos de povos tradicionais são obrigados a desenvolverem juntos aos empreendimentos ou as grandes empresas, atividades remuneradas que vêm causando, no entendimento de Silva e Simonian (2015, p. 167), “[...] antropizações nefastas ao meio ambiente, impactando os ecossistemas de maneira

nada sustentável”.

Mas, para além, de indígenas e negros que foram forçados ao envolvimento com práticas destrutivas dos recursos naturais, outros se mantiveram fiéis aos princípios da importância da biodiversidade, da conservação e da preservação dos recursos naturais regionais (Simonian, 2007, p. 28).

Aqueles grupos que permaneceram fiéis às suas terras, à sua ancestralidade e seus princípios arraigados na natureza, continuaram a lutar. A partir dessas lutas e articulações locais, nacionais e internacionais foram formuladas estratégias como respostas aos conflitos sociais. Nos termos de Simonian (2018), uma delas foi a elaboração de uma proposta inovadora de acesso e uso dos recursos naturais da Amazônia, que foi a criação da Reserva Extrativista (RESEX)<sup>3</sup>, que tinha o objetivo de manter um modelo mais tradicional do cultivo da terra.

Tudo isso está posto no “[...] desenvolvimento endógeno [...] à colaboração de parte das populações extrativistas para com as políticas públicas e ao fortalecimento de seus próprios anseios e de suas próprias lutas” (Vasquez-Barquero, 2001, p. 21) em busca de um futuro com maior qualidade de vida. Atende, portanto, ao artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, p. 131), onde afirma que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem

---

<sup>3</sup> O decreto de n. 98.863/1990 (Brasil, 1990a) criou a primeira RESEX em território da Amazônia, sendo que sua definição foi dada pelo Decreto n. 98.897/1990 (Brasil, 1990b) como “[...] espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais e renováveis, por população extrativista”. Foi somente no ano de 2000 que o Brasil instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio da Lei n. 9.985 (Brasil, 2000), na qual em seu Art. 18 traz com clareza que RESEX trata-se de “[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondose ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]”.

Compreender todo contexto afeto as questões que envolvam os conceitos importantes das políticas e gestão públicas, participação social e áreas protegidas na Amazônia também é um processo histórico permeado por discussões e desdobramentos para esses povos que aqui vivem. Conforme Allegretti (2002) relata, é possível visualizar nesse histórico de enfrentamentos que Chico Mendes desencadeou pela criação das reservas extrativistas, como seu grande legado de liderança extrativista e que as RESEX podem ser tratadas como políticas públicas para o desenvolvimento e conservação ambiental.

Ressalte-se que essa conquista se deu por meio de muitas lutas das populações tradicionais amazônicas na década de 1970, onde encontravam-se ameaçadas pelo capitalismo que imperava por essas regiões (Simonian, 2018). Toda a resistência desencadeada pelos povos indígenas, extrativistas e agroextrativistas possibilitou grandes avanços na política hoje existente e na guerra contra o capital. Simonian (2018) afirma que houve outros frutos relevantes desse processo, voltados também à questão dos territórios e na sua regularização. Ainda segundo Simonian (2018, p. 120), “[...] tais propostas implicariam na atribuição de valor econômico à floresta em pé, na verticalização da produção [...] quanto à sustentabilidade de seus processos produtivos, dentre outras questões”.

Todavia, ocorreu o esfacelamento entre esses povos indígenas e os extrativistas, devido aos jogos de interesse e poder desencadeado pelo próprio capital que ali os cercava e os fragmentava, fragilizando desse modo os movimentos sociais entre eles. No entendimento de Simonian (2018, p. 120), uma das causas do enfraquecimento dos movimentos sociais se deu devido ao “[...] reconhecimento de seus direitos territoriais e do usufruto dos recursos naturais pelo Estado tenham controlado os ânimos reivindicatórios e produzido essa fragmentação”.

Simonian (2018) considera que a prática da interdisciplinaridade aponta caminhos importantes para os problemas enfrentados pelos movimentos sociais na lógica de implementar a política das reservas

extrativistas e do desenvolvimento sustentável. Desse modo, a autora ressalta princípios norteadores a partir de outros relevantes teóricos que vêm reafirmar que a implementação da interdisciplinaridade será um caminho para “[...] superação da fragmentação dos conhecimentos [...] ressaltam a importância da ciência política, da economia e da antropologia, o que permite observações múltiplas” (Simonian, 2018, p. 121). Assim, se garante um olhar mais ampliado e ressignificado sobre as necessidades dos povos que aqui vivem (Amazônia) e produzem.

#### 2.4 A Pandemia e Seus Impactos No Meio Ambiente e Nas Populações Tradicionais

Apesar de o desenvolvimento ter tido um objetivo genuíno de um crescimento baseado no capital econômico, acabou gerando grandes iniquidades sociais. Na realidade, uma pequena classe elitista possui acesso aos privilégios do desenvolvimento econômico enquanto a outra metade – grande maioria populacional – é marginalizada (Sachs, 1980 *apud* Vieco, 2001). Além da vulnerabilidade e dos diversos impactos, sejam eles sociais, culturais, econômicos e ambientais, esse mesmo desenvolvimento provocou, segundo (Vieco, 2001, p. 49, tradução das autoras), o sacrifício da “[...] diversidade cultural e étnica, devido aos processos de homogeneização social que as nações pobres deveriam realizar para ter acesso à tecnologia e à ciência”.

Vale lembrar que a

[...] segunda década do século XXI apresentou retrocessos legislativos e normativos em relação aos direitos de povos e comunidades tradicionais, como a revisão do Código Florestal e a revisão do Código Minerário, além de dezenas de Projetos de Lei que tramitaram (e tramitam) nas duas casas. Tais projetos buscam limitar os direitos territoriais de indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais (Vianna Júnior, 2020, p. 114).

É ainda Vieco (2001, p. 50, tradução das autoras) quem esclarecia

que essa deslegitimação além de gerar movimentos de violação dos direitos humanos, tem provocado uma onda de “[...] deterioração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, gerando problemas de saúde e impactos ambientais às comunidades indígenas, assentados e camponeses; má prestação de serviços públicos”.

Dessa maneira, a desagregação no contexto neoliberal, que vem ocorrendo há décadas,

[...] torna-se mais particularizado no período pandêmico, em que o biopoder exercido pelo Estado com suas práticas políticas (institucionais, técnicas e discursivas) operam para manter um sistema voltado a potencialização da vida dos sujeitos produtivos ao mercado. Desse modo, as práticas biopolíticas dos atos de Estado são ajustadas a cada situação do sistema econômico, para progressivamente controlar a noção de liberdade do sujeito, já executada a partir das opções limitadas estabelecidas pela maquinaria estatal (Wagner; Acevedo; Aleixo, 2022, p. 240).

Esse período de pandemia trouxe à tona caminhos mais abertos para o desmonte de políticas ambientais e da saúde, políticas essas que estavam sendo construídas ao logo dos anos, junto aos movimentos sociais e também, por estudiosos e técnicos que acreditam na necessidade de existência de políticas equânimes

Todavia, o próprio Estado através de legislações como a PM 910/2019, a pontam para grandes retrocessos que impactam no meio ambiente e automaticamente na saúde das populações que são acometidas pela liberação dos empreendimentos. Não se pode desconsiderar também, os vetos nos planos de contingência contra o Covid-19. Isso, se reflete na fala de Dias-Scopel (2021, p. 01):

[...] apesar de haver uma Política anterior à crise da pandemia de extensão de distribuição de água potável em terras indígenas, na prática essa água potável dificilmente

chega a toda à população. Então, você tem uma lei, uma proposta de efetivar a distribuição de água potável para todas as populações, para as pessoas indígenas, mas na prática ela nunca se efetiva completamente, e a crise que isso gera e provoca em um momento de pandemia em que uma das principais recomendações era lavar as mãos [...].

Em decorrência dessa crise pandêmica, os movimentos indígenas como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) se organizaram para realizar um monitoramento participativo próprio, através da plataforma Emergência Indígena, pois outro ponto em questão se refere à gravidade da Covid-19 entre esses povos, expressa pelas altas taxas de mortalidade e letalidade (APIB, 2021).

Ao corroborar com a fala acima, ocorreu em 4 de novembro de 2021 o “Seminário Internacional sobre a Situação dos Direitos Humanos na Pandemia de Covid-19 no Brasil – Denúncias de violações dos direitos humanos”, com a presença das principais organizações de Direitos Humanos:

Articulação Monitoramento Direitos Humanos no Brasil – AMDH  
Fórum Nacional de Luta pelo Direito Humano à Saúde  
Presidência Conselho Nacional de Saúde – CNS  
Presidência Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH  
Comissão Interamericana Direitos Humanos/Relatoria – CIDH.

Neste evento, foi apresentado o documento-denúncia, onde abordava-se as formas de resposta ao governo brasileiro em relação aos casos de COVID-19 no Brasil, dando ênfase às falas do Presidente Jair Messias Bolsonaro, devido ao total desrespeito e falta de conhecimento real acerca a situação pandêmica.

O Seminário Internacional, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), de violação dos direitos humanos na pandemia do COVID-19 conta com a participação de diversos líderes e indivíduos importantes na luta pela saúde no Brasil. Eles abordaram a crise múltipla - sanitária, política e ética - vivida no cenário nacional como: a falta de

vigilância e proteção no direito à saúde, o feminicídio na pandemia, a vergonha nacional e internacional do país na falha e negacionismo no período de pico e maior enfrentamento da doença, a falta de estrutura para se adequar ao isolamento para as populações mais vulneráveis e as comunidades indígenas que foi um grande desafio nesse período.

Terena (2021) apresenta dados de pesquisas da Fiocruz que já alertava a situação de risco das comunidades indígenas no início da pandemia no país. Posteriormente, ele pontuou a questão da distância das aldeias para os grandes centros urbanos, o que dificulta o acesso ao tratamento da COVID-19, e a vulnerabilidade cultural, uma vez que os povos indígenas apresentam dificuldades em manter o isolamento social, já que eles prezam pelo convívio coletivo. Ademais, outro ponto abordado foi a vulnerabilidade social, em que se refere a questão do saneamento básico nesses territórios e a exposição dessas pessoas ao vírus.

Ele também relata o posicionamento do governo no que diz respeito à proteção indígena quando ele nega a demarcação das terras, quando não atende os indígenas que estavam em áreas ainda pendentes de homologação e aos indígenas que se encontram no contexto urbano. A maioria dos indígenas que ali vivem foram em busca de trabalho, renda ou estudo e padecem com a precariedade de assistência. Muitos deles não conseguem acessar a assistência devido a língua materna, sendo que o sistema não se encontra preparado para esse atendimento, além das questões econômicas, de deslocamentos nas cidades e aspectos culturais.

O documento elaborado pelo advogado indígena Terena (2021) também traz informações sobre os invasores das terras indígenas que são os garimpeiros e madeireiros. Além da destruição que causam nessas terras, são potenciais disseminadores do vírus entre os indígenas, sendo que muitos desses são povos isolados e de contato recente. Terena (2021) ainda fala sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 (ADPF), que objetivou implementar barreiras sanitárias em 33 terras indígenas. Ainda se buscou a elaboração de um plano de monitoramento e enfrentamento nas demais terras indígenas,

com a elaboração de um plano para a exclusão de invasores como garimpeiros ilegais.

O Governo Federal deixou evidente a postura negacionista diante dos planos, como o plano de monitoramento, que demorou 10 meses para ser homologado. Assim, Santos (2020, p. 256) enfatiza que nesse momento da pandemia pelo COVID-19 houve

[...] a facilitação da perda dos territórios indígenas, desregulamentados e disponibilizados para apropriação de empreendimentos agrícolas e da mineração pelo mercado, não foi objeto somente da FUNAI, nº 9/2020. Com efeito, de março a maio de 2020, tem-se a tentativa de votação na Câmara dos Deputados da Medida Provisória - MP nº 910/2019 (sessão virtual do dia 12/05/2020) conhecida como “MP da Grilagem” ou “MP da Regularização Fundiária” e sua conversão em Projeto de Lei- PL nº 2633/2020 apresentado em 14/05/2020 para regular as ocupações incidentes em terras da União; o Decreto Federal nº 10.282 de 20/03/2020 definidor da mineração como atividade essencial, corroborada pela Portaria nº 135/GM de 28/03/2020 do Ministério de Minas e Energia e pelo Decreto do estado do Pará nº 728 de 05/05/2020.

As normatizações e legislações acima vem corroborando para um retrocesso ambiental e que tem sido marcado na lógica desses grandes empreendimentos na Amazônia e como esse movimento altera o mercado local. É o que está explícito na

[...] exiguidade dos mercados regionais e as desvantagens comparativas da localização da maioria dos empreendimentos que poderiam conduzir à substituição parcial das importações regionais, aponta inexoravelmente para a alternativa de um modelo econômico voltado principalmente para mercados extra-regionais. Esses



mercados podem ser o do resto do mundo. E este é, também, o caminho que parece ter sido ultimamente escolhido para orientação de grandes empreendimentos [...] gigantescos projetos de mineração industrial, tipo Serra dos Carajás ou Trombetas, no Estado do Pará (destinados ao mercado mundial), são bons exemplos desta tendência (Mendes, 2006, p. 152).

É possível perceber que existe outra questão relevante por trás de toda a movimentação desses empreendimentos: as interrogações acerca dos avanços da biotecnologia e da engenharia genética e de como esses avanços podem impactar na política e economia. A depreender-se de Ribeiro (1991), frente a todo conhecimento científico envolvido na manipulação tecnológica de material genético, ficam questões ainda a serem debatidas e pactuadas pelo Brasil, onde se encontra a maior biodiversidade do planeta, a Amazônia.

Por tudo isso, é urgente o envolvimento dos movimentos sociais com os setores governamentais, aliados aos estudos criteriosos das necessidades das populações tradicionais, onde as instituições produzam equidade nos seus planos, projetos e planejamentos. E que estes sejam vistos de forma interdisciplinar e intersetorial para o equilíbrio e fomento de ações articuladas entre os diversos setores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o processo de globalização da economia e o advento dos grandes empreendimentos na Amazônia para fomentar o tão sonhado “desenvolvimento econômico”, numa lógica de mercado de lucro rápido, tem sido responsável por toda uma sociedade aniquilada no seu próprio habitat.

O “ecodesenvolvimento” ainda enfrenta barreiras para se concretizar, já que a sociedade ainda está longe de ser sustentável, pois ainda não reconhece o valor do meio ambiente dentro de um contexto arraigado pelo capitalismo. Associado a tudo isso, estão os impactos

causados em tempos de Pandemia, que aniquila e vulnerabiliza os povos tradicionais, principalmente os indígenas.

Apesar da iniciativa de inclusão de temática de meio ambiente como disciplina transversal no ensino regular e dos meios de comunicação percorrendo o mundo e demonstrando as evidências da relação ser humano x meio ambiente, esse contexto ainda precisa ser ressignificado pela sociedade, pelos grandes empreendimentos e pelo Estado. Todavia, uma aposta estratégica para os percursos que estão sendo implementados no país seria conceber um modelo de desenvolvimento no qual considere os ciclos naturais de recomposição da natureza, os princípios da sustentabilidade e a não destruição das culturas nativas e das populações tradicionais que ali vivem e se reproduzem há milhares de anos e o fomento de uma visão holística com a natureza.

Portanto, acredita-se que a sustentabilidade dos ecossistemas naturais só será possível quando os critérios econômicos para o desenvolvimento de uma região ou país não estiverem pautados acima de outros aspectos primordiais como: o social, o ecológico, o cultural e o político. Nesses termos, a transformação dos aspectos mencionados necessitará de diversos especialistas, com o envolvimento dos saberes tradicionais e da ciência moderna.

Importante ressaltar que na atual conjuntura, precisaremos dos diversos saberes, mais precisamente da interdisciplinaridade dos especialistas. Incluindo ainda as lideranças comunitárias e dos povos tradicionais, pretendendo a mobilização da sociedade frente ao grande paradigma que precisa ser implementada, pois não há execução eficiente de políticas públicas sem a participação de grupos sociais e a Amazônia requer essa governança, já que muitas políticas criadas em tempos de pandemia fragilizaram essa organização.

É necessário também pensar políticas transversalizadas em prol das populações tradicionais, as quais têm sido mais afetadas pelo desenvolvimento “arbitrário e destruidor” da gestão federal anterior. O engajamento da participação popular torna-se nesse momento um imenso “grito” de mobilização desses povos e da sociedade em geral, para que as próximas gerações possam vivenciar uma natureza ainda existente.

É necessário recomeçar, buscando a proteção das reservas de vida selvagem, impedindo o comércio ilegal de animais selvagens e alterando as políticas de uso da terra e implementando o acesso as populações que vivem e sobrevivem delas. Além, de buscar estratégias para minimizar os impactos socioeconômicos e ambientais deixados pela COVID 19.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Pesquisas - CNPQ pela bolsa de estudos de doutorado destinada à Rosiane Pinheiro Rodrigues. Processo No. 141003/2020-0.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais:** Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 827f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. *In:* INDA, J. X.; ROSALDO, R. **The anthropology of globalization: a reader.** Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 131p.

BRASIL. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei n. 9.795, de 24 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a outras providencias. **Diário Oficial da União,** Brasília, Seção 1, p. 13, 26 de junho de 2002.

BRASIL. Decreto n. 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Cria a Reserva Extrativista do Alto Juruá. **Diário Oficial da União,** Brasília, n. 17, Seção 1, p. 2, 1990a.

BRASIL. Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, n. 22, Seção 1, p. 2, 1990b.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 138, Seção 1, p. 45, 19 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Brasília: CNDSS, abril, 2008.

BRASIL. Secretaria de Saúde Indígena. **Ministério da Saúde**. Imagem disponível em página de acesso público [internet]. Disponível: <https://saudeindigena.saude.gov.br/corona>. Acesso: 6 jul. 2021.

CISCATI, R. PL 191/2020: quais os impactos da mineração em terras indígenas. **Brasil de Direitos**. 31 de março de 2022. Entrevista. Disponível em: <https://brasildedireitos.org.br/atualidades/pl-1912020-quais-os-impactos-da-mineracao-em-terras-indigenas?> Acesso em: 20 jun. 2022.

CORREIO BRASILIENSE. **UE está comprometida com emissão zero de carbono em 2050, diz Merkel na Cúpula do Clima**. Brasília: Correio Brasiliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/04/4919546-ue-esta-comprometida-com-emissao-zero-de-carbono-em-2050-diz-merkel-na-cupula-do-clima.html>. Acesso em: 27 set. 2021.

DIAS-SCOPEL, R. **Os Impactos Sociais da Pandemia: Povos Indígenas**. Participação de Renato Farias. Fiocruz/Canal Saúde. Rio de Janeiro. 14 de jun. 2021. 1 vídeo (26 min). Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/os-impactos-sociais-da-pandemia-povos-indigenas-bps-0820>. Acesso em: 21 maio 2020.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, CA, v. 30, p. 285-317, 2001.

FERREIRA, L. O. Cursos, Partos e Parteiras Tradicionais: apropriações indígenas de conhecimento e das coisas do branco. In: FERREIRA, L. O. **Medicinas Indígenas e as Políticas da Tradição**: entre discursos oficiais e vozes indígenas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 87-108.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. *In*: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (ed.). **Anthropology, development and the crisis of modernity**. London: Pluto Press, 1996. p. 1-24.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana**. Venezuela, Facultad de Ciências Económicas y Sociales, Universidad del Zulia, Año 16, n. 53, p. 71-83, jun. 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

MENDES, A. D. **A invenção da Amazônia**. 3. ed. Coedição com a Universidade Federal do Pará. Belém: Banco da Amazônia, 2006. 202p.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado, nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, v. 34, p. 59-101, 1991.

SANTOS, S. S. M. Pandemia e desterritorialização: biopolítica da desregulamentação e efeitos sobre os povos indígenas da volta grande do rio Xingu, PA. *In*: ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. (org). **Pandemia e Território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020. 1226p.

SILVA, J.B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba. UFPR, v. 33, p. 163-175, abr. 2015.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 118-139, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58920/36953>. Acesso em: 21 maio 2020.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. *In*: ARAGÓN-VACA, L. E. (org). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém-PA: NAEA/UNESCO, 2007. p. 25-44.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., p. 20-45, 2006.

TERENA, L. E. **Seminário Internacional Situação dos Direitos Humanos na Pandemia de Covid-19 no Brasil** [2021]. Disponível em: <https://dhsaude.org/video/povos-indigenas-e-as-violacoes-do-direito-humano-a-saude-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-subsidios-a-denuncia-internacional/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

VASQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001. 278p.

VIANNA JÚNIOR, A. Pandemia e território: cooperação e disputas. *In*: ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. (org). **Pandemia e Território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020. 1226p.

VIECO, J. J. Desarrollo sostenible, organización social y ambiente en la Amazonia. *In*: FRANKYCALVO, C. E.; ZÁRATE-BOTÍA, C. G. (org.). **Imani mundo: estudios en la Amazonia colombiana**. Leticia: Universidad Nacional de Colombia/IAII, 2001. p. 47-70.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. *In*: VIOLA, A. (org.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: Um estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 401 p.

## **4 COPRODUÇÃO ACADÊMICA E GOVERNAMENTAL: DECISÕES PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19<sup>1</sup>**

*Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos Santos*

*Ligia Terezinha Lopes Simonian*

*Janari da Silva Pedroso*

### **1 INTRODUÇÃO**

Na Administração Pública é cada vez mais urgente a produção de conhecimento para suportar o processo decisório e as ações sistematizadas destas decisões (Camoês; Palotti Cavalcante, 2014). Aliás, isso foi possível vivenciar durante a pandemia da COVID-19, cujas ações ou ausência de ações permitiram que o vírus da COVID-19 atingisse 666 mil vidas brasileiras, até 20 de maio de 2022 (Painel Covid, 2022). Nos termos de Werneck *et al.* (2021), o estudo do grupo de pesquisa Movimento Alerta (Universidade Federal de Pelotas) aponta que a morosidade nas compras de vacinas anticonvid no Brasil teriam causado entre 95,5 mil e 145 mil mortes evitáveis até março/2021.

Henriques e Vasconcelos (2020) contextualizam a estrutura já existente do sistema de vigilância epidemiológica no Brasil. Nas décadas entre e 2000-2020, realizou-se um conjunto de programas e planos visando atender emergências de saúde pública<sup>2</sup>. Estas políticas contaram com a cooperação de centros de pesquisas nacionais, como a Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, as universidades públicas e organismos internacionais, neste caso a exemplo da Organização

---

<sup>1</sup> Este capítulo integra o Projeto “Efeitos Psicológicos do Isolamento Preventivo da Pandemia do Covid-19, 2021-2014”, coordenado pelo Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/UFPA.

<sup>2</sup> Exemplos: 2020: Programa de formação em epidemiologia de campo (EPISUS) pelo Centro Nacional de Epidemiologia da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (MS) e Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS); 2007: Regulamento Sanitário Internacional; 2010: Plano Diretor de Desenvolvimento de Capacidades Básicas; 2011: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e instituiu a Força Nacional do SUS; 2014: o Plano Nacional de Resposta a Emergências em Saúde Pública etc.

Mundial da Saúde – OMS e da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS.

No entanto, as ações relacionadas à saúde pública vêm sofrendo redução financeira após a Emenda Constitucional n. 95/2016, aprovada em dezembro de 2016. Mais recentemente, a previsão é reduzir os gastos do Sistema Único de Saúde em R\$ 400 bilhões, isso até 2036 (Brasil, 2019). Conforme Brasil (2020), apenas em 2019, os recursos em saúde encolheram R\$ 20,19 bilhões.

Durante a pandemia, além das medidas de redução de gastos mencionadas acima, as decisões tomadas pelos governos federal, estaduais e municipais foram diferentes entre si, demonstrando uma falta de articulação construída ao longo da existência do Sistema Único de Saúde – SUS. Enquanto o governo federal, estava voltado a atender a agenda fiscal de redução do papel do Estado na economia (Dweck; Rossi; Oliveira, 2020), os governadores passaram a agir isoladamente a partir de orientações epidemiológicas (Henriques; Vasconcelos, 2020). Aliás, esta iniciativa foi muito questionada pelo governo central.

No estado do Pará, foi implementado o Comitê Científico Assessor ao Enfrentamento da Pandemia da COVID-19, que auxiliou a tomada de decisão dos gestores públicos a partir de informações produzidas por um grupo de pesquisa. A metodologia utilizada baseou-se em Redes Neurais Artificiais – RNA. O objetivo deste Comitê era de assessorar as decisões do governador e dos secretários de estado, a partir de orientações científicas e era formado por membros da academia e gestores públicos das áreas de saúde e segurança pública.

A modelagem em RNA se mostrou eficiente para definir as projeções quanto a sazonalidade da doença, fornecendo dados confiáveis de curto prazo, com precisão de 97% para casos confirmados, 96% para óbitos e 86% para ocupação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo – UTI (Souza Junior *et al.*, 2021). Os gestores públicos puderam, a partir de modelagens artificiais, definir políticas de isolamento sanitário dentro do estado. Estas ações fortalecem a teoria de coprodução de Jasanoff (2004), que entende ser indissociável a relação do saber-poder do conhecimento técnico-científico em sociedades modernas.



Assim, o propósito deste estudo é apresentar uma reflexão a partir de um caso real aplicado em um estado amazônico, sobre o papel do conhecimento científico na orientação de políticas e normas técnicas. O exemplo de caso real é o Boletim da COVID-PA, instrumento científico que foi base para as ações estratégicas do governo do estado do Pará, no período de 2020 e 2021. A metodologia científica utilizada de RNA, realizava modelagem do comportamento populacional, a partir de dados existentes na Secretaria de Estado de Saúde (SESPA) indicando qual política pública poderia aumentar ou reduzir o isolamento social.

O capítulo foi dividido em duas sessões, além desta introdução e conclusões. A primeira, refere-se à explanação sobre a teoria da Coprodução nas Ciências da Sociais e da Administração, pontos importantes e críticas; e a segunda sessão trata especificamente do Boletim da COVID-PA, orientações gerais sobre a metodologia de RNA e as nuances que existiram para produção de informações estratégicas para o governo do Pará. Destaca-se que foi realizada entrevista, pela plataforma eletrônica Google Meet, com o coordenador geral do Boletim Covid Pará, o professor doutor Jonas Elias Castro da Rocha, no dia 16/05/2022.

## 2 TEORIA DA COPRODUÇÃO

Habitualmente utiliza-se o termo coprodução associado ao campo das artes, que remete a ideia de “criar em parcerias” ou “fazer junto” um espetáculo teatral, por exemplo. Ocorre que o termo também vem sendo utilizado nos campos das ciências sociais e da Administração. Barcellos (2020) faz um histórico sobre as pesquisas realizadas pela economista política americana Elinor Ostrom (1933-2012), sobre as relações entre os arranjos institucionais e a governança dos recursos de modo democrático e sustentável. E da pesquisadora indiana naturalizada americana Sheila Jasanoff (1944-), que afirma ser a coprodução de conhecimento decorrente do conhecimento científico e da organização social a partir da modernidade.

Borges Junior (2016) esclarece que o termo coprodução foi utilizado pela primeira por Elinor Ostrom para explicar por que a polícia precisava

da comunidade do mesmo modo que a comunidade precisava da polícia. Assim, o termo coprodução foi criado para se referir à relação potencial entre o regulador do serviço (Estado) e o usuário a quem se destina esse serviço (cidadão). Suas pesquisas iniciais foram formuladas e aplicadas no âmbito da Administração Pública. Barcellos (2020) menciona que o seu principal interesse de pesquisa são as relações entre os arranjos institucionais e a governança dos recursos de maneira democrática e sustentável, sempre buscando experiências concretas para testar a viabilidade de suas teorias.

No Brasil, um exemplo da coprodução são os Arranjos Produtivos Locais (APL). Trata-se de arranjos empresariais que objetiva conciliar competição e cooperação, autonomia e interdependência visando o desenvolvimento dos membros em rede (Mello; Risso Filho, 2019), bem como podem contribuir para proteção da floresta. Silva e Simonian (2016) esclarecem que a região amazônica oferece vantagens competitivas<sup>3</sup> em virtude da singularidade da floresta, visto que as comunidades tradicionais já possuem relação harmônica com o lugar, causando menos impacto ao meio ambiente e utilizando-se dos saberes ancestrais.

Os APL não se tratam de uma atuação totalmente privada, a orquestração das estratégias deve ser estimulada pelo Estado, atuando como catalizador das ações entre o mercado e a comunidade. Araújo e Simonian (2016) relatam o caso de Parque Nacional de Tortuguero<sup>4</sup>, o fato de o Estado iniciar as articulações com o mercado e comunidade, mesmo de forma incipiente, já implicou na efetivação de estratégias de conservação do parque e na prestação de serviços turísticos sustentáveis. Outro exemplo é de Angel e Simonian (2019) que explanam sobre os Regimes Especiais de Manejo como uma alternativa para a administração de áreas protegidas superpostas a territórios indígenas

---

<sup>3</sup> Aplica-se ao conceito mais recente de “vantagem competitiva sustentável”, quando o diferencial competitivo é de difícil equiparação por concorrentes.

<sup>4</sup> O Parque Nacional Tortuguero é uma área de conservação localizado na cidade Limón (Costa Rica). É conhecido pela diversidade ecológica, sendo que um dos principais pontos de desova das tartarugas marinhas (Araujo; Simonian, 2014).

na Amazônia colombiana. Reforçando as proposições de Ostrom sobre as relações dos arranjos institucionais e da governança dos recursos ocorrerem de modo democrático e sustentável.

Barcellos (2020) explica ainda que a coprodução é uma relação indissociável entre o conhecimento técnico-científico e as formas de governança, ou seja, a maneira que a sociedade se conhece é inseparável daquelas pelos quais se organiza. Jasanoff (2004) explica que dinâmicas do poder nas sociedades contemporâneas não podem ser compreendidas se forem separadas das formas de constituição e circulação do conhecimento científico e tecnológico, uma vez que é por meio do conhecimento científico que são moldados socialmente os discursos mais legítimos, ou menos legítimos.

Apesar da ênfase da autora quanto ao conhecimento científico, cabe ressaltar o conhecimento do concreto – conceito introduzido por Lévi-Strauss – também possuem estrutura de organização tão complexa quanto o conhecimento científico ocidental (Lévi-Strauss, 1989). Estes conhecimentos também moldam socialmente os discursos legítimos ou não. Souza; Simonian e Maués (2016) expõem em sua pesquisa a importância dos saberes tradicionais na prestação de serviços de saúde, especialmente quando há ausência do Estado, com o conhecimento científico:

[...] há ausência do Estado na CRQLA (Comunidade Remanescente Quilombola Laranjituba e África) no quesito prestação dos serviços de saúde. Por sua vez, os comunitários têm seus problemas de saúde resolvidos localmente por especialistas tradicionais que possuem importância social. Nessa perspectiva, há o reconhecimento da importância dos especialistas tradicionais na comunidade. Este fato advém dos problemas de saúde resolvidos localmente por estes que lançam mão de técnicas que, dependendo do problema de saúde, têm eficácia concreta (Souza; Simonian; Maués, 2016, p. 444-445).

Portanto, o conhecimento, tanto científico como tradicional, são estruturas que fortalecem a proposição de Jasanoff sobre as dinâmicas de poder nas sociedades. No entanto, Jasanoff (2004) justifica o crescimento e a importância da relação entre o saber-poder do estado gerencial moderno a partir dos estudos de autores diversos de ciências humanas e sociais, em especial Foucault:

As descrições de Foucault da normalização da doença mental e da sexualidade fornecem os mais influentes pontos de partida para esta linha de pesquisa. A medicalização da loucura (Foucault, 1973), as definições de sexualidade normal e anormal (Foucault, 1978), a ascensão das estatísticas (Porter, 1995; Hacking, 1990; Daston, 1988), a padronização da inteligência (Carson, 1993), a criação de dados cadastrais “legíveis” mapas (Scott, 1998), e as atividades de triagem de organizações de saúde e bem-estar (Bowker; Star, 1999) estão entre os exemplos das ciências sociais emergentes para servir - e moldar - o desejo do estado moderno por formas específicas de ordem, controle e segurança (Jasanoff, 2004, p. 33. tradução livre).

Barcellos (2020) enfatiza que para Jasanoff a ciência desempenhou um papel indispensável nas sociedades modernas, assumindo centralidade na configuração da vida contemporânea. Destaca-se a pesquisa de campo realizada por Carneiro e Sandroni (2018), a respeito da articulação entre ciências e políticas sobre temas relacionados a agricultura familiar e conservação da biodiversidade. Efetuaram 21 entrevistas individuais e dois grupos focais, envolvendo 35 gestores de dois ministérios, sendo 16 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e 19 do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em suas conclusões, as autoras observaram que as narrativas dos gestores são de que a ciência de forma objetiva e positiva de construção do conhecimento não são questionadas, uma vez que, para os gestores entrevistados, a ciência e tecnologia são compreendidas

como geradoras de dados, vistas como fundamentais na produção e fundamentação do processo de formulação de políticas públicas (Carneiro; Sandroni, 2018). No entanto, as autoras também levantam a questão da materialidade do discurso sobre o conhecimento científico, como um campo que opera por outras lógicas, diferente da política:

Esse jogo de conectado e separação está sempre presente na narrativa dos gestores (como também na dos cientistas-assessores) como tentativa de distinção e de valorização de seus próprios modos de percepção e de compreensão do mundo, apesar da constante imbricação entre eles. Como mostramos acima, está largamente presente nas falas dos gestores a menção a uma série de elementos pertinentes a uma forma científica de ver o mundo, tais como a ampla utilização de termos técnicos e a expressão explícita da necessidade de uma abordagem o “mais objetiva possível”, perceptível na valorização dos dados quantitativos expressos por meio de tabelas e gráficos sempre presentes (Carneiro; Sandroni, 2018, p. 57).

Nos termos de Carneiro e Sandroni (2018), existe uma construção social que separa e confirma a percepção das diferenças entre as práticas de gestores e cientistas, tais como as diferenças em termos de espaço de construção, escopo epistemológico, limites à reflexão, tempo para realização de análises, entre outros aspectos ressaltados pelos gestores para quem entrevistados. Cabe mencionar a explicação de Verón (2020) sobre a noção de ciência, para quem a atividade científica pode ser associada a um tipo de discurso reconhecido socialmente quando está relacionado a instituições científicas.

Por fim, Barcellos (2020) explica que a vantagem do uso das análises de Jasanoff é a possibilidade de observar a ciência além das dimensões epistemológicas e metodológicas, mas as correlacionando com fatores contextuais, políticos e culturais das diferentes sociedades, necessários

para produção do conhecimento e inovações científicas. Uma visão interdisciplinar na elaboração de políticas públicas é fundamental, pois estabelecem relações entre diversos ramos do conhecimento.

Pinto, Simonian e Monteiro (2015) explicam que para atender novos problemas de um mundo real, cada vez mais complexo, é necessário romper com preconceitos e conceitos que fundamentam a ciência disciplinar. Portanto, o papel da interdisciplinaridade é básico para solução de problemas atuais, como o da pandemia da COVID-19, que existe de ações de coprodução entre ramos do conhecimento e setores organizados da sociedade.

### 3 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Redes Neurais Artificiais (RNA) são técnicas computacionais amplamente difundidas que, a partir de um modelo estatístico, apresentam uma estrutura neural semelhante aos organismos inteligentes e que tem a capacidade de adquirir conhecimento por meio de experiências (Ferneda, 2006). Conforme Souza Junior *et al.* (2021), esta técnica de RNA possibilitou a projeção de prevalência e sazonalidade durante a pandemia da COVID-19 no estado do Pará.

No caso do estado do Pará, metodologia de RNA serviu para dimensionar capacidade de leitos de UTI para doentes e na definição de momentos nos quais o Estado deveria impor maior rigor no isolamento social. Cabe destacar que o uso do RNA como método de projeção para a Covid-19, surgiu a partir da experiência anterior em pesquisas no âmbito florestal, com árvores de *Eucalyptus* no município de Paragominas-PA (Cunha Neto *et al.*, 2018; Cunha Neto *et al.*, 2019; Dolacio *et al.*, 2019; Dolacio *et al.*, 2020). A explicação do coordenador do grupo de pesquisa Boletim COVID-19 sobre a metodologia foi:

[...] redes neurais são sistemas computacionais massivos que precisam de bastantes informações e têm um alto processamento tecnológico. Ele tem uma inspiração no neurônio biológico, no neurônio humano. Onde tem informações de entrada, elas são processadas no

núcleo e elas tem uma resposta. O teu neurônio devolve para o teu cérebro uma resposta que se configura em um fenômeno. Então é a inspiração biológica que a gente joga para dentro do computador e as redes tem um algoritmo de aprendizagem. Esse algoritmo ele vai aprendendo conforme você vai inserindo informações. Por exemplo, nome do município é uma informação, IDH desse município é outra informação, quantidade de casos confirmados no município, quantidade de óbitos, quantidade de demanda de leitos de UTI, quantidade de demanda de leitos clínicos, quantidade de médicos e de fisioterapeutas. Então a pandemia expôs alguns problemas já existentes, principalmente nessa divisão de recursos hospitalares. Então, nós ensinamos uma rede neural todas essas informações e ela te devolve um resultado – Olha com essa situação inteira que você está me apresentado eu preciso de X leitos de UTIs, de X leitos clínicos, de X médicos, X fisioterapeutas, X intensivistas – Então ele fazia todo redimensionamento dos recursos hospitalares” (Rocha, 2022).

Rocha *et al.* (2020) explica que os dados foram classificados em variáveis quantitativas e categóricas, conforme descrição: dia de ocorrência (data, variável categórica), casos acumulados (variável quantitativa), óbitos acumulados (quantitativa), casos diários (quantitativa), óbitos diários (quantitativa), cidade de ocorrência (variável categórica), microrregião (categórica), região de saúde do estado (categórica), região de gestão de leitos de UTI (categórica), densidade demográfica das cidades (quantitativa), leitos de UTI disponíveis (quantitativa), leitos de UTI ocupados (quantitativa), leitos clínicos disponíveis (quantitativa), leitos clínicos ocupados (quantitativa).

Além disso, Rocha *et al.* (2020) também quantificou as pessoas disponíveis para atuar na equipe multidisciplinar de saúde: médicos disponíveis, enfermeiros disponíveis, fisioterapeutas disponíveis e

técnicos de enfermagem disponíveis. Estas informações advêm do próprio setor público, por meio da Secretaria de Saúde do Estado do Pará, o que viabilizou o sistema RNA realizar as projeções.

O grupo interinstitucional de pesquisadores interdisciplinares (UFRA, UFPA, UFOPA, UFV) divulgou no sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural da Amazônia ao todo 15 edições do “Boletim COVID-19 Pará”, dois relatórios técnicos e dois artigos científicos, no período de 13/05/2020 a 28/07/2021; a concentração maior de boletins deu-se no período de março a agosto/2020. Neste ponto, reforça-se a posição de Ostrom sobre a importância de arranjos institucionais para as decisões de âmbito público.

Foi possível observar o refinamento das informações apresentadas no Boletim-COVID-Pará no decorrer do tempo, o primeiro tinha três páginas, enquanto o último com 25 páginas. Cabe destacar que os boletins publicados em 2020, principalmente no período de julho a agosto/2020, apresentam previsões separadas por região de integração e com destaque para quarenta municípios do estado. Como se depreende de Rocha (2022), esses boletins eram divulgados no sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Extensão da UFRA e apresentados particularmente dentro do Comitê Assessor.

A construção de uma estrutura específica para os gestores públicos, no formato de boletins, permitiu a acessibilidade maior com as informações acadêmicas, uma vez que elas sempre são de fácil compreensão por parte dos gestores, conforme já mencionado na sessão anterior (no trabalho de Carneiro e Sandroni (2018)). Os boletins trazem dados, em formato de gráficos coloridos, tabelas com valores absolutos e pequenos textos orientativos. Já para atender os anseios acadêmicos, foram elaborados e publicados artigos científicos, onde a explanação da metodologia é mais detalhada. De acordo com o entrevistado:

“A época que a gente desenvolveu o projeto o Boletim COVID eu estava como pró-reitor adjunto de extensão da UFRA, então a extensão universitária tem justamente esse papel. Por quê? Nós temos uma necessidade, nós precisamos mostrar para a comunidade científica todo o



aparato metodológico, que foi o artigo que você deve ter lido, nos publicamos um paper na PLOS, que é uma das melhores revistas do mundo, mais bem conceituadas, e esse periódico está muito bem detalhado em uma linguagem científica. Porém, a extensão universitária precisa entregar o produto científico na linguagem da comunidade, a linguagem do gestor público, por isso nós criamos os Boletins. Era um produto de extensão universitária, que era para tentar dialogar com a linguagem fácil que o gestor público e a sociedade como um todo pudessem ter e assim interpretar os dados de maneira mais fácil” (Rocha, 2022).

Chama a atenção o fato de uma Universidade Rural da Amazonia, que não possui curso de saúde para pessoas, promover análise do âmbito da saúde, demonstrando como a interdisciplinaridade, sem preconceitos, podem enriquecer políticas públicas. A universidade já possuía expertise no uso do sistema RNA, pois já era aplicado em modelagem de árvores. O conhecimento já desenvolvido por uma área foi pertinente para as decisões do poder público serem mais assertivas, conforme mencionado pelo Coordenador do Boletim COVID-19:

Veja, são fenômenos que são oriundos de organismos vivos, então a gente começou trabalhando em várias áreas, agropecuário, eu particularmente sou engenheiro florestal, aplico na parte de modelagem de árvores. O mundo inteiro começou a tentar projetar, o mundo inteiro tentou pensar qual seria o impacto dessa pandemia, muito cientistas e nós não fomos diferentes. Por que você modela dados, nós não necessariamente falamos do comportamento do vírus, mas nós falamos do comportamento populacional frente a determinado fenômeno, seja ele qual for, a gente pode por exemplo, eu vou até te adiantar, o governo do estado acreditou bastante na nossa metodologia e de fato nós tivemos um nível de acurácia de 95% e 97%, era

realmente muito preciso. Tanto é que nós conseguimos induzir a abertura de mais leitos na região dos Lagos de Tucuruí, quando estava colapsando a região do Carajás, nós pudemos incentivar a aceleração do hospital de Itaituba (Rocha, 2022).

Com relação às dificuldades encontradas, o coordenador do grupo de pesquisa mencionou:

[...] testamos outras metodologias também. Modelos matemáticos que nós encontramos bastantes dificuldades, pois eles exponenciavam, então você deve ter acumulado algumas previsões que jogavam números muito altos. Só que as redes neurais têm uma grande diferença pois elas aprenderam o fenômeno, o algoritmo utilizado conseguiu captar muito bem, nós pegávamos essa informação (Rocha, 2022).

[...] eu vou te listar a maior dificuldade que é a parte do processamento de dados, no início eu ficava rodando uma rede neural em uma máquina razoavelmente boa, particular, mas para a quantidade de dados que ficava aumentado dia após dia essa máquina já não atendia, foi aí que o governo do estado colocou primeiro a PRODEPA a disposição, a SESPA já tinha separado uma máquina de alta performance, até nós chegarmos hoje em um laboratório de alta performance para tentar reduzir essas dificuldades que a gente teve no início (Rocha, 2022).

A maior dificuldade listada pelo coordenador foi sanada por concessões e financiamento estatal, fortalecendo a visão indissociável entre as áreas científicas e governamentais. Além do mais, o entrevistado menciona que a partir do Boletim COVID-PA, outras ações com o RNA serão realizadas:

[...] o governo já solicitou para a gente uma ampliação do trabalho, então imagina nós começamos com modelagem de árvores, nós evoluímos para COVID e hoje nós já estamos trabalhando em modelagem de hanseníase, estamos trabalhando também em modelagem de dimensionamento de leitos oncológicos e infantis para o hospital Otavio Lobo. [...] recentemente também fomos procurados pela SEGUP para fazer também modelagem na área de cyber segurança. Então a modelagem pode vir desde organismo de como uma árvore, um organismo vivo, como em qualquer outro tipo de necessidade, modelando fenômenos da nossa sociedade (Rocha, 2022)

O que também converge com a posição de Ostrom e Jasanoff, uma vez estas relações financeiras são essenciais para a promoção de pesquisas. Ostrom trata a governança do recurso de forma sustentável e Jasanoff sobre as dinâmicas de saber-poder para legitimar políticas públicas. Os benefícios gerados com os resultados da modelagem em RNA provocaram para população a possibilidade de prevenir possíveis esgotamentos no sistema de saúde do estado e, ao mesmo tempo, gerou ao grupo de pesquisa ampliação dos seus recursos financeiros e visibilidade governamental.

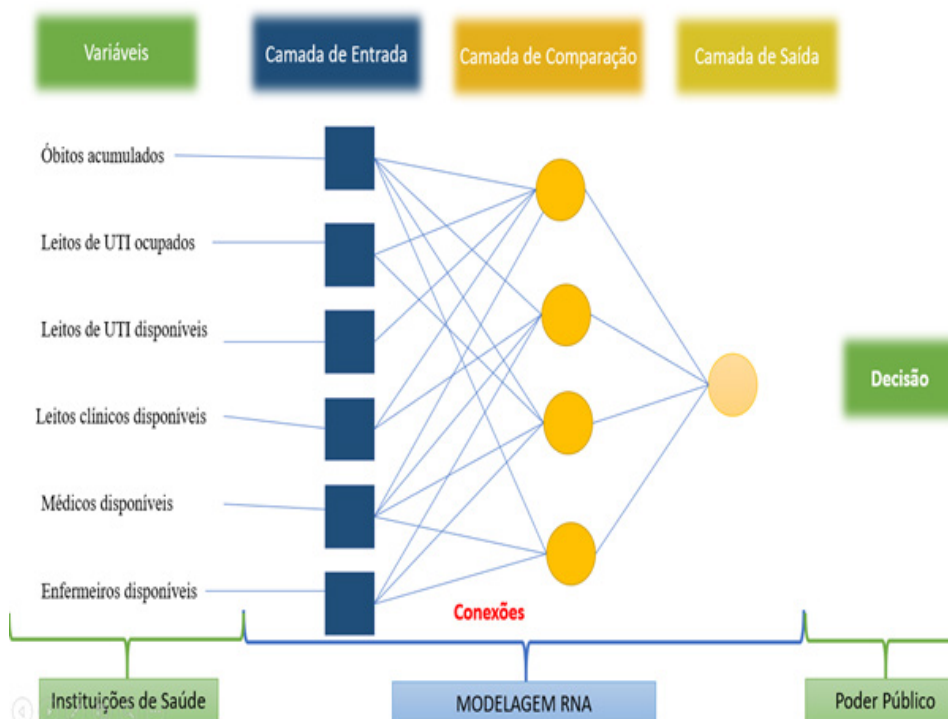
Por fim, destaca-se que os resultados obtidos a partir da metodologia de RNA, de produção científica, possibilitaram definir as políticas de isolamento no estado e com isso modelar o comportamento da população:

[...] as Redes Neurais modelam o comportamento da população, então se você aplica uma ou outra política pública isso reverbera no nosso comportamento, se você sai mais, se você sai menos, se você usa máscara, se você não usa máscara, se você toma vacina A, B ou C. Então as ações políticas ocasionam mudança ou estagnação do comportamento e nós analisamos esse comportamento, nós não indicamos a política propriamente dita. A política

é do poder público, nós ofertamos informações técnicas e científicas para que eles possam moldar a política (Rocha, 2022).

Assim, a modelagem em RNA se mostrou eficiente para definir as projeções quanto a sazonalidade da doença, fornecendo dados confiáveis de curto prazo, com precisão de 97% para casos confirmados, 96% para óbitos e 86% para ocupação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo – UTI (Souza Junior *et al.*, 2021). Os gestores públicos puderam, a partir de modelagens artificiais, definir políticas de isolamento sanitário dentro do estado. A Imagem 01 busca sistematizar a forma como a modelagem RNA operou no Boletim Covid-19.

Imagem 01 - Quadro esquematizado da modelagem aplicada no Boletim Covid-19



Fonte: Elaborado pelas autoras e pelo autor.

A primeira fase – externa ao sistema RNA – refere-se às variáveis necessárias para alimentar o sistema, fornecidas por instituições de saúde, de âmbito público ou privado. As variáveis integram a camada de entrada, onde os dados são normatizados para o sistema. A segunda, terceira e quarta fase ocorrem dentro do sistema RNA. Na camada de entrada, os dados são integrados ao sistema e cruzados entre si, criando conexões entre as variáveis fornecidas. Estas conexões criam situações hipotéticas ou estimadas na forma de cenários que poderão depois ser comparadas entre si.

A camada de comparação, terceira fase, trata dos cenários criados pelo sistema a partir das variáveis na próxima etapa, camada de saída, o sistema apresenta previsões a partir dos cenários existentes, de acordo com as variáveis e situações estimadas no sistema RNA. Assim, utiliza as informações para definir quais as decisões serão tomadas pelo gestor público. No caso do Boletim Covid-19 foram definidos os critérios de isolamento social no estado do Pará.

Esta relação é intrínseca entre a utilização do conhecimento científico e tecnológico para moldar o comportamento da população, por meio de políticas públicas, corroborando com o posicionamento de Jasanoff (2004), o qual explica que as dinâmicas de poder e saber estabelecem os parâmetros sociais. No caso exposto, segundo Souza Junior *et al* (2021), as projeções de curto prazo realizadas por meio do RNA desempenharam a importante função de antever o comportamento de surtos epidemiológicos e auxiliar a prevenção de possíveis colapsos no sistema de saúde do estado do Pará em 2020.

Cabe destacar ainda que não há a participação ativa dos cidadãos no processo de modelagem ou de definição de variáveis, apenas são os receptores das decisões definidas em níveis institucionais. Isto porque o momento pandêmico requereu respostas rápidas das instituições públicas, sem necessariamente a participação da sociedade. No caso pesquisado a interação ocorreu entre as instituições estaduais do Pará (SESPA, FAPESPA e Casa Civil) e acadêmicas (UFRA e UFPA). No entanto, passado a questão da pandemia e considerando que uso do modelo de RNA será utilizado em outros assuntos estaduais, como segurança

pública, incluir as perspectivas dos cidadãos como uma variável poderia enriquecer os resultados na Camada de Saída na modelagem do RNA.

#### 4 CONCLUSÕES

O propósito deste estudo foi apresentar uma reflexão sobre o papel do conhecimento científico na orientação de políticas públicas, a partir da observação de um caso real no estado do Pará, localizado na região amazônica, durante a pandemia da COVID-19. Para definir as estratégias de isolamento social, o governo do estado do Pará tomou como base orientações científicas, realizadas por meio de método de Redes Neurais Artificiais. A partir deste método foi possível modelar o comportamento populacional, projetando a prevalência e sazonalidade do vírus durante a pandemia da COVID-19 no estado.

Os Boletins COVID-PA representam um exemplo da coprodução acadêmica e governamental. A academia carece de financiamento governamental para realizar pesquisas e desenvolver novas tecnologias, para trazer benefícios a sociedade, especialmente a local. Do outro lado, o poder público requer dados confiáveis, novas tecnologias e soluções sustentáveis para apoiar suas proposições políticas. Esta relação de coprodução acadêmica-governamental gera benefícios a sociedade, usuário ao qual se destina o serviço público, colaborando com a proposição conceitual de Jasanoff sobre coprodução.

Cabe destacar neste modelo, o papel da coprodução entre Estado e Academia para produção de informações, sejam elas para gerar indicadores ou utilizar indicadores para tomada de decisão. Além disso, o coordenador do Boletim Covid-19 mencionou em entrevista realizada em 16/05/2022, concessões e financiamento estatal para o grupo de pesquisa que realiza pesquisas em modelagem RNA e como este grupo já está firmado parcerias com outras áreas estatais, como Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) e o hospital Otávio Lobo , fortalecendo a visão indissociável entre as áreas científicas e governamentais.

De acordo com Jasanoff (2004), não há separação entre o conhecimento científico e a organização social em sociedades modernas. No caso analisado foi possível observar que a partir de estruturas de modelagens artificiais foram definidos padrões seguidos pelo poder público, dos quais definiram padrões comportamentais da coletividade.

Outro ponto relevante observado foi o papel da interdisciplinaridade na solução de problemas contemporâneos que são, por suas complexidades, necessitam da associação de várias áreas do conhecimento científico. No caso estudado, pesquisas que já vinham sendo realizadas no campo das engenharias florestal e agrônômica que utilizavam metodologias das ciências tecnológicas informacionais e matemática foram fundamentais para definir política de isolamento social no estado do Pará. Por fim, propõe-se para novos estudos analisar ações de outros estados ou países que tenham usado a mesma metodologia ou comparar a modelagem RNA aplicada neste estudo com outras metodologias para definir o isolamento social.

## REFERÊNCIAS

ANGEL, F. A. R.; SIMONIAN, L. T. L. Los regímenes especiales de manejo: el caso del PNN Yaigóje Apaporis–Colombia. **Revista Amazonia Investiga**, v. 8, n. 24, p. 561-578, 2019. Disponível em: View of Los regímenes especiales de manejo: el caso del PNN Yaigóje Apaporis – Colombia (amazoniainvestiga.info).

ARAUJO, M. de N. F.; SIMONIAN, L. T. L. Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 2, 2016, p. 319- 334. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88145251002.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BARCELLOS, V. G. **Coprodução, conhecimento e o comum**. Orientadora: Sarita Albagli. 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2020.

BORGES JUNIOR, J. M. **A coprodução de serviços públicos na perspectiva do cidadão**: um estudo no Distrito Federal brasileiro. Bacharel em Administração da Universidade de Brasília (UNB). Orientadora: Josivania Silva Farias. Brasília (DF). 2016. Disponível em: 2016\_JoseMartinsBorgesJunior\_tcc.pdf (unb.br).

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016**. Publicado em 28 fev. 2020. Disponível em: Conselho Nacional de Saúde - Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016 (saude.gov.br).

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Cortes nos recursos do SUS preocupam especialistas e parlamentares**. 16 ago 2019. Disponível em: Conselho Nacional de Saúde - Cortes nos recursos do SUS preocupam especialistas e parlamentares (saude.gov.br).

CAMOES, M. R. S.; PALOTTI, P.; CAVALCANTE, P. L. C. **A Importância da Pesquisa Aplicada**: análise de experiências na ENAP. In: X Encontro Nacional da Rede de Escolas de Governo, 2014, Brasília. Painéis Temáticos, 2014.

CARNEIRO, M. J. T.; SANDRONI, L. T. Ciência e política pública na perspectiva dos gestores: clivagens e confluências. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, Janeiro/Abril 2018. Disponível em: Sociedade e Estado (unb.br).

CUNHA NETO, E. M.; BEZERRA, J. C. F.; MIRANDA, L. C.; MAR, A. L.; VAZ, M. M.; MELO, M. R. S.; ROCHA, J. E. C. Modelo de Kozak e Redes Neurais Artificiais na Estimativa do Afilamento do Fuste de Eucalipto. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 11, p. 150-158, 2019.

CUNHA NETO, E. M.; BEZERRA, J. C. F.; ANDRADE, J. S.; MAR, A. L.; VAZ, M. M.; ROCHA, J. E. C.; MELO, M. R. S.; ALVES, G. A. R. Redes neurais artificiais e regressão na estimativa da altura em povoamento experimental misto e equiâneo. **Caderno de Ciências Agrárias**, v. 10, p. 60-68, 2018.

DOLÁCIO, C. J. F. *et al.* Modelagem do carbono estocado no tronco de árvores de *Eucalyptus* com modelos lineares e rede neural artificial. **Advances In Forestry Science**, v. 6, p. 665, 2019.



DOLÁCIO, C. J. F. *et al.* Integration of principal component analysis and artificial neural network to modeling productive capacity of eucalypt stands from biophysical attributes. **Forest Ecology and Management**, v. 460, p. 117862. 2020.

DWECK, E.; ROSSI, R.; OLIVEIRA, A. L. de M. **Economia Pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico.** São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2020. 321 p.

HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 34, n. 99. May-Aug 2020.

JASANOFF, S. **States of knowledge: the co-production of science and social order.** London: Routledge, 2004. Disponível em: S.-Jasanoff-States-of-Knowledge-Ch.-2-Ordering-Knowledge-Ordering-Society.pdf (stsprogram.org).

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Tradução: Tânia Pellegrini. 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1989.

MELLO, J. A. V. B.; RISSO FILHO, N. M. P. Percepções sobre marca de um Arranjo Produtivo Local (APL) em uma cidade brasileira. **Revista Comuni@cción**, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.33595/2226-1478.10.1.327>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PAINEL COVID. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Versão 2.0. Disponível em: [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br).

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. A. El Turismo Como Núcleo de Estudio Interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**. v. 24. 2015. p. 450 – 469.

ROCHA, J. E. C. da *et al.* Redes neurais artificiais na previsão de contágio e óbitos por COVID-19: um estudo no estado do Pará, Brasil. **International Journal of Development Research**. v. 10, n. 4, p. 35416-35421. Raipur(India): April, 2020.

ROCHA, J. E. C. da *et al.* Inteligência artificial no incremento anual de híbrido de eucalipto para desfolha e seca de ponteira. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 7, 2021.

SILVA, M. D. M. da; SIMONIAN, L. T. L. Natureza e ser humano na Amazônia contemporânea. **Revista Amazônia Investiga**, Florencia, Co., v. 5, n. 9, p. 15-28, Dec. 2016. ISSN 2322- 6307.

SOUZA, A. J. A.; SIMONIAN, L. T. L.; MAUÉS, R. H. Contradições no campo da saúde: a ausência de política pública de saúde local e fortalecimento da medicina tradicional na Comunidade Remanescente Quilombola Laranjituba e África. *In*: Pezzuti, J.; Azevedo-Ramos, C. (org.) **Desafios Amazônicos**. Série Desenvolvimento e Sustentabilidade. Belém: NAEA, 2016. 592 p.

SOUZA JUNIOR, G. N. *et al.* Boletim COVID-PA: relatos sobre projeções baseadas em inteligência artificial no enfrentamento da pandemia de COVID-19 no estado do Pará. **Revista Epidemiologia a Serviço da Saúde**. v. 30, n. 4. Brasília: out.-dez./2021. Disponível em: [iec.gov.br](http://iec.gov.br).

VERÓN, E. La **Semiosis Social**: fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2020. 240 p.

WERNECK, G. L. *et al.* Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil. **Jornal Ciência**, junho/2021. Disponível em: [MORTES-EVITAVEIS-pesquisa-24-06-2021.pdf](https://www.poder360.com.br/mortes-evitaveis-pesquisa-24-06-2021.pdf) ([poder360.com.br](http://poder360.com.br)).

## **5 AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19**

*Sandy Lorena Costa Monteiro*

*Fabio Carlos da Silva*

*Armin Mathis*

### **1 INTRODUÇÃO**

A pandemia do Covid-19, desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2, também conhecido como Novo Coronavírus, tem afetado intensamente o modo de vida de pessoas em todo o mundo. De acordo com o Observatório Covid-19 Fiocruz (FIOCRUZ, 2020), a pandemia não apenas vem causando impactos de ordem biomédica e epidemiológica, aos quais sobrecarregam os sistemas de saúde, mas também sérios impactos de ordem sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

De acordo com a Fiocruz (2020), a necessidade de adotar o distanciamento social como medida para evitar aglomerações e a disseminação do vírus exigiu que medidas urgentes de contenção de mobilidade fossem estabelecidas, como isolamento e quarentena. Além disso, a rapidez na testagem de vacinas e medicamentos teve repercussões significativas. Essas medidas, tiveram impactos diretos à saúde mental das pessoas, implicando também na estabilidade econômica do sistema financeiro e da população, gerando dificuldades de acesso à bens essenciais como medicamentos, transportes e alimentação.

Nos aportes do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (IICA, 2020b), a pandemia afetou significativamente o setor da agricultura familiar na América Latina e Caribe. Isso se deve a diversos fatores, tais como a carência de equipamentos de proteção, protocolos sanitários e de biossegurança adequados.

Além disso, as limitações relacionadas ao transporte e distribuição, se tornaram outro desafio considerável. Tais limitações surgiram tanto em decorrência das restrições sanitárias implementadas como

medidas preventivas visando a redução da mobilidade entre lugares e a circulação de pessoas nas ruas, quanto pelo medo associado à possibilidade ao contágio. Há ainda a questão da dificuldade de acesso ao capital financeiro necessário para viabilizar a produção e manutenção das unidades familiares agrícolas (IICA, 2020b)

No segundo trimestre de 2020, o IICA (2020a) realizou uma pesquisa sobre a situação da Agricultura Familiar e o abastecimento agroalimentar em face da pandemia da COVID-19, com objetivo de identificar o panorama geral e imediato dos impactos da pandemia sobre as dinâmicas produtivas e comerciais da agricultura familiar, bem como os efeitos sobre a renda familiar e possíveis repercussões para o setor nos próximos seis meses.

Os resultados da pesquisa destacaram o risco de uma eventual redução na produção dos alimentos e impactos na comercialização e na renda dos agricultores, além da preocupação com uma queda na demanda por alimentos tendo em vista a redução de renda e poder aquisitivo da população pelo crescente desemprego e trabalho informal e a diminuição de renda pública e privada (IICA, 2020a).

Por outro lado, o estudo também destaca aspectos que podem oferecer um conjunto de oportunidades capazes de impulsionar transformações em direção a uma sociedade mais equitativa e ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, isso requer profundas reflexões sobre a organização e a estrutura do sistema agroalimentar global, com objetivo de reconfigurá-lo, valorizá-lo, reconhecê-lo e torná-lo mais sustentável, como apontado pelo IICA (2020a).

A Via Campesina, segundo Altieri (2012), tem argumentado há muito tempo que os pequenos produtores possuem uma grande importância para o atendimento às crescentes demandas por alimento pelas comunidades. A Via argumenta que para proteger os meios de vida, emprego, a segurança alimentar e a saúde das pessoas e do meio ambiente, a produção dos alimentos não deve permanecer sob o controle das grandes empresas do ramo do agronegócio, mas nas mãos de pequenos agricultores.

A relevância desta pesquisa é justificada devido à centralidade da agricultura familiar no suprimento das necessidades alimentares das

comunidades e compreensão das demandas locais. Os resultados podem orientar políticas públicas eficazes e promover desenvolvimento local, minimizando mazelas sociais e o enfrentamento à crises, contribuindo para melhores condições de vida da população local.

O objetivo principal deste artigo é identificar o cenário da agricultura familiar no município de Santarém Novo, no contexto da pandemia da COVID-19. Busca-se, portanto, compreender as dificuldades enfrentadas pelas comunidades e conhecer as estratégias de organização adotadas por elas para se adaptarem a possíveis mudanças na produção, distribuição e comercialização destes bens por agricultores e pelas principais instituições públicas envolvidas. Além disso, a pesquisa buscou avaliar, de acordo com as percepções dos agricultores, a atuação do poder público diante das dificuldades impostas pela pandemia e as ações desenvolvidas em relação à gestão da agricultura familiar.

Nesse contexto, a pergunta norteadora da pesquisa é: *“Quais as implicações da pandemia do Novo Coronavírus no setor da agricultura familiar em Santarém Novo e quais medidas estão sendo adotadas pelos diferentes atores sociais para enfrentar os desafios surgidos nesse cenário?”*.

No que diz respeito à metodologia empregada, adota-se a pesquisa exploratória como estratégia de investigação. Prioriza-se a ênfase na abordagem transdisciplinar, na medida em que possibilita a abordagem de problemas complexos de forma holística, considerando suas múltiplas dimensões. Assim, promovendo a integração de diferentes perspectivas e informações obtidas, indo além da inter e multidisciplinaridade, adotando um enfoque pluralista do conhecimento objetivando uma compreensão mais profunda dos impactos da pandemia na agricultura familiar.

A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, combinando a obtenção de dados primários por meio de contatos diretos com representantes da gestão pública local e dados secundários obtidos através de pesquisa documental em sites governamentais, portais e jornais de notícias oficiais.

A coleta de dados empíricos envolveu a utilização de questionários eletrônicos, compostos principalmente por questões fechadas, com

algumas perguntas abertas. Esses questionários foram elaborados e hospedados em plataformas online, sendo divulgados por meio de aplicativos de mensagens instantâneas para o público-alvo definido com base nos objetivos da pesquisa, ou seja, agricultores familiares do município. A identificação desse público-alvo foi auxiliada por moradores e lideranças locais.

Adicionalmente, foram conduzidas entrevistas não presenciais, semiestruturadas, com os principais agentes e atores sociais envolvidos, incluindo representantes da gestão municipal e estadual, bem como associações e agricultores. Essas entrevistas foram realizadas por meio da plataforma de mensagens instantâneas WhatsApp. Essa abordagem foi adotada devido à necessidade de garantir o distanciamento social e proporcionar um ambiente seguro e sem riscos à saúde de pesquisadores e participantes.

Espera-se que este estudo contribua para a compreensão e disseminação dos conceitos abordados, despertando o interesse do poder público municipal em desenvolver políticas adequadas para promover um paradigma alternativo de desenvolvimento na agricultura familiar em meio à crise pandêmica com benefícios a longo prazo para a comunidade.

Além desta seção introdutória e das considerações finais, o capítulo está estruturado em três partes, a saber: a segunda seção apresenta as discussões sobre a agricultura familiar e sua dinâmica no contexto amazônico. Na terceira seção, são abordados os principais debates relacionados ao paradigma do desenvolvimento, bem como as concepções teóricas sobre instituições e organizações voltadas para a promoção de políticas públicas em apoio à agricultura familiar. Na quarta seção, são apresentados e analisados os resultados deste artigo em relação ao problema de pesquisa apresentado.

Tendo apresentado os principais argumentos da abordagem e a motivação da pesquisa, a próxima seção fornecerá uma breve descrição das origens da agricultura familiar, bem como discutirá sua estrutura e dinâmica no contexto amazônico.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR: DEBATES E PERSPECTIVAS NO CENÁRIO AMAZÔNICO

Marx (1971) tinha uma visão pessimista sobre o futuro do campesinato no capitalismo. Ao refletir sobre essa questão a partir da descrição e análise do modo de vida camponês, ele destaca a quase autossuficiência das famílias camponesas, as quais produziam inteiramente a maior parte do que consumiam, adquirindo seus próprios meios de subsistência em uma relação de troca com a natureza mais intensa do que com a própria sociedade (Marx, 1971).

Marx (1971) também chama a atenção para as restritas relações provocadas pelo limitado modo de produção na pequena propriedade, na qual resultaria em uma parca divisão de trabalho e na ausência da aplicação de métodos científicos em sua forma de produção. Segundo ele, essas circunstâncias os condicionavam ao isolamento, uma vez que esses pequenos produtores formavam uma vasta massa de membros vivendo em situações análogas, mas que não estabeleciam uma multiplicidade de relações sociais entre si. Essa condição era agravada pelos péssimos meios de comunicação e pela pobreza.

Na visão marxista, o agricultor não é percebido como um ator capaz de intervir em seu próprio benefício. Para Muller (2007), a abordagem de Marx não é capaz de contemplar as formas reacionárias dos agricultores e de suas organizações, deixando de reconhecer o papel político desses atores como uma categoria social fundamental na sociedade civil.

Em suas discussões, Abramovay (2012) destaca que, apesar da importância da agricultura na obra de Karl Marx, seus trabalhos não abordam a produção familiar na agricultura, suas tendências e funções no desenvolvimento capitalista. Na visão de Abramovay a posição de Marx reflete mais as circunstâncias de sua época do que uma teoria universal sobre a reprodução do sistema capitalista no campo.

Em Abramovay *et al.* (2003), é explicado que o processo de desenvolvimento do capitalismo não eliminou a agricultura familiar; pelo contrário, ela passou a ser responsável por grande parte da produção agrícola e pecuária, tornando-se a principal base social de desenvolvimento.

Conforme Altieri (2012), o processo de modernização agrícola a partir da década de 60 desencadeou uma série de mudanças na agricultura tradicional. Isso caracterizou uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, originando um novo padrão de produção agrícola que transformou profundamente a organização social rural.

Essas mudanças tiveram graves consequências econômicas, ambientais e sociais, como o aumento no uso de agrotóxicos e a elevada uniformidade de culturas, propiciando uma maior suscetibilidade a pragas e doenças, além da baixa diversidade da dieta alimentar e diversidade cultural de sementes, como aponta Altieri (2012).

Viola (2000) argumenta que a orientação desse modelo, marcadamente anti-campesino, pode ser atribuída a vários preconceitos relacionados ao desenvolvimento. Isso inclui o preconceito industrial, que levou a agricultura a conceber a ideia de que a industrialização acelerada seria a forma mais direta de se tornar parte dos países mais ricos. Também há o preconceito urbano, justificado pela aplicação de medidas de contenção de preços agrícolas, bem como o preconceito em favor das grandes explorações agroexportadoras e o preconceito com o próprio camponês, frequentemente visto como atrasado e improdutivo.

Viola (2000) revela ainda que o resultado desastroso da Revolução Verde para o campesinato despertou uma profunda reflexão e uma busca por modelos alternativos de desenvolvimento rural social e ecologicamente sustentável. Nesse contexto, a agroecologia tem sido vista como a resposta mais coerente, de acordo com o autor.

As discussões sobre a agricultura familiar no Brasil ganham força no final da década de 80, nas esferas acadêmicas e políticas, com a revalorização econômica da pequena produção, mas, sobretudo com os novos movimentos sociais camponeses e após a criação em 1995 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 90, marcando oficialmente o reconhecimento político e institucional dos agricultores familiares pelo Estado como uma categoria social que necessitava de políticas públicas diferenciadas, de acordo com Schneider (2006).



Nessa direção, o governo federal instituiu a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desses atores. De acordo com a lei, são considerados agricultores familiares aqueles que desenvolvem atividades econômicas no meio rural e têm a sua renda familiar predominantemente vinculada ao estabelecimento ou empreendimento rural, incluindo também nessa classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006).

Segundo Schmitz (2007), na Amazônia, a agricultura familiar passou por algumas transformações, incluindo a política de conscientização sobre os métodos utilizados na atividade agrícola, onde é possível observar o uso majoritário de formas convencionais de agricultura denominada “sistema de corte e queima” no âmbito dos estabelecimentos da agricultura familiar na região.

Nos estudos conduzidos por Hurtienne (2005) acerca da agricultura familiar na região amazônica, destaca-se que o desafio da análise da dinâmica da pequena produção familiar na Amazônia e sua sustentabilidade está intrinsecamente ligado à complexidade de abordar a vasta diversidade das formas produtivas familiares que coexistem no campo.

Hurtienne (2005) explica que a falta de consideração sistemática dessa ampla diversidade de sistemas de uso da terra tem limitado a reformulação e o redirecionamento das políticas agrárias em vários níveis administrativos. Ele enfatiza que o grande desafio atual e futuro reside na necessidade de alcançar uma compreensão mais diferenciada das diversas formas da agricultura familiar na terra firme, na várzea e no estuário.

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme Matos e Rovella (2010), ao longo da história, o conceito de desenvolvimento tem experimentado diversas transformações. Inicialmente, vinculado à noção de crescimento econômico, mas, em

um estágio mais recente, passou a ser incorporado ao conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o desenvolvimento passou a ser associado a uma visão multidimensional, indo além dos aspectos puramente econômicos, tornando-se um conceito mais amplo e, conseqüentemente, mais complexo.

Viola (2000) destaca que o conceito de desenvolvimento tem sido objeto de revisão e discussão sob diversas perspectivas ao longo das últimas décadas. Essas reflexões têm procurado evidenciar que sua carga semântica, seus preconceitos culturais, sua autocompreensão e simplificações não estão dissociados das inúmeras falhas, contradições e efeitos prejudiciais resultantes de várias políticas e projetos de desenvolvimento baseados em uma visão economicista e eurocêntrica desse conceito.

Para Polanyi (2012), o desenvolvimento é um fenômeno multidimensional, que incorpora um conjunto de elementos interconectados, abrangendo aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais, transcendendo o âmbito estrito da economia.

Ao discutir sobre desenvolvimento sustentável, Sachs (1986) salienta que não se deve pensar um modelo único, mas em soluções adaptadas às características específicas de cada território, levando em consideração seus aspectos ecológicos e culturais de acordo com as necessidades locais. Isso implica pensar em abordagens de desenvolvimento que se afastem de soluções universalistas e fórmulas generalizadas.

Na visão de Salazar (2006 *apud* Silva; Ravana, 2015), o desenvolvimento integrado da Amazônia, alinhado com o contexto global, requer a existência de instituições dotadas de capacidade estrutural, administrativa e financeira que assegurem o acesso à informação e direitos dos cidadãos, com prestação de serviços públicos de qualidade, bem como a participação social na formulação e gestão das políticas públicas por meio de uma governança democrática e eficaz, com responsabilidade social dos cidadãos e organizações.

Sobre as instituições, North (2018) destaca que elas desempenham um papel crucial na redução de incertezas ao estabelecer uma estrutura para interações humanas, reduzindo custos de transação e facilitando a

coordenação econômica e social, sendo o fator determinante subjacente do desempenho econômico em longo prazo.

Ele argumenta que, para que uma sociedade alcance um estado duradouro de bem-estar e sucesso no desenvolvimento econômico sustentável é necessário que haja instituições eficientes capazes de promover retornos sociais e privados. Para ele, a evolução histórica de uma sociedade, está condicionada à formação e ao desenvolvimento de suas instituições.

De acordo com Sen (2009 *apud* Zulian *et al*, 2014), as instituições podem influenciar diretamente a vida das pessoas, facilitando o exercício de suas habilidades individuais na avaliação de valores e prioridades. No entanto, enfatiza que, embora as instituições sejam essenciais, é crucial que suas funções estejam intimamente relacionadas ao contexto local em que se originam.

No contexto das organizações, North (2018) argumenta que elas atuam sob o âmbito das instituições de forma que a interação entre elas direciona a mudança institucional. Entendida como grupos de indivíduos com objetivo comum, as organizações inserem-se como elementos dinâmicos do modelo.

Portanto, Silva e Ravena (2015) enfatizam a necessidade de uma estratégia de transformação das instituições na Amazônia para promover um ambiente político-institucional favorável ao desenvolvimento regional sustentável, uma vez que de acordo com os autores, atualmente, prevalecem instituições ineficientes com normas e valores que aumentam a incerteza, desassocia trabalho e conhecimento, dificultam o acesso à terra e impedem a inovação, resultando em organizações que inibem o potencial produtivo da sociedade e dificultam a cooperação não hierárquica essencial para o crescimento.

Nesse diapasão, é fundamental para a boa governança das políticas públicas socioambientais na Amazônia, como sugerido por Brasil (1990 *apud* Silva e Ravena, 2015), que as instituições públicas tenham a capacidade de promover a participação da sociedade e orientar suas ações com base nos Princípios da Administração Pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

A próxima seção fornecerá uma breve caracterização do município e seu contexto sócio-histórico e cultural, a fim de permitir uma maior compreensão do processo de formação territorial, construção social e identidade cultural, bem como da diversidade e pluralidade das suas populações, relações e saberes existentes.

### 4.1 Caracterização do município e contexto socioeconômico, histórico e cultural

O município de Santarém Novo, situado na Mesorregião do Nordeste Paraense, encontra-se às margens do rio Maracanã, a uma distância de 180 km da capital, Belém. Segundo o IBGE (2022), sua localização geográfica é de aproximadamente 00°55'44" de latitude Sul e 47°23'49" de longitude Oeste, a uma altitude de 30 metros acima do nível do mar, abrangendo uma área territorial de 229,510 km<sup>2</sup>.

O município está inserido na Região Intermediária de Castanhal e na Região Imediata de Articulação Urbana de Capanema, conforme o estudo da Divisão Urbano-Regional do IBGE (2021), que delinea as áreas de influência das cidades. A cidade mantém uma relação interurbana significativa com Capanema, tanto no acesso a bens e serviços quanto nas relações com empresas e órgãos públicos.

Do ponto de vista geográfico, o município de Santarém Novo limita-se ao norte com o município de São João de Pirabas, ao sul com os municípios de Peixe-Boi e Nova Timboteua, a leste com os municípios de Primavera e São João de Pirabas, e a oeste com o município de Maracanã. Sua área é composta pela região central urbana, conhecida como sede, e vinte e sete comunidades rurais. O acesso a Santarém Novo é possível pelas rodovias estaduais PA 324 e PA 438, e a ligação entre a sede e as vilas ocorre por meio de ramais.

Sobre o Município, incide uma área de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Reserva Extrativista Chocoaré - Mato Grosso, criada pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002 e reconhecida pela Portaria 23 de junho de 2005. Recentemente ampliada pelo Decreto 11.551 de 05 de

junho de 2023, estendendo seus limites territoriais ao município de São João de Pirabas, passando a abranger uma área total de 4.617 hectares (Brasil, 2023).

De acordo com informações do Instituto Socioambiental, a reserva visa assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local, de aproximadamente 4.500 pessoas (ISA, 2023).

Em relação à demografia do município, os dados do Censo de 2022 indicam uma população residente de 6.116 pessoas, resultando em uma densidade populacional de 26,65 hab/km<sup>2</sup>. Em 2020, a proporção de pessoas ocupadas em empresas e outras organizações formais ativas, em relação à população total, era de 12,4%, de acordo com as estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Em 2021, o número de pessoas com ocupação formal registradas no CEMPRE, foi de 601 pessoas, destas, 581 eram assalariadas. O valor médio do salário mensal dos trabalhadores formais, nesse mesmo período era de 1,7 salários mínimos (IBGE, 2021).

No setor agropecuário, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos que atuaram nos segmentos de agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, extração vegetal, silvicultura, dentre outras atividades agropecuárias (na data de referência 30/09/2017) era de 684 pessoas. Incluem-se os estabelecimentos independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda.

No que se refere aos indicadores socioeconômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano do município de Santarém Novo (IDH-M) é de 0,587. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (IBGE, 2020), registra-se um índice de 4,9 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,4 nos anos finais para o ano de 2021. No âmbito econômico, Santarém Novo apresenta um dos menores PIB per capital do Pará, totalizando R\$7.551,36 em 2020, o que o posiciona na 140<sup>a</sup> colocação em relação aos 144 municípios do estado do Pará.

O mapa de desigualdade do IBGE (2003) revela que Santarém Novo enfrenta desafios significativos em relação à pobreza. A incidência de pobreza objetiva atinge 52,33% da população, enquanto a pobreza subjetiva, relacionada à avaliação sobre a suficiência de renda e quantidade de alimentos consumidos, que engloba domínios associados à autopercepção dos sujeitos sobre suas próprias condições objetivas de vida, conforme classifica Diener e Suh (1997), afeta 64,47% dos habitantes. No que diz respeito à desigualdade na distribuição de renda, medida pelo coeficiente de Gini, Santarém Novo figura entre os municípios com maiores índices de desigualdade no estado do Pará, registrando 0,33 e ocupando a 140ª posição, ao lado de outros três municípios - Melgaço, Colares e Bonito.

#### 4.2 Perfil socioeconômico dos entrevistados

No total, dezessete agricultores participaram da pesquisa por meio do questionário online, sendo quinze homens e duas mulheres. Entre os participantes, 70,6% residem na zona rural, enquanto 29,4% residem na zona urbana. Além disso, 70,6% dos participantes informaram residir em áreas de Resex. Em relação à faixa etária, 17,6% têm entre 25 e 29 anos, 41,2% estão na faixa de 30 a 39 anos, 29,4% têm entre 40 e 49 anos, e 5,9% estão na faixa de 50 a 59 anos, com o mesmo percentual para aqueles com 60 anos ou mais.

A maioria dos participantes relatou que a composição de suas unidades familiares é de 4 a 6 pessoas (47,1% do total), seguido por 41,2% que têm de 2 a 3 pessoas na família. Em relação à renda familiar média, 29,4% dos entrevistados informaram rendimentos inferiores a R\$1.100,00, 29,4% rendimentos entre R\$1.100,00 e R\$2.200,00, e 23,5% rendimentos entre R\$2.300,00 e R\$5.500,00.

#### 4.3 Dinâmica de Produção, Autoabastecimento, escoamento e Comercialização

Ao analisar o perfil produtivo, definido pelas práticas agrícolas das famílias, observa-se que há uma diversidade de atividades. A agricultura

tradicional é a mais comum, relatada por 64,7% dos participantes. Além disso, 23,5% dos entrevistados disseram que praticam tanto a agricultura tradicional quanto a pesca artesanal. Um grupo menor, 5,9%, está envolvido em uma gama mais ampla de atividades, incluindo agricultura tradicional, pesca artesanal e extrativismo. Da mesma forma, 5,9% estão envolvidos na silvicultura, além das práticas de agricultura tradicional, pesca artesanal e extrativismo. Essa diversificação das atividades produtivas das famílias, desempenha um papel fundamental no aumento da renda dos produtores e na melhoria da segurança alimentar.

Os resultados evidenciam que a grande maioria dos agricultores (94,1%) direciona sua produção tanto para a venda como para o consumo próprio, enquanto uma parcela menor (5,9%) produz exclusivamente para atender às suas necessidades de autoabastecimento.

Diante das questões levantadas sobre os impactos da pandemia na dinâmica de produção, constatou-se que, após o surgimento da pandemia, 41,2% dos participantes aumentaram a produção para consumo próprio, enquanto 58,8% mantiveram os mesmos níveis de produção durante esse período.

No que diz respeito à importância do autoabastecimento para enfrentar eventuais dificuldades financeiras, econômicas, sociais e de segurança alimentar causadas pela pandemia de COVID-19, 11,8% dos participantes afirmaram que a produção para o consumo próprio não teve relevância, 5,9% a consideraram pouco relevante, 29,4% a classificaram como razoavelmente relevante, 29,4% a consideraram importante, e 23,5% a classificaram como muito importante para superar as dificuldades impostas pela pandemia.

#### 4.3.1 Impactos da COVID-19 causados à produção

De acordo com os dados coletados por meio do questionário eletrônico, observou-se que entre os participantes, 47,1% tiveram suas atividades interrompidas em algum momento durante a pandemia, enquanto 52,9% conseguiram manter suas atividades sem interrupções. No que diz respeito aos impactos na produção, 70,6% dos agricultores

relataram terem sido afetados, enquanto 29,4% afirmaram que a pandemia não impactou sua produção.

Dentre as maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores durante a pandemia na produção de alimentos, as mais mencionadas foram as relacionadas a questões econômicas, incluindo dificuldades financeiras (apontadas por 64,7% dos entrevistados), bem como dificuldades de acesso a crédito e recursos financeiros emergenciais. Também se destacaram as dificuldades na aquisição de insumos agrícolas (mencionadas por 23,5%) e em menor proporção, foram citadas dificuldades na aquisição de ferramentas e problemas de saúde.

Em entrevistas realizadas com agricultores sobre os impactos na produção, escoamento e comercialização de seus produtos durante a pandemia, alguns relataram que, apesar de terem sido surpreendidos pela situação, conseguiram manter suas atividades, adotando medidas de distanciamento social e seguindo as orientações de segurança. No entanto, um agricultor mencionou a perda de parte da produção devido ao confinamento inicial, motivado pelo medo do contato social com os compradores e pelo possível risco de contaminação pela COVID-19.

No início da Pandemia, fomos impactados pelos noticiários televisivos, dessa forma causou medo e isso dificultou, porque além de ficarmos confinados tínhamos medo de ter o contato com os compradores. Na maioria das vezes esses produtos em excesso se estragavam (SILVA, Entrevista II, 2021, *online*).

Em entrevista com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Santo Antônio do Trombetas (APPRSAT), o presidente da associação relatou que, no início da pandemia, a associação interrompeu suas atividades por aproximadamente dois meses. Essa paralisação afetou principalmente o plantio, que estava em uma época propícia. No entanto, posteriormente, as atividades de produção e outros processos foram retomados e normalizados. O presidente também informou que, após esse período, os agricultores voltaram a trabalhar, adotando todas as precauções e cuidados necessários. Atualmente, as atividades de



produção estão ocorrendo em menor proporção, mas essa redução não está relacionada à pandemia, e sim às condições específicas em que se encontra a associação.

#### 4.3.2 Impactos da COVID-19 sobre o escoamento e distribuição da produção

Em relação aos impactos na logística de escoamento e distribuição da produção familiar, 76,5% dos agricultores que responderam ao questionário online relataram ter sofrido impactos nessa área, enquanto 23,5% afirmaram não ter sentido impacto. De acordo com os agricultores, as principais formas de escoamento e distribuição de seus produtos incluem o uso de transporte próprio, a contratação de frete ou aluguel de veículos particulares e a venda por meio de intermediários, popularmente conhecidos como atravessadores. Também foi observado que uma parcela dos agricultores comercializa seus produtos apenas em suas residências, sem a necessidade de transporte para distribuição.

Essa diversidade de práticas pode explicar os resultados variados em relação aos impactos na logística de escoamento e distribuição. E durante as entrevistas, os agricultores destacaram algumas dificuldades relacionadas à logística de escoamento de suas produções, principalmente devido à implementação de barreiras sanitárias e ao fechamento de estradas, estabelecimentos comerciais e mercados. De acordo com o relato de um dos agricultores:

A pandemia impactou de uma forma bem significativa a questão do escoamento, que teve o fechamento da estrada da vila aqui onde eu moro, então ficou difícil escoar essa produção pra poder levar as vendas pros comércios locais. Por exemplo, a gente faz o nosso produto aqui na vila da Faustina, e a gente transporta esse produto para a vila de Peri-merim, onde a gente vende o milho, vende a farinha de mandioca, vende a tapioca, a goma, que é o amido da mandioca e alguns produtos pesqueiros também [...] (Soares, Entrevista III, 2021, *online*).

De acordo com as informações fornecidas pelas associações entrevistadas, o impacto inicial da pandemia foi significativo, especialmente devido às medidas restritivas adotadas para conter a propagação da COVID-19. A Associação de Apicultores (APISAN), relatou que o fechamento de vários setores da economia impossibilitou o escoamento e a distribuição de seus produtos, levando os apicultores a enfrentarem diversas dificuldades financeiras. No entanto, ao longo do tempo, a situação foi melhorando gradualmente. A associação também mencionou que as principais dificuldades enfrentadas foram a impossibilidade de vender seus produtos e garantir a alimentação adequada para suas famílias.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável do Pólo de Jutai (ADESU) relatou que não sofreu tantos impactos em relação à produção durante a pandemia, mas os efeitos diretos foram sentidos na questão do escoamento devido aos bloqueios adotados. Por outro lado, a APPRSAT relatou que os impactos relacionados ao escoamento e à comercialização não foram tão significativos, uma vez que a produção da associação já estava em um nível reduzido, menor do que costumavam produzir em outras épocas, quando chegavam a vender seus produtos, especialmente a farinha, para outros estados.

No momento eles conseguem comercializar o que produzem, e quando a pandemia começou, já enfrentavam fragilidades anteriores, salientando que suas principais dificuldades têm sido às relacionadas à documentação necessária para o funcionamento da associação.

#### 4.3.3 Impactos da pandemia sobre a comercialização dos produtos

Ao analisar os canais de comercialização e venda dos produtos dos agricultores que responderam ao questionário online, observou-se uma diversificação nas estratégias de venda adotadas por eles. No entanto, as estratégias mais frequentes ainda são a comercialização da produção no próprio estabelecimento e a entrega a domicílio dentro da comunidade ou na sede municipal. Além disso, destacam-se as vendas diretas em feiras e comércios locais, tanto no município quanto em municípios vizinhos, vendas para o mercado institucional por meio do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como vendas para o abastecimento de pequenas empresas e através de atravessadores.

Com relação à diversidade de produtos comercializados, os dados demonstram uma significativa variedade de culturas e produtos dentro das propriedades. Essa variedade possibilita a ampliação dos ganhos financeiros dos agricultores, bem como de um melhor aproveitamento da propriedade, além de garantir a segurança econômica das famílias, possibilitando a entrada de recursos financeiros ao longo do ano por diferentes culturas. Assim a diversidade é fundamental para superar as vulnerabilidades geradas pela inserção no mercado e possíveis condições climáticas adversas, dentre outras.

Essa diversidade produtiva também desempenha um papel crucial na gestão de crises, permitindo uma maior autonomia, além de contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias, da comunidade, do próprio município e da região. Entre os produtos comercializados, destacam-se frutas, hortaliças, mandioca, macaxeira, milho, arroz, feijão, produtos pesqueiros, produtos apícolas, animais de pequeno porte, ovos, além de produtos processados, como polpas, goma de tapioca, tucupi, farinhas e itens artesanais. Alguns agricultores também mencionaram a venda de carvão vegetal, grama, mudas e sementes. Essa diversidade reflete a adaptabilidade e resiliência dos agricultores em lidar com diferentes desafios e oportunidades.

Com relação aos possíveis efeitos negativos da pandemia sobre a comercialização dos produtos, a maioria dos agricultores que responderam ao questionário online (70,6%) relatou que a pandemia causou impactos diretos na comercialização, enquanto 29,4% afirmaram não ter sentido impactos nesse aspecto. Esses resultados indicam que a pandemia teve um impacto significativo na forma como os agricultores comercializaram seus produtos, levando a desafios adicionais nessa área.

No que diz respeito aos principais problemas relacionados à venda dos produtos, os agricultores mencionaram com maior frequência o aumento dos preços para as vendas, a baixa procura por alimentos, o fechamento de feiras, comércios e estradas, bem como o medo de contágio pela COVID-19. Também foram mencionados problemas

relacionados ao transporte e à falta de um local específico para as vendas, já que o município não dispõe de feiras livres de agricultura, mercado municipal ou centros de abastecimento onde os agricultores possam vender localmente os alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Sobre a avaliação dos preços recebidos na comercialização dos produtos, 52,9% dos agricultores informaram que os preços foram regulares. Apenas 5,9% dos agricultores consideraram os valores recebidos como péssimos, enquanto 23,5% consideraram que o valor recebido pelos produtos foi bom. Por fim, 17,6% deles consideraram os valores ótimos.

#### 4.4 Relações de trabalho, organização coletiva e assistência técnica

##### 4.4.1 Relações de trabalho e atividades econômicas

A partir das respostas ao questionário *online*, constata-se que a maioria dos agricultores iniciou suas atividades na agricultura familiar devido à tradição ou herança familiar, correspondendo a 41,18% das respostas. Isso demonstra os fortes laços e influências significativas da agricultura familiar na transmissão de conhecimento, patrimônio e cultura. Além disso, foi observada uma tendência significativa de 35,29% dos participantes iniciarem suas atividades na agricultura familiar por escolha própria, indicando que a motivação foi baseada em suas aspirações e interesses individuais e não por transmissão familiar.

Adicionalmente 11,76% dos participantes assinalaram ambas as opções, indicando a coexistência de influências familiares e preferências pessoais na decisão de se envolver na agricultura familiar. Outro fator relevante mencionado como motivo para o início dessas atividades foi a participação em cursos técnicos e de capacitação rural, o que correspondeu a 11,76% das respostas ao item. Também foi realizada uma análise para determinar se, além da atividade agrícola familiar, existiam outras fontes de trabalho ou renda dentro do núcleo familiar.

Assim foram investigados os tipos de atividades econômicas desenvolvidas para obter essas outras fontes de renda e se em algum

momento a pandemia teve algum impacto sobre elas. Nesse contexto, 47,1% dos entrevistados afirmaram que não havia outras fontes de trabalho ou renda familiar além da atividade agrícola. Em contrapartida, 52% informaram que possuíam outras formas de atividades remuneradas ou de trabalho, revelando a pluriatividade nas relações econômicas dentro desses núcleos familiares. Essa diversificação de atividades desempenha um papel crucial na garantia da reprodução e permanência das famílias no meio rural, permitindo maior resiliência em tempos de desafios, como a pandemia.

Algumas das atividades econômicas mencionadas pelos agricultores incluíram principalmente as relacionadas ao serviço público, seja ele efetivo (27,3%) ou temporário (36,4%), além de renda proveniente de aposentadorias, pensões e demais benefícios de seguridade social (18,2%). Também foram mencionados repasses financeiros de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, e a realização de atividades no setor de comércio informal de bens e serviços para o complemento da renda familiar.

Quanto ao impacto da pandemia no trabalho e renda das famílias, 76,5% dos agricultores informaram que em algum momento tiveram suas atividades econômicas afetadas pela pandemia 17,6% afirmaram que a pandemia não teve impacto em sua fonte de trabalho ou renda, enquanto 5,9% não tinham certeza se houve algum impacto nesse sentido.

No que diz respeito à força de trabalho empregada nos empreendimentos ou estabelecimentos familiares, a maioria das respostas (70,6%) indicou que o trabalho é desenvolvido majoritariamente pelo grupo familiar. Em 23,5% das respostas, apenas o agricultor participante desempenha essa atividade, e 5,9% informaram que, além do trabalho conjunto do grupo familiar, também contratam mão de obra temporária.

#### 4.4.2 Participação em organizações coletivas

Quanto à participação dos agricultores em organizações coletivas, os resultados demonstraram que 47,1% dos participantes não fazem

parte de nenhuma organização. Por outro lado, 17,6% participam exclusivamente de associações, enquanto 5,9% estão envolvidos tanto em associações quanto em cooperativas de crédito e movimentos sociais. Outros 5,9% informaram que, além de pertencer a associações, também são membros de partidos políticos.

As demais opções tiveram o mesmo número de respostas, correspondendo a 5,9% cada em relação ao total de participantes. Estas incluem a participação em Conselhos Municipais, em grupos informais de agricultores, em sindicatos de trabalhadores rurais e a filiação a partidos políticos. E em entrevista, foi perguntado se a criação de associações, cooperativas e colônias pesqueiras são estimuladas na comunidade. De modo geral, os agricultores relataram que não recebem incentivos significativos nesse sentido e, quando ocorrem, essas iniciativas são implementadas de forma limitada, com poucos beneficiários.

Aliás, essa limitação muitas vezes está relacionada a questões políticas. E quando se trata de capacitação para a formação e gestão dessas organizações, apenas um dos três entrevistados mencionou ter recebido treinamento neste aspecto. Este agricultor é associado da AUREM (Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré – Mato Grosso) e considera essa experiência muito significativa.

A pergunta também se estendeu às associações, à Secretaria Municipal de Agricultura e à EMATER, questionando se elas incentivam ou colaboram para a criação de outras formas de organizações, visando à articulação e participação das forças ligadas à agricultura local como meio de empoderamento comunitário. Nesse contexto, o Tesoureiro da ADESU, relatou que uma das estratégias de fortalecimento adotadas por sua organização foi o próprio processo de transição do associativismo para o cooperativismo, o que, segundo ele, tornará a comercialização dos produtos mais prática e abrirá possibilidades para melhorias nas vendas e na organização do grupo.

Sobre esse quesito, o representante do escritório local da EMATER (2021), informou:

Infelizmente, as organizações sociais de agricultores familiares do município de Santarém Novo são muito fragilizadas devido ao descrédito destas ou existem apenas para favorecer o recebimento de políticas públicas específicas, o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), por exemplo. Ainda assim, existem representações, principalmente associações, com grande potencial para organizar estes produtores, mas a participação dos sócios é deficiente, deixando por muitas vezes as decisões na mão de uma minoria, quando não, somente a cargo da diretoria da entidade.

No entendimento do diretor da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), existe um Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Santarém Novo (CMDRS), mas, devido ao pouco tempo de início do mandato da nova gestão, encontra-se desativado. No entanto, informa que estão buscando meios para reativá-lo, destacando a importância da participação da sociedade civil e das instituições, e que o fortalecimento das entidades é uma meta da Secretaria.

No que diz respeito ao estímulo à criação de associações, cooperativas e colônias pesqueiras, o diretor mencionou o Programa Produzir, que está em desenvolvimento e visa fortalecer e criar essas organizações. Ele acrescentou que o município possui muitas associações e trabalha em parceria com várias delas, incluindo a APISAN, AUREM e outras associações comunitárias, bem como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Também foi questionado se, após integrarem essas organizações, os agricultores perceberam alguma mudança relacionada à qualidade de vida familiar ou comunitária.

O agricultor Soares (2021) relatou que as mudanças percebidas por ele após a integração na organização foram principalmente relacionadas à manutenção de informações por parte do presidente aos associados sobre projetos e programas de fomento. Essa orientação permitiu que eles trabalhassem de maneira mais ampla e eficaz. O agricultor também destacou que a associação abriu portas para facilitar a vida

dos agricultores em relação à emissão de documentos necessários para solicitação de benefícios.

Exemplar nessa direção têm-se aposentadorias, auxílio doença e maternidade, a partir serviços prestados por uma equipe de advogados que fazem parte da associação, oferecendo o atendimento jurídico necessário para auxiliá-los nesses processos e na obtenção de outros direitos que os agricultores possuem. Além disso, ele ressaltou as parcerias feitas pela AUREM junto ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que envolveram a distribuição de cestas básicas às famílias cadastradas na RESEX até o ano de 2014/2015, assistindo-as durante o período difícil da pandemia, explica.

### 3 Serviços assistenciais técnicos e extensionistas durante à pandemia

Com relação aos serviços de assistência técnica e extensão prestados durante o período pandêmico, 52,9% informaram que receberam esses serviços, enquanto 47,1% relataram não ter recebido tais serviços durante a pandemia. Quando questionados sobre de quais instituições receberam esses serviços, é possível observar que, de modo geral, houve uma maior atuação do SENAR, EMATER e da SEMAGRI nesse período. No entanto, também é perceptível que grande parte dos agricultores desconhece essas instituições ou não sabe responder a esse item.

Sobre a existência de parcerias com diversas entidades de apoio à agricultura familiar na região, incluindo formação profissional rural, capacitação em tecnologias, assistência técnica e extensionista, empreendedorismo e boas práticas de desenvolvimento, a EMATER relatou que desde 2018 atende, em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), 25 famílias de agricultoras na comunidade Jutaizinho.

Nessa parceria, estão previstos atendimentos individuais (visitas), atendimentos coletivos (reuniões, oficinas, excursões etc.) e a implantação de uma Unidade de Referência de Conhecimento e Tecnologia. A EMATER destaca que:



Neste período de pandemia, tivemos que adaptar as maneiras de realizar estes atendimentos e ajustar também o conteúdo das capacitações, incluindo nas temáticas, conteúdos pertinentes ao combate da Covid-19 e alternativas para a produção e comercialização de seus produtos. Exemplo disso, foi a proposta de criação de grupo de WhatsApp para a divulgação dos produtos, além do uso do Facebook.

Foi também questionado se, com o advento da pandemia, houve um fortalecimento das relações com organizações, instituições e outras lideranças locais, e quais resultados foram alcançados por meio dessas articulações. Por suavidade, a APISAN relatou que houve um fortalecimento das relações e que os resultados positivos incluem os aprendizados obtidos por meio de capacitações e assistência técnica, o que resultou em um considerável aumento na produção e que não consegue identificar resultados ou efeitos negativos a partir dessas parcerias.

O aumento das vendas foi destacado como um ponto positivo pela ADESU, enquanto a APPRSAT informou que as relações com a prefeitura e a EMATER permaneceram na mesma proporção. O extensionista rural da EMATER, por sua vez, declarou que houve uma “melhoria na comunicação” devido à necessidade de distanciamento social. O uso do telefone e das redes sociais, para ele, facilitou a comunicação entre a empresa e os clientes, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

#### 4.5 Mercados, Reorganização Social, Econômica e Cultural e Estratégias para Minimização das Dificuldades

Conforme pôde ser percebido, as relações dos agricultores familiares de Santarém Novo com o mercado se manifestam de maneira diversificada. Isso ocorre tanto por meio de transações diretas nos mercados locais e redes curtas de comercialização, realizadas dentro de seus próprios estabelecimentos e unidades agrícolas, quanto pela presença de atravessadores, além do acesso ao mercado institucional por meio das compras do PAA e PNAE.

Em entrevistas com os agricultores, é evidente que, além das relações econômicas, as relações de troca e solidariedade desempenham um papel significativo. Os agricultores se reorganizam, mobilizam-se e interagem por meio de laços fraternos, de reciprocidade e de compartilhamento de conhecimentos e saberes, entre outros arranjos. Conforme relatou o agricultor Silva (2021), na Vila da Faustina, onde reside, existe uma forte dinâmica de trocas diretas, especialmente no que diz respeito ao trabalho coletivo. Ele ilustra essa relação mencionando as experiências de limpeza das roças, nas quais os agricultores se reúnem para trabalhar nos campos uns dos outros.

Cada agricultor contribui com alimentos, e ao final do trabalho, eles compartilham uma refeição juntos. Silva também destaca que, em caso de enfermidades, se algum agricultor for acometido por alguma doença, os outros membros da comunidade também prestam ajuda realizando o trabalho em seu lugar. Outros tipos de trocas mencionados pelo agricultor incluem a produção de alimentos, como a farinha. Nesse caso, eles oferecem suas áreas de cultivo para que outros agricultores façam a colheita e a produção. Quando o processo é concluído, eles devolvem a quantia acordada ao proprietário da área, como, por exemplo, uma saca de farinha, explica.

O restante da produção pode ser utilizado ou comercializado pelo agricultor que fez a colheita. Esse mesmo arranjo se estende a outras culturas, como o milho, utilizado para produzir pamonhas e outros alimentos. A aproximação entre os agricultores possibilitou que em meio à crise pandêmica eles se reorganizassem, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e cultural, cooperando e protegendo-os mutuamente, contribuindo para o fortalecimento da comunidade.

Em relação às estratégias de organização comunitária adotadas para continuar as atividades com segurança e reduzir os riscos financeiros, os agricultores também enfatizaram a importância das ações solidárias para superar as dificuldades causadas pela pandemia. De acordo com Silva (2021):

Aqui na comunidade Faustina, criamos uma equipe que todos os finais de semana seria responsável por entregar os produtos de casa em casa. Enquanto que o

escoamento para outras cidades tinha um representante da comunidade que ia de ônibus e era responsável por fazer as entregas. Na chegada de volta à comunidade, ficava em quarentena (SILVA, Entrevista II, 2021, *online*).

A Figura 1 é uma fotografia cedida pelos agricultores, que corresponde à ação realizada a partir da iniciativa da própria comunidade em implementar barreiras sanitárias para contenção da mobilidade na entrada de uma das vilas do município.

Figura 1 - Implementação de Barreiras Sanitárias pela Comunidade da Faustina



Fonte: Cedida do acervo pessoal de Silva (2021).

O agricultor Soares (2021) destaca que a produção de alimentos para o consumo próprio desempenhou um papel fundamental na superação das dificuldades. Além disso, ressalta a cooperação entre os agricultores na entrega e comercialização dos produtos, assim como em outras transações, como a compra de insumos fora da comunidade, o que foi importante para a redução de custos e para controlar o fluxo de pessoas na localidade. Ele menciona também que o auxílio emergencial fornecido pelos governos Estadual e Federal foi imprescindível para atender às suas necessidades.

Outras estratégias mais individualizadas adotadas pelos agricultores incluíram a venda direta ao consumidor final, sem a presença de intermediários. O agricultor Brito (2021) explicou que manteve medidas de distanciamento e sempre utilizou os equipamentos de proteção recomendados pelos órgãos de saúde e segurança. A alternativa encontrada pelas associações foi expandir as vendas para outros mercados institucionais, principalmente em outros municípios, visto que a venda direta para o governo permite obter um valor melhor pelos produtos, conforme explicou o Tesoureiro da ADESU.

Ainda, ele acrescenta que a venda para o mercado institucional no município de Santarém Novo é limitada, e que suas principais fontes de capital financeiro vêm de contratos com outras prefeituras da região. Por sua vez, o Tesoureiro explica que a pandemia não trouxe tantos efeitos negativos nesse aspecto, mas que as maiores dificuldades estão relacionadas à burocracia na emissão de documentos regulatórios no município, que são necessários para o funcionamento da organização. Ele relata que esse processo muitas vezes está vinculado a questões político-partidárias, o que dificulta e prejudica os agricultores.

Nesse mesmo contexto, o presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Santo Antônio do Trombetas informou que o maior desafio atualmente é regularizar a documentação necessária para o funcionamento da associação. No entanto, as outras atividades produtivas e comerciais estão ocorrendo regularmente, com a observância dos cuidados e orientações sanitárias.

#### 4.6 Impactos sanitários e de saúde vivenciados pelos agricultores e medidas de enfrentamento adotadas pelo poder público municipal

Na análise dos impactos sanitários e de saúde vivenciados pelos agricultores e suas famílias, conforme as respostas ao questionário *online*, observou-se que 82,4% deles tiveram algum membro de seu núcleo familiar acometido pela COVID-19. Além disso, 11,8% informaram que não contraíram o vírus, enquanto 5,9% não souberam ou preferiram não responder. Em relação às medidas de isolamento e afastamento social, 70% afirmaram que seguiram as recomendações estabelecidas

pelo poder público, 23% as seguiram apenas por um tempo e 5,9% não as praticaram.

Quanto ao acesso a insumos de proteção individual, como máscaras e álcool em gel, 76,5% dos agricultores afirmaram que tiveram acesso a esses itens. Por outro lado, 11,8% relataram ter acesso, mas enfrentaram dificuldades na aquisição, enquanto 11,8% disseram não ter tido acesso a esses insumos. No que diz respeito ao apoio oferecido pelo governo municipal durante a pandemia, 52,9% dos agricultores indicaram que receberam orientações sobre os protocolos sanitários e de segurança. Por outro lado, 47,1% afirmaram que não receberam nenhum tipo de apoio.

Além disso, 17,6% mencionaram ter recebido equipamentos de proteção individual, assim como doações de cestas básicas, ambos com o mesmo percentual. Também foi relatada a doação de materiais de limpeza e apoio logístico, com 11,8% de respostas cada, enquanto 5,9% mencionaram o fornecimento de remédios. Quando questionados sobre a avaliação da atuação do governo municipal em relação ao enfrentamento da COVID-19, 17,6% dos participantes a consideraram como péssima, enquanto outros 17,6% a classificaram como ruim. Ainda, 41,2% mantiveram uma perspectiva regular ou neutra em relação às ações municipais. Apenas 11,8% acreditaram que a atuação foi boa, e outros 11,8% a consideraram excelente.

Quando se trata da avaliação da atuação do governo municipal na gestão da agricultura familiar local, as opiniões são variadas. Um total de 35,3% dos participantes a consideraram péssima, enquanto 23,5% a classificaram como ruim. Por outro lado, 17,6% mantiveram uma perspectiva regular ou neutra em relação à gestão da agricultura familiar pelo governo municipal, enquanto 23,5% dos entrevistados avaliaram a atuação do governo municipal como boa para a gestão da agricultura familiar.

Sobre as medidas de controle para conter a disseminação do vírus da COVID-19 no município, a SEMAGRI informou que foram implementadas estruturas como barreiras sanitárias e adotadas medidas de controle, conforme orientações dos principais órgãos de saúde e segurança. O diretor explicou que no campo, foram incentivadas

o distanciamento social e a adoção de medidas de higiene, como o uso de álcool em gel e máscaras. O representante da secretaria também mencionou que foram reduzidos o número de integrantes da secretaria nas visitas em campo, envolvendo apenas um técnico ou, em alguns casos, somente o secretário. Também suspenderam cursos e atividades que pudessem resultar em aglomeração de pessoas.

O diretor também acrescenta que Santarém Novo realizou uma intensa campanha de conscientização para prevenir a propagação da doença, o que resultou em números reduzidos de casos. Ele destaca que, embora as atividades da secretaria não tenham parado durante a primeira e segunda ondas da pandemia, o suporte *in loco* aos estabelecimentos e famílias agricultoras foi fornecido principalmente por meio de orientações e informações, retomando as capacitações e a atuação em campo a partir desse período.

O diretor da SEMAGRI destaca que houve um aprofundamento das articulações e parcerias institucionais para a captação de recursos financeiros e cooperação não financeira no enfrentamento à pandemia. No entanto, ele ressalta que a captação de recursos ainda é insuficiente, especialmente para a agricultura, que necessita de mais investimentos para a geração de empregos, renda e produção de alimentos.

A SEMAGRI destacou que mantém uma rede de articulação com o SEBRAE e o SENAR, desenvolvendo projetos importantes no município. O primeiro projeto, chamado Negócio Certo Rural, é voltado para a apicultura, enquanto o segundo é o programa de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR também para a apicultura. Segundo ele, essas parcerias visam fortalecer a atividade apícola no município e estão previstas para continuar nos próximos anos, com planos de expansão para outras cadeias produtivas.

A SEMAGRI ressaltou que todos foram afetados pela pandemia, mas que estão conseguindo retomar o atendimento presencial às instituições. Além disso, expressaram o desejo de que o município se torne um polo de pesquisa, que buscam parcerias e colaborações com instituições de pesquisa como o IFPA, UFPA e UEPA, que e esperam também ser procurados por estas organizações, objetivando a promover

o desenvolvimento da agricultura e da comunidade local por meio da pesquisa e da inovação.

Finalizou informando que a secretaria adotou medidas emergenciais de apoio às famílias agricultoras, incluindo o acesso ao crédito rural, e que o município manteve as compras governamentais da agricultura familiar através da secretaria de Assistência Social. Nos sítios e portais municipais, assim como nas redes sociais da prefeitura, foram divulgados o conteúdo das normas relacionadas à pandemia, incluindo o decreto n. 027 de 15 de março de 2021, que estabelece medidas preventivas contra a COVID-19, juntamente com campanhas de conscientização sobre prevenção e vacinação.

Nas redes sociais do governo municipal, foram compartilhadas ações assistenciais como a distribuição de cestas básicas em parceria com outras instituições, como o ICMBio, destinadas às famílias cadastradas na Reserva Extrativista até 2015, além de distribuição de cestas básicas às famílias por meio da Secretaria de Assistência Social (CRAS) além de fotos de doação de manivas-sementes aos agricultores familiares locais.

## 5 CONCLUSÕES

Com base no que foi teorizado, bem como nas respostas obtidas ao problema de pesquisa que abordaram as dinâmicas produtivas, formas de representação, organização e estratégias de reprodução da agricultura familiar, bem como suas diversas relações, especialmente no contexto da pandemia do COVID-19, é possível inferir que a escolha pela agricultura familiar está intrinsecamente ligada à sua multifuncionalidade. Além de fornecer alimentos e matérias-primas seguras, adotando práticas ecologicamente equilibradas e diversificando cultivos com menor dependência de insumos industriais, a agricultura familiar também desempenha um papel crucial na preservação do patrimônio genético e na disseminação de saberes e conhecimentos tradicionais.

Nesse contexto, a agricultura familiar emerge como uma alternativa promissora para a construção de um sistema de desenvolvimento econômico sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente

equilibrado. Isso possibilita a criação de mais empregos e uma distribuição de renda mais justa, especialmente em municípios de pequeno porte, como Santarém Novo, onde a população rural desempenha um papel fundamental na economia local.

Observa-se que, apesar dos esforços, experiências e projetos de desenvolvimento rural, especialmente no que diz respeito à prática da agricultura familiar local por parte das diversas instituições governamentais, a abrangência dessas possibilidades e oportunidades na prática ainda é incipiente. Isso fica evidenciado pelo fato de que esses recursos não chegam de forma equitativa a todos os agricultores, organizações e comunidades, como demonstrado ao longo da pesquisa. Isso resulta em uma grande parcela desses atores sem acesso a esses recursos.

No entanto, é importante ressaltar que as práticas de produção, comercialização e prestação de serviços conjuntas, realizadas de forma coletiva pelos diversos grupos organizacionais, têm desempenhado um papel crucial na geração de trabalho para aqueles que não estão inseridos nos circuitos econômicos formais. Além disso, essas práticas têm oferecido soluções para as condições restritas e as dificuldades impostas pela pandemia. Isso promove, mesmo que de maneira gradual, a criação de uma economia solidária, destacando valores solidários e formas democráticas de autogestão que abrangem diversas dimensões, como as sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas.

A abordagem escolhida para esta pesquisa permitiu obter uma visão abrangente do panorama municipal das políticas de agricultura familiar e do apoio durante a pandemia no município de Santarém Novo, possibilitando que as experiências e ideias geradas por diferentes atores, sejam eles públicos ou privados, sirvam como um ponto de partida para o processo de tomada de decisões.

As compreensões do mundo, interpretações e, conseqüentemente, as soluções propostas em resposta aos desafios públicos, podem influenciar a institucionalização de suas ideias e negociações. Isso, por sua vez, resulta na formulação de políticas públicas mais adequadas à realidade local, especialmente em momentos de crise como os vivenciados.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ABRAMOVAY, R. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *In*: ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400 p. Ed. rev. ampl. ii. graf. tab.

BRASIL. Decreto nº 11.551, de 5 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2023-06-05;11551>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006-07-24;11326>. Acesso em: 18 set. 2023.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators. **Social Indicators Research**, v. 40, 1997, p. 189–216.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. **Observatório Covid-19 Fiocruz: Informação para Ação**. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 18 jun. 2021.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n.1, p. 19-71, jun. 2005. ISSN 2179-7536. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/>

index.php/ncn/article/view/47/42. Acesso em: 26 jun. 2021. DOI:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i1.47>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Área territorial brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Cadastro Central de Empresas 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Divisão Territorial Brasileira - DTB 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA IICA. **A agricultura familiar e o abastecimento agroalimentar frente à pandemia de COVID-19 na América Latina e Caribe**. San Jose: IICA, 2020a. 24 p. Disponível em: [https://iica.int/sites/default/files/2020-07/Tradução%20Final\\_sondeo%20v20jun2020.pdf](https://iica.int/sites/default/files/2020-07/Tradução%20Final_sondeo%20v20jun2020.pdf). Acesso em: 18 jun. 2021.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. IICA. **Covid-19 afeta agricultores familiares e vai repercutir na oferta de alimentos**. 28 jul. 2020b. Disponível em: <https://iica.int/pt/prensa/>

noticias/covid-19-afeta-agricultores-familiares-e-vai-repercutir-na-oferta-de-alimentos. Acesso em: 18 jun. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. **RESEX Chocoaré - Mato Grosso | Unidades de Conservação no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3468>. Acesso em: 19 set. 2023.

NASCIMENTO, E. C. do; DENARDIN, V. F. A Contribuição de Karl Polanyi para as Reflexões sobre o Desenvolvimento Territorial. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. 17p.

MARX, K. Peasantry as a class. (1848-1850. *In*: SHANIN, T. (ed.). Peasants and peasant societies. Middlesex: Penguin Books, 1971. p. 229-237.

MATOS, R. de A.; ROVELLA, S. B. C. Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: Conceitos em evolução. **Revista eletrônica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis**, Centro Universitário UnioPET, online, ed. 3, Jan/Jun 2010.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press: 1990. 152 p.

NORTH, D. Institutions. **Journal of Economic Perspective**, v. 5, p. 97-112, 1991.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69092003000100008>. Acesso em: 18 set. 2023.

SCHMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/6231>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SILVA, F. C. da; RAVENA, N. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira: Fundamentos Teóricos e Síntese Histórica. In: SILVA, F. C. da; RAVENA, N. (org.). **Formação Institucional da Amazônia**. 22. ed. Belém: NAEA, 2015. v. 1: Formação Regional da Amazônia, Capítulo 1, p. 15-37. ISBN 978-85-7143-128-7.

VIOLA, A. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: VIOLA, A. (org.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Iberica Ediciones S A Paidós, 2000. p. 9-64.

ZULIAN, A.; MARIN, S. R.; FEISTEL, P. R. Indivíduos, Instituições e desenvolvimento econômico. **Revista Economia Tecnologia (RET)**, v. 10, n. 4, p. 61-69, Out/Dez 2014.

## **6 AGROECOLOGIA E CRISE PÓS-COVID-19: UMA LUTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM BUSCA DOS SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS**

*Ana Karolina Bezerra Lima*

*Oriana Trindade de Almeida*

*Carlos Mariano Alvez-Valles*

### **1 INTRODUÇÃO**

A busca de uma vida mais saudável, que se contraponha à produção de alimentos processados decorrentes da modernidade, tem levado a um aumento no nível de exigência do consumidor em relação à qualidade de sua alimentação (Meirelles, 1997): uma relação cada vez mais forte e mais frequente entre alimentação e saúde na sociedade. Um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade é a produção de alimentos para um número cada vez maior de pessoas, sem necessariamente levar à exaustão os recursos naturais e à degradação ambiental.

A adoção de sistemas agroecológicos se apresenta resposta a este desafio, com uma abordagem sistêmica que envolve prática agrícola, ciência e movimento social, com foco na produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade social (Gliessman, 1998; Warner, 2007). Nos termos de Gliessman (1998), Rosset, Altieri (2018) e Warner (2007), a agroecologia é uma ciência, que busca promover a produção agrícola sustentável local, inclusiva e equitativa.

Estudos de Altieri (2010), Gliessman (2008) e Sevilla-Guzmán (2006) apontam a diversidade promovendo um aumento nas colheitas em até 200%. São estudos interativos da ecologia com todos os sistemas alimentares que abrange a escala ecológica, econômica, social e política de produção agroecológicos estimulam a utilização de mão de obra e recursos locais mais eficazmente, melhoram a renda familiar rural, promovem a soberania alimentar, contribuem para a segurança alimentar e conservam a agrobiologia.

Os métodos agroecológicos são promovidos e reproduzidos por milhares de agricultores familiares, que resistem nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, promovendo produtividade e sustentabilidade de agroecossistemas otimizados e, desta maneira, formando a base da soberania alimentar a partir de seus conhecimentos tradicionais (Altieri, 2010). Uma alimentação consciente tem relação direta com o conhecimento da cadeia alimentar, com hábitos saudáveis de alimentação e com o consumo responsável que valoriza a história, a cultura e a tradição alimentar (Sena *et al.*, 2019).

A agricultura familiar é um importante alicerce da sociedade, por ser responsável pela produção dos alimentos básicos que a população consome e por manter no campo uma parcela importante de pessoas capazes de promover a agrobiodiversidade e sistemas complexos de produção agrícola que combinam elementos como os policultivos e os sistemas agroflorestais (Canuto; Carmo, 2009; Rosset; Altieri, 2018).

Estes agricultores familiares detêm autonomia no campo com a menor dependência de insumos externos e buscam promover sua reprodução social a partir de acesso a mercados diferenciados, como a promoção de circuitos curtos de comercialização para seus produtos. As feiras livres têm cumprido um papel importante neste contexto social.

O estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, por sua vez, permitem uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma progressiva expansão espacial, segundo os acordos participativos alcançados por sua forma de ação social coletiva entre agricultores e consumidores (Caporal; Costabeber, 2004; Sevilla-Guzmán, 2005). Igualmente, a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social na agroecologia (Caporal; Costabeber, 2004).

No Brasil, existem diversas expressões de circuitos curtos de comercialização promovidas pelos (ou para) os agricultores familiares e cujas vantagens são: preço compensador para o agricultor por se tratar de uma estratégia de baixo custo logístico e de preço final (sem

intermediação) e atraente para o consumidor; permite divulgação do trabalho e estreitamento de laços com o consumidor dado o contato direto; e diminui o anonimato deste mercado (Meirelles, 1997).

Há também outras experiências quando na promoção de circuitos comercialização promovidos pelos agricultores familiares no Brasil como, por exemplo, entregas diretas ao consumidor. Estas experiências alternativas, segundo Meirelles (2012), é um atendimento personalizado que muitas vezes têm evoluído para uma relação mais estreita entre o produtor e o consumidor, como boletins informativos sobre a produção ou visitas às áreas dos agricultores.

O mercado local aqui não pode ser entendido unicamente como uma localização geográfica, mas também como um processo de comercialização que busca fundamentalmente: democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos; encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles; valorizar os serviços socioambientais gerados; fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre todos os envolvidos; promover a cooperação, a transparência e a complementaridade entre os agentes do processo de comercialização; possibilitar uma crescente inclusão de agricultores e consumidores no mercado (Meirelles, 2004).

No estado do Amapá, o desenvolvimento do mercado local para produtos agroecológicos tem se baseado em feiras livres, comercialização em eventos locais promovidos por algum órgão de assistência técnica ou ainda vendas diretas nas comunidades. Estes espaços de comercialização têm estimulado a diversificação da produção entre as famílias agricultoras, o que tem gerado resultados positivos na promoção da soberania alimentar e popularizado o acesso ao alimento agroecológico, sendo um exemplo importante que rompe com a lógica de elitização dos mercados de produtos ecológicos (Meirelles, 2004).

No início de 2020, com a pandemia em decorrência da COVID-19, o cenário expôs uma fragilidade socioecológica (Altieri; Nicholls, 2020). Estes espaços de comercialização com circuitos curtos, utilizados pelos agricultores familiares foram fechados, via decreto, em várias regiões do país, inclusive nos municípios do Amapá, penalizando severamente o agricultor familiar do estado, marginalizando ainda mais esta classe trabalhadora. Como nunca antes, o COVID-19 revelou que a saúde humana, a ecologia, a política e a economia estão intimamente ligadas (Altieri; Nicholls, 2020).

A demanda por produtos frescos também diminuiu neste período, pois muitas pessoas preocupadas com possíveis interrupções na cadeia de suprimentos mudaram seu estilo de consumo para itens processados que proporcionem vida útil mais longa e necessitem menos deslocamentos até os locais de vendas de alimentos, dado às restrições de mobilidade (Altieri; Nicholls, 2020). A aversão ao risco por parte de agricultores, trabalhadores e comerciantes nos canais curtos de venda também limitaram as atividades de comercialização, processamento e distribuição de alimento (Titonell *et al.*, 2021).

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar o cenário pandêmico na perspectiva social e econômica do agricultor familiar resultante do fechamento dos seus canais de vendas diretos e quais alternativas este tomou para sair desta crise.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa partiu de análises bibliográficas e documentais. As análises bibliográficas foram realizadas em artigos científicos que já trabalharam este tema em questão. As análises documentais se basearam nos decretos e nas leis da Presidência da República do Brasil e do estado do Amapá; dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados de Insegurança Alimentar em tempos de COVID-19 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN); e documentos da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR-AP), como o banco de dados dos agricultores familiares.



Para conhecimento de campo e para observação, foram feitas visitas prévias a cinco comunidades agrícolas localizadas na área rural de Macapá, capital do estado, que produzem alimentos com práticas agroecológicas e que recebem algum tipo de assistência técnica. Essas comunidades são: Polo da Fazendinha; Mini-polo da Fazendinha; Comunidade do Coração; Comunidade do Trem; e Comunidade do Km 09.

Em seguida, foram realizadas entrevistas abertas, in loco, com os líderes destas comunidades, com a devida anuência prévia do Conselho de Ética na Pesquisa (CAAE: 38065120.0.0000.0003). As entrevistas ocorreram no ano de 2021 e duraram cerca de uma hora e meia, cada uma. Nessas entrevistas, foram abordados temas, como políticas públicas, incentivos, formação de movimentos sociais, dificuldades enfrentadas no período de pandemia e busca de soluções para enfrentamento.

De posse dos dados levantados, foi feita a interpretação do conteúdo, lendo e transcrevendo integralmente as entrevistas, a fim de obter respostas aos questionamentos inicialmente levantados na pesquisa. Para preservação dos entrevistados, no presente trabalho, são apresentadas as falas dos(as) entrevistados(as) sem referência, de forma a garantir o anonimato.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado do Amapá, situado na Amazônia Oriental brasileira, tem uma área territorial de 142.470,762km<sup>2</sup> (IBGE, 2021) distribuídos em 16 municípios, e sua população, no último censo, foi de 669.526 habitantes, com uma estimativa de 877.613 habitantes para 2021, onde 10,2% da população total vive no meio rural (IBGE, 2021).

Atualmente, 65,8% do território amapaense é categorizado como área protegida (desconsiderando ainda a demarcação de terras indígenas, que corresponde a 10,4% da área total do estado), sendo que, destes, 60% são unidades de proteção integral e o restante de uso sustentável (Pinto *et al.*, 2008).

Sua diversidade é formada, predominantemente, por floresta Amazônica densa de terra firme, detendo 71,86% do território, e campos

de várzea (campos de inundações periódicas cuja atividade principal é pastagem) com 11,2% do território (Chagas *et al.*, 2017).

Quanto à economia do estado, indicadores mostram que, cada vez mais o agricultor familiar faz parte de uma economia sólida no Amapá, desenvolvendo economicamente a região, alimentando a cadeia da agroindústria e representando uma fatia de 87% na receita total gerada no setor (Tabela 1), com a produção de lavouras temporárias, lavouras permanentes, horticultura, extração de açaí, palmito e castanha, entre outros (IBGE, 2019).

A produção dos agricultores familiares do estado é destinada para consumo familiar e o excedente é destinado para a população do estado. Um dos canais de venda utilizados pelos agricultores familiares são as “Feiras do Produtor”, promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR). Eles conseguem vender seus produtos nestes canais como agroecológicos, em uma relação de confiança estabelecida diretamente entre o agricultor e o consumidor, promovendo soberania alimentar a partir da promoção de circuitos curtos de comercialização.

O agricultor familiar se faz presente em 82,10% dos estabelecimentos agropecuários do estado e, apesar da grande representatividade em número de estabelecimentos, ele detém apenas 19,7% das terras agropecuárias da região, destacando uma grande concentração fundiária (Tabela 1) (IBGE, 2019). Estes indicadores revelam uma necessidade de promoção de uma reforma agrária redistributiva, que deveria se tornar uma das principais áreas de mudança das políticas públicas pós COVID-19, para impactar diretamente nas desigualdades subjacentes do sistema agroalimentar em todas as regiões (Altieri; Nicholls, 2020).

Tabela 1 – Caracterização econômica do agricultor familiar do estado

<b>Produção Agropecuária</b>	<b>Agricultura Não Familiar</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Total</b>	<b>% Part. AF</b>
<b>Valor da produção (x mil Reais)</b>	R\$ 8.200	R\$ 55.063	R\$ 63.263	87,0%
<b>Número de estabelecimentos agropecuários (Unid)</b>	1.523	6.984	8.507	82,10%
<b>Área dos estabelecimentos agropecuários (Ha)</b>	1.209.862	296.431	1.506.293	19,68%
<b>Quantidade produzida (tonelada)</b>	39.412	40.242	79.654	50,52%

Fonte: IBGE, (2019).

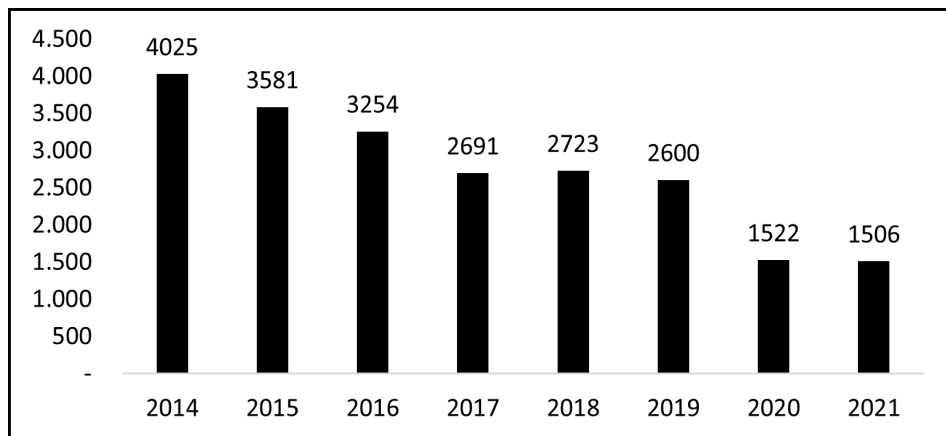
Para que a agricultura familiar consiga produzir e comercializar alimentos com eficiência e produtividade, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são indispensáveis. A ATER colabora para que estes os agricultores familiares alcancem produção e melhoria na qualidade de vida a partir da introdução de novas tecnologias geradas a partir de pesquisas ou disseminação de conhecimentos tradicionais locais já existentes (Caporal, 2020).

O órgão assistencialista do estado é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR). Os agricultores familiares do estado buscam se cadastrar na SDR/RURAP para vender seus excedentes de produção nas Feiras do Produtor, que são feiras promovidas por estes órgãos, além da busca pelo acesso à capacitação e assistência técnica rural, entre outras necessidades burocráticas. Os agricultores familiares do estado também contam com a assistência técnica prestada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como suporte de apoio para produção e comercialização de seus produtos.

De acordo com a SDR e RURAP, agricultores familiares do Amapá vêm buscando apoio nos órgãos assistencialistas desde 2014, quando, inicialmente, essas instituições tinham a inclusão de 4.025 agricultores

familiares cadastrados em sua base de dados. No ano de 2019 havia um total de 2.600 produtores cadastrados no sistema (um total de 30,56% dos agricultores familiares presentes no estado) distribuídos em 197 comunidades assistidos pelos órgãos (SDR, 2020) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de agricultores familiares cadastrados na SDR-AP

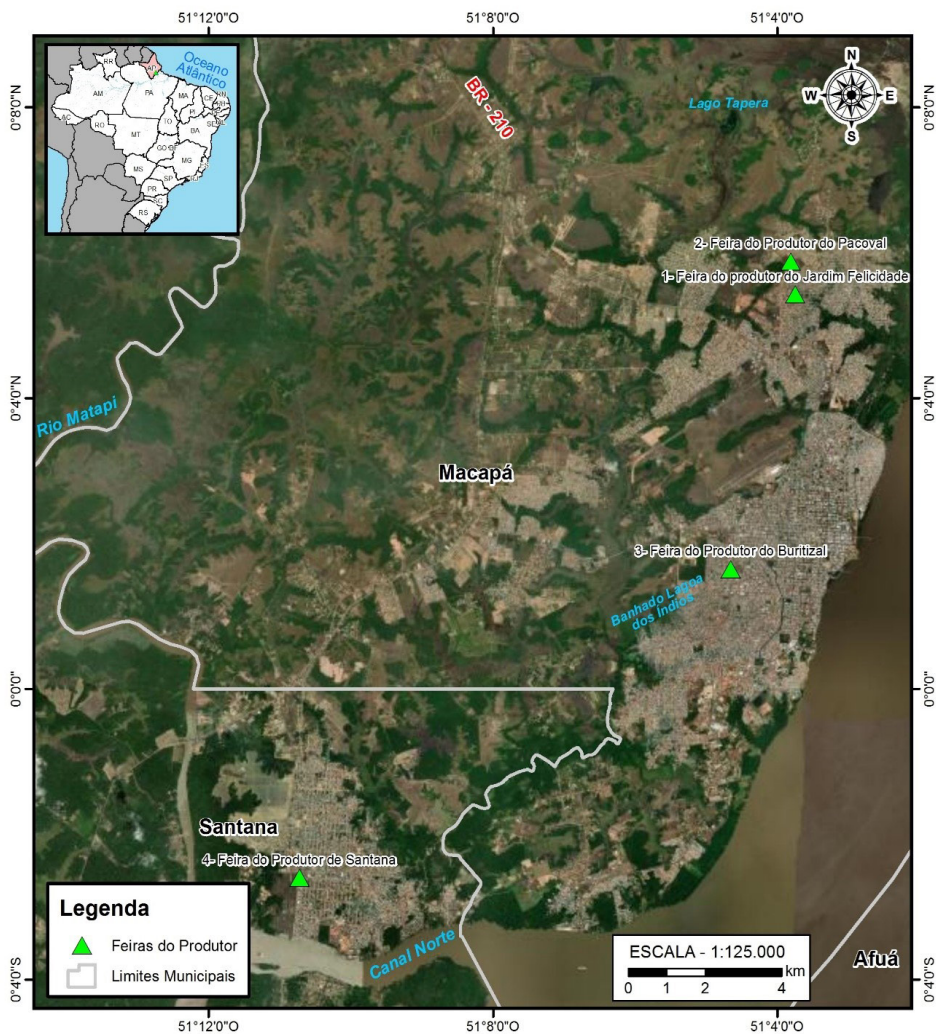


Fonte: SDR, (2022).

É importante destacar que no ano de 2020, o número de agricultores familiares cadastrados na SDR caiu para 1.522 e no ano de 2021 este número ficou em 1.506 agricultores cadastrados (Gráfico 01). Esta queda ocorreu em virtude do cenário pandêmico que o mundo (e, conseqüentemente, o estado do Amapá) passou nestes anos, onde o agricultor familiar foi fortemente penalizado quando na cessação temporária de atividades de ATER no estado e fechamento das Feiras do Produtor, via decretos municipais.

As Feiras do Produtor organizadas pela SDR e RURAP são: Feira do Buritizal, Feira do Jardim Felicidade e Feira do Pacoval, localizadas no município de Macapá; e Feira de Santana, localizada no município de Santana (Mapa 1). Estas feiras fazem parte dos circuitos curtos de comercialização que o agricultor familiar utiliza para escoamento de seus excedentes de produção.

Mapa 1 – Mapa de localização das Feiras do Produtor do estado do Amapá



 <p><b>LAENA</b> Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne</p> <p><b>UFPA</b></p>	<p><b>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</b></p> <p>Fonte: IBGE, 2019; 2020; LAENA, 2022 Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>	<p><b>ELABORAÇÃO</b></p> <p>Geógrafo: Wellington Fernandes Data: 29/04/2022</p>
---	---	---

Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2022.

Destas, a feira do Buritizal é a mais importante financeiramente, sendo responsável por quase 80% de toda receita gerada neste segmento (SDR, 2022). Estes agricultores promovem o desenvolvimento econômico da região, fomentando a produção e comercialização no estado, a partir da promoção e disponibilidade de produtos saudáveis e regionais à população amapaense a preços acessíveis, chegando a movimentar em torno de R\$ 40 milhões de reais por ano no Amapá com a venda de seus produtos até 2019 (Tabela 2).

Tabela 2 – Faturamento das Feiras do Produtor do estado do Amapá

<b>Cidade/Ano</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>
Buritizal	R\$ 31.618.270	R\$ 36.534.600	R\$ 34.986.274	R\$ 16.818.773	R\$ 24.303.154	79,58%
Jardim Felicidade	R\$ 7.216.257	R\$ 6.761.575	R\$ 5.230.747	R\$ 2.153.795	R\$ 4.398.442	14,21%
Santana	R\$ 2.650.308	R\$ 3.434.471	R\$ 2.225.129	R\$ 136.625	R\$ 1.352.934	5,41%
Pacoval	R\$ 1.436.338			R\$ 24.048,00		0,80%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 42.921.173</b>	<b>R\$ 46.730.646</b>	<b>R\$ 42.442.150</b>	<b>R\$ 19.133.241</b>	<b>R\$ 30.054.530</b>	<b>100%</b>

Fonte: SDR, (2022).

Nos anos de 2020-2021, houve uma redução significativa no faturamento destas feiras, quando estas foram fechadas, via decreto, e somente os supermercados e mercados locais puderam continuar efetuando suas atividades econômicas do Amapá. Os supermercados, então, passaram a ser os principais pontos de venda de alimentos no estado neste período. Também, além do grave problema econômico causado diretamente pelo vírus com o fechamento destes canais de comercialização, muitos enfrentam consequências de fome com redes de segurança alimentar mínimas ou inexistentes (Gliessman; Ferguson, 2021).

O aumento dos preços dos alimentos e o efeito negativo da pandemia na economia informal resultaram também na redução da

demanda por alimentos, devido à menor renda, e conseqüentemente elevando os preços dos alimentos: o fato é que, além do impacto econômico, as pessoas não puderam arcar com mais interrupções no acesso a alimentos, que o COVID-19 desencadeou (Altieri; Nicholls, 2020; Gliessman; Ferguson, 2021). Este cenário também fez com que o consumidor procurasse cada vez menos o agricultor familiar para aquisição de seus produtos, provocando o aumento nos números de Insegurança Alimentar no meio rural no estado.

Para agravar a situação, o único Projeto de Lei de apoio emergencial à agricultura familiar durante a pandemia (PL 735/2020), que autorizava o pagamento de auxílio aos agricultores familiares que não foram contemplados pelo auxílio emergencial, com o objetivo de assegurar a assistência nas suas atividades rurais, foi vetado pelo então presidente do Brasil em 2020. Este processo deixa claro o desmonte político em favor da agricultura familiar e a afirmação de pactos econômicos e políticos presentes a favor do agronegócio do Brasil, uma vez que as grandes corporações alimentícias não foram penalizadas na pandemia, não precisando se submeter ao fechamento e/ou interrupção de suas atividades.

O desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, para a produção agropecuária destes e voltadas para a segurança e soberania alimentar, vem ocorrendo desde a eliminação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, do fim do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, e da suspensão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a interrupção das compras de alimentos da agricultura familiar para merenda das aulas presenciais. Estes fatos deixam claro, ao mesmo tempo, que produtos industrializados não sofreram restrições, mostrando que as grandes corporações agrícolas foram muito mais beneficiadas sem políticas restritivas em relação ao COVID.

Um segundo problema severo foi o agravamento das manifestações de Insegurança Alimentar (algum tipo de incerteza no acesso ao alimento) que aprofundou com os impactos da COVID-19 principalmente em países em desenvolvimento, emergência, o que remete à necessidade



de buscar respostas locais a esta crise como um elemento de resiliência (Penssan, 2022; Titonell *et al.*, 2021).

De acordo com a FAO, a fome mundial aumentou 9,9% no ano de 2020, e 8,4% em 2019. Estima-se que 2,37 bilhões de pessoas no mundo enfrentam problemas moderados ou graves de insegurança alimentar: metade (1,2 bilhão) está localizada na Ásia, um terço (799 milhões) na África e 267 milhões na América Latina e no Caribe. Destas 2,37 bilhões de pessoas, 811 milhões de pessoas enfrentam a fome (FAO *et al.*, 2021).

No Brasil, a Insegurança Alimentar (IA) foi e é bastante alta. Dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2021-2022 pela Rede PENSSAN mostraram que 58,7% da população brasileira está em algum grau de Insegurança Alimentar. Destes, 28% (60 milhões de pessoas) encontram-se em IA leve, que é quando há incerteza quanto ao acesso à alimentação no futuro; 15,2% (32 milhões de pessoas) em IA moderada, que é quando há a redução na ingestão de alimentos diários; e 15,5% (33 milhões de pessoas) em IA grave, que é situação em que as pessoas estão passando fome. Na área rural do Brasil, estes números se tornam mais impactantes, dado que 18,6% da população rural brasileira apresenta IA grave (Penssan, 2022). A Insegurança Alimentar está também diretamente relacionada a condições de desigualdade social, que apenas ficou mais evidente com a pandemia.

A região Norte do país é a região onde se concentra os maiores níveis de Insegurança Alimentar do país, onde 71,6% da população da região sofre algum grau de IA sendo que 29,6% do total sofre com IA leve, 17,4% com IA moderada e 25,7% com IA grave. Somente 38,4% da população está em condições de Segurança Alimentar. (Penssan, 2022).

No estado do Amapá, os dados mais recentes do IBGE, coletados nos anos de 2017-2018 (período antes da pandemia), 40,6% da população vivia em segurança alimentar, enquanto 59,4% convivia com algum tipo de IA. Destes, 29,7% com IA leve, 19,1% de IA moderada e 10,6% na insegurança alimentar grave (IBGE, 2020a), o que soma um total de 60 mil pessoas que enfrentam a fome no estado.

Este cenário se torna ainda mais crítico no país, quando se observa que o agronegócio bate recordes mundiais de produção de soja (122 mil toneladas), milho (104 mil toneladas), mandioca (18 mil toneladas)



no ano de 2020 (IBGE, 2020b). Um país marcado pela concentração de renda e de terra, e que não cria políticas efetivas para incentivar a produção para atendimento das necessidades regionais na promoção de soberania alimentar.

A pandemia do COVID-19 ressaltou as profundas vulnerabilidades do modelo industrial de agricultura e produção e distribuição de alimentos, bem como as injustiças sociais (Gliessman; Ferguson, 2021). O contexto de crise e isolamento tornou mais visível a importância da produção alimentar a nível local.

Dada a situação atual da pandemia, à medida que milhões de famílias passam o grupo com insegurança alimentar, a agroecologia oferece um caminho para reconstruir uma agricultura pós-COVID-19, capaz de evitar interrupções generalizadas no abastecimento de alimentos no futuro, territorializando a produção e o consumo de alimentos (Altieri; Nicholls, 2020). A agroecologia é uma abordagem para se engajar nesse processo de mudança, onde a ciência da ecologia se conecta com a prática da agricultura e, juntas, unem forças com os movimentos sociais nos sistemas alimentares em busca de justiça alimentar, democracia alimentar, autonomia alimentar e soberania alimentar (Gliessman; Ferguson, 2021)

Claramente, o COVID-19 revelou a fragilidade socioecológica dos atuais sistemas alimentares globalizados industrializados. Os efeitos da pandemia na agricultura e nas cadeias de abastecimento alimentares levantaram preocupações sobre a escassez generalizada de alimentos e os aumentos de preços. Uma transição para sistemas alimentares localizados mais socialmente justos e ecologicamente resilientes é, portanto, urgentemente necessária (Altieri; Nicholls, 2020).

Por isso são necessários esforços para viabilizar os agricultores familiares que desenvolvem a agroecologia como estratégia para a promoção da soberania alimentar no Brasil, principalmente neste período pós-COVID, como a promoção de mercados alternativos que

visem encurtar as relações entre agricultor e consumidor, que eliminem intermediários no processo de comercialização, que promovam relações comerciais mais transparentes e solidárias, que promova a autonomia dos agricultores e que universalize o acesso ao alimento de qualidade (Perez-Cassarino, 2004).

No cenário do Amapá, no primeiro semestre de 2020, início da pandemia decretada pela ONU, as atividades de ATER foram suspensas em todos os municípios do estado do Amapá. Como uma das consequências, as Feiras do Produtor foram fechadas e os agricultores familiares se viram sem alternativas para escoar sua produção para os consumidores.

Neste período, a relação entre os agricultores familiares e o SEBRAE, que já datava desde 2003, ficou mais sólida, uma vez que o agricultor familiar viu no SEBRAE uma alternativa de sobrevivência nesta crise social, econômica e sanitária que o estado estava vivenciando. Neste sentido, o SEBRAE foi crucial para manter o agricultor familiar inserido em circuitos curtos de comercialização de sua produção a pandemia.

O SEBRAE atuou fortemente, coletando a produção dos agricultores familiares em suas comunidades e vendendo posteriormente em estilo Drive Thru, promovidos em pontos estratégicos do município de Macapá e Santana e ainda fazendo entregas em condomínios presentes nos municípios de Macapá, sem custos para o agricultor familiar.

Esta iniciativa foi crucial para manter o agricultor familiar produzindo seus produtos neste momento de crise e mostrou ser uma oportunidade de estreitamento de laços com o consumidor, uma vez que não eram só produtos que estavam sendo comercializados. Havia histórias de lutas que estavam sendo reproduzidas a partir destes canais, formando e estreitando laços entre produtores e consumidores. Desde então, eles têm buscado promover formações comerciais que encurtem a distância entre o produtor e o consumidor, estimulando as relações mais solidárias entre os envolvidos.

Várias iniciativas desse tipo apresentadas na pesquisa como resposta à crise do COVID-19 foram, na verdade, favorecidas por estruturas e alianças previamente criadas e por laços de solidariedade pré-existentes entre alguns produtores e consumidores (Titonell *et al.*,

2021), neste caso, já havia uma aliança entre o agricultor familiar e o SEBRAE no estado do Amapá.

Estas novas entregas de alimentos envolveram tanto novos canais comerciais, surgindo em resposta às restrições do COVID-19, quanto uma nova forma de assistência a pessoas vulneráveis (agricultores familiares com a comercialização de seus produtos, que estavam paralisadas até então, e os consumidores finais que tiveram acesso a uma alimentação saudável com preços mais justos), promovendo cadeias curtas, fortalecendo mercados locais, favorecendo relações diretas entre produtores e consumidores. Como respostas, estes canais se perpetuam até hoje, dois anos após o período de pandemia e, na maioria deles, os agricultores familiares promovem estes canais curtos com o consumidor, de forma independente, não precisando mais do apoio do SEBRAE, a partir da formação de laços de confiança e credibilidade com os consumidores.

Esta articulação entre agricultores e consumidores permite formar redes de produção e consumo que fomentem a economia local, valorizando o trabalho e o produto interno, fazendo os recursos circularem por dentro das comunidades, onde há objetivos de superação da pobreza, fortalecimento da organização popular, restabelecimento de relações comunitárias de solidariedade e promoção da agroecologia e da economia solidária (Norder *et al.*, 2016; Perez-Cassarino, 2004).

Com o tempo, novos canais de venda também foram se formando a partir das associações dos agricultores familiares. No Cinturão Verde, área rural do município de Macapá, é possível (e comum) os consumidores realizarem visitas às áreas dos agricultores nas comunidades, em busca de seus produtos ou ainda é comum a formação de feiras locais nas próprias comunidades, associações ou distritos.

Atualmente, o Drive Thru promovido pelo SEBRAE não mais funciona, mas as entregas de cestas verdes nos condomínios foram continuadas de maneira independente, além das feiras promovidas nas associações e pelas associações. Além destes canais formados, os agricultores familiares ainda contam com o auxílio do SEBRAE quando na promoção de feiras agroecológicas e comercialização de sua

produção na área urbana do município de Macapá, onde eles o veem como parceiros de comercialização.

A formação destes elos mais estáveis estimularam flexibilidade e adaptabilidade, contribuindo para a estabilidade da segurança alimentar e reduziram a vulnerabilidade dos agricultores, permitindo-lhes sustentar a produção durante a crise (Titonell *et al.*, 2021).

Neste sentido, os mecanismos de comercialização foram fortemente visualizados nesta pesquisa, quando observado articulações para a promoção de circuitos curtos de vendas promovidos pelos próprios agricultores familiares vinculados à liderança entrevistada, para escoar a sua produção com preços acessíveis à população local através de feiras itinerantes, feiras promovidas pela comunidade na qual o agricultor está inserido ou vendas diretas do seu estabelecimento familiar.

Em entrevista, “hoje, quem ajuda a gente é o SEBRAE e, às vezes, a EMBRAPA. O SEBRAE, vem aqui para ensinar aprender a vender, ser ambulante, a formar feiras itinerantes. Hoje tá ajudando a gente a se enquadrar na produção orgânica” (Entrevistado 01, 2021).

Nestas iniciativas captadas pela pesquisa no estado do Amapá, as cadeias curtas de valor sempre estiveram intimamente associadas à noção de economia solidária: preços justos, tanto para o produtor quanto para o consumidor. Esta comercialização solidária envolve a atuação no mercado local, facilitando o contato entre produtores e consumidores, que atinge pessoas mais conscientes, dada sua contribuição social no momento da compra, na medida em que os consumidores acreditam no valor social (Nascimento *et al.*, 2018).

Em agosto de 2020, as Feiras do Produtor do Estado voltaram a funcionar. Este retorno ocorreu sob pressão dos movimentos sociais liderados pelos agricultores familiares e comerciantes, uma vez que os grandes mercados de alimentos continuaram com suas atividades econômicas enquanto que o agricultor familiar foi obrigado a paralisar suas atividades. As feiras retornaram com capacidade de funcionamento reduzida para 40% de ocupação dos boxes e tempo de funcionamento reduzido. O funcionamento integral com ocupação e 100% dos boxes se deu somente um ano após o início da pandemia, em março de 2021 (Amapá, 2020).

Hoje, apesar de os agricultores familiares poderem contar novamente com as Feiras do Produtor, promovidas pela RURAP/SDR, em todas as entrevistas realizadas na pesquisa com as lideranças locais, foi visto o desinteresse em voltar a comercializar produtos por estes canais.

Antes a gente até usava os caminhões deles para levar nossos produtos para a feira, vender nossos produtos lá, calcular nossos lucros, mas a gente deixou de lado. Perdia o dia todo de trabalho, eles não ajudavam muito, só davam o carro. Hoje, eu e os agricultores da nossa associação fazemos nossas próprias entregas pros clientes, fazemos nossas próprias feiras (Entrevistado 05, 2021).

As Feiras do Produtor estão sendo cada vez mais, expropriadas pelos agricultores familiares e cada vez mais sendo ocupada por atravessadores, perdendo o sentido de canais curtos de comercialização enraizados na cultura da agricultura familiar.

Para democratizar e ampliar o acesso ao alimento ecológico, é necessário o desenvolvimento de estratégias de comercialização que fujam das relações tradicionais de mercado que são realidade hoje nas comunidades rurais, eliminando a presença de intermediários, a venda às grandes cooperativas, mercados que se voltam à exportação, grandes redes de supermercados e agroindústrias (Perez-Cassarino, 2004)

Por isso é importante a promoção de circuitos curtos de comercialização que são propostos pelas associações de agricultores familiares. Juntos, eles promovem feiras itinerantes no meio urbano ou em seus distritos, promovem o alcance de capacitação técnica, conseguem articular canais de vendas diretas a partir de suas comunidades e assim construir e manter relações de confiança e de afetividade com os consumidores.

Estes canais também promovem conexões entre os agricultores familiares, que se relacionam entre si para trocas de experiências, com caráter emancipatório, uma vez que estes buscam autonomia

nos mercados locais, promovendo seus próprios circuitos curtos de comercialização.

Os agricultores familiares de base camponesa transformaram toda a agricultura de pequena escala em uma agricultura comercial mais justa a partir de iniciativas de sistemas agroecológicos, e como solução às crises alimentares e ambientais e ainda conseguiram formar redes sociais e economias solidárias, com o objetivo de garantir sua sobrevivência material, cultural e afetiva com a terra (Altieri; Nicholls, 2020).

A pandemia destacou o papel fundamental desempenhado pelos sistemas alimentares locais como forma de construir resiliência alimentar em tempos de crise (Titonell *et al.*, 2021). Mas também destacou a necessidade de fortalecimento dos agricultores familiares por meio de políticas públicas, que foram duramente negligenciados no período de pandemia. Não é somente responsabilidade dos agricultores familiares a formação de redes econômicas e solidárias em respostas a estas crises. Cabe ao estado dialogar com as populações rurais e buscar alternativas de fomento para que esta classe continue promovendo a soberania alimentar a partir de sua territorialização e autonomia local. É preciso trazer à luz experiências locais e promover articulações.

A agroecologia mostra um caminho a seguir, fornecendo os princípios sobre como projetar e gerenciar sistemas agrícolas mais capazes de resistir a crises futuras, sejam surtos de pragas, pandemias, interrupções climáticas ou colapsos financeiros, tornando-a comprometida com um futuro mais justo e sustentável, reformulando as relações de poder do território e do alimento, sendo de importância estratégica na reconstrução de um novo sistema alimentar pós-COVID-19 (Altieri; Nicholls, 2020).

O mercado dos produtos agrícolas não se limita aos atos de compra e venda de uma mercadoria. Ele deve refletir as particularidades dos produtos que são destinados à alimentação humana, uma oferta suficiente e garantia da qualidade, diretamente associada a dimensões culturais (Wanderley, 2019).

A agricultura é um processo socialmente construído que ocorre em um ambiente de agroecossistema ecológico e social, e a mudança

transformadora em nossos sistemas alimentares e agrícolas é baseada em mudanças sociais e políticas (Gliessman; Ferguson, 2021).

#### 4 CONCLUSÃO

A aproximação entre as práticas da agroecologia e economia popular solidária impulsionam o acesso ao alimento saudável a um número cada vez maior de pessoas com a promoção da soberania alimentar. Durante a pandemia, a limitação das feiras ou das entregas diretas ficaram impossibilitadas, dificultado o escoamento de produção do agricultor familiar, trazendo mais pobreza para o meio rural e insegurança alimentar para a sociedade.

A partir deste cenário, o agricultor familiar amapaense, junto a iniciativas do SEBRAE, conseguiu superar a crise, promovendo canais curtos de comercialização alternativas que se adequassem à realidade, a partir de articulações coletivas. Algumas destas iniciativas de vendas diretas resistiram e se fortaleceram, criando conexões entre os produtores e consumidores e que vigoram mesmo depois do período de pandemia.

Estas iniciativas facilitaram o acesso ao alimento ecológico a um número cada vez maior de pessoas, pela proximidade entre produtores e consumidores, pela redução de custo, pela oferta diversificada e pelo estabelecimento de relações mais próximas.

Mas ainda há desafios quanto à ampliação do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, promovidos pelos agricultores familiares, com vistas ao fomento de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo (Sá; Silva, 2014). Para isso, são necessárias políticas públicas que apoiem a agricultura familiar e agroecologia do estado, para impulsionar este mercado.

A crise desencadeada pelo COVID-19 forneceu um impulso nos sistemas alimentares de base agroecológica no estado do Amapá a partir da promoção de uma economia solidária, promovida pelos agricultores familiares e para os agricultores familiares. Mas as articulações não param por aqui. Esse novo mundo deve ser liderado por movimentos sociais, urbanos e rurais aliados, conscientes de que um retorno à

forma como a agricultura era antes das pandemias não é uma opção; em vez disso, eles estarão ativamente envolvidos em transformar as fazendas locais em um ativo vital para fornecer alimentos e promover a autonomia, ao mesmo tempo em que consolidam territórios agroecológicos sustentáveis e saudáveis.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e a Capes Proamazonia pelo apoio. Agradecemos também à SDR, EMBRAPA, IFAP e liderança de agricultores familiares pela disponibilidade em contribuir para que esta pesquisa fosse realizada.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 13, n. 16, p. 22–32, 2010.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture. **Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 5, p. 881–898, 2020.

AMAPÁ, G. do. Feira do produtor: funcionamento retorna com 40% da capacidade. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0808/feira-do-produtor-funcionamento-retorna-com-40-da-capacidade>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CANUTO, J. C.; CARMO, M. S. do. Agricultura familiar: Cadernos Agroecológicos. Botucatu/SP, 2009.

CAPORAL, F. R. Transição agroecológica e o papel da extensão rural. **Extensão Rural** (DEAER/CCR) - UFSM, v. 27, n. 3, p. 7–19, 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia**



**e Extensão Rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, p. 166, 2004.

CHAGAS, M. A. A. *et al.* A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 32, p. 829–860, 2017.

FAO *et al.* **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021.** Rome: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2021.

GLIESSMAN, S.; FERGUSON, B. G. An urgent call for deep food system change. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 1–2, 2021.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology:** The ecology of sustainable food systems. 2. ed. New York: [s.n.].

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em Agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019. v. 8

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018:** análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Produção agrícola. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em: 3 abr. 2022b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.ph>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MEIRELLES, L. Produção e comercialização de hortaliças orgânicas. **Revista da Sociedade de Olericultura do Brasil**, v. 15, n. Suplemento, 1997.

MEIRELLES, L. Agroecologia e Mercados locais. **Agriculturas**, v. 1, n. 0, p. 11–14, 2004.

NASCIMENTO, D. V. DA C. *et al.* Quando o orgânico se torna “rótulo”: discussões críticas sobre consumo e agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 1–22, 2018.

NORDER, L. A. *et al.* Agroecologia. Polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 1–20, 2016.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da e COVID-19 no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. v. 59.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia solidária. *In*: KUSTER, A.; MARTÍ, J. F. (ed.). **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. 1. ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004. p. 236.

PINTO, A. do C. *et al.* **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá**: primeira aproximação do ZEE. [s.l.: s.n.]. v. 1.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología**: ciencia y política. 3. ed. Riobamba (Ecuador). Septiembre, 2018.

SÁ, T. D. de A.; SILVA, R. O. da. Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia. *In*: VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M. DE; JUNIOR, R. A. O. S. (ed.). **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 379–478.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL. SDR. Número de produtores por Comunidades que Comercializam nas Feiras de Produtor de 2019. [s. l.: s. n.].

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL. SDR. Produção Comercializada e Receita Gerada por Feira de Produtor no Amapá de 2017 a 2021. [s. l.: s. n.].

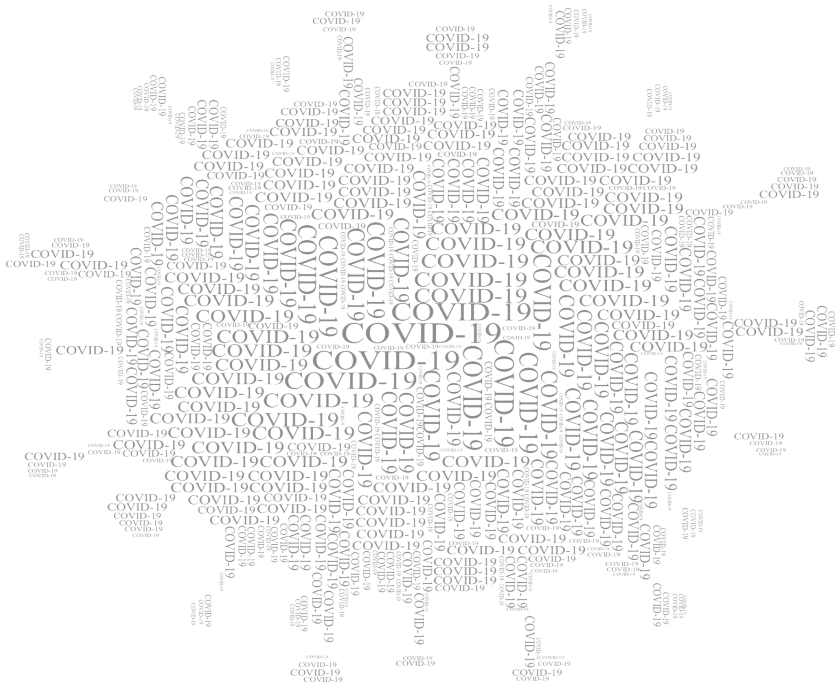
SENA, A. O. V. *et al.* Agroecologia e produção orgânica na agricultura familiar no território extremo sul da Bahia. **Revista Fitos**, v. 13, n. 1, p. 15, 2019.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *In*: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Embrapa ed. Brasília: [s.n.]. v. 1, p. 1689–1699.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología Y Agricultura Ecológica: Hacia Una “Re” Construcción De La Soberanía Alimentaria. **Agroecología**, v. 1, p. 7–18, 2006.

TITONELL, P. *et al.* Sistemas Agrícolas Respostas emergentes à crise do COVID-19 da agricultura familiar e do movimento agroecológico na América Latina – Uma redescoberta de alimentos , agricultores e ação coletiva. **Agricultural Systems**, Elsevier, v. 190, p. 1–16, 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. **Revista Raízes**, v. 39, n. 1, p. 15–30, 2019.



## **7 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO EFEITO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PRODUÇÃO DE MADEIRA TROPICAL NATIVA BRASILEIRA**

*Rayssa Yuki Murakami Lima*

*Mariana Faro Ferreira*

*Claudia Azevedo Ramos*

### **1 INTRODUÇÃO**

A pandemia mundial do Coronavírus (SARS-Covid-2), que causou a COVID 19, com grande expressão em 2020 e 2021, vitimou mais de seis milhões de pessoas no mundo até início de 2022 (World Health Organization, 2022). Como consequência, o mundo presenciou períodos de lockdown (confinamento) prolongados e intermitentes, com graves prejuízos à saúde e a economia global. Estima-se que a produção global caiu cerca de três vezes, tanto quanto durante a crise financeira global de 2008, porém na metade do tempo (Jordà *et al.*, 2020; Harari e Keep, 2021) e que o crescimento global desacelere para 4,1% em 2022 (The World Bank, 2022). Segundo a Pesquisa de Risco Global, os riscos ambientais dominaram, pela primeira vez, a lista de preocupações de curto a longo prazo, constituindo-se em séria ameaça à continuidade e sucesso dos negócios globais (World Economic Forum *et al.*, 2020), o que expõe a íntima relação entre o cenário ambiental e o econômico.

Estima-se que mais de 70% das doenças infecciosas emergentes são oriundas de animais silvestres (Jones *et al.*, 2008). Em especial, a Amazônia pode ser uma fonte potencial de futuras pandemias devido à alta diversidade viral combinada à crescente taxa de desmatamento (Vale *et al.*, 2021). Aprender sobre os efeitos de uma situação pandêmica global sobre diferentes aspectos da vida humana (*e.g.* economia, social, saúde física e mental) torna-se relevante como forma de prevenção e de tomada de decisão baseado em estratégias exitosas.

No setor florestal de madeira tropical, por exemplo, relatórios preliminares, produzidos por organizações internacionais associadas ao comércio de madeira tropical no início do confinamento decorrente

da pandemia em 2020, alertavam para a redução do volume de madeira comercializado. A Associação Técnica Internacional de Madeiras Tropicais - ATIBT, (2020), organização associada com o mercado de madeira tropical entre Europa, África e Ásia, relatou desaceleração em vários países. No entanto, os impactos da pandemia sobre o setor madeireiro foram heterogêneos entre os países. Nos Estados Unidos, o *lockdown* e a consequente parada da construção civil no início da pandemia fizeram os preços da madeira caírem drasticamente.

Contudo, a partir do segundo semestre de 2020, a alta demanda, imprevista pelo mercado imobiliário (a pandemia direcionou o setor para a construção de casas grandes, reformas e projetos de “*do it yourself*”), aliada ao desabastecimento de madeira imediata, fez os preços multiplicarem por sete e a madeira foi considerada a “*commodity* mais quente do planeta” (Meyer, 2021; Zhang e Stottlemeyer, 2021). Portanto, a premissa de que a construção de residências iria declinar com a pandemia se mostrou falha e os preços da madeira escalonaram (Popken, 2021). Em maio de 2021, os preços da madeira nos EUA haviam aumentado em 406% em relação ao mesmo período do ano anterior, com enorme efeito sobre preços na construção civil (NC STATE UNIVERSITY, 2021).

A China, por sua vez, depende essencialmente da importação de madeira e a pandemia prejudicou esse cenário: houve queda de 2,30%, 2,48% e 1,91% na produção da indústria de processamento de madeira, de móveis e de papel, respectivamente (Cheng; Zhang, 2020), além da flutuação acentuada dos preços florestais durante o primeiro semestre de 2020 (Tao; Diao; Cheng, 2021). Em 2022, a proibição de exportação de madeira advindas da Rússia tende a afetar negativamente o mercado madeireiro chinês mais uma vez (GWMI, 2022). Ainda na Ásia, os países que compõe a Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) relataram que após as oscilações severas de 2020, a produção de móveis de madeira conseguiu aumentar em 2021, porém com um novo entrave em consequência da pandemia: aumento das taxas de frete e desabastecimento de contêineres para exportação (Itto, 2021).

A União Europeia presenciou um pico na importação de madeira tropical no ano anterior à pandemia (2019), sucedida por queda

acentuada durante os primeiros meses de 2020 (Itto, 2022). Entretanto, as oscilações de mercado fizeram essas importações aumentarem cerca de 23% a partir do final de 2020, com um ganho de 15% em relação ao ano de 2019 (Itto, 2022). Outros estudos relataram os impactos negativos da pandemia sobre o setor florestal de seus países, tais como diminuição da escala produtiva, restrições de transporte e demissão de mão de obra no Nepal (Giri, 2021), redução na demanda por madeira de construção e aumento na demanda por madeira de “uso doméstico” na Europa Ocidental (Hardcastel e Zabel, 2021), quedas acentuadas na exportação de madeira e auxílio governamental nos países componentes dos Balcãs (UNECE e FAO, 2021). Alguns estudos focaram mais nos efeitos sobre a conservação e restauração de florestas (Brancalion *et al.*, 2020; Zahawi *et al.*, 2020; Wunder *et al.*, 2021).

No Brasil, o primeiro *lockdown* resultante da pandemia iniciou-se em março de 2020. O arrefecimento do *lockdown* aconteceu apenas ao final do mesmo ano, mas foi seguido por sucessivas ondas de agravamento da epidemia e outros *lockdowns*, até sua desaceleração no início de 2022. De 2020 a 2021, foram reportados relevantes impactos na economia brasileira (Fagundes *et al.*, 2021; Paiva e Paiva, 2021). No setor florestal, no entanto, que se tenha conhecimento, não houve uma apreciação sistemática do impacto da pandemia.

A região Amazônica é grande produtora de madeira tropical no Brasil, com concentração da produção em polos madeireiros. Historicamente, esses polos estiveram localizados ao longo do “arco do desmatamento” (região sul e oriental) da Amazônia (IMAZON, 2014), porém a nova geografia da produção madeireira amazônica indica concentração no noroeste (31,7% do volume em tora) e centro (15,9%) de Mato Grosso; e oeste e calha norte do Pará (16,6%), com deslocamento para regiões mais centrais da Amazônia (Lentini *et al.* 2019).

Neste estudo, avaliamos, preliminarmente a partir de dados secundários, o impacto do período pandêmico na produção de madeira nativa da Amazônia brasileira, em especial utilizando indicadores de produção, empregos e valores exportados. A análise do impacto da pandemia na produção madeireira da Amazônia se justifica pela

melhor compreensão do que um episódio global singular representa para o setor de florestas nativas. Ao abrigar um dos maiores estoques de madeira tropical do mundo, o setor madeireiro do Brasil torna-se um dos maiores produtores de madeira e de produtos madeireiros associados (Marcussi, 2016).

Ainda que boa parte dessa produção seja consumida no mercado interno, o Brasil contribui para o suprimento da demanda madeireira em larga escala de diversos países, como China, Estados Unidos e membros da União Europeia (Itto, 2018). O cenário político ambiental brasileiro, a partir de 2018, tem se caracterizado pelo enfraquecimento de políticas socioambientais e intensas mudanças no arcabouço legal (Brito *et al.*, 2020; Moraes *et al.*, 2021) adicionado de um expressivo aumento do desmatamento na região (INPE, 2021). Com madeira disponível, partimos da premissa de que a pandemia no Brasil teve pouco efeito sobre os indicadores selecionados, à exceção do valor exportado, já que a exportação está sob regras mais rigorosas quanto à origem do produto.

## 2 MÉTODOS

Para identificar os impactos da pandemia sobre a exportação, produção e geração de empregos associados à madeira tropical da Amazônia utilizou-se dados do período 2018 a 2020. Entende-se que o triênio compreende: i) a produção madeireira *ex ante* (2018-2019), ii) o período mais crítico, que se deu no 1º semestre de 2020, e iii) a retomada lenta e gradual da economia no 2º semestre de 2020.

A análise de dados secundários foi feita a partir de três bases públicas de dados (Tabela 1): PEVS (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura) (IBGE, 2020), Comex Stat (Estatísticas de Comércio Exterior) (Brasil, 2022a) e Rais (Relação Anual de Informações Sociais) (Brasil, 2022b). PEVS e RAIS divulgaram os dados até 2020 e Comex Stat até 2021.



Tabela 1: Bases de dados e categorias utilizadas com suas respectivas definições

Categoria	Definição	Base de dados
Extração vegetal	Exploração dos recursos vegetais naturais. A categoria compreende produtos madeireiros, alimentícios, ceras, oleaginosas e outros. Para este estudo somente foi utilizado os dados da classe “madeira em tora” a partir da Subclasse “extração de madeira em florestas nativas” da CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica) 2.0 (a extração de madeiras em toras em florestas nativas e a extração de madeiras em bruto originárias de florestas nativas).	PEVS/IBGE (2020)
Estoque de empregos	O estoque de emprego estima a relação entre os empregos formais admitidos e os empregos formais desligados de cada ano. Foram utilizados estoques de empregos e remuneração salarial média na subclasse “extração de madeira em florestas nativas”.	RAIS/Ministério do Trabalho e Previdência (Brasil, 2022b)
Exportação de madeira	Exportação e importação de produtos madeireiros (Capítulo 44 do sistema de Nomenclatura Comum do Mercosul)	Comex Stat (Brasil 2022a)

Fonte: Elaboração das autoras.

A PEVS reúne dados sobre o volume e o valor da produção florestal decorrente da extração vegetal em áreas de floresta natural e plantadas (IBGE, 2020). O Comex Stat é um sistema de consultas e extração de dados ligado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, onde são reunidos dados sobre a exportação e importação de produtos brasileiros. A madeira e seus subprodutos correspondem ao capítulo 44 do sistema de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) (Brasil, 2022a).

Os dados da produção madeireira foram levantados a partir das bases anuais publicadas pela PEVS, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta de dados a produção registrada nos municípios de cada estado da federação (IBGE, 2020). Os valores da

produção em volume (m<sup>3</sup>)<sup>1</sup> e em valor (R\$)<sup>2</sup> foram sistematizados para todos os municípios dos nove estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Para a sistematização, foram utilizadas as tabelas disponibilizadas no website PEVS referentes à produção extrativista, considerando somente os dados correspondentes à produção madeireira em ambas as bases de dados. A produção dos municípios foi, posteriormente, classificada em ordem decrescente, incluindo somente municípios com valores de produção maiores que zero.

Para os dados de emprego, a Rais compila dados trabalhistas no âmbito do vínculo ativo/desligado formal do mercado de trabalho e tem por finalidade o controle, a disponibilização de dados e a construção de estatística desse mercado (Brasil, 2022b). Assim, foram levantados dados sobre o estoque de empregos (Tabela 1) e remuneração salarial média na subclasse “extração de madeira em florestas nativas” segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Como fonte de informação qualitativa adicional, foram realizadas entrevistas presenciais e online com três representantes em posição de liderança de instituições envolvidas direta e indiretamente com o setor florestal de nativas de importantes estados produtores: Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (AIMEX), Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais (Confloresta), Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (CIPEM). As entrevistas focaram em entidades representativas, embora sem a pretensão de esgotar as opiniões do amplo setor florestal. Estas, no entanto, foram essenciais para melhor compreender o cenário de produção e exportação de madeira nativa durante a pandemia do Coronavírus a partir da percepção desses atores e da compreensão do ocorrido nos “bastidores” do cenário de

---

<sup>1</sup> A produção em volume foi considerada somente para a categoria “madeira em tora”

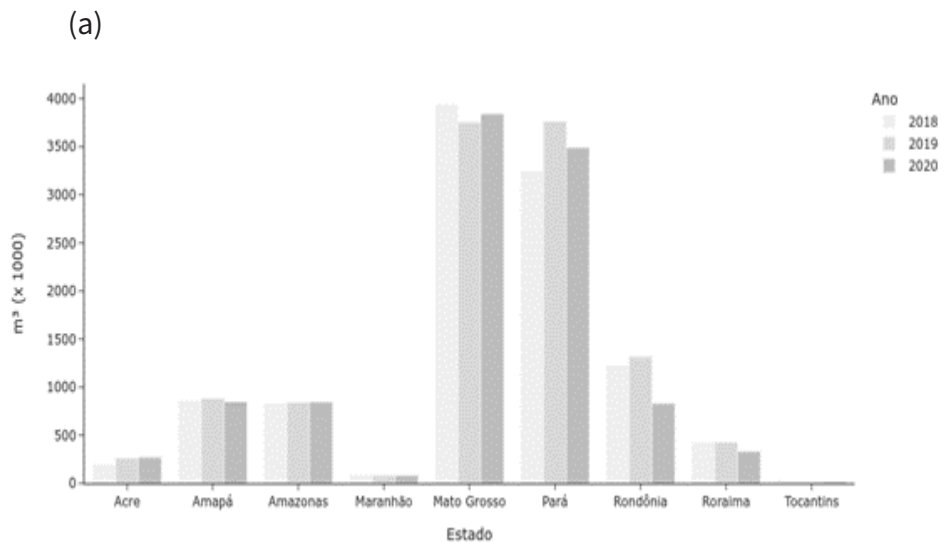
<sup>2</sup> Os dados foram deflacionados para valores reais de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo como ano base 2020. Além disso, para os dados de exportação em preços *Free On Board (FOB)*, utilizou-se da correção cambial de 31/Dez de cada respectivo ano da série analisada para comparação.

exportação a partir de dinâmicas não documentadas. As opiniões dos representantes foram sempre destacadas no texto para distingui-las dos dados quantitativos, mantendo a fonte anônima.

### 3 RESULTADOS

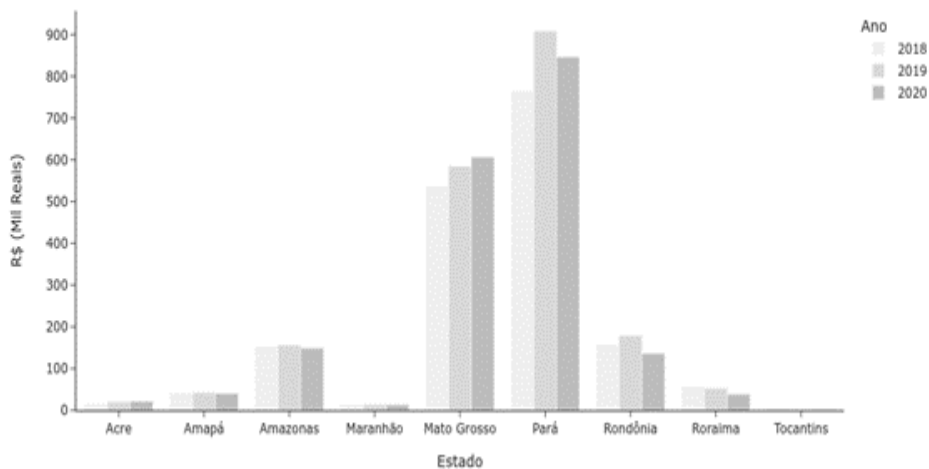
Os estados que compõem a Amazônia Legal apresentaram distintos volumes de extração madeireira na série temporal de 2018 a 2020 (Figura 1a). Pará e Mato Grosso se destacam como os estados que mais extraíram madeira natural no triênio, seguidos por Rondônia, Amapá e Amazonas. Em 2020, observou-se uma diminuição no volume extraído no Pará e em Rondônia. Nos demais estados, o volume extraído permaneceu estável. W

Figura 1: Volume (a) e valor (b) da extração de madeira em tora ( $m^3$ ) em florestas naturais por estado da Amazônia legal entre 2018 e 2020



Fonte: Elaboração das autoras.

(b)

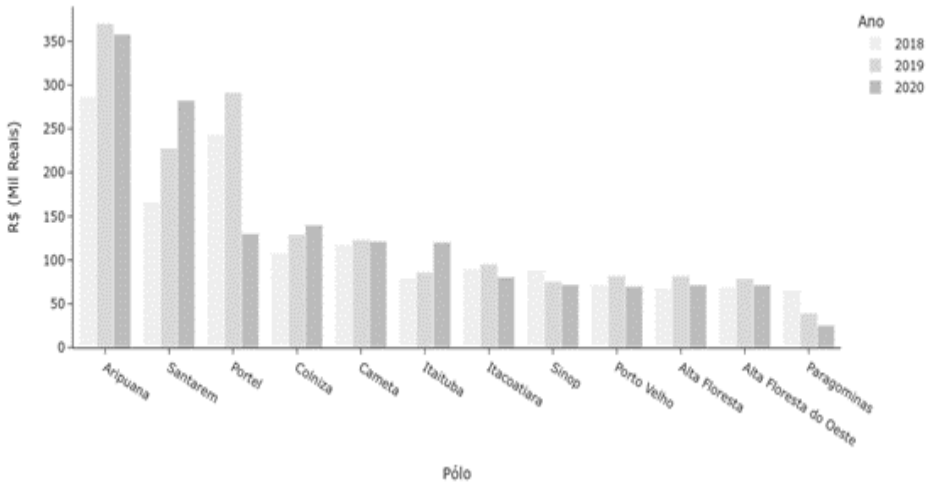


Fonte: Elaboração das autoras.

O comportamento em relação ao valor da extração vegetal por estado (Figura 1b) foi semelhante ao observado em relação ao volume. Os estados do Pará e Mato Grosso, seguidos a distância por Rondônia e Amazonas, apresentaram os maiores valores de extração acumulados. O Estado do Mato Grosso aumentou o seu valor da produção a partir de 2018, mantendo-se praticamente estável em 2020. O estado do Pará também aumentou seu valor de produção a partir do mesmo ano, mas teve queda no ano de 2020. Os demais estados, com alguma variação, mantiveram-se estáveis no triênio.

Foi feito um recorte dos 12 municípios com maior valor de extração vegetal e verificou-se que eles estão localizados em quatro dos cinco estados com maior volume e maior valor de produção (Figura 2).

Figura 2: Valor da extração madeireira (R\$) em florestas naturais por municípios da Amazônia legal no período de 2018 a 2020.

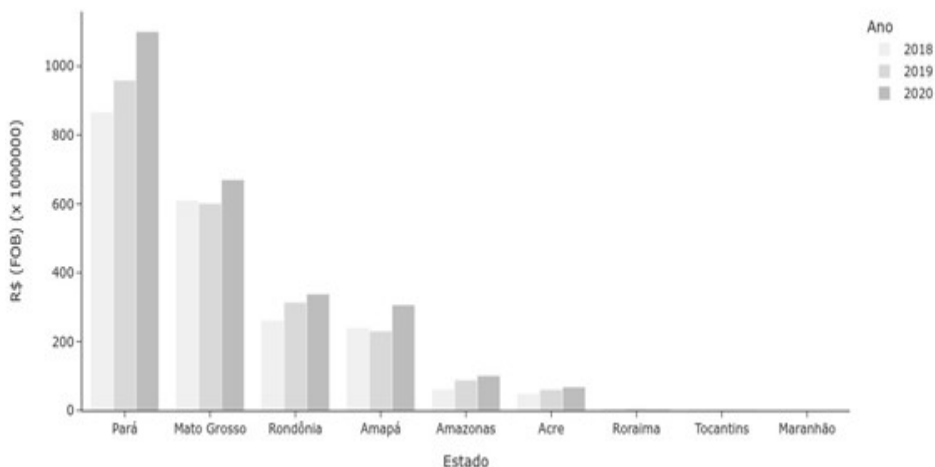


Fonte: Elaboração das autoras.

No Pará, destacam-se os municípios de Santarém, Portel, Cametá, Itaituba e Paragominas. No Mato Grosso, destacam-se os municípios de Aripuanã, Colniza, Sinop e Alta Floresta. No Amazonas, apenas Itacoatiara se destaca. Finalmente, em Rondônia, os polos madeiros são a capital Porto Velho e Alta Floresta do Oeste. Três municípios aumentaram o valor da exploração em 2020: Santarém, Colniza e Itaituba. Os demais não apresentaram diferenças relevantes, à exceção de Portel, com redução de aproximadamente 41% em relação ao ano anterior.

Os estados exportadores apresentaram alta do valor exportado em 2020 comparado ao período pré-pandemia (Figura 3). Os estados com maior volume e valor da extração madeireira foram os que mais exportaram. Pará, Mato Grosso e Rondônia fazem parte desse grupo. O Amapá, apesar de apresentar baixa produção comparada aos estados mais produtivos, possui o Porto de Santana, que pode ser utilizado para escoar a exportação de estados vizinhos.

Figura 3: Valor da exportação (em R\$) de 2018 a 2020 por estado da Amazônia Legal.



Fonte: Elaboração das autoras.

FOB: “*Free on board*” (“livre a bordo”) = a responsabilidade, incluindo os custos do embarcador da mercadoria termina no momento do despacho. O comprador, então, assume os custos e riscos do transporte da mercadoria.

O estoque de empregos na subclasse “extração de madeira em floresta nativa” (doravante denominado “empregos florestais”) apresentou aumento médio de 7 (2018) para 16,92 (2020), no entanto com alta variação no triênio (Figura 4). Por exemplo, o valor máximo registrado de empregos foi de 597 em 2020 em relação a 286 em 2019. O alto desvio padrão anual observado pode estar relacionado à empregos florestais sazonais, como na época de colheita da madeira, onde o número de funcionários contratados é maior. Algumas poucas localidades foram responsáveis pelos maiores aumentos. Os *outliers*<sup>3</sup> mais proeminentes identificados foram Belém, Paragominas e Portel (todos no Pará), que têm (ou tiveram) um maior estoque de emprego formal na extração de madeira em relação aos demais polos madeireiros.

<sup>3</sup> *Outlier*: Corresponde a um dado que se diferencia drasticamente da distribuição de normalidade probabilística segundo sua média.

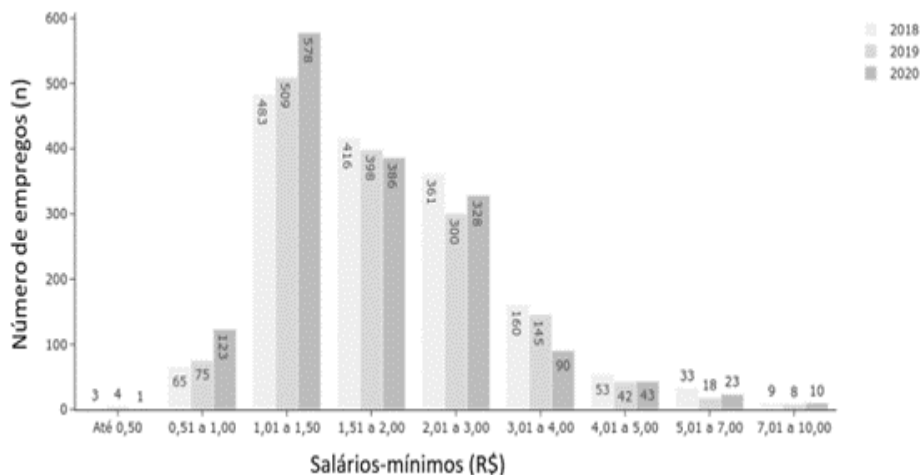
Figura 4: Agregado de estoque de empregos na subclasse de extração de madeira de 2018 a 2020 na Amazônia Legal.



Fonte: Elaboração das autoras.

Em relação à média salarial, os empregos florestais foram concentrados entre 1 a 1,5 salário mínimo no período estudado, faixa de rendimento que apresentou crescimento em 2020 (Figura 5). Em seguida, os salários concentram-se até 3 salários-mínimos, com redução abrupta nas faixas salariais maiores. Em 2020, o número de empregados com valores salariais superiores a 1,51 salário-mínimo foi menor ou similar comparado ao período pré-pandemia. Entende-se, portanto, que o aumento da média do estoque de emprego se deu em função do crescimento das faixas de renda básicas.

Figura 5: Remuneração média salarial dos empregos florestais de 2018 a 2020 por polo madeireiro da Amazônia Legal.



Fonte: Elaboração das autoras.

#### 4 DISCUSSÃO

Segundo os resultados deste estudo, de modo geral, o volume e os valores da extração madeireira não foram afetados de forma relevante em 2020 em comparação com os dois anos anteriores. No entanto, exportou-se mais madeira em 2020. Estes resultados são comparáveis aos encontrados na América Latina, onde o setor conseguiu manter a produção e, em alguns casos, aumentar as taxas de exportação (Itto, 2021). No setor madeireiro mundial, a redução da oferta inicial e grande escalada de preços desde o segundo trimestre de 2020 (Zhang e Stottlemeyer, 2021) pode ter contribuído para a necessidade de importação de países produtores.

Os resultados positivos alcançados pelo Brasil podem estar relacionados a fatores externos e internos de diversas naturezas, alguns deles identificados a partir das entrevistas realizadas, relatórios e da mídia. No entanto, dado ao período recente da pandemia, há muitas especulações sobre os processos que interferiram no mercado, que devem ser, com o tempo, corroborados por dados. Dentre os fatores externos, destaca-se a taxa de câmbio entre o dólar americano e o real, a



demanda internacional por madeira nativa e o baixo estoque disponível em países consumidores. O mercado madeireiro internacional opera oficialmente em dólar americano, logo, a taxa de câmbio atrativa entre a alta do dólar e a severa desvalorização do real foi um dos fatores primordiais que impulsionou as exportações brasileiras de madeira e subprodutos madeireiros (Malinovski, 2020).

Ainda, durante a pandemia, a dinâmica entre oferta e demanda internacional foi muito afetada. Dois entrevistados deste estudo (AIMEX e CIPEM) pontuaram que a demanda internacional da construção civil foi um fator positivo para as exportações brasileiras. A mídia nacional pontuou que produtos muito utilizados pela construção civil (como aço e ferro) tiveram seus preços altamente inflacionados, abrindo espaço para produtos como a madeira (O Estado de São Paulo, 2022). Ainda, um entrevistado da Confloresta ponderou que muitos compradores (nacionais e internacionais) da madeira advinda das concessões florestais brasileiras mantiveram a demanda e contratos de compra, apesar das oscilações do mercado, o que salienta a importância das concessões florestais para o cenário da exportação brasileira de madeira.

Em termos de fatores internos que beneficiaram o cenário brasileiro de exportação, os entrevistados destacaram a realidade dos seus estados. No Mato Grosso, o investimento em parques fabris foi decisivo para continuar atendendo a demanda por madeira, que teve um aumento de cerca de 40% em relação ao período pré-pandemia. Já no Pará, três fatores foram mencionados: (1) a integração efetiva dos sistemas online de controle das exportações (Siscomex) com o da agência federal ambiental (Ibama), que facilitou as liberações dos pedidos de exportação; (2) a descentralização de funções da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará para a Unidade Regional do município de Santarém (que concentra a produção madeireira do entorno), aumentando em 37% a capacidade de análise e aprovação dos planos de manejo florestal entre 2019 e 2020; e (3) a retomada da rota de exportação via porto de Belém em 2022, o que diminuiu os custos logísticos da madeira exportada.

No entanto, há também fatores considerados negativos para o cenário madeireiro do Brasil. O próprio panorama da pandemia é um deles, devido à instabilidade da economia e a desestruturação da logística de exportação. Como consequência disso, os exportadores vivenciaram a disponibilidade limitada de contêineres para armazenamento de madeira, o alto custo logístico (até dez vezes maior que os preços pré-pandemia) e o cancelamento de pedidos (ITTO, 2021). Todavia, no Brasil, o fator negativo mais citado pelos entrevistados neste estudo foi o “caos” (nas palavras dos mesmos) causado pelo retorno da validade da Instrução Normativa n. 5/2011 do Ibama, em parte, pela pressão exercida pelo aumento do desmatamento da Amazônia após 2018.

Esta IN exige a autorização de exportação pela agência ambiental como documento obrigatório para a devida exportação de madeira. Entretanto, como este documento há muito não era emitido pelo próprio Ibama, a agência não possuía mão de obra suficiente para efetivar sua implementação, acarretando o bloqueio de um enorme quantitativo de madeira nos portos, superlotação de armazéns de estocagem, perdas materiais e contratuais. Em especial no Pará, esse fato refletiu na queda dos índices de exportação em 2020, observada por esse estudo (AIMEX, 2021b; Liberal, 2021). Neste sentido, as dificuldades encontradas foram mais de gestão do que resultante do período pandêmico.

O estoque médio de empregos florestais formais, com alta variação dos valores no triênio estudado, impede uma conclusão robusta sobre a dinâmica no período. No entanto, considerando os valores máximos de empregos registrados, houve uma tendência de alta em 2020, que necessita melhor aprofundamento dos dados. A remuneração média salarial dos empregos florestais, contudo, indicou que houve concentração dos empregos florestais com médias salariais baixas, o que pode representar uma maior precariedade do trabalho nesta classe. Ainda, o decréscimo na média salarial com valores superiores indica que os empregos do setor foram concentrados em atividades com baixo nível de qualificação técnica, como o abate de árvores.

O setor florestal é caracterizado por empregos sazonais na floresta (colheita) e mais estáveis na indústria (agregação de valor). Há, ainda muita informalidade no trabalho florestal ligado à extração de madeira,

realizado em áreas remotas, com condições sanitárias limitadas e que expõem a saúde dos trabalhadores. Logo, esse cenário é agravado em situações como a de pandemia, levando a uma realidade ainda mais desafiadora (Ilo, 2020), em especial pela limitação em acessar informações sobre o trabalho informal.

Bridi (2020) mostrou que, dentre o quantitativo de pessoas empregadas por grupo de atividades no primeiro trimestre de 2020, a classe da “*agricultura, pecuária, pesca e produção florestal*” teve variação negativa de 3,5%, porém, em menor proporção que outras atividades. Já no final de 2020 e início de 2021, Gimenez *et al.* (2020) relataram que essa variação caiu para -1,9%, o que mostra a recuperação dos empregos nos setores pertencentes à essa classe, dentre os quais o da produção florestal.

Para além dos empregos florestais, Gimenez *et al.* (2020) alertam que os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho são severos: houve piora coletiva, porém, os efeitos mais graves recaem sobre a base do mercado, onde, em geral, estão os empregos com piores remunerações e há grande flexibilidade das relações de trabalho, ou seja, trabalhadores autônomos, sem carteira assinada e/ou ligados ao serviço doméstico. Uma vez que a RAIS apenas computa dados referentes ao emprego formal, estudos mais aprofundados em relação ao trabalho florestal informal e as condições dos trabalhadores ainda são necessários.

Este estudo preenche uma lacuna de informação sobre o impacto da pandemia de Covid-19 no setor de florestas nativas brasileiro, em especial da Amazônia. Contudo, pode ser aprofundado à medida que os bancos de dados ampliem a série temporal de informação, outros atores relevantes do setor sejam incluídos e melhores relações de causa-efeito possam ser construídas. Cumulativamente ao período da pandemia, é possível que mudanças geopolíticas na produção também afetem o mercado madeireiro em um futuro próximo.

O baixo estoque de madeira em países consumidores é um fator recente e uma das consequências da guerra entre Rússia e Ucrânia iniciada em 2022. Segundo a International Tropical Timber Organization (ITTO, 2022), as sanções de guerra impostas à Rússia e à Bielorrússia,

como a suspensão dos certificados FSC (*Forest Stewardship Council*) e PEFC (*Program for the Endorsement of Forest Certification*) – referências normativas no âmbito da certificação florestal – irão impactar negativamente o fornecimento de madeira certificada proveniente desses países. Em outras palavras, espera-se um cenário de escassez de madeira na Europa, que pode perdurar além do término da pandemia e do conflito entre Rússia e Ucrânia. Nesse sentido, o Brasil, como o segundo maior parceiro comercial da União Europeia (Ybáñez, 2021) pode ser beneficiado e concretizar as perspectivas positivas para o setor madeireiro pós-pandemia, desde que encontre um ambiente interno de negócios florestais organizado e com produtos de origem legal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicaram um impacto positivo nas exportações madeireiras e neutro para o volume e valor da extração madeireira da Amazônia brasileira no período da pandemia de 2020 comparado a dois anos anteriores. Os valores de produção e de exportação dos principais estados madeireiros oscilaram, sobretudo, devido à fatores associados a gestão de órgãos ambientais, o aumento do custo logístico e o cenário instável de pandemia, mas os municípios madeireiros conseguiram manter (e, em alguns casos, até aumentar) o valor de produção. As exportações, possivelmente, foram beneficiadas por uma taxa de câmbio atrativa e a alta demanda internacional por madeira. A concentração dos empregos florestais em classes de renda menores que 1,5 salário-mínimo representa ainda um desafio a profissionalização do setor para além de períodos de pandemia.

## AGRADECIMENTOS

Este estudo recebeu apoio parcial por meio de bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) à primeira autora (código de financiamento 001) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) à segunda

autora (código de financiamento 001). À Cleyton Candeira pelo apoio no gerenciamento dos dados brutos e confecção dos gráficos.

## REFERÊNCIAS

ATIBT. **Impact of Covid 19 on timber trade**. Disponível em: <https://www.atibt.org/en/news/11819/impact-of-covid-19-on-timber-trade>. Acesso em: 5 maio 2022.

BRANCALION, P. H. S. *et al.* Emerging threats linking tropical deforestation and the COVID-19 pandemic. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 18, n. 4, p. 243–246, out. 2020.

BRASIL. **Comex Stat**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 18 abr. 2022a.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>. Acesso em: 18 abr. 2022b.

BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141–165, dez. 2020.

BRITO, B. *et al.* Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon. **Environmental Research Letters**, v. 15, n. 10, p. 109501, 1 out. 2020.

CHENG, B.; ZHANG, J. **How will COVID19 affect china's timber industry?** 2020. Disponível em: <https://sfpa.org/how-will-covid-19-affect-chinas-timber-industry/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

FAGUNDES, Á.; FELÍCIO, C.; SCIARRETTA, T. Marcas da pandemia. **Valor Econômico**, 18 jan. 2021.

GIMENEZ, D. M.; BALTAR, P. E.; MANZANO, M. **Os efeitos iniciais da pandemia sobre o emprego no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/os-efeitos-iniciais-da-pandemia-sobre-o-emprego-no-brasil/#:~:text=Manteve-seo-desemprego-elevado,carteira assinada%2C dos empregadores precários>. Acesso em: 4 jun. 2022.

GIRI, K. **Initial assessment of the impact of COVID-19 on sustainable forest management: Asia-Pacific States: A case study on Thailand and Nepal**. UNFF, United Nations Forum on Forests. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/esa/forests/wp-content/uploads/2021/01/Covid-19-SFM-impact-AsiaPacific.pdf>.

GWMI, Global Wood Market Info. **China timber import market faces a complicated 2022 due to Russian log export ban**. Disponível em: <https://www.globalwoodmarketsinfo.com/china-timber-import-market-faces-complicated-2022-due-russian-log-export-ban/>. Acesso em: 6 maio 2022.

HARARI, D.; KEEP, M. **Coronavirus: Economic Impact**. House of Commons Library. 2021. United Kingdom. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-8866/#:~:text=The magnitude of the recession,in 1921on unofficial estimates>.

HARDCASTEL, P.; ZABEL, A. **Initial Assessment of the Impact of COVID-19 on Sustainable Forest Management: Western European and other States**. United Nations Forum on Forests. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/esa/forests/wp-content/uploads/2021/01/Covid-19-SFM-impact-Africa.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **PEVS- Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 abr. 2022.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. ILO. **Impact of COVID-19 on the forest sector**. International Labour Organization, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/sector/Resources/publications/WCMS\\_749497/lang--en/index.htm#:~:text=TheCOVID-19 pandemic is,workers suffering as a consequence](https://www.ilo.org/sector/Resources/publications/WCMS_749497/lang--en/index.htm#:~:text=TheCOVID-19 pandemic is,workers suffering as a consequence).

INSTITUTO DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. IMAZON. **Polos Madeireiros**. 2014. Disponível em: <https://amazon.org.br/mapas/polos-madeireiros/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INTERNATIONAL TROPICAL TIMBER ORGANIZATION. ITTO. **Tropical Timber Market Report**. 2022. Disponível em: [https://www.itto.int/files/user/mis/MIS\\_1-15\\_Mar2022.pdf](https://www.itto.int/files/user/mis/MIS_1-15_Mar2022.pdf).

INTERNATIONAL TROPICAL TIMBER ORGANIZATION. ITTO. **Biennial review and assessment of the world timber situation 2017-2018**. Yokohama, 2018. Disponível em: [https://www.itto.int/direct/topics/topics\\_pdf\\_download/topics\\_id=6162&no=1](https://www.itto.int/direct/topics/topics_pdf_download/topics_id=6162&no=1).

INTERNATIONAL TROPICAL TIMBER ORGANIZATION. ITTO. **Impacts of pandemic on tropical timber trade could be felt for years, say panellists at Annual Market Discussion**. 2021. Disponível em: <https://www.itto.int/ittc-57/day2/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

JONES, K. E. *et al.* Global trends in emerging infectious diseases. **Nature**, v. 451, n. 7181, p. 990–993, 2008.

JORDÀ, Ò.; SINGH, S. R.; TAYLOR, A. M. **Longer-run economic consequences of pandemics**. 2020. Federal Reserve Bank of San Francisco: Working Paper Series. Disponível em: <https://www.frbsf.org/economic-research/files/wp2020-09.pdf>.

LENTINI, M. *et al.* **O Que Mudou No Perfil Da Atividade Madeireira Na Amazônia Nas Últimas Duas Décadas (1998-2018)?** Boletim

**TIMBERFlow.** Imaflora, 2019. Disponível em: [https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/5df8d93dcbeae\\_Boletim1\\_Timberflow.pdf](https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/5df8d93dcbeae_Boletim1_Timberflow.pdf).

MALINOVSKI. O mercado florestal no pós-pandemia. **B. Forest**, ano 6, edição 73, dezembro 2020. Disponível em: <https://revistabforest.com.br/wp-content/uploads/2020/12/b.forest-73-download.pdf>. Acesso em: 2022.

MARCUSSI, J. C. **The Brazilian Amazon Timber Industry and the International Mechanisms of Timber Trade Control – Combating Illegal Logging and Associated Trade.** Pace University, 2016.

MEYER, R. **Why Dead Trees Are ‘the Hottest Commodity on the Planet’.** 2021. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/science/archive/2021/04/climate-origins-massive-lumber-shortage/618727/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MORAES, I.; AZEVEDO RAMOS, C.; PACHECO, J. Public Forests Under Threat in the Brazilian Amazon: Strategies for Coping Shifts in Environmental Policies and Regulations. **Fronti. For. Glob. Change**, v. 4, p. 1–7, May 2021.

NC STATE UNIVERSITY. **Ask an Expert: Why Is There a Lumber Shortage?** 2021. Disponível em: <https://cnr.ncsu.edu/news/2021/05/lumber-shortage/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Demanda por madeira nativa cresce durante a pandemia.** 2022. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/sustentabilidade/demanda-por-madeira-nativa-cresce-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 2 maio. 2022.

PAIVA, C. C. de; PAIVA, S. C. F. de. Impactos da pandemia sobre os resultados recentes das contas públicas. **Carta de Conjuntura**, v. 13, n. 50, p. 10, 2021.



POPKEN, B. **How the lumber industry misread Covid and ended up with a global shortage and sky-high prices.** 2022. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/business/economy/how-lumber-industry-misread-covid-ended-global-shortage-sky-high-n1272542>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TAO, C.; DIAO, G.; CHENG, B. The Dynamic Impacts of the COVID-19 Pandemic on Log Prices in China: An Analysis Based on the TVP-VAR Model. **Forests**, v. 12, n. 4, p. 449, 7 abr. 2021.

THE WORLD BANK. **Global Economic Prospects.** The World Bank. Washington, 2022.

UNECE, U. N. E. C. FOR E.; FAO, F. AND A. O. OF THE U. N. **COVID-19 impacts on the forest sector in countries in the Western Balkans.** Geneva, 2021.

VALE, M. M. *et al.* The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. **Biological Conservation**, v. 255, n. February, 2021.

WHO. World Healthy Organization. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard.** Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM *et al.* **The Global Risks Report 2020.** Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2020/>. Acesso em: 22 set. 2020.

WUNDER, S. *et al.* Coronavirus, macroeconomy, and forests: What likely impacts? **Forest Policy and Economics**, v. 131, n. July, p. 102536, 2021.

YBÁÑEZ, I. Brasil-Europa: Revendo e reforçando os diálogos políticos. *In:* THEMOTEO, R. J. (ed.). **Reavivando e reforçando os diálogos**

**entre Brasil e Europa/ Reviving and strengthening Brazil-Europe dialogues.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

ZAHAWI, R. A.; REID, J. L.; FAGAN, M. E. Potential impacts of COVID-19 on tropical forest recovery. **Biotropica**, v. 52, n. 5, p. 803–807, 2020.

ZHANG, X.; STOTTLEMYER, A. **Lumber and timber price trends analysis during the COVID-19 pandemic.** Texas, 2021. Disponível em: [https://tfsweb.tamu.edu/uploadedFiles/TFSSMain/Data\\_and\\_Analysis/Forest\\_Economics\\_and\\_Resource\\_Analysis/Contact\\_Us\(1\)/Lumberand Timber Price-COVID-19.pdf](https://tfsweb.tamu.edu/uploadedFiles/TFSSMain/Data_and_Analysis/Forest_Economics_and_Resource_Analysis/Contact_Us(1)/Lumberand Timber Price-COVID-19.pdf).

## **8 VULNERABILIDADE TERRITORIAL E ENFRENTAMENTO DO COVID 19 NA TERRA INDÍGENA MUNDURUKU (PA)**

*Marcia Eloisa Lasmar Bieri*

*Ligia Terezinha Lopes Simonian*

### **1 INTRODUÇÃO**

O tema *mudanças climáticas* faz parte das pautas das principais discussões mundiais. Os efeitos dessas mudanças estão sendo sentidos em diversas partes do mundo e têm despertado a atenção da comunidade científica mundial. De acordo com o relatório de 2022 do Instituto de Recursos Mundiais – WRI e o Climate Focus, países como o Brasil, Colômbia, México e Peru não conseguirão cumprir as metas do Acordo de Paris / COP 21 (2015) para 2030.

Para cumprir as metas desse Acordo, todos os 195 países participantes da COP - 21 deveriam pôr em prática os compromissos assumidos ao assiná-lo, com o objetivo de minimizar as consequências da crise climática global e seus desdobramentos. As áreas de floresta, comunidades indígenas e tradicionais são, naturalmente, sumidouros líquidos de carbono, e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas – ONU (2022) (IPCC sigla em inglês) reafirma que essas regiões absorvem mais carbono do que emitem.

O Comitê Chico Mendes (2022) reitera que as florestas e as terras indígenas são as chaves para atingir as metas climáticas, porém, no Brasil essas áreas não obtêm o reconhecimento que necessitam. Em 2021, o Estado do Pará, na região Norte do país, foi responsável pela destruição de 39% de floresta nativa, exatamente 4.037 km<sup>2</sup> dos 10.362 km<sup>2</sup> totais de florestas destruídas, conforme dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON (2022) a partir de imagens de satélite. A vulnerabilidade da floresta e a dos povos indígenas na Amazônia têm origens na indiferença como prática permanente dos governos ao longo da história.

## 1.1 Metodologia da Abordagem

Essa proposta consiste em uma abordagem mais contemporânea, Rosen (1991) de atribuir significados àquilo que se observa no mundo que nos rodeia, numa relação de causalidade diante do fenômeno e das relações por ele estabelecidas, que decodificam a lógica das relações e suas implicações. A área de estudo está situada na região do médio e alto Tapajós entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga no estado do Pará<sup>1</sup>. Nesse sentido, as observações de campo, a participação e eventos ocorreram mediante convite de instituições locais e de lideranças indígenas do povo Munduruku.

A pesquisa documental baseia-se em livros, artigos científicos, jurisprudência, legislação, consultas a sites institucionais pertinentes ao tema e diferentes plataformas de comunicação (jornais, revistas) a fim de evidenciar o conflito inerente ao processo. Com efeito, pode ser argumentado que compreender as complexidades sociais, políticas, econômicas ambientais e culturais da Amazônia exige do pesquisador uma postura mais eclética diante dos fenômenos. Nesta perspectiva, com base nas complexidades que os acontecimentos recentes apresentam, o formato da pesquisa científica baseada na disciplinaridade não causa tantos efeitos.

E isso, principalmente, quando se trata dos impactos de projetos de desenvolvimento em territórios de conflitos que envolvem as TI e demais atores com os mais diversos interesses. Desse modo, o objeto de estudo foi tratado de modo interdisciplinar no cenário desta pesquisa. Assim, é essencial levar em consideração os estudos dos impactos sociais, culturais, ambientais, econômicos, dentre outros aspectos. O avanço epistemológico na integração das diferentes interfaces e da interdisciplinaridade com a Antropologia, Etnografia e Desenvolvimento Sustentável, com as quais se apresentam questões de ordem ambiental.

---

<sup>1</sup> A maioria das observações foram realizadas no período do trabalho de campo para o PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, sob orientação da profa. Dra. Ligia T. L. Simonian a qual escrevemos esse artigo em parceria. A defesa da tese se deu no mês de março de 2022.

Numa primeira parte, examinar-se-ão a legislação indígena, a questão da demarcação do território Munduruku. A seguir, em uma segunda parte da análise, as políticas públicas e os conflitos territoriais que envolvem diversos atores das esferas políticas e econômicas e os povos indígenas.

## 2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TOP DAWN E ANTI TERRAS INDÍGENAS

Os povos indígenas brasileiros, no geral, são considerados como populações invisíveis no caminho das grandes obras de “desenvolvimento”. E os indígenas do Alto Tapajós, na região Oeste do Pará, não são exceção a essa regra neocolonialista e genocida, sofrendo as consequências ambientais dos conflitos ocasionados pela desenfreada exploração ilegal de garimpos em suas terras. Essa região tem se transformado nos últimos dois anos, em plena pandemia mundial de Covid -19, em campo de batalha, numa sequência de conflitos e enfrentamentos tanto nas terras indígenas quanto nas áreas de proteção ambiental.

### 2.1 A Demarcação da Terra Indígena Munduruku do Alto Rio Tapajós em Meio As Tendências Destruidoras

Os efeitos dessas tensões são sentidos pelo povo Munduruku do alto rio Tapajós. E isso mesmo tendo seu território demarcado pelo Governo brasileiro no ano de 2002, através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Neste processo, houve um convênio de parceria internacional com uma Agência do governo Alemão, a PPTAL/GTZ, o qual contou com a participação do povo Munduruku.

A regularização fundiária dessa TI foi um longo processo iniciado nos anos de 1940, quando a 2ª Inspetoria Regional do Pará requereu ao Governo do Estado a área para os índios (Arnaud [1974] *apud* Barbosa *et al.*, 2002), tendo sido concedidos 510.000 ha através do Decreto n. 305, de 21 de março de 1945.

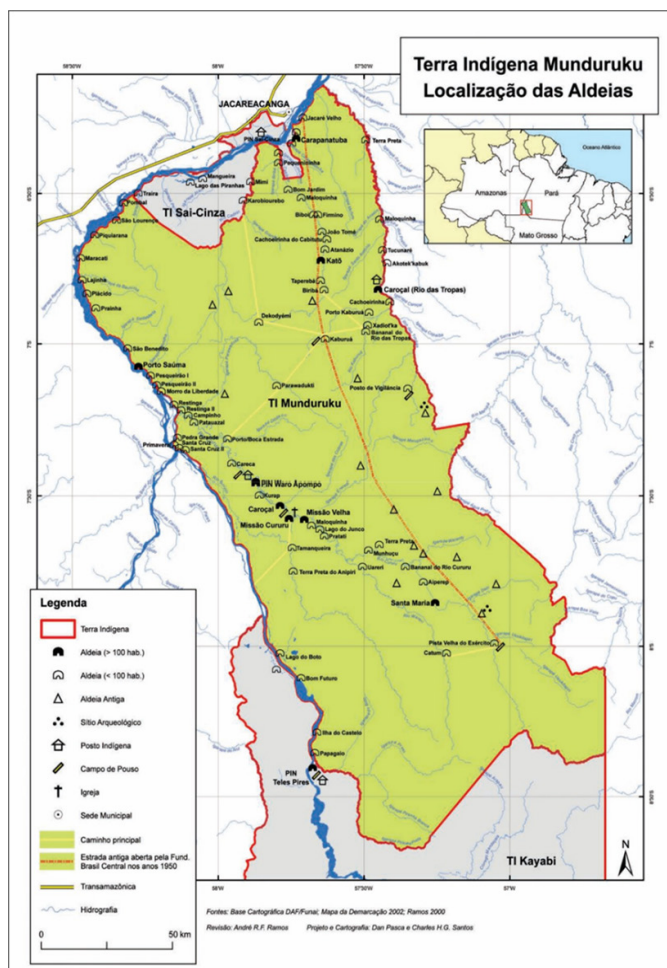
Historicamente, a terra indígena (TI) Munduruku tem despertado a cobiça e o interesse de segmentos da sociedade nacional devido às riquezas naturais do seu território. Os principais fatores são o não cumprimento e a não garantia dos direitos indígenas por parte do Estado, em desacordo aos marcos legais que garantem os direitos dos povos indígenas, como os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De todo modo, a madeira, o ouro, e especialmente o rio Tapajós, que corta a Terra indígena, vêm sendo cobiçados há anos para a construção de obras de infraestrutura. Uma dessas obras era/é o da Hidrovia Tapajós – Teles Pires, projetada devido à localização geográfica estratégica entre os Estados do Pará e do Mato Grosso para escoar a produção de grãos, mas que se encontra embargada desde 2015.

A construção de hidrelétricas como as UHE São Manuel e Teles Pires ocasionaram danos irreversíveis tanto ao patrimônio material quanto imaterial do povo Munduruku. Existem, ainda, outros minerais, além do ouro, na Terra indígena que chamam a atenção de pessoas que vivem da exploração desses recursos naturais desde o século XVII (Figura 1).

Os países que compõem a Pan-Amazônia seguem uma agenda governamental que tem como objetivo a construção de obras de integração de infraestrutura por meio da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (2013; Almeida, Marin, 2017; Gudynas, 2018). Teoricamente, elas são pensadas para um desenvolvimento que possa criar sintropia entre as regiões. Entretanto, para a implantação de projetos de desenvolvimento regional, o que se observa na prática é uma modalidade de planejamento do desenvolvimento exógena e vertical, apenas para execução dessas obras.

Figura 1: Mapa da Terra Indígena Munduruku



Fonte: Base Cartográfica DAF/ FUNAI/ Demarcação 2002.

Desse modo, os governos não realizaram reuniões abertas com a população para planejamento e discussão sobre os efeitos (ganhos e perdas) e desdobramentos sociais, econômicos, ambientais e culturais que esses empreendimentos poderiam acarretar, não somente à paisagem, mas a todo o contexto regional. Em termos gerais, houve audiências públicas. Porém, geralmente, quando os agentes governamentais chegaram para essas reuniões o projeto veio pronto para ser implantado, e a equipe era formada por técnicos de fora da região.

Essas reuniões mais pareciam jogos de cartas marcadas, como ocorreu naquela para a implantação da UHE São Luiz do Tapajós (que foi embargada pelo IBAMA em 2016), realizada em Alta Floresta (MT). A “militarização do Tapajós” entrou na discussão na audiência realizada em Jacareacanga (PA) no mês de abril de 2013, durante a Operação Tapajós. Nela, atuou a Força Nacional de Segurança – FNS, que fazia a escolta dos biólogos envolvidos com o EIA-RIMA da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Esse episódio ficou caracterizado como a militarização geográfica pontual regionalmente entre o médio e o alto do Tapajós. De acordo com Valle (2013), parte do efetivo da Força Nacional de Segurança ficou estacionada no 53º Batalhão de Infantaria de Selva, em Itaituba (PA); e parte dos policiais estava em Jacareacanga.

## 2.2 Políticas Exógenas Versus Sustentabilidade

É mister acrescentar que no pano de fundo dessas discussões sempre está presente o interesse da reprodução do capital com o aval do Estado; a apropriação dos bens regionais pela iniciativa da parceria público-privada, descartando os interesses e necessidades dos atores locais, a capacidade endógena de um desenvolvimento comprometido com o equilíbrio socioambiental (Barquero, 2001), onde se possa ter equidade com as questões territoriais econômicas, sociais e ambientais.

Por outro lado, ressalta-se que não foi realizada uma mobilização entre os atores e protagonistas no planejamento e implementação de programas de investimentos locais das diversas naturezas. Isso a se pensar na verticalização e criação de polos urbanos. Nem tampouco a elaboração de um projeto regional com os recursos das mitigações para atender às demandas da população, principalmente do povo Munduruku.

*O Relatório do Observatório do Covid 19: Informação para Ação*, a partir da síntese do seminário sobre o enfrentamento ao Covid 19 no contexto dos povos indígenas, realizado no *campus* virtual da Fundação Oswaldo Cruz, dia 28 de abril de 2020, esclarece que



[...] a conexão entre ataques a direitos, invasão e a contaminação de territórios indígenas, e aumento da vulnerabilidade à pandemia, além de provocarem toda a gama de impactos adversos sobre os povos indígenas, amplamente conhecidos garimpeiros, madeireiros, grileiros e outros podem ser importantes vetores do Covid-19.

Nesse sentido, o relatório destaca a invasão de garimpeiros em Roraima no território do povo Yanomami; aqui neste trabalho destaca-se a entrada de garimpeiros no território do povo Munduruku na região do Alto Tapajós, isso em plena pandemia mundial. De todo modo esse problema vem se agravando desde 2019, quando o governo federal começou a discutir a possibilidade de liberação de aproximadamente 1.200 novas Permissões de Lavra Garimpeira – PLG.

Mediante um grande movimento político na região (Parente, 2019), estiveram presentes em Brasília, no dia 9 de outubro de 2019, diversos empresários, deputados e vereadores para tratar sobre esse assunto com o Ministro da Justiça do atual governo, na época o Sr. Sérgio Moro, demais ministros e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

O Governo Federal assegurou que seriam publicadas ainda em 2019 as liberações das PLG, a partir de uma força tarefa da ANM. E Itaituba (PA) seria o município com 60% de permissões de lavra, o maior percentual do Brasil.

Dessa forma, as frentes de exploração avançam adentrando no território do povo Munduruku. Entretanto, destaca-se que entre o povo Munduruku existe o foco da resistência daqueles indígenas que são contra o garimpo nas suas terras, mesmo correndo risco de vida.

Várias denúncias foram enviadas ao Ministério Público Federal em Santarém e Brasília, amplamente divulgadas na imprensa nacional e internacional (diversos documentários de organizações não governamentais internacionais, inclusive em veículos de comunicação internacional como o *National Geographic*), bem como houve

mobilizações contra o garimpo feitas pelos indígenas que, ressalta-se, mesmo correndo um risco de vida, se manifestam contra, devido aos interesses da economia local e regional girarem em torno do garimpo.

### 2.3 O intenso jogo de interesses onde todas jogadas têm cartas marcadas

De acordo com informações recolhidas em trabalho de campo (Bieri, 2021) na região, as lideranças indígenas contra o garimpo afirmam que existem negociações (cooptação) com muitos indígenas, que ganham poder em associações e cargos executivos em Jacareacanga.

Para Camargos (2021), o *lobby* inicia quando os exploradores repassam às lideranças os valores do ouro através da “doação” de motores HP, voadeiras, roçadeiras, construindo barracões para reuniões nas aldeias, construindo pistas de pouso que viabilizam a retirada de pacientes graves, e ainda, dando-lhes ajuda de custo e garantia de vagas na retirada do minério.

Por essa mesma abordagem, Castro (2003), Mendes (2003), Pinto (2001) e Camargos (2021), dentre outros autores, esclarecem que os madeireiros, garimpeiros e a máfia da grilagem contam com fortes aliados, como políticos (senadores, deputados, prefeitos, vereadores), órgãos governamentais nas diversas instâncias de poder e empresários dos estados de Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Precisamente, estas referências apontam para a relevância da participação destes atores, que garantem a impunidade.

Devido à articulação política, existe a tentativa clara das partes interessadas na antecipação do Projeto de Lei - PL 191, de 2020, que está tramitando no Congresso Nacional. Esse PL regulamenta o garimpo em terras indígenas. Nessa perspectiva, existe a possibilidade do envolvimento de “aliados estratégicos” (Pinto, 2001), no caso os indígenas que são a favor do garimpo, muito embora haja a proibição constitucional do garimpo e da extração de madeira nas TI.

Ao cooptar as lideranças indígenas, os grupos de interesse querem passar para a sociedade a ideia de que o garimpo é uma alternativa de sobrevivência do povo Munduruku, e não dos empresários, que faturam

muito alto com a atividade e deixam apenas morte e destruição para as populações de toda a Amazônia.

Na verdade, Camargos (2021) esclarece que por trás do garimpo ilegal de ouro nas terras dos Munduruku existe um grande *lobby* composto por políticos, empresários e garimpeiros, os quais “têm portas abertas nos ministérios do governo do Presidente Jair Bolsonaro para pressionar a mudança da legislação e permitir a devastação no território dos Munduruku, no sudoeste do Pará”.

Assim, os políticos locais se articulam para pressionar a legalização do garimpo em terras indígenas, como aconteceu em maio de 2021, quando o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, transferiu por 15 dias os gabinetes do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade – ICMBio para a região Sudeste do Pará, especificamente para fiscalização em Altamira, Uruara, Placas, Rurópolis e Itaituba. Em Itaituba, ele se reuniu com o vereador Wesley Tomaz (MDB) (Figura 2).

Figura 2: reunião em Itaituba do ministro Ricardo Salles com o vereador de Itaituba Wesley Tomaz e o engenheiro ambiental Guilherme Aggens. Maio /2021



Fonte: Foto: (Reprodução/Facebook)

A prefeitura municipal de Itaituba, apelidada de “cidade Pepita”, é conhecida nacional e mundialmente pelo grande número de denúncias devido ao seu desprezo ao meio ambiente, portanto, é o retrato do momento de destruição que a Amazônia atravessa. Toda a atividade mais lucrativa da região é voltada para a economia garimpeira.

O atual Prefeito municipal de Itaituba é Walmir Climaco (MDB), garimpeiro, madeireiro, pecuarista e empresário, mas responde a vários processos na justiça por desmatamento, grilagem e até tráfico de drogas. Walmir Climaco é um dos grandes incentivadores da atividade garimpeira na região, seu mandato é o campeão na concessão de lavras garimpeiras, e segundo ele próprio, em entrevista ao *O Globo* (23 abr. 2022), afirmou “nós demos mais de 500 licenciamentos de garimpos através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e nunca fomos fiscalizar”. De acordo com o Ministério Público Federal – MPF, trata-se de uma inconstitucionalidade.

O MPF esclareceu que a Polícia Federal segue investigando as circunstâncias em que foram concedidas todas as licenças pela prefeitura de Itaituba, e que todas elas foram canceladas desde julho de 2021.

No geral, o licenciamento das atividades da lavra garimpeira é uma atribuição da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS-PA. Contudo, o Conselho Estadual de Meio ambiente – COEMA – aprovou em 2021 a Resolução n. 162/2021, que delegou aos municípios o licenciamento de atividades minerárias, iniciando um processo político de municipalização ambiental.

De todo modo, antes dessa resolução do COEMA existe a Lei Complementar n. 140/2011 e a Lei n. 6.938/1981, que foram criadas para fins de sistema cooperativo entre Estados e Municípios, onde fica muito claro o objetivo da matéria: trata-se da proteção ambiental, como parte da Política Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Diferente da forma como foi usada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba, a qual usou dessa lei para conceder mais de 500 licenciamentos de garimpo.

E recentemente, o Governo do Estado do Pará, através da SEMAS-PA lançou, no dia 15 de junho de 2022, o Sistema de Licenciamento

Ambiental – SISLAM, com recursos do Fundo Amazônia. Contou com a adesão de 51 municípios das diversas regiões do Estado, mas Itaituba, município considerado *hotpots*, não está credenciado. O objetivo do SISLAM é a municipalização ambiental mediante o protagonismo municipal para realizar o licenciamento e a emissão de licenças ambientais.

De todo modo, segundo Camargos (2021), para dar suporte ao jogo de interesses econômicos existe um corpo técnico por trás dessa articulação que conta com pelo menos um advogado, um antropólogo e um engenheiro.

Na Amazônia, o *modus operandi* de madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e outros segmentos é a pressão. Eles atingem as populações pobres, sejam elas de índios, caboclos, ribeirinhos ou beiradeiros, esclarece Pinto (2001), que na maioria das vezes, para garantirem sua sobrevivência, se veem obrigadas a entregar suas terras aos grileiros para serem exploradas de maneira vil.

Aliás, questões de garimpagem, grilagem, violência, desrespeito aos direitos humanos e chacinas por conflitos agrários, viraram lugar comum nas regiões Oeste, Sudoeste e Sul do Estado do Pará, devido à histórica ausência do poder público efetivo e sincronizado com as demais esferas de poder na região. Essa ausência vem há anos transformando o Pará em terra de impunidade, já que os fatos são públicos e amplamente noticiados pela imprensa local, nacional e internacional.

É exatamente na falta de integração das instituições de poder (União, estado e municípios) e da delimitação das responsabilidades entre os órgãos governamentais que reside a gravidade do problema. A situação é mais complexa ainda quando se considera o fato de que o extrativismo (Gudyna, 2017) ocupa uma posição de grande importância no mundo contemporâneo. Isso ocorre, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista geopolítico, a partir das diretrizes novas do desenvolvimento e das políticas territoriais. Muitos aspectos dessa falta de responsabilidade entre os órgãos governamentais favorecem a destruição da floresta e os crimes ambientais.

### 3 JACAREACANGA: ARENA DE CONFLITOS ENTRE GARIMPEIROS E FORÇAS NACIONAIS DE SEGURANÇA

A dinâmica subjacente aos principais problemas desse tempo no Alto rio Tapajós – o aumento dos casos de Covid 19, a garimpagem ilegal desenfreada, o enfrentamento entre as forças de segurança e os grupos pró garimpo – culminou para que no dia 05 de agosto de 2020 “estourasse” uma megaoperação, chamada “Operação Verde Brasil 2”, contra a garimpagem ilegal e o desmatamento ilegal na Amazônia, especificamente no município de Jacareacanga, dentro da terra indígena do povo Munduruku.

Essa Operação Verde Brasil 2 aconteceu num dos momentos de maior gravidade do Covid 19 na terra Munduruku, já imersa numa intensa crise sanitária. Destaca-se que em um mês (maio de 2020), o Covid 19 matou sete guerreiros Munduruku: Professor Amâncio Ikon Munduruku (59 anos), Cacique Vicente Saw Munduruku (71 anos), Benedito Munduruku (76 anos), Jerônimo Manhuary (86 anos), Angélico Yori (76 anos), Raimundo Dace (70 anos), Acelino Dace (78 anos), dentre outros que ficaram em estado grave nos hospitais de Jacareacanga e Itaituba e ainda sentem as consequências da doença.

A responsabilidade pela operação era do IBAMA, em parceria com as Forças Armadas, e contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente – Ricardo Sales - do governo Jair Bolsonaro. Entretanto, paralelamente a essa operação, o Vice-Presidente do Brasil, Hamilton Mourão, e o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, coordenaram uma outra ação na mesma região com os mesmos objetivos, o que gerou consequentemente uma confusão entre a ala militar e o IBAMA.

De acordo com a reportagem da revista *Veja* do dia 08/08/2020, na operação o IBAMA destruiu e incendiou cerca de 25 retroescavadeiras, cada uma no valor de mercado de 500 mil reais, tratores, bombas d'água e apreendeu cadernos com as planilhas, celulares, armas e oito tanques de combustível. Um prejuízo expressivo aos criminosos numa das áreas de extração de ouro na bacia do rio Tapajós, com muitos desses garimpos localizados dentro da terra indígena Munduruku.

De todo modo, esse “prejuízo” para os garimpeiros pode ser facilmente recuperado, segundo o IBAMA (2020), com a retirada de 700 quilos de ouro por mês, como ocorre na área, com um valor equivalente a cerca de quase dois milhões de reais, segundo informações do IBAMA, desses recursos nada fica em termos de impostos na região, pois esse ouro sai do Estado do Pará de forma ilegal.

Por outro lado, a tentativa do governo brasileiro em legalizar essa atividade mineral se justifica mediante o uso de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, onde os donos dos locais de garimpagem seriam facilmente fiscalizados. Mas, essa questão é muito complexa por envolver terras indígenas, e a garimpagem em terras indígenas é inconstitucional. Essa operação foi acompanhada pelo Ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro, Ricardo Salles (Figura 3).

Figura 3: O Ministro do Meio Ambiente em reunião com os garimpeiros em Jacareacanga (PA)



Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareacanga – 05 de agosto de 2020.

Para manifestar sua indignação com a queima do maquinário, os garimpeiros efetuaram um grande protesto no aeroporto de Jacareacanga, local onde as aeronaves da equipe do IBAMA pousaram para reabastecer. Nessa ocasião, os garimpeiros e a população de Jacareacanga que vive do garimpo, dentre eles alguns indígenas que são a favor da mineração nas terras indígenas, protestaram contra a Operação Verde Brasil 2 e contra as forças armadas, com faixas argumentando que “Garimpeiro não é sinônimo de bandido”, e ameaçaram tocar fogo num avião da Força Aérea Brasileira (FAB), iniciando-se ali um processo de negociação para a liberação do aeroporto.

Para um melhor entendimento dos fatos classifica-se a Operação Verde Brasil 2 como uma operação de guerra contra os crimes ambientais, com vários momentos de conflito entre os grupos pró garimpo e a Força de Segurança Nacional junto com a Polícia Federal e o IBAMA. Esses enfrentamentos iniciaram-se em maio de 2020 e sucedem novos episódios à medida que vai acirrando o conflito.

No caso da Operação Verde Brasil 2, os militares que comandavam essa ação estavam munidos de dados estratégicos. De acordo com Alessi (2020), eles tinham mapas das cinco áreas mais críticas onde estão concentrados os **hotspots** que correspondem a 45% do total do desmatamento da floresta Amazônica, um traçado feito com o auxílio das imagens de satélite, as quais foram disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE desde o mês de fevereiro.

Na região do vale do Tapajós são apontados pelo sistema de monitoramento do INPE-IBAMA quilômetros de devastação e destruição de rios e igarapés. A operação envolveu quatro helicópteros do IBAMA e da FAB, um efetivo de trinta homens e as aeronaves foram pilotadas por militares. Estavam numa base militar localizada na Serra do Cachimbo, no Campo de Provas Brigadeiro Velloso. A operação, porém, foi suspensa pelo Ministério da Defesa, que enviou nota à imprensa alegando que a suspensão da operação nas terras indígenas Munduruku era para avaliar os resultados.

De todo modo, em reportagem para o jornal *El País*, Alessi (2020) apurou junto aos agentes do IBAMA envolvidos na operação, os quais tiveram suas identidades preservadas, que



Há razões claras para o descompasso entre a precisão da ferramenta nova e os resultados obtidos: os militares falharam no desenho e na execução das ações [...] principalmente com os Garimpos ilegais, grandes vilões ambientais foram poupados, sempre ficaram de fora. Na hora em que submetemos os alvos, todos eles foram cortados.

E apontaram ainda a falta de experiência do Exército na fiscalização e a postura do Presidente Jair Bolsonaro, que é “crítico da repressão aos garimpos ilegais e da destruição do maquinário”, apesar de tais ações serem amparadas por lei.

Na oportunidade, o avião da FAB que estava bloqueado em Jacareacanga levou para Brasília cinco indígenas que trabalham e coordenam, em parceria com grupos de não indígenas, o garimpo nas suas terras. Esses indígenas, que representam os garimpeiros, foram se reunir com o Ministro do Meio Ambiente e os militares em Brasília.

Toda essa trama se passou num cenário de Pandemia de Covid, de luto do povo Munduruku pela perda de várias lideranças. Entretanto, houve aglomeração de pessoas indígenas e não indígenas (prós e contra o garimpo) envoltos em protestos, principalmente dos ambientalistas e dos Munduruku, que não concordam com o garimpo dentro das terras indígenas e que defendem a preservação da floresta. Por conta disso, o Ministério Público Federal e o Partido Verde entraram com uma ação contestando a suspensão dessa Operação.

### 3.1 As consequências da superexploração dos recursos naturais

Historicamente, na Amazônia, desde o século XVIII, presenciou-se a cobiça de espanhóis e portugueses que disputavam o controle hegemônico da região à procura das chamadas drogas do sertão, e buscavam ainda o chamado “lago El Dorado”, o qual, mesmo com grandes esforços, nunca foi encontrado (Oliveira Filho, 1995a). A província mineral do Tapajós é caracterizada por uma expressiva produção de ouro, sendo considerada como o maior distrito aurífero do

mundo, numa área em torno de 100 mil quilômetros quadrados. Limita-se geograficamente ao Norte pela bacia do Amazonas, a Noroeste pela cidade de Itaituba (PA), a Leste pelo rio Iriri, ao Sul pela serra do Cachimbo e a Oeste pelo rio Abacaxis.

A província mineral do Tapajós situa-se politicamente nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, no Estado do Pará. De acordo com Coutinho (2008), os depósitos de ouro estão distribuídos em diversos tipos de rochas, ou seja, a mineralização do ouro no Tapajós representa o termo final da crosta superior do ouro proterozoico, tipo orogênico (mesozoico e epizonal) e a predominância é de ouro aluvionar. Assim, o papel da mineração sempre foi e tem sido de grande importância na formação de núcleos populacionais a partir de antigas “currutelas”, e o dinheiro do ouro movimenta a economia local.

Uma parte da devastação ambiental no alto Tapajós é ocasionada pela atividade ilegal de mineração, e pode ser constatada com a morte de rios, a exemplo do Crepori, devido à contaminação por resíduos minerais; e também pode ser observada em rios como Cuiu-Cuiu e, acentuadamente, no rio Tropas e no Igarapé Massaranduba, que deságuam na margem direita do rio Tapajós (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Garimpo na terra indígena Munduruku



Fonte: IBAMA (2019)

Figura 5: Vista aérea do rio Crepori desaguardo no rio Tapajós



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

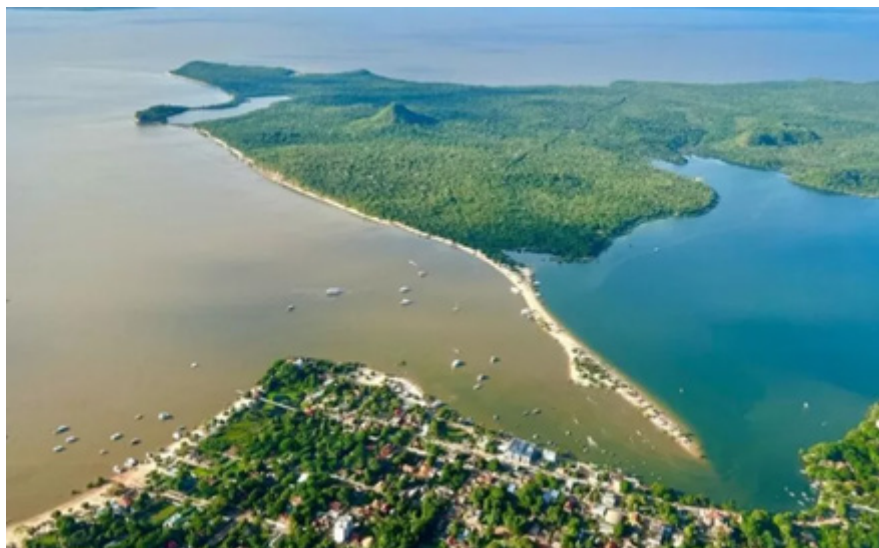
Os impactos afetam sobremaneira as populações indígenas, contaminando o solo, os rios, os peixes e também as pessoas. O texto que segue é fragmento da Carta das lideranças indígenas Munduruku, que denuncia enfaticamente que o “Megagarimpo”: “[...] Matou a floresta e as roças, levou doença, prostituição, consumo de bebidas alcoólicas entre os homens e as mulheres e introduziu drogas entre os adolescentes”. Apesar das limitações dos recursos naturais e dos evidentes danos causados ao ambiente, as pessoas continuam explorando a região de forma desordenada e poluindo a água, o solo e o ar, numa total falta de ética global contra o ambiente, a qual tem suas origens nos mecanismos econômicos da economia de mercado mundial.

De acordo com a pesquisadora Suelen de Souza, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que monitora a área desde 2014, ela identificou o aumento nos níveis de mercúrio no sangue dos moradores de Santarém. Segundo a pesquisadora, em entrevista ao *Jornal Nacional* do dia 19/01/2022, “esses níveis de exposição, a gente considera elevados, considerando o limite que é estipulado pela Organização

Mundial da Saúde, que é de até 10 microgramas por litros; e nós temos voluntários que apresentam até 10 vezes mais”.

No geral, a Polícia Federal foi consultada pelo *Jornal Nacional* do dia 19/01/2022, e esclareceu que os garimpos despejam 7 milhões de toneladas de rejeito no Rio Tapajós, portanto tendo relação direta com a mudança da coloração daquele rio em Alter do Chão (PA), uma região mundialmente conhecida como o *caribe amazônico* devido à beleza cênica esplêndida de **águas límpidas** verdes azuladas (Figura 6).

Figura 6: Fotografia aérea águas barrentas do Tapajós em contato com o Lago Verde, em Alter do Chão (PA)



Fonte: Registro: Erik Jennings Simões (Janeiro/2022).

A pesquisa foi realizada mediante a análise comparada das imagens de satélite registradas entre os meses de julho de 2021 a janeiro de 2022, as quais demonstram que houve um aumento na quantidade de sedimentos nas águas. Segundo os peritos, a sedimentação ocorreu em lugares de grande desmatamento nas margens do rio Jurueña e do rio Teles Pires e São Manuel, onde foram construídas as UHE e existe atividade garimpeira, sendo esses rios afluentes do rio Tapajós.

Do ponto de vista ambiental, os efeitos de décadas de garimpagem do ouro causaram e causam grandes danos na província do Tapajós.

Na análise de Bezerra (1998), a atividade garimpeira afeta gravemente a morfologia dos rios, principalmente com a execução de dragagem, onde são cavadas as margens dos rios, destruindo as matas ciliares, e feitas escavações em seus leitos.

Em maio de 2021, novamente o conflito acirrou com uma nova operação policial, denominada Operação Mundurukania, de combate aos garimpos na Terra indígena Munduruku e Sai Cinza, em Jacareacanga. Nesse período, excepcionalmente, o Ministro Ricardo Salles havia transferido o Gabinete do Ministério do Meio Ambiente para a região.

Nessa perspectiva, Marcio Astrini, Secretário Executivo do Observatório do Clima, esclarece que “Ele (Salles) acabou fazendo um anúncio de que ia ter uma operação de fiscalização naquela região. E, isso acabou por, obviamente, alertar os criminosos, que tiveram tempo de tomar providencias para não serem achados pelas autoridades policiais”.

Houve inúmeras críticas, pois para os especialistas e Ongs ligadas à defesa do meio ambiente, não havia necessidade de o Ministro transferir o gabinete para a região exatamente no mesmo tempo em que estava havendo uma operação de combate ao crime do garimpo ilegal.

Com os ânimos muito exaltados, não foi possível conter o enfrentamento direto entre as forças de segurança Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, o Ibama e a Funai com os garimpeiros e indígenas. A cidade de Jacareacanga novamente se transformou num campo de batalha. As forças de segurança estavam ali para remover os garimpeiros ilegais, entretanto, no confronto com a polícia muitos garimpeiros e indígenas ficaram feridos com os disparos das balas de borracha e gás lacrimogênio usado para conter o movimento garimpeiro (Figura 7).



Figura 7: Força Nacional e Policia Federal em Jacareacanga/ maio 2021



Fonte: imagem Cimi Norte II (divulgação)

Durante esse enfrentamento houve a queima da casa de uma das lideranças do movimento contra os garimpos nas terras indígenas Kabaiwun Munduruku – Maria Leusa (Figura 8).

Figura 8: Destruição da casa da Kabaiwun Munduruku, maio/2021



Fonte: Repórter Brasil (divulgação)

Diante das sombrias consequências do conflito, onde vários indígenas foram presos, entre eles o vice-prefeito de Jacareacanga, Valmar Kaba Munduruku, e o presidente da Associação Indígena Pusuru.

O povo Munduruku organizou uma reunião somente com a participação dos caciques, e ao todo participaram 72 caciques das diversas aldeias do Alto Tapajós. Em nota para a imprensa, os caciques se manifestaram contrários ao Projeto de Lei n. 191, de 2020, que chamaram de “projeto de morte”, e atribuíram a ele a divisão do povo Munduruku, a violência e o ataque contra as mulheres indígenas que são contra o garimpo ilegal. As lideranças Munduruku esclareceram que “nenhum senador, deputado, vereador ou qualquer outra pessoa sem autorização dos caciques pode falar pelo povo Munduruku, e nem dizer que representa o povo”, reafirmaram.

A contaminação por mercúrio na terra indígena tem sido um grave problema que resulta no aumento das doenças neurológicas nas aldeias Munduruku. Casos na aldeia Sai Cinza, por exemplo, de pessoas com transtornos neurológicos, cegueira, paralisia têm sido muito comuns, como pôde ser observado no trabalho realizado no campo em 2018 e em julho de 2019.

Neste tempo, em campo, acompanhei uma equipe de televisão que estava montando um documentário sobre os garimpos na Amazônia desde o Peru, e os riscos do mercúrio para os povos indígenas e populações tradicionais que dependem do pescado desses rios com água contaminada deste metal para a sobrevivência<sup>2</sup>. Há pessoas com problemas de saúde, algumas em fase de acompanhamento médico, na aldeia Sai Cinza (Figuras 9).

---

<sup>2</sup> A matéria, dividida em cinco episódios tem o título: Expedição de médicos tenta desvendar contaminação. Disponível em: [http://youtu.be/GlsEKGQ\\_i6Q](http://youtu.be/GlsEKGQ_i6Q). Acesso em: 17 dez. 2019.

Figura 9: Visita à casa de duas indígenas que ficaram cegas e moram na aldeia Sai Cinza



Fonte: Marcia Bieri, 2019.

Existe um aspecto determinante no posicionamento dos Munduruku, que se refere à cosmologia. Para os povos indígenas de modo geral, seus idiomas não possuem vocábulos que traduzam o termo natureza, “por conceberem a realidade como um contínuo no qual humanos, animais, plantas e estrelas se conectam e possuem moralidade e responsabilidade na produção e na reprodução da vida” (Scarano, 2019, p. 15). Esse é um dos principais fatores pelo qual o povo Munduruku foi terminantemente contra a construção da UHE Teles Pires, e atualmente a maioria é contra a garimpagem dentro de seu território ancestral.

Ao participar de uma das assembleias do povo Munduruku sobre o tema de grandes obras no território, Kalil (2016) descreve a cosmovisão e a cosmogonia dos indígenas com relação a esses projetos a respeito dos riscos, que segundo os indígenas correspondem a: riscos espirituais, culturais, ecológicos e sociais que tais projetos trarão para todos os habitantes da floresta.

Outra contribuição muito importante na definição de Natureza como ecologia profunda (Capra, 2012) é o conceito dado por Platão e Aristóteles pelo menos há 300 anos antes de Cristo (Scarano, 2019, p.



15), que faz alusão à natureza inata das espécies: a natureza humana, a natureza de uma planta, a natureza de uma serpente, a natureza de um quelônio, a natureza de um peixe. Esse conceito, de acordo com Capra (2012), exige mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário e requer uma base filosófica profunda.

Enquanto as forças que promovem novas ideias tentam elaborar para o futuro uma nova base estrutural com novos enfoques de uma consciência ecológica, numa das Assembleias indígenas na aldeia Sai Cinza, na Terra indígena Munduruku, o Cacique Vicente Saw Munduruku (*in memoriam*), que era o anfitrião, se pronunciou firmemente com relação à consulta prévia aos povos indígenas, esclarecendo que “[...] essa consulta será sempre incompleta, pois seria necessário consultar toda a população afetada da floresta, incluindo as árvores e os bichos, assim como a mãe dos peixes [...]”. Na verdade, não somente o povo Munduruku, mas a natureza como um todo foi afetada diretamente, tanto pela perda material quanto imaterial.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu trazer à discussão os principais conceitos abordados pelas políticas públicas para o desenvolvimento *versus* a exploração de recursos naturais. Esses fatos geram tensões sociais crescentes com povos indígenas, forças nacionais de segurança e garimpeiros ilegais e até a irradiação de violentos conflitos, como vem acontecendo em Jacareacanga/PA desde 2020, num período de pandemia mundial.

Conforme foi discutido, os programas e projetos governamentais pensados para o desenvolvimento regional não são condizentes com a realidade do Tapajós, e como diria Ab’ Saber (1989), trata-se de “pseudo” planejamento. A província do Tapajós é uma reserva de biodiversidade para o planeta, constituída como um grande mosaico de flonas, apas e terras indígenas que se transformam num corredor ecológico. Portanto, não deve servir para modelos de desenvolvimento exógenos que não respeitem as características ecológicas, morfológicas e sociais regionais.

A atuação política, continua seguindo as velhas cartilhas baseada na especulação, corrupção, ilegalidade e lobismo, como se observa tanto na implantação de obras de infraestrutura quanto na liberação e concessão de lavras para garimpagem no rio Tapajós e seus afluentes. E diante do exposto, recentemente o Governo do Estado do Pará, através da SEMAS-PA lançou a proposta de municipalização ambiental mediante a concessão, através do SISLAM, do protagonismo aos municípios para realizar o licenciamento ambiental no Estado.

No geral, a transferência do gabinete do Ministério do Meio Ambiente pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por 15 dias do mês de maio de 2021 para a região Oeste do Estado do Pará (Altamira, Uruará, Placas, Rurópolis e Itaituba), foi um momento relevante e histórico, considerando-se a complexidade ambiental da região, que gerou muitas expectativas de mudanças. O contexto da transferência do Gabinete aconteceu em um momento de conflito, em meio a uma megaoperação de fiscalização conjunta entre a Força Nacional de Segurança, o IBAMA e o ICMBIO.

Nessa perspectiva, poderia ter sido um verdadeiro marco no sentido de estabelecer os critérios para implantação de uma política regional com uma “nova racionalidade”, segundo Ignacy Sach que “reunisse eficiência econômica com efetividade ecológica” mediante a presença do Estado e das Forças Nacionais de Segurança.

O momento, entretanto, representou um grande retrocesso. Não foi possível evitar a corrupção, e o lobismo de políticos, inclusive do próprio ministro, que deveria adotar o sigilo das operações de combate ao crime e às infrações ambientais. A ação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi de alertar na imprensa os locais onde seriam realizadas as fiscalizações, ocasionando indignação entre os pesquisadores, ambientalistas, povos indígenas e populações tradicionais que acompanham o decorrer dos fatos ao longo do tempo na região do Tapajós.

A Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialistas do Meio Ambiente – ASCEMA Nacional se manifestou através de nota à imprensa no dia 12/05/2021, intitulada “A Lona e o Picadeiro do Ministro do Meio Ambiente que desmonta a ação dos especialistas em

Meio ambiente”, considerando como “circo” a atuação do Ministro, que “armou” a transferência do Ministério para a região exatamente durante a semana que seria a cartada decisiva planejada a partir de trabalhos da inteligência dos servidores do ICMBIO.

O Brasil é signatário de quase todos os acordos ambientais multilaterais (a lista está disponível na página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente – MMA – Assessoria Internacional – Ministério das Relações Exteriores desde as negociações da Rio 92, mas seus compromissos internacionais estão internalizados de forma muito lenta. Muitas obrigações assumidas pelo país nesses acordos são desconhecidas, inclusive, pelos atores públicos nos três poderes. Mas, segundo o INEP (2011), um fato interessante é a legislação ambiental avançada do Brasil, comparável a qualquer país desenvolvido.

Entretanto, o Brasil é um país megadiverso, que retém a maior riqueza natural do planeta 15% a 20%, boa parte concentrada na Amazônia, e uma parte na província aurífera do Tapajós. Todavia, em termos de planejamento de infraestrutura e desenvolvimento revela problemas coloniais de exploração predatória e degradação ambiental.

A falta de tecnologia e pesquisa para produção é péssima e não alcança os órgãos governamentais no sentido de um planejamento do desenvolvimento adequado à realidade de cada região. Esse é um dos maiores problemas: a essência da injustiça e má distribuição de recursos num país rico.

Ressalte-se, que na transferência do Gabinete do Ministério do Meio Ambiente para a região norte do Brasil, o ministro Ricardo Salles teve a oportunidade, mas não tomou as medidas essenciais que deveria ter tomado para que houvesse o ordenamento das ações para a segurança do estado de direito, principalmente, o fortalecimento das instituições, dos grupos étnicos locais, da educação ambiental e da prevenção dos conflitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A. **Boletim Cartografia da Cartografia Social**: Uma síntese das experiências: povos indígenas da Volta Grande do rio Xingu, garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores. Manaus: UEA Edições, dezembro 2017.

ALESSI, G. Exército sabia dos pontos de maior risco de devastação da Amazônia, mas falhou no combate. **Jornal El País**. Disponível em: <http://www.brasil.elpais.com>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; UFRGS Editora, 2001. 278 p.

BARQUERO, A. V. **Endogenous Development**: Networking, Innovation, Institutions and cities (Routledge studies in Development Economics). London and New York and Francis: Kindle Edition, 2003.

BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno. Teorías e políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, Madrid, n. 11, p. 183-210, 2007.

BEZERRA, O.; VERISSIMO, A.; UHL, C. **Impactos da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental**. Belém: IMAZON, 1998. Série Amazônia II.

CAMARGOS, D. Quem esta por trás do Lobby pelo garimpo ilegal de ouro nas terras dos Munduruku. **Repórter Brasil**. Disponível em: [www.reporterbrasil.org](http://www.reporterbrasil.org). Acesso em: 30 mar. 2022.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, n. 92, maio 1998.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução : Álvaro Cabral. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2012a. 432 p.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução : Newton Roberval Eicheberg. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2012b.

CASTRO, E. Geopolítica da Água e novos dilemas a propósito da Amazônia e seus recursos naturais. *In*: ARAGÓN, L.; CLÜSENER- GODT, M. (org.). **A Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: UNESCO/NAEA. 2003. p. 321-342.

FALLET, J. Águas do “Caribe Amazônico” ficam turvas em meio a alta no garimpo no Pará. **BBC. News/Brasil**. 18 jan. 2022. Disponível em: [www.bbc.com/portuguese/brasil-60032344](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-60032344) Acesso em: 30 mar. 2022.

G1 – PA / Belém. **Transferência de Gabinete do Ministro Salles ao Pará prejudica fiscalizações, dizem especialistas**. 12 maio 2021. Disponível em: [www.g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/12](http://www.g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/12). Acesso em: 30 mar. 2022.

GUDYNAS, E. Extrativismo: el concepto, sus expresiones y sus multiplas violencias. **Revista Papeles de Relaciones Ecosociales Y Cambio Global**, Madri, n. 143, p. 61-70, 2018.

GUDYNAS, E. **La politica de los extrativismos sudamericanos: progressistas e conservadores**. Palestra no Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos – SIALAT, 2, 2017. Belém, 27-29 nov. 2017.

IMAZON. IPCC. **Climate change 2022**: Mitigation of Climate Change. 2022.

JORNAL NACIONAL. Dia 19 jan. 2022.

KALIL, P. **Povo Munduruku e a resistência social, cultural e ecológica na bacia do Tapajós**. 10 abr. 2016. Disponível em: <http://medium.com> Acesso em: 01 dez. 2017.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PARENTE, J. **Expectativa de liberação de mais ou menos 1200 PLGs anima garimpeiros e pode impulsionar a economia na região**. Brasília, 9 out. 2019. Disponível em: <http://www.jotaparente.com.br>. Acesso em: 10 set. 2019.

PINTO, L. F. **A Guerra do Mogno**. Carta da Amazônia. Agência Estado. São Paulo. 2002.

ROSEN, R. **Life itself**: a comprehensive inquiry into the nature, origin and fabrication of life. New York: Columbia University Press, 1991.

SCARANO, F. R. **Regenerantes de Gaia**. 1. ed. s. l.: Dantes Editora, 2019.

VALLE, R. Operação Tapajós: “Os Munduruku não querem guerra”. Entrevista especial com Roani Valle. **Revista do Instituto Humano Unissino**. Edital 07 abr. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unissinos.com.br>. Acesso em: 30 mar. 2022.

## **9 TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E PANDEMIA: A VULNERABILIDADE DAS POPULAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS DO PAE MARACÁ, AP**

*Ana Cristina Rocha Silva*

*Ligia Terezinha Lopes Simonian*

### **1 INTRODUÇÃO**

Com um território de 569.208 hectares, o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá (PAE Maracá) está contido em uma área de biodiversidade riquíssima, no sul do Amapá. Nessa área, a extração da castanha (*Bertholletia excelsa*) destaca-se como uma das atividades econômicas mais significativas. Historicamente, esse extrativismo delinea as dinâmicas fundiárias do território, motivando conflitos e engendrando lutas.

Em fins da década de 1980, insatisfeitos com as injustiças desencadeadas pelo monopólio da comercialização dos produtos florestais, os movimentos sociais do sul do Amapá conquistam a criação do PAE Maracá. Concebido para garantir o uso da terra por parte das populações locais, o assentamento da modalidade agroextrativista objetivou proporcionar conjuntamente o uso sustentável da floresta e a justiça social. Na mira desse propósito, também criou-se a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA).

Com 22 anos de criação, a instituição nasceu para ofertar uma educação adequada à realidade e às necessidades do território, de maneira a auxiliar o seu desenvolvimento. Assim, a escola possui uma proposta pedagógica diferenciada, baseada na pedagogia da alternância. Em que pese a importância dessa pedagogia para os coletivos agroextrativistas do PAE Maracá, na última década, a EFAEXMA vive uma precarização progressiva que ameaça a sua existência. Intensificada pela pandemia de COVID-19, essa precarização corrobora para com a deterioração dos modos de vida dos coletivos que vivem do agroextrativismo, no sul do Amapá.

Ao considerar-se essa realidade, este texto contextualiza o histórico de luta dos movimentos sociais da região, a fim de situar a importância da EFAEXMA para a manutenção dos modos de vida típicos do território em tela. O objetivo é discutir o cenário educacional do PAE Maracá, bem como analisar os impactos da pandemia sob o mesmo. Metodologicamente, o texto deriva de pesquisa bibliográfica e de pesquisas de campo realizadas entre os anos 2019-2022, na área do assentamento, as quais foram guiadas pelo método qualitativo.

Adiante, o texto está organizado de maneira a apresentar as dinâmicas de uso da terra, no sul do Amapá. A partir daí, se aborda a trajetória de luta do movimento socioambiental do sul do estado, até a conquista da criação do PAE Maracá, em outubro de 1988. Na sequência, se expõe o dilema vivido pelo EFAEXMA, após as dificuldades de acesso ao convênio mantido pelo Governo do Estado do Amapá (GEA). Por fim, descreve-se como a pandemia de COVID-19 somou para com a deterioração da educação diferenciada, no âmbito do assentamento, intensificando os problemas sociais.

## 2 O VALE DO RIO MARACÁ E O USO DA TERRA NO SUL DO AMAPÁ

Situada nos limites do município de Mazagão, na parte sul do estado do Amapá, a bacia do rio Maracá possui características físicas similares às de bacias Amazônicas. Trata-se de uma área de transição natural entre ambientes de terra firme e várzea, em que ora a paisagem é marcada por floresta densa, ora por campos de várzea. Entremeada por lagos, igarapés, embocaduras, cachoeiras, corredeiras e campos inundáveis, a região contém uma biodiversidade riquíssima e historicamente vinculada ao extrativismo.

De acordo com o INCRA (2008), a floresta de terra firme de alto porte é predominante e recobre 65,99% do território do Maracá. Na sequência, se tem a floresta de médio porte (12,2%), o cerrado (4,3%), a campinarana (0,73%), a floresta de várzea (7,49%) e os campos inundáveis (8,76%). Na floresta de terra firme da área, a depender das variações do relevo e do solo, existem variações em diversidade e estrutura.



Assim, se tem a formação de nichos particulares, tais como os baixões ou grotas que, segundo o INCRA (2008), possuem uma florística diferenciada, chegando a formar grandes açais. Variações maiores também acontecem nos castanhais. Por conta da alta frequência e de um padrão específico de distribuição das espécies, há áreas de floresta de terra firme com a ocorrência de grandes castanhais e outras não. É o que ocorre no Alto Maracá.

A ocupação do vale do rio Maracá compõe o processo de colonização desse território da Capitania do Cabo Norte. Segundo Muniz (1916 *apud* Campos, 2008, p. 144), na área, vivia o mameluco Francisco Portilho de Melo. Ele se destacava pela atividade de resgatar índios e, em 1753, realizou o descimento de mais de 700 índios do rio Negro para a vila de Macapá. Ao longo desse descimento, Muniz (1916, *apud* Campos, 2008, p. 144) dá conta da mudança de planos por parte de Francisco Portilho de Melo.

Assim, ele alterou o destino inicial e levou os indígenas descidos para a foz do rio Matapi, na então denominada ilha de Sant'Anna, onde se formou um povoado e aproveitou-se a mão de obra indígena na construção de fortificações e na agricultura. Dados do autor em tela descrevem uma população composta por 383 indivíduos, todos indígenas. Conforme o mesmo autor, em fins de 1756, em virtude da proliferação de doenças na ilha de Sant'Anna, o povoado foi transferido para o rio Marapucú, hoje denominado rio Maracá.

Contribuiu para a escolha do novo destino o fato de os indígenas já possuírem roças de mandioca (*Manihot esculenta*) nessa área (Muniz, 1916 *apud* Campos, 2008, p. 144). De tal modo, Campos (2008) conclui que, mesmo morando no povoado de Sant'Anna, os indígenas já utilizavam as margens do rio Maracá na agricultura. Muniz (1916 *apud* Campos, 2008, p. 144) sugere a ausência de um plano de urbanização pré-definido para o novo povoado no rio Maracá.

Isso se justifica porque as moradias eram feitas de palha, em área cuja vegetação era derrubada e limpa e onde não se tinha um alinhamento padrão. De acordo com Muniz (1916 *apud* Campos, 2008, p 144), no ano de 1762, os moradores foram dizimados por uma forte

febre, seguida de moléstias. Após essa tragédia, o governador da capitania – Fernando da Costa Athayde Teive – teria sido aconselhado a mandar cortar a mata de entorno da nascente do rio Maracá, a fim de permitir uma melhor circulação do ar.

Ao considerar tais informações, Campos (2008) deduz que esse primeiro povoado estava situado na região do Alto Maracá. Ainda, Campos (2008) diz não ser possível afirmar que a área da atual vila Maracá tenha sido utilizada pelos indígenas para o plantio de roças, apesar da existência de materiais arqueológicos indicando a presença humana de grupos pré-coloniais no território da vila. Nos termos de Muniz (1916 *apud* Campos, 2008, p 145), as tentativas de solucionar os problemas do povoado não foram bem sucedidas e as febres continuavam a vitimar a população.

Então, o governador da capitania decidiu pela transferência do povoado para o rio Mutuacá, no local em que os colonos portugueses haviam fundado a vila Nova Mazagão, com a população trazida da Mazagão africana. Tais dados reforçam o caráter multiétnico da formação histórica do atual município de Mazagão, a qual possui elementos que evidenciam a mistura das culturas negra, indígena e europeia.

Por conta da rica biodiversidade e da vocação para o extrativismo, a trajetória histórica da área do vale do rio Maracá também está associada ao boom da borracha na Amazônia, surgido em meados do século XIX. Nesse contexto, na área, registra-se a extração da seringa (*Hevea brasiliensis*), da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*) e de outros produtos florestais, por meio do sistema de aviamento. Em síntese, esse sistema foi um mecanismo utilizado pelos patrões da borracha para endividar e submeter os trabalhadores a seus interesses.

Conforme Simonian (2006), o aviamento permitia aos patrões uma logística de trocas que endividava seus credores. Além de que, facilitava a expansão dos domínios de terra dos patrões, por meio de manobras ilícitas. A partir de 1899, no sul do Amapá, esse *modus operandi* permitiu ao coronel José Júlio de Andrade a apropriação de grandes porções de terras, levando-o a erguer um dos maiores latifúndios de todo o planeta, com aproximadamente três milhões de hectares (Ribeiro, Chagas e Nascimento, 2019).

No território sob o domínio de José Júlio, extraíam-se a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*) para a exportação, a borracha (*Hevea brasiliensis*), a copaíba (*Copaifera langsdorffii*), o ouro e, ainda, existia a criação de gado. Em 1948, um grupo de empresários portugueses comprou as terras de José Júlio, dando continuidade à prática do aviamento. Nos termos de Filocreão (2017), da fase de José Júlio à fase portuguesa, os trabalhadores rurais do sul do estado eram submetidos a condições precárias de trabalho. Logo, em ambos os períodos existiu a apropriação ilícita de trabalhadores de suas terras e o monopólio da comercialização de produtos florestais.

No ano de 1967, em meio às estratégias de integração da Amazônia ao capital nacional e internacional, o grupo português vende suas terras a Daniel Ludwig, para a instalação do Projeto Jari. Na região, Ludwig objetivava instalar um complexo madeireiro e, ainda, executar a produção agropecuária em larga escala. De acordo com Pedroso (2010), o Projeto Jari desarticulou o extrativismo tradicional do sul do Amapá. Desde então, surgem os conflitos entre as populações tradicionais da região e o Projeto Jari.

No sentido sudoeste/sul, o território do Maracá limita-se com as terras do Projeto Jari e com a RESEX Cajari. Ao considerar-se a ocorrência de castanhais na fronteira entre essas áreas, a dinâmica de uso da terra e os conflitos com as populações tradicionais são semelhantes e se dissipam no território como um todo. Assim, a exemplo da região do vale do Jari, a atuação dos patrões, o arrendamento de terras e uso do aviamento marcam fortemente a história do Maracá.

Na área, ao longo dos anos, a reprodução familiar, a distribuição espacial das comunidades, os hábitos alimentares, a economia e até o funcionamento de instituições são influenciados pelo extrativismo da castanha-da-amazônia. Por todos o território, encontram-se instrumentos, objetos, produtos, lugares e vários outros elementos relacionados à essa atividade extrativista.

### 3 O MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DO SUL DO AMAPÁ E A CRIAÇÃO DO PAE MARACÁ

Contida em dinâmicas globais-locais/locais-globais (Appadurai, 2002) assentadas na ideia de desenvolvimento sustentável, a criação do Projeto de Assentamento Extrativista do Maracá (PAE Maracá) é fruto do movimento socioambiental capitaneado por Chico Mendes, na década de 1980. Influenciadas por esse movimento, as comunidades agroextrativistas do sul do Amapá engajaram-se na luta social. Dessa empreitada e com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)<sup>3</sup> surgem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA) e a Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (COMAJA).

Por meio dessas entidades representativas, os trabalhadores rurais da área em voga reivindicaram a criação de assentamentos extrativistas, junto ao INCRA. Com base em Filocreão (2007), essa modalidade de assentamento apresentou-se como uma opção adequada para a regularização fundiária das áreas dos antigos seringais da Amazônia. Além disso, essa nova modalidade também atendia a necessidade de prover melhores condições de vida para os povos tradicionais da região.

Com o apoio da Superintendência do INCRA no Amapá, em 27 de outubro de 1988, no âmbito do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as Portarias n. 1.440, n. 1441 e n. 1442 formalizaram a criação do PAE do rio Maracá, que fora subdividido em Maracá I<sup>4</sup>, Maracá II<sup>5</sup> e Maracá III<sup>6</sup>. Juntas, essas três subáreas totalizavam 363.500 hectares. Ao conquistar a criação do assentamento na modalidade extrativista, o movimento socioambiental do sul do Amapá iniciava oficialmente as investidas para o alcance de um propósito mais robusto: o fim da dinâmica fundiária que permitia a concentração de terras nas mãos dos patrões da castanha e do Projeto Jari e impedia a população tradicional local de ter a posse de suas colocações.

---

<sup>3</sup> Desde 2009, a sigla CNS passou a significar Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

<sup>4</sup> Com uma área de 75.000 ha.

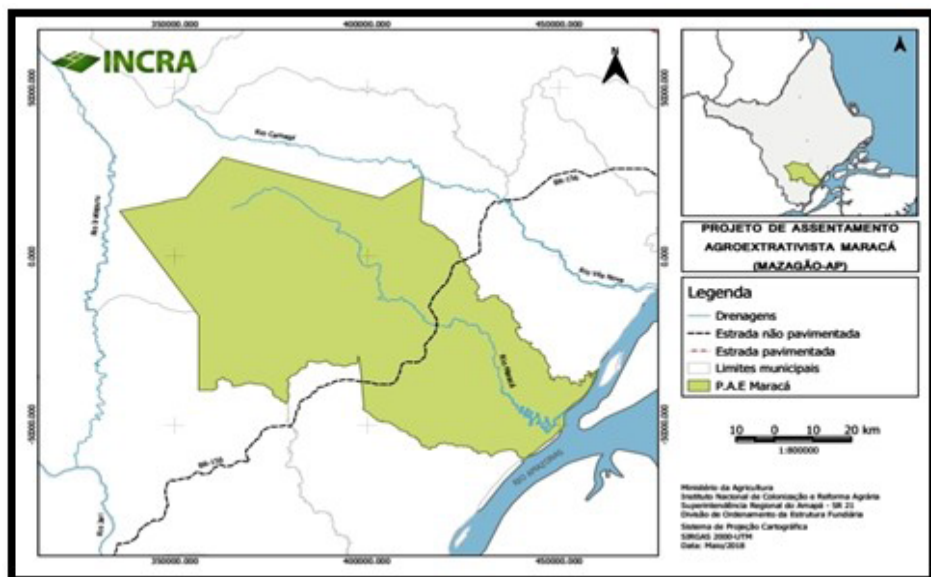
<sup>5</sup> Com uma área de 22.500 ha.

<sup>6</sup> Com uma área de 266.000 ha.

Na esteira desse propósito, estavam também a criação da RESEX do Rio Cajari, conquistada em 12 de março de 1990, e de uma outra área, que hoje corresponde à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru. Portanto, compreende-se que a luta dos trabalhadores rurais do sul do Amapá significou um embate contra as mazelas perpetuadas pelo domínio do capitalismo, na região. Ao propor a criação de áreas ambientais específicas para o uso tradicional do território, esses trabalhadores demonstraram a necessidade e pertinência de políticas públicas para a viabilização conjunta do uso sustentável da floresta e da justiça social.

Eis que tal ação revela um movimento concatenado com o cenário nacional e internacional, em que as consequências do desenvolvimento fundado no economicismo passam a ser questionadas. Anos mais tarde, em 28 de abril de 1997, o PAE Maracá deixa de ser subdividido em I, II e III e passa a compor um único assentamento, o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá. O limite territorial foi reajustado e a área alterada para 569.208 hectares (ver Mapa 1).

Mapa 1: Área do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, Mazagão-AP



Fonte: INCRA (2018)

Conforme ilustra o Mapa 1, o PAE Maracá situa-se nos limites do município de Mazagão e é o maior assentamento do estado do Amapá. Acrescente-se que, na modalidade agroextrativista, ele também é um dos maiores de todo o Brasil, sendo composto por 36 comunidades, distribuídas ao longo de três microrregiões: o Baixo Maracá, o Médio Maracá e o Alto Maracá. A extração da castanha é a atividade econômica que mais se destaca, no âmbito do assentamento. Para além de marcar o cotidiano das comunidades locais, ela manifesta modos específicos de reprodução cultural e organização social.

#### 4 ASPECTOS ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PAE MARACÁ

Com 34 anos de criação, o PAE Maracá nasceu na trincheira de luta por um paradigma de desenvolvimento diferenciado para os povos da floresta. Fruto de um movimento maior que ultrapassou as fronteiras nacionais e que tem Chico Mendes como uma das referências principais, esse novo paradigma propôs a conjunção de direitos ambientais, direitos humanos e equidade social, conforme ensina Simonian (2018). Fundados nessa conjunção, os movimentos sociais do sul do Amapá lograram êxito na proposição de uma inovação no âmbito do INCRA: a modalidade de assentamento extrativista que, mais tarde, tornou-se agroextrativista.

Por meio de Alegretti (2002), se compreende que a criação do PAE Maracá foi precursora e atribuiu um caráter regional à luta capitaneada pelo CNS. Ao reivindicar melhores condições de vida para a população tradicional do território do Maracá, a efetivação do projeto de assentamento agroextrativista consistiu na oficialização de uma política pública de combate às mazelas provocadas pelo domínio do capitalismo, na Amazônia. Junto à institucionalização do PAE Maracá, vieram as diretrizes de uso do território, as quais são inovadoras e passaram a guiar a situação fundiária do assentamento.

Nessa direção, com base em Ribeiro (2008), a exemplo de outros PAE, a dinâmica fundiária do PAE Maracá é regida por cinco diretrizes centrais, a saber: 1) as terras não são propriedades privadas e os assentados não podem vendê-las; 2) a relação fundiária entre os

assentados e o Estado é regida por um termo de Concessão Real de Uso da Terra ; 3) a gestão do assentamento deve ocorrer de maneira conjunta entre o INCRA e a entidade jurídica que representa os assentados, a Associação de Trabalhadores Extrativistas do Maracá (ATEXMA); 4) o regime de ocupação das colocações e sítios deve respeitar os costumes tradicionais; 5) as relações entre homem e natureza são norteadas pelo Plano de Utilização dos Recursos Naturais.

Essas cinco diretrizes perseguem o uso disciplinado e sustentável do território, de maneira a proporcionar o seu desenvolvimento qualitativo. Apesar delas, nos últimos anos, o PAE Maracá apresenta um cenário de inúmeras insustentabilidades nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Embora INCRA e ATEXMA compartilhem a gestão da área, realidade do assentamento é de total desgovernança. Para além de ameaçar a conquista do direito de uso do território, tal fato põe em risco a manutenção dos modos de vida da população tradicional.

Por meio de Ribeiro (2008), no quesito economia, compreende-se que a dinamização esperada com o sistema de cogestão do PAE não se consolidou. Segundo esse autor, o INCRA se limitou a viabilizar créditos disponíveis no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os quais fomentavam a construção e reforma de habitações. Nas palavras de Ribeiro (2008, p. 183), tal ação, “[...] por si só não configura um projeto de desenvolvimento [...]”. Assim, ao longo dos anos, a gestão do PAE Maracá manifesta um desgaste progressivo.

Embora inicialmente a ATEXMA tenha experimentado um momento de ascensão advindo de investimentos e apoio operacional de ONGs, com o passar dos anos, a associação representativa dos trabalhadores extrativistas do Maracá teve seu patrimônio destruído e idoneidade afetada. Além de estar manifestada no abandono de sua estrutura predial, o esfacelamento da cogestora do PAE Maracá se expressa em uma dívida milionária que engessa a atuação da associação.

Por conta do acúmulo de dívidas, a instituição perdeu a credibilidade junto à população agroextrativista, de modo que muitos assentados dizem não se sentir representados por ela. Com 70 anos, o senhor José Mercês da Silva foi um dos sócios fundadores da ATEXMA. Já aposentado, ele relata a sua percepção sobre a trajetória da associação.

[...] eu fui uma das pessoas que mais lutou pela criação do assentamento. A gente acreditou que, com o assentamento, nós ia trazer uma melhoria pro povo daqui. E realmente a gente conseguiu uma melhoria. Só que os anos foram passando e a diretoria da ATEXMA ia mudando. Aí, cada diretor ia trazendo um problema. Mudava a direção da associação e um problema novo aparecia. Até que teve um diretor que veio e acabou com tudo [...]. A gente recebeu apoio de muitos países: dos Estados Unidos, da Dinamarca, da França, da Alemanha e muitos outros. Muitas entidades investiram no assentamento: era o PPG7, era a WWF e outros que agora me foge o nome. Só que com as broncas da diretoria, veio uma dívida de um milhão e trezentos mil. Aí, agora, a associação tá inadimplente. Ela é a associação mãe de todas as outras associações daqui, mas não consegue fazer mais nada [...] (SILVA, 2019c, entrevista).

O relato de José Mercês sinaliza a complexidade das relações e lutas sociais, no âmbito do PAE Maracá. Ainda, o relato converge com o meio especializado (Ribeiro, 2008; Ribeiro, Chagas, Nascimento, 2019), quando este sinaliza que, no momento da ação coletiva que reivindicava o uso do território, a luta dos movimentos sociais locais não exigiu grandes habilidades e nem altos índices de capital humano. Contudo, quando se conquistou o uso do território e a gestão do assentamento ficou sob a responsabilidade da entidade representativa dos assentados (a ATEXMA), o poder de execução tornou-se problemático, afetando a idoneidade e credibilidade da associação. Assim, atravancou o seu desenvolvimento.

Eis que, nas condições expostas, a agregação de valor dos produtos extrativistas não tem tido o êxito esperado. Esse insucesso está expresso na renda da população local. Das 116 famílias consideradas nesse estudo, 52% delas possuem um rendimento mensal de até um salário mínimo; 37% recebe até meio salário mínimo e apenas 11% informou receber mais de um salário por mês. Importa destacar que o programa



Bolsa Família possui participação importante na complementação dessa renda, uma vez que 54% dos núcleos entrevistados recebe o benefício social e, sem ele, a renda mensal seria menor.

A desgovernança do território também se manifesta nos conflitos ambientais. Nessa direção, as famílias mais antigas relatam que famílias assentadas mais recentemente têm realizado invasões nos limites de áreas tradicionalmente ocupadas. Mais que isso, existem denúncias de retirada ilegal de madeira da área do PAE Maracá.

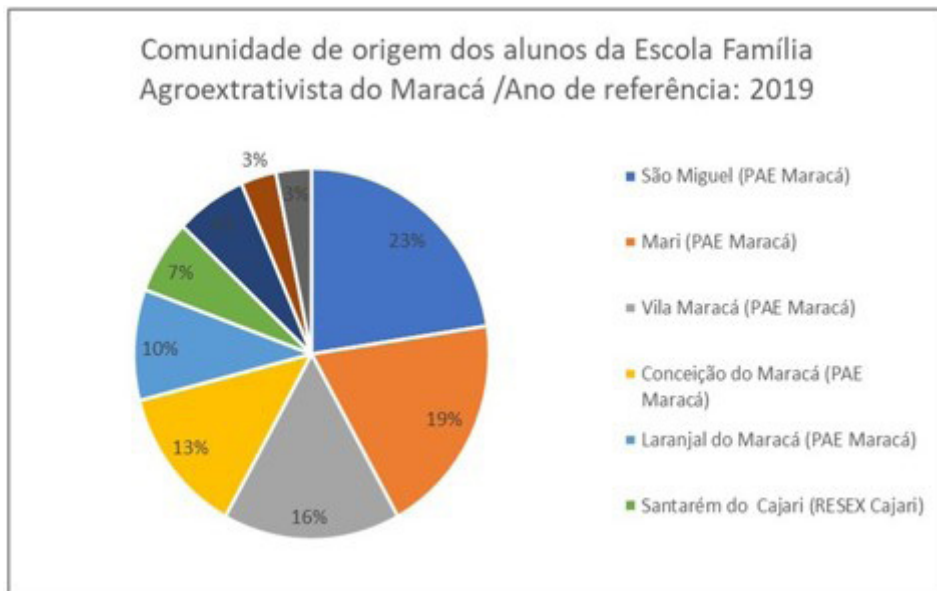
## 5 O DILEMA DA ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO MARACÁ

Não se limitando aos aspectos econômicos e ambientais, a desgovernança do PAE Maracá revela-se, sobretudo, no quesito educação. Neste ponto, destaca-se que, quando da criação do assentamento, existiu a preocupação das famílias tradicionais com a educação de seus filhos. Essas famílias almejavam uma escola adequada à realidade e modos de vida locais. Foi então que, no ano 2000, sob a iniciativa da ATEXMA e com o apoio de membros CNS, criou-se a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA).

Consonante com o desejo das comunidades, a escola surgiu com o objetivo de oferecer uma educação adequada à realidade da região, a fim de contribuir para com o seu desenvolvimento. Ao adotar a pedagogia da alternância, a EFAEXMA presta papel social relevante no âmbito do PAE Maracá. Além de oferecer uma educação alinhada com as necessidades da população tradicional, a instituição atende alunos cuja rotina de trabalho não se adequa ao ensino regular e, ainda, cuja comunidade não é coberta pelo transporte escolar.

Em virtude desse perfil, a instituição possui um alcance social significativo, no âmbito dos coletivos agroextrativistas do sul do Amapá. Conforme se vê no Gráfico 1, a EFAEXMA recebe alunos tanto de dentro PAE Maracá, como de outros territórios da vizinhança, a exemplo da RESEX Cajari e do Assentamento Piaçacá. A despeito do papel social prestado pela EFAEXMA no cenário educacional do sul do estado, nos últimos anos, a instituição vive a precarização progressiva de suas atividades.

Gráfico 1: Comunidade de origem dos alunos da EFAEXMA



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A EFAEXMA é gerida pela Associação da Escola Família do Maracá e, em termos financeiros, depende de um convênio firmado junto ao Governo do Estado do Amapá (GEA). É esse convênio que paga a folha de pagamento dos professores e colaboradores, bem como mantém a alimentação dos alunos e a manutenção da escola. A princípio, a proponente do convênio com o GEA era a Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP). A RAEFAP recebia os valores e repassava para as seis escolas que compõem a rede<sup>7</sup>.

De acordo com José Eldione Santos de Souza, atual diretor da EFAEXMA, até o ano de 2008, a RAEFAP nunca havia tido problemas com o recebimento do convênio. De 2009 em diante, com a troca de governo, o pagamento do convênio começou a falhar e a RAEFAP passou a acumular dívidas trabalhistas. De 2010 até 2017, a situação dos atrasos

<sup>7</sup> As seis escolas que compõem a RAEFAP são: 1) a Escola Família do Pacuí (município de Macapá); 2) a Escola Família da Perimetral Norte (município de Pedra Branca do Amapari); 3) a Escola Família do Carvão (município de Mazagão); 4) a Escola Família do Maracá (município de Mazagão); 5) a Escola Família do Cedro (município de Tartarugalzinho) e 6) a Escola Família do Macacoari (município de Itaubal do Piriri).

se agravou e a RAEFAP se tornou inadimplente, não conseguindo mais apresentar as certidões fiscais exigidas para a assinatura do convênio junto ao GEA.

Desde então, a EFAEXMA (Imagens 1 e 2) vem tentando firmar convênio de maneira individual com o GEA, mas apesar de ter resolvido suas pendências judiciais e estar adimplente, a escola tem sido penalizada pela dívida da RAEFAP. Sem acesso ao convênio com o GEA, a escola funciona a duras penas e, a cada ano, perde mais alunos. Em 2019 – ano que antecedeu as restrições impostas pela pandemia de COVID-19– a instituição só conseguiu concluir o ano letivo porque alguns professores concordaram em trabalhar sem a garantia do recebimento de seus vencimentos. Ademais, as comunidades locais se uniram em uma frente solidária, de modo a arrecadar a alimentação necessária para os dias letivos em aberto.

Imagens 1-2: Aspectos da Escola Família Agroextrativista do Maracá, outubro de 2019



Fonte: Ana Cristina Rocha Silva, 2019.

Em face do impasse envolvendo o convênio que garante o funcionamento da EFAEXMA, há de se reconhecer que o fechamento da escola é uma possibilidade real. Caso isso ocorra, a tendência é um declínio ainda maior nos índices educacionais do PAE Maracá. De acordo com levantamento realizado no ano de 2019, esses índices não são bons. Ao considerar-se os membros das 116 famílias entrevistadas

no estudo aqui apresentado, 45% das pessoas não haviam concluído o ensino fundamental e 23% delas não eram alfabetizadas.

## 6 A PANDEMIA E A DETERIORAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA NO PAE MARACÁ

No Brasil, a Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, declarou oficialmente o estado de emergência em saúde pública imposto pelo risco de infecção do vírus SARS-COV-21. Daí em diante, o país viu os casos de COVID-19 atingirem números inacreditáveis. Após dois anos de pandemia, em meados de junho de 2022, o país registrava 31,3 milhões de casos de COVID-19 e mais de 667,6 mil óbitos pela doença.

No Brasil, esses números desencadearam uma crise econômica sem precedentes. Agravada por uma gestão que ignorou os preceitos científicos, na Amazônia, essa crise teve efeitos catastróficos. Caracterizada por grandes desigualdades sociais, longas distâncias e má distribuição dos serviços de saúde, as populações da região foram fortemente afetadas. De tal maneira, a nível regional, a pandemia de COVID-19 foi responsável pela desarticulação de dinâmicas econômicas e sociais. Soma-se a isso, o desmonte de políticas ambientais.

A junção desses fatores se refletiu na deterioração dos modos de vida de inúmeros povos que habitam a Amazônia. No PAE Maracá, isso não foi diferente e, assim como em outras comunidades tradicionais, o vírus SARS-COV-21 agravou os problemas econômicos, ambientais e sociais do assentamento. Em Mazagão (onde está o PAE Maracá), o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado 14 de abril de 2020, ao longo da 16ª semana epidemiológica. Após a confirmação do primeiro caso do município, o PAE Maracá passou a sentir os impactos da pandemia em seu território.

Aqui, lembra-se que o assentamento é composto por 36 comunidades, constituindo-se no maior PAE do Amapá. A despeito das dimensões, no assentamento como um todo, existe uma única Unidade Básica de Saúde, a UBS Maria Helena Costa de Souza. Trata-se de uma

unidade de saúde de pequeno porte, com perfil de atendimento de baixa complexidade. Assim, os serviços de saúde ofertados pela UBS são limitados.

O quadro de pessoal é composto por uma enfermeira, alguns poucos técnicos de enfermagem e um único médico que atende a população em dias alternados. Além de estarem vinculadas a esse quadro reduzido de funcionários, as limitações da UBS se devem, sobretudo, à situação energética do assentamento.

A UBS Maria Helena Costa de Souza está situada na vila Maracá, comunidade que reúne a maior população humana do assentamento, com aproximadamente 400 famílias e cerca de 2000 habitantes. Essa vila atua como o centro político do PAE Maracá e, a incluir-se ela, nenhuma das 36 comunidades do PAE possuía energia elétrica 24 horas nos dois primeiros anos da pandemia. Portanto, nesse período, em todas as vilas da área, o acesso à eletricidade dependia de geradores de energia a diesel .

A ausência de autonomia energética limitou o funcionamento e uso de equipamentos elétricos. Inviabilizando, portanto, a oferta de atendimentos de média e alta complexidade, no âmbito da única UBS existente no PAE Maracá. A precariedade dos serviços da saúde do assentamento sobrecarregou a capital Macapá, para onde os casos mais graves eram enviados. Ademais, essa precariedade fez com que a população local buscasse meios próprios para enfrentar a pandemia.

Contudo, as dificuldades estruturais não se limitaram ao campo da saúde. A falta de energia elétrica impactou fortemente a educação. Como é inteligível, sem energia elétrica, não há como garantir o acesso à internet. Por sua vez, sem esse acesso, a adoção do sistema de aulas remotas não foi uma possibilidade executável no PAE Maracá. De tal maneira, o cumprimento dos protocolos de distanciamento social implicou na paralização total das aulas.

No âmbito da Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA), essa paralização enfraqueceu o movimento local que lutava em favor do soerguimento da escola. Em face do avanço da COVID-19 e do agravamento da crise econômica, as comunidades passaram a

concentrar esforços na busca por direitos essenciais à manutenção da vida, a exemplo de alimentação e atendimento à saúde. Portanto, na fase crítica da pandemia, a nível local, a educação ficou na margem dos direitos reclamados.

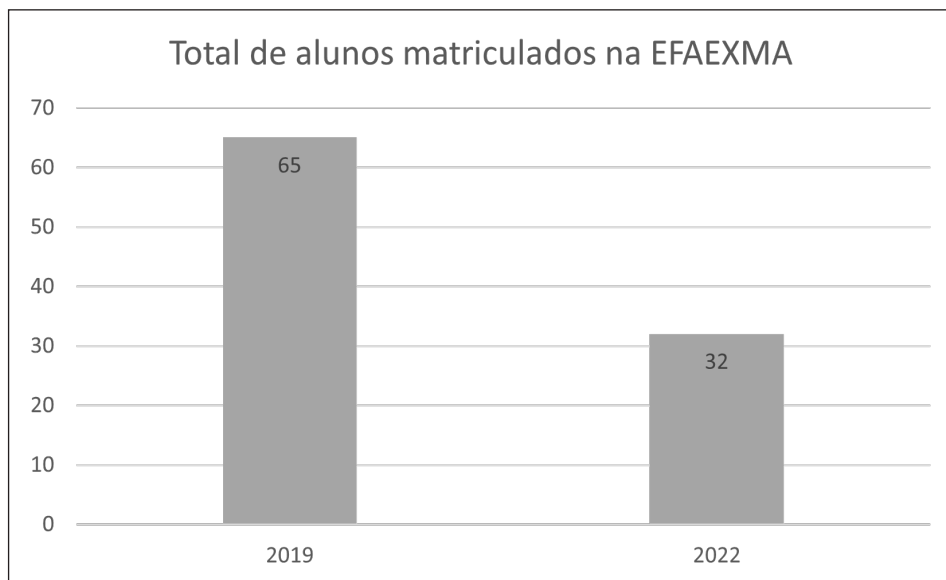
Desmobilizada, a EFAEXMA não conseguiu aglutinar força política para cobrar a assinatura do convênio, por parte do GEA. Assim, durante os anos de 2020 e 2021, o governo do estado do Amapá não consolidou apoio financeiro para o funcionamento da mesma. Nesse período, as atividades educacionais da escola se limitaram ao envio de tarefas impressas aos alunos, as quais eram elaboradas voluntariamente por alguns professores que possuíam a esperança de serem contratados, caso o GEA viesse a assinar o convênio.

Passados dois anos, a EFAEXMA luta para se reerguer. Até meados de 2022, o GEA ainda não havia garantido o recurso que viabiliza o funcionamento adequado da instituição. Sem essa garantia, a escola retomou as aulas presenciais de maneira improvisada e com um quadro reduzido de funcionários. Até junho de 2022, o corpo docente era composto de apenas quatro professores. Desse total, um trabalhava voluntariamente e outros três estavam tendo os salários subsidiados de modo temporário pela Prefeitura de Mazagão.

Esta última também mantinha a alimentação dos alunos temporariamente, na espera da assinatura do convênio, por parte do GEA. Nessas condições, diferentemente do período que antecedeu a fase de dificuldades, as aulas das turmas de ensino fundamental e de ensino médio passaram a ocorrer em períodos distintos. Isso a fim de se adequarem ao baixo número de professores e a pouca quantidade de alimentos.

Os reflexos dessa conjuntura passaram a manifestar-se principalmente no percentual de evasão escolar. Conforme se vê no Gráfico 2, em 2019 (já enfrentando dificuldades pela não assinatura do convênio), a escola possuía 65 alunos matriculados. Em 2022, o total de matrículas caiu para 32, indicando uma evasão de 50% do total de alunos.

Gráfico 2: Total de alunos matriculados na EFAEXMA



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os dados apresentados demonstram que a pandemia culminou na desarticulação da EFAEXMA, agravando a crise enfrentada pela escola e intensificando a precariedade do cenário educacional do PAE Maracá. Há de se lembrar que a EFAEXMA é a única instituição com um modelo pedagógico voltado para a realidade agroextrativista do assentamento. Ao adotar a pedagogia da alternância, ela possui uma proposta de ensino que combina diferentes experiências formativas divididas em períodos e espaços distintos.

Surgida por volta de 1935, entre um grupo de agricultores franceses insatisfeitos com o sistema educacional do país, a pedagogia da alternância objetiva propiciar a escolarização e a formação profissional do homem do campo, de maneira a somar para com o desenvolvimento social e econômico do meio rural. Segundo Teixeira, Bernartt e Trindade (2008, p. 229), a pedagogia da alternância valoriza a

[...] articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos

quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos.

Com base nesses princípios, além de oferecer disciplinas básicas, as escolas que adotam a pedagogia da alternância também oferecem disciplinas e atividades voltadas para questões ambientais, para o associativismo, para a vida em comunidade e para a formação integral nos aspectos profissional, social, político e econômico (Teixeira, Bernartt, Trindade, 2008). Fundada nesses moldes, a metodologia adotada pela EFAEXMA busca a interação entre o estudante do campo e a realidade de seu cotidiano, a fim de proporcionar a permanente troca de conhecimentos entre a escola e o meio ambiente em que o aluno vive e trabalha.

Por conta dessa dinâmica, os alunos da EFAEXMA passam 15 dias na escola e 15 dias em suas respectivas comunidades, junto à família. O período na escola segue a linha do modelo internato, em que, além de estudar, os alunos convivem com seus pares em alojamentos, possuem tarefas domésticas e executam atividades extra classe. Nas imagens adiante (3-6) é possível visualizar alguns dos momentos experienciados pelos estudantes.

De acordo com Silva (2010), por ser influenciada pelo currículo integrado, a pedagogia da alternância busca a associação entre os saberes locais e os saberes científicos. Isso a partir de uma relação ensino/aprendizagem focada na pesquisa. Nas palavras de Silva (2010, p. 317), a interdisciplinaridade direciona as disciplinas oferecidas visando a capacitação dos estudantes “[...] para lidar com a terra, com as plantas, com os animais e, também, interagir com a realidade comunitária e associativa de seus locais de origem, sem perder de vista a dimensão regional, nacional e mundial”.



Imagens 3-6: Alojamento masculino compartilhado; estudantes preparando o almoço do dia com peixes doados pela comunidade; momento de aula teórica; alunos realizando a limpeza da escola



Fonte: Ana Cristina Rocha Silva, 2019.

Para Silva (2010), ao alternarem os espaços de aprendizado, é comum os alunos ensinarem aos pais as práticas agrícolas sustentáveis aprendidas na escola. Dessa maneira, a pedagogia da alternância constitui ferramenta de fortalecimento individual e comunitário, uma vez que imbrica conhecimento científico com saber local. Em virtude dessas especificidades, quando executada em áreas de proteção com uso sustentável dos recursos ambientais, a pedagogia em tela se torna uma ferramenta contra hegemônica de combate às assimetrias impostas pelo capitalismo.

Em se tratando especificamente da realidade do PAE Maracá e por meio das lições de Silva (2010), a pedagogia da alternância apresenta-se como uma estratégia pertinente ao combate do aviamiento contemporâneo, posto que tem potencial para fomentar a produção

extrativista e diversificar a agricultura familiar. Mais que isso, a pensar-se com Borges (2010), esse modelo diferenciado de educação é favorável à efetivação da sustentabilidade e da garantia de vida longa e próspera para áreas de proteção ambiental habitadas por comunidades. Isso porque ele viabiliza uma formação diferenciada do meio urbano, viabilizando a participação e envolvimento de atores sociais locais nas atividades econômicas e culturais.

A EFAEXMA oferta a 2ª Etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio, com foco na formação profissionalizante. Conforme se viu no Gráfico 1, a escola possui um alcance social significativo, no âmbito do sul do Amapá. Além de receber estudantes do PAE Maracá, ela também acolhe alunos vindos de comunidades do Assentamento Piaçacá (no município de Mazagão) e da RESEX Cajari (no município de Laranjal do Jari). Ao ter-se em vista o alcance e papel social da escola, é inquestionável a importância dela para a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais do sul do Amapá, notadamente das situadas na região dos castanhais.

Historicamente essas populações enfrentam o avanço do capitalismo sob seu território e a criação da EFAEXMA é fruto dessa luta. Portanto, ao deixar o convênio que garante os recursos para o funcionamento da escola nas margens de suas prioridades, o GEA acaba por contribuir com uma lógica global que esfacela modos específicos de viver. Intensificado pela pandemia, esse esfacelamento ameaça uma das conquistas mais significativas, por parte dos movimentos sociais locais: o acesso à uma educação diferenciada e condizente com a realidade agroextrativista do território.

Posto isso e com base nos ensinamentos de Acsehrad (2020), a pandemia de COVID-19 e a precarização sofrida pela EFAEXMA desnudam as estratégias do neoliberalismo autoritário e socialdarwinista. Para Acsehrad (2020, p. 173), ao priorizar a “saúde” do mercado neoliberal, essas táticas impulsionam o “[...] racismo a qualquer custo [...]”. Assim, desprotegem as populações mais vulneráveis, notadamente formadas por negros e pobres, tais como as do PAE Maracá.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reflexo do movimento socioambiental capitaneado por Chico Mendes na década de 1980, o PAE Maracá nasceu da luta por um paradigma de desenvolvimento ancorado na busca pela viabilização conjunta de direitos ambientais, direitos humanos e equidade social. Na direção desse propósito, os movimentos sociais do sul do Amapá lograram êxito ao pleitear junto ao INCRA uma inovação nas modalidades de assentamento: o do tipo extrativista.

Ao conquistar a criação desse tipo específico de PAE, o estado do Amapá foi precursor e atribuiu um caráter regional à luta do encabeçada pelo CNS. Consolidando-se como uma política pública de enfrentamento à dinâmica fundiária que permitia o domínio do aviamento e de grandes projetos econômicos, a concepção do PAE Maracá perseguiu o uso disciplinado e sustentável do território, a fim de um desenvolvimento qualitativo e condizente com a realidade agroextrativista do sul do Amapá, notadamente das populações da área dos castanhais.

Apesar de terem vivido um período de ascensão nos anos iniciais da criação do PAE, a deficiência de apoio técnico, a inabilidade contábil e o baixo índice de capital humano se refletiram na fragilidade da governança do território. Embora possua um modelo que estabelece a cogestão entre INCRA e ATEXMA, a situação do território é de total desgovernança, apontando para insustentabilidades nos aspectos econômicos, ambientais e sociais. Essa desgovernança se expressa, sobretudo, na educação, por meio da precarização progressiva da Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA).

Com uma proposta pedagógica diferenciada, a EFAEXMA nasceu para tornar-se instrumento de resistência frente à destruição sistêmica imposta pela lógica do capitalismo e colonialismo aos povos da Amazônia. Homogeneizadora, essa lógica avança sob a diversidade social e cultural da região, pondo em risco jeitos específicos de viver. Alicerçada na pedagogia da alternância, a EFAEXMA se movimenta no sentido inverso da homogeneização, fomentando o debate acerca do associativismo, da vida em comunidade e dos problemas ambientais.

Assim, suas diretrizes voltam-se para uma formação integral e alinhada com a realidade local.

Isto posto, a precarização progressiva a que vem sendo submetida manifesta o desmonte das políticas públicas voltadas para as populações tradicionais da Amazônia. Agravada pela pandemia, tal precarização ameaça os modos de vida das populações agroextrativistas do sul do Amapá, evidenciando a vulnerabilidade das mesmas. Ao terem em comum modos de vida que não separam natureza e cultura, os coletivos do PAE Maracá sofrem com a ausência do Estado e com o abandono das políticas públicas. Portanto, não há como pensar no soerguimento e prosperidade do território sem a garantia de uma educação diferenciada.

É notório o desinteresse do Estado e do GEA por esse tipo de educação. Insensíveis para com a existência de vidas e lógicas dissonantes das ocidentais, ambos contribuem para o atropelo de populações vulneráveis, impondo a homogeneização cultural e a destruição ambiental. Em se tratando do PAE Maracá, Silva (2021) sinaliza que escolas com propostas pedagógicas baseadas na realidade do meio urbano e com ensino multisseriado tem predominado.

Isto posto, a busca da cidadania plena para as populações agroextrativistas que habitam esse PAE exige o respeito pela identidade cultural e ambiental das mesmas. Por seu turno, esse respeito demanda recursos financeiros, técnicos e humanos que viabilizem a sustentabilidade do território. A caminhada até essa realidade é longa, uma vez que a pandemia de COVID-19 acelerou um projeto de biopoder neoliberal que promove o darwinismo social, conforme ensina Rella (2020). No PAE Maracá, esse processo tem destruído histórias, lutas e vidas de negros e pobres que possuem uma relação histórica e cultural com o território.

Agradecemos à Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa de estudos de doutorado destinada à Ana Cristina Rocha Silva. Processo No. 88882.183102/2018-01.

## REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais:** Chico Mendes e os movimentos seringueiros. 2002. 827f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- ACSELRAD, H. A microbiologia cega do capitalismo. *In:* ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.; MELO, E. **Pandemia e território.** São Luís: UEMA Edições / PNCSAA, 2020, p. 173- 177.
- BORGES, M. L. T. Educação e sustentabilidade no Cajari, Amapá: uma discussão necessária no século XXI. *In:* SIMONIAN, L. T. L. (org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões sociambientais no Amapá.** Belém: NAEA, MPEAP, 2010. p. 325-359.
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. *In:* INDA, J. X.; ROSALDO, R. **The anthropology of globalization: a reader.** Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.
- CAMPOS, R. I. R. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico:** limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/ Andorinhas (PA). Belém, 2008. 395 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2008.
- FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. 541f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- PEDROSO, J. Reserva de desenvolvimento sustentável do rio Iratapuru: um estudo sobre sustentabilidade e atividades humanas. *In:* SIMONIAN, L. T. L. (org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões sociambientais no Amapá.** Belém: NAEA, MPEAP, 2010. p. 267-286.

RIBEIRO, A. C.; CHAGAS, M. A.; NASCIMENTO, E. P. do. Capital social e clientelismo em comunidades extrativistas no sul do Amapá, Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 3. p. 45-67. set-dez, 2019.

RIBEIRO, A. C.; CHAGAS, M. A.; NASCIMENTO, E. P. do. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SILVA, A. C. R. **Gestão compartilhada e sustentabilidade do patrimônio arqueológico na Guiana brasileira: conflitos e desafios entre o oficial e o real**. Belém, 2021. 490 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental/Programa Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2001.

SILVA, J. B. Populações tradicionais sul-amapaenses de unidades de conservação: valores, condutas e o papel da pedagogia da alternância. *In*: SIMONIAN, L. T. L. (org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões sociambientais no Amapá**. Belém: NAEA, MPEAP, 2010. p. 287-324.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, v. 48, p.118-139, nov. 2018. Edição especial: 30 anos do legado de Chico Mendes.

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. *In*: CHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. (org.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. de L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

## **10 OS DESAFIOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PONTA DE PEDRAS - MARAJÓ - PA NO CONTEXTO DA PANDEMIA**

*Rafaela Furtado da Cunha*

*Fábio Fonseca de Castro*

### **1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo busca refletir sobre os desafios das escolas públicas do município de Ponta de Pedras, localizado na Ilha do Marajó, Pará, no contexto da pandemia de Covid-19. Especificamente, busca-se explicitar, à luz das estruturas socioeconômicas e educacionais do município e das vivências de profissionais da educação, os problemas e os principais desafios da educação pública de três escolas municipais, uma delas situada em espaço urbano, outra em espaço rural associado ao campesinato dos campos marajoaras e uma terceira, situada em espaço rural compreendido como comunidade ribeirinha.

No Marajó, em função das poucas condições de acesso e comunicação, o monitoramento de políticas públicas se torna dificultoso e, conseqüentemente, fragiliza a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Na seara desses direitos está o papel da escola, que, atualmente, possui o desafio de consolidar a Doutrina da Proteção Integral do Direito de Crianças e Adolescentes por meio da constitucionalização do Princípio da Prioridade Absoluta, norteadores do Direito da Infância e Adolescência, dentre eles a educação.

Trata-se de um marco jurídico no qual as crianças e os adolescentes passam a ser dignos da proteção estatal como sujeitos de direitos e não apenas tutelados pela lógica “menorista” (atos infracionais), situação que não se verifica de maneira efetiva no município de Ponta de Pedras, onde a precariedade das condições socioeconômicas e a falta de políticas educacionais eficazes possam contribuir para o desenvolvimento econômico.

A concepção da escola como um espaço de proteção de direitos concebe-se a partir de referências normativas como: Constituição



Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/96); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; Diretrizes Curriculares da Educação em Direitos Humanos; e, por fim Santos (2019), Resolução n. 04 de 13/07/10, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica.

Para Arendt (2005, p. 28), a escola é a “[...] instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo, com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo”. A crise contemporânea da educação tem correlação com a incapacidade da escola e da educação em desempenhar sua função, e conforme Cesar e Duarte (2010) relacionando-se diretamente à incapacidade do homem contemporâneo para cuidar, conservar e transformar o mundo.

Todavia, em localidades como Ponta de Pedras, a escola por si só não pode dar respostas ao desenvolvimento da sociedade, é necessário analisar os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que interferem no desempenho educacional. E no contexto da pandemia de Covid-19 essas condições estruturais tornaram-se ainda mais sensíveis e foram confrontadas por novos desafios.

Foi a partir dessa preocupação que se buscou desenvolver essa pesquisa, tendo experiências anteriores de contato com a realidade local e observando como as condições socioeconômicas e o contexto pandêmico interferiram no desempenho educacional de crianças e adolescentes. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória – evidenciada por Severino (2020), como aquela que busca levantar informações acerca de determinado objeto – delimitando um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação do objeto estudado e, por fim, ensejando uma abordagem explicativa, caracterizada por registrar e analisar os fenômenos estudados, procurando identificar suas causas.

Dividimos o capítulo em cinco partes. Após esta Introdução, explicitamos as escolhas metodológicas utilizadas. No tópico seguinte buscamos contextualizar o cenário socioeconômico e educacional do município. No quarto tópico apresentamos os dados da pesquisa e o concluímos com um tópico no qual discutimos esses dados à luz do



contexto pandêmico geral e do quadro socioeconômico e educacional do município.

## 2 METODOLOGIA

Esta investigação partiu de uma abordagem qualitativa, com o uso da aplicação de entrevistas com a gestão das escolas (Direção, Vice-Direção e Coordenação) e professores das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática do ensino fundamental II. A pesquisa de campo teve como área de estudo, como dissemos, três escolas de Ponta de Pedras. A escola urbana localiza-se no centro da cidade. Seu público é predominantemente urbano, porém existem alunos advindos de comunidades. A escola rural é localizada aproximadamente a 5km da cidade, atende o público de várias comunidades como Praia Grande e Vila Nova. A escola ribeirinha, fica nas redondezas do Rio Fábrica, aproximadamente à 8km da cidade.

Foram entrevistados 21 profissionais da educação, entre eles professores (língua portuguesa e matemática) do ensino fundamental maior (6° ao 9° ano) e gestores escolares (diretor, vice-diretor e coordenador). Cabe ressaltar, que foram escolhidas tais disciplinas, pois um dos subsídios para aferir o IDEB é a Prova Brasil, a qual contém questões apenas de português e matemática.

Quanto aos meios empregados na coleta de dados, realizou-se uma pesquisa de campo, caracterizada pela identificação de variáveis, circunstâncias, fatos, condições, eventos *in loco* em forma de observação direta, coleta de dados ou realização de experimentos (Severino, 2020). Realizou-se entrevistas gravadas e dialogadas com os informantes. Em acréscimo, com a finalidade de identificar normas, políticas públicas, dados e informações, realizou-se uma pesquisa documental, investigação cuja base se encontra em um acervo de documentos oficiais capazes de contribuir na compreensão, interpretação, análise e discussão de determinado tema.

O contato direto do pesquisador com o ambiente e o objeto de estudo (Gonsalves, 2001; Prodanov, Freitas, 2013) procurou valorizar as vozes dos interlocutores a respeito da sua vivência da pandemia.

No percurso, aplicou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, direcionado por duas perguntas gerais, desdobradas por meio de questões dialogais contextualizadas com as respostas oferecidas a essas perguntas. A primeira questão procurou saber como se sucedeu o ano letivo e a segunda buscou conhecer quais os principais desafios educacionais no contexto pandêmico.

Ao partir de questões amplas, o estudo na abordagem qualitativa permite que estas sejam esclarecidas no contexto pesquisado, conquistando um viés mais específico e compreensivo, possibilitando revelar novidades e particularidades não perceptíveis por outras pesquisas. O olhar nesse tipo de investigação é interessante conforme Braun, Clarke, Gray (2019), porque leva o pesquisador a “garimpar” informações e dados importantes para explicar a problemática focalizada.

Escolheu-se essa abordagem porque ela se preocupa em verificar aspectos da realidade que não podem ser quantificáveis, a exemplo das representações sociais dos professores e gestores de escolas pertencentes ao município de Ponta de Pedras (Braun, Clarke, Gray, 2019). Buscou-se conhecer seus posicionamentos, experiências e práticas, a respeito dos desafios interpostos pela pandemia, , mediante falas que as expressam.

### 3 O CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DE PONTA DE PEDRAS

Ponta de Pedras foi fundada em 1737 e localiza-se na ilha de Marajó, na região estuarina do rio Amazonas, aproximadamente a 60 km, em linha reta, da capital do estado do Pará. Possui uma área territorial de 3.365,13 km<sup>2</sup> e pertence a microrregião do Arari, tendo por base de sua economia, como os demais municípios desse espaço, a agricultura, com destaque para a produção de coco da baía, milho, arroz e açaí. Na pecuária dispõe de rebanhos de bubalinos (28.784 cabeças), bovinos (34.859 cabeças) e suínos (4.568 cabeças). E de acordo com Brasil (2021), além disso, há o extrativismo vegetal para a produção de lenha.

A população estimada de Ponta de Pedras para 2020 era de 31.549 habitantes, sendo constituída de 49% por mulheres e 51% por homens.

Desse total, 10.755 são crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos. Vale destacar que 48% da população residente vive na área urbana e 52% na rural.

O Marajó é uma das regiões do país que mais concentra municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Brasil, 2021). O IDH do município é de 0,562, ocupando a 450ª posição nacional (IBGE, 2010). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Ponta de Pedras, em 2019, não atingiu a meta; 92% das escolas são da rede municipal e 75% estão localizadas na área rural. Os dados do censo escolar (2010 e 2019) apontaram que o número de escolas na cidade diminuiu de 90 para 61.

De acordo com dados do Censo de 2010, entre as pessoas com mais de 10 anos, 86% eram alfabetizadas no município de Ponta de Pedras, ficando abaixo da média nacional que se encontra em 93,4%, bem como do estado do Pará, situada em 91,6%. Como se depreende de Brasil (Brasil, 2021). Apenas 3% possuem o nível superior completo, enquanto 72% de moradores com 25 anos ou mais não dispõem de instrução ou apresentam o ensino fundamental incompleto, 14% possuem o fundamental completo ou médio incompleto e apenas 11% com o ensino médio completo ou superior incompleto.

Somente 60% das crianças com a idade de quatro anos, em Ponta de Pedras, conforme o Censo de 2010, encontravam-se frequentando a escola. Na faixa etária de oito anos, o percentual é maior, chega a 80%. Entre 11 a 14 anos, em 2010, o índice era de 91% (Brasil, 2021). Todavia, na faixa juvenil de 15 a 19 anos a taxa encontrava-se inferior, 62%.

Os problemas educacionais se tornam mais evidentes para os alunos ribeirinhos, que precisam se deslocar distante das comunidades onde residem e em meios de transportes precários. Além disso, há carência de profissionais e recursos para atender alunos com necessidades especiais. Tais condições contribuem para elevar a evasão escolar e ampliar a distorção idade/ano. Embora essa distorção tenha apresentado quedas, ela ainda **é preocupante**, quando se compara dados de 2012 e 2019. Em anos iniciais o atraso escolar de 2 anos encontrava-se em 34% dos alunos no ano de 2012, esse percentual caiu

para 22% (2019). Nos anos finais do ensino fundamental, os percentuais respectivos se apresentam como 53% (2012) e 37% (2019) e no ensino médio, 63% (2012) e 39% (2019).

De acordo com o Relatório técnico do Município de Ponta de Pedras (Brasil, 2021), a participação dos pais nos eventos escolares é baixa, principalmente, das comunidades rurais e ribeirinhas. Alguns assuntos são tratados como tabus, como por exemplo a sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis, sendo comum a resistência de familiares em abordá-los. Em paralelo, observa-se ser comum o envolvimento de jovens com drogas, álcool e criminalidade. A gravidez precoce também interfere no destino educacional de várias adolescentes em Ponta de Pedras, inclusive contribui para o abandono dos estudos.

De modo geral, os municípios marajoaras encontram-se classificados entre aqueles com as piores condições socioeconômicas do país, abrangendo os 10 menores Índices de desenvolvimento humano – IDHM de Educação dos municípios do Pará (IDESP, 2010). No que diz ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Ponta de Pedras no Marajó os valores têm se comportado em patamares reduzidos, embora tenha se verificado um relativo crescimento no ensino fundamental.

Em 2007, o IDEB ficou em 2,4, atingindo o índice de 4,4 em 2009, todavia, nesse intervalo temporal apenas em 2009 e 2011 chegou a ultrapassar a meta municipal. Em 2009, a meta municipal era de 3,3 e o IDEB em Ponta de Pedras chegou a 3,4, no ano de 2011 chegou a ultrapassar a meta municipal que era de 3,7, por alcançar 3,8. Nos demais anos, o IDEB do município (Ponta de Pedras, 2019) apresentou valores situados abaixo da meta estabelecida, por exemplo, em 2019 a meta era de 4,9, mas o IDEB do município foi de apenas o índice de 4,4.

Constata-se que no município de Ponta de Pedras tem apresentado valores referentes ao IDEB muito abaixo dos municípios de melhor desempenho no Brasil. Ao comparar os resultados do IDEB de Ponta de Pedras com esses índices percebe-se que os índices do município estão muito abaixo dos índices verificados nos municípios mais bem pontuados.

Esses valores encontram relação com a qualidade e quantidade das escolas existentes nos municípios do Marajó, consideradas inferiores à demanda por educação, particularmente, quando se observa que os estabelecimentos se localizam nos núcleos urbanos, nos quais se tem mais facilidade ao acesso de recursos, ficando a população rural com mais dificuldades de acessar níveis de escolaridade. Na área rural, onde reside 47,8% da população de Ponta de Pedras (Barbosa *et al.*, 2012; Brasil, 2021), quando existem escolas estas se caracterizam pelo elevado índice de informalidade.

A rede de ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios, com cobertura para as séries 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>. Segundo Barbosa *et al* (2012), há oferta do ensino médio em todos os municípios, inclusive, em modalidades para jovens e adultos, no entanto, não há escolas destinadas somente ao ensino médio. Além disso, o município de Ponta de Pedras, faz parte de uma mesorregião do Pará, onde o acesso aos direitos mais básicos do ser humano tem sido historicamente violado, onde parcela expressiva da população é submetida à situação de extrema pobreza e abandono de políticas públicas, comprometendo o desenvolvimento econômico.

A população é pobre e desassistida contrastando com um território rico em biodiversidade e recursos naturais. Do total da população, conforme dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 31,36% encontram-se na extrema pobreza e 52,26% na pobreza (Brasil, 2021). Na pesquisa realizada por Costa *et al* (2012), observou-se que no município de Ponta de Pedras a ausência ou precariedade de serviços públicos e de infraestrutura básica é evidente, e como posto por Brasil (2021), o tratamento da água e a coleta de esgoto são deficitários, apenas 21,02% dos domicílios possuem ligação à rede de esgoto ou fossa séptica, muito aquém da média nacional que é de 66,32%, considerada baixa.

O município de Ponta de Pedras também possui forte dependência do repasse de recursos da União e incapacidade de gerar recursos para aumentar a arrecadação e propiciar à população melhor qualidade de vida; existe a predominância do trabalho informal. De acordo com levantamentos 92% dos trabalhadores estão vinculados ao setor

público e 7% ao setor comercial, tendo, de acordo com os dados (Brasil 2021), 48% dos entrevistados afirma-se que o principal rendimento era proveniente do Programa Federal “Bolsa Família” (27%); da produção do açaí (14%) e da pesca (7%).

A partir desses fatores, podemos observar o quão é desafiante pensar em políticas públicas e sociais para a região que considerem todas suas condições territoriais, econômicas e sociais. No que diz respeito à proteção dos direitos da criança, a preocupação é ainda maior. Apesar de existirem leis internacionais e nacionais que protejam os direitos da criança e do adolescente, principalmente o acesso à educação de qualidade, se faz necessário a efetivação de mecanismos sociais, para além das leis, com efetiva proteção através de políticas públicas educacionais para proteger a criança e o adolescente contra todas as formas de violações dos seus direitos.

Ocorre que a região do Marajó, especialmente o município de Ponta de Pedras, por ser uma região marginalizada na sociedade brasileira e de difícil acesso, o monitoramento de políticas públicas, especialmente sociais e educacionais, se torna dificultoso e conseqüentemente fragiliza a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

#### 4 OS DESAFIOS DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA PANDEMIA

Buscou-se sintetizar, a seguir, as principais questões observadas em nossas visitas de campo às três escolas e por meio das entrevistas realizadas. A pandemia do coronavírus, uma crise sanitária sem precedentes em tempos recentes, agravada pelas decisões políticas do Governo Federal brasileiro relacionadas ao seu gerenciamento, impôs uma nova ordem e levou a uma situação caótica na vida social de Ponta de Pedras. Nesse cenário, novas relações afetivas, profissionais e ligadas ao cotidiano da escola foram afetadas, criadas e ressignificadas.

O trabalho remoto foi uma saída para desenvolver algumas atividades à distância, mas encontrou barreiras, evidentemente, porque nem todas as localidades e, nelas, nem todas as unidades residenciais, dispõem de acesso à internet. Efetivamente, de acordo com dados da pesquisa PWC (2022), utilizados pelos Comitê Gestor da Internet no

Brasil, 33,9 milhões de brasileiros estão completamente desconectados da internet no Brasil e 41,8 milhões estão subconectados – contra 44,8 milhões se encontram parcialmente conectados e 49,1 milhões estão plenamente conectados. De acordo com o *ranking* de alfabetização digital do índice “The Inclusive Internet 2021”, publicado pela revista britânica *The Economist*, o Brasil ocupa a 80ª posição, entre 120 países.

Além disso, cabe considerar a precariedade do padrão de utilização da internet no Brasil. Segundo o IBGE, 99,5% dos brasileiros acessam a internet pelo celular, apenas 45,1% utilizam computador. Até o fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes não tinham acesso à internet, devido à falta de recursos financeiros ou por indisponibilidade do serviço na região. Desse total, 4,1 milhões estudavam na rede pública (IBGE, 2019).

No Marajó, por exemplo, numa situação que certamente se observa em diversos pontos do país, muitas famílias compartilham apenas um celular e, no contexto pandêmico, se depararam com a necessidade de “reinventar” e reorganizar suas atividades cotidianas, inclusive em relação à educação (Souza, 2020). O acesso à internet na pandemia constituiu um fator essencial de acesso à informação, à educação e à própria sociabilidade. E no que se refere à educação, a pandemia produziu, no entanto, situações que se estenderam para bem além da questão da acessibilidade aos conteúdos didáticos.

Uma das situações que a pandemia afetou bastante os alunos e as famílias no Brasil foi a questão da merenda escolar, pois muitos alunos realizam parte de sua alimentação no ambiente escolar, ainda mais por estarem inclusos nas faixas de pobreza. Nos termos de Souza (2020), a falta da merenda impactou, principalmente, aquelas famílias assoladas pelo desemprego e cuja renda não permite disponibilizar a nutrição suficiente para as crianças e adolescentes.

Essa necessidade de “reinvenção” é explicada por Freire (1987), ao analisar a questão do homem/da mulher inclusos, ponderando que o ser humano é um ser inacabado, em constante movimento e transformação, pois a ação humana se processa com criação, reflexão e transformação, sendo compartilhada com os semelhantes. Tais experiências ocorrem no tempo e no espaço, no presente e são transmitidas às gerações subsequentes.

Portanto, um aspecto relevante destacado por Freire (1992) no âmbito educacional e para a superação das dificuldades de ensino-aprendizagem é o diálogo, uma questão que não se resume na relação entre alunos e professores, mas abrange a todos envolvidos com a educação, ou seja, familiares, professores, gestores, coordenadores. É sob essa perspectiva que se deve compreender a importância da comunicação entre esses agentes sociais na promoção de uma educação libertadora.

Outra situação preocupante é que enquanto as residências da classe média e alta dispõem de uma estrutura privilegiada para o desenvolvimento de atividades escolares, as populares possuem poucos cômodos onde convivem várias pessoas, dificultando a dedicação dos alunos às atividades escolares, resultando em uma menor participação destes no processo de ensino e aprendizagem (Souza, 2020). Inclusive, alguns desafios se mostraram evidentes nesse cenário, experienciados, principalmente, pelos professores sobre como manter os vínculos com os alunos sem estar no mesmo espaço físico, como se adaptar às tecnologias de informação e comunicação para aprender e ensinar.

No âmbito dos que aprendem, surgiram situações que mostraram o quanto a presença na escola é importante para os alunos. Muitos pais relatam que seus filhos passaram a ter ansiedade, sentiram falta da companhia dos colegas e professores, gerando dificuldade em aceitar o ensino remoto (Souza, 2020). A problemática do acesso à educação por meio de tecnologias digitais encontra barreiras impostas pelas desigualdades estruturais. Isso demonstra o descompasso da educação escolar com a globalização e o avanço das tecnologias de telecomunicação (Silva *et al*, 2021), com destaque para as desigualdades regionais, enquanto na região Sul 90,5% (IBGE, 2019) da rede pública tem acesso à internet, na região Norte apenas 68,4% da rede pública de ensino dispõe de internet.

O descompasso da educação escolar com a globalização e o avanço das tecnologias de telecomunicações se mostra mais evidente nas áreas rurais e ribeirinhas, onde o meio técnico científico ainda não se encontra instaurado (Alencar, Costa, 2021). Além disso, outras situações tornam ainda mais precário o trabalho dos professores e a aprendizagem dos



alunos, como falta de qualificação adequada de alguns docentes, carência de material didático e pedagógico, dificuldade de locomoção, inexistência de ambientes refrigerados, entre outras situações de ordem estrutural.

Nesse contexto, muitos professores também criam resistência em adotar novos recursos, principalmente, quando se deparam com a dificuldade em manipular ferramentas da informática e telecomunicações. As aprendizagens realizadas a partir da convivência humana, a exemplo das práticas corporais nas aulas de educação física também ficaram comprometidas (Silva *et al*, 2021). E em consonância, Melo *et al* (2021) assinalam que na pandemia os professores, gestores, coordenadores, alunos e familiares foram obrigados pelas circunstâncias a passar por um processo de reconstrução e readaptação. No corpo docente, alguns não se encontravam preparados para lidar com os meios eletrônicos, comprometendo o desempenho o processo ensino-aprendizagem.

A exaustão também foi experienciada pelo professores, que além de serem submetidos a aprender, de forma repentina e não planejada, as tecnologias que não dominavam, desdobraram-se em elaborar material de trabalho em tempo exíguo. Tais situações fizeram despertar ainda mais a necessidade da educação continuada dos professores para se adaptar ao “mundo digital” (Melo *et al.*, 2021). Ainda, conforme Lunardi *et al*, 2021) é oportuno ressaltar que a pandemia contribuiu espaço para o reconhecimento da sociedade sobre a importância do professor, particularmente, pela sua capacidade de lidar com a distância dos alunos mediante ferramentas digitais e porque o trabalho educacional remoto exige constante contato entre educador e educando.

O papel dos pais na educação dos filhos também se mostrou mais necessário. Muitos tiveram que improvisar, aprender a ensinar e acompanhar os filhos, buscar conhecimento para acessar as plataformas (Lunardi *et al*, 2021). Alguns pais também, por trabalhar fora de casa, encontraram dificuldades em conciliar as muitas “lições” encaminhadas pela escola com o reduzido tempo disponível no cotidiano do lar, além da insegurança dos pais em lidar com conteúdos que não dominavam.

Nesse contexto, os pais estabeleceram representações sociais de caráter negativo acerca do ensino remoto, como necessidade de ter concentração, existência de internet ruim e dificuldade de conciliar trabalho e estudo dos filhos. O fator tempo foi apontado no estudo de Lunardi *et al.* (2021) como um dos maiores desafios enfrentados pelos pais durante a pandemia.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas realizadas e da observação de campo, identificamos que, durante a pandemia, as escolas produziram estratégias didáticas e estruturantes da organização da vida escolar flexíveis, para manter o ritmo do aprendizado dos alunos. As atividades foram organizadas como descrevemos a seguir. No que se refere aos fluxos didáticos, elaborou-se cadernos de tarefas, que os alunos deveriam buscar, resolver e devolver dentro de um prazo determinado.

Essa estratégia se destinou a todos os alunos, sendo essenciais àqueles que não tinham acesso às aulas remotas, devido à falta de acesso à internet e aparelhos eletrônicos, como celulares e câmera – cabendo considerar, também, que alguns professores também não possuíam, em suas residências, acesso a esses dispositivos tecnológicos. Essa situação confirma as explicações de Silva *et al* (2021) acerca da dificuldade de acesso aos meios digitais em muitas localidades brasileiras, principalmente, em decorrência das desigualdades sociais e regionais.

Também, se relaciona com o dado estatístico de que na região Norte apenas 68,4% da rede pública de ensino dispõe de internet (IBGE, 2019). Por outro lado, comprova a ponderação de Souza (2020) sobre a dificuldade de muitos alunos e professores em dispor de acesso aos recursos da internet durante o período da pandemia do Covid-19. E em relação as estruturas físicas, foi relatada, por nossos entrevistados, a insuficiência de equipamentos (cadeiras e mesas) e de ambiente com ventilação mecânica, no contexto do retorno parcial às atividades.

Apesar da falta de condições adequadas ser um problema antigo, a volta progressiva ao trabalho presencial também se tornou um

obstáculo na pandemia, principalmente nas escolas rural e ribeirinha, notadamente pela ausência de energia elétrica e água encanada: Essa situação de precariedade do ambiente escolar nas áreas rural e ribeirinha confirma o que preconizam Alencar e Costa (2021), ao esclarecerem sobre os desafios enfrentados pelos professores devido à falta de refrigeração, dificuldade de acesso à internet, energia elétrica e água encanada, bem com educadores com baixa qualificação, inclusive, para lidar com o ensino remoto, implicando em impactos negativos ao processo de ensino e aprendizagem.

Também detectaram-se as dificuldades dos professores em se adaptarem às tecnologias digitais. Foram formados grupos de *WhatsApp* com aqueles que tinham acesso à internet com a finalidade de divulgar informações e o cronograma de atividades que também foram anunciados na rádio local. No entanto, o principal meio de divulgação foi feito “boca a boca”, através do qual as informações alcançaram àqueles que moram em comunidades ribeirinhas que não possuem acesso à internet e nem ao rádio.

Essa dificuldade de adaptação dos professores não ocorreu apenas nas escolas rurais e ribeirinhas, foi uma situação presente também nas áreas urbanas, confirmando a visão de Alencar e Costa (2021), e as ponderações de Souza (2020) em relação à dificuldade enfrentada por educadores em se adaptar às novas tecnologias e ferramentas digitais. Entende-se que essa adaptação se torna ainda mais complicada porque foi feita repentinamente, e por muitos docentes, não habituados a utilizar plataformas – cujos procedimentos requerem treinamento prévio e experimentação para a efetiva utilização.

Não se pode esquecer que determinados professores, em razão dessa falta de experiência, tiveram receio em não conseguir manipular as novas tecnologias, aparelhos e ferramentas pertencentes ao mundo digital. Essa questão foi discutida por Silva *et al.* (2021), quando refletem sobre a resistência de docentes em adotar novos recursos e de como isso repercute negativamente no desempenho do processo de ensino e aprendizagem. Devido à pandemia as reuniões de professores e pais foram suspensas no município.

Isso dificultou a organização do período letivo, a convivência e o acompanhamento do professor na aprendizagem do aluno, além de enfraquecer cooperação entre família e escola, o que é fundamental para o bom desempenho do aluno. A falta de comunicação plena e convívio escolar afetou substancialmente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e do diálogo escola/família em geral.

Essa situação contradiz a visão de Freire (1992), quando afirma que para se alcançar uma educação que promova cidadania e humanização é importante que haja comunicação e convivência entre os profissionais da educação com os alunos, possibilitando uma conscientização à medida que se constrói o conhecimento. A convivência proporciona a composição do diálogo. Para Freire (1992, p. 155) o diálogo é “[...] uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (...) Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica.”

Para o autor, uma real reflexão conduz a prática transformadora, por isso defende que a reflexão com os oprimidos seja real e verdadeira, e não impositora. É esse processo, que pode levar a autêntica práxis, fazendo uma verdadeira revolução na consciência do oprimido. Assim, a problemática da merenda escolar foi outra questão estruturante da experiência pandêmica em Ponta de Pedras. A solução dada pelo município foi a oferta do benefício através de cesta básica – em maio de 2021 foi entregue uma cesta básica a cada aluno.

Porém, essa solução foi provisória e não atendeu às expectativas dos alunos e de suas famílias. A interrupção da oferta da merenda interferiu na dinâmica familiar, pois muitos alunos realizam suas principais refeições na escola. Esse cenário confirma as considerações de Souza (2020) acerca da importância econômica e social que a merenda escolar tem para crianças e adolescentes de baixa renda e que se encontram inseridos nas escolas públicas, principalmente, em localidades onde o número de pessoas desempregadas é alto e existe um contingente social expressivo de indivíduos vivendo nas faixas de pobreza.

Em relação ao transporte escolar, observou-se a sua suspensão, dificultando a locomoção dos alunos e responsáveis. Muitos precisaram arcar com as despesas do transporte, como o pagamento mototáxis e

a compra de diesel para as “rabetas” (barcos). Considerando que, a 54% população do município é de baixa renda, segundo o IBGE (2010) o rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário-mínimo, custear o transporte é oneroso para as famílias, prejudicando o acesso à educação.

Nesta situação particular do transporte, identifica-se a comprovação das explicações de Melo *et al.* (2021) sobre a necessidade de reconstrução e readaptação dos professores, alunos, gestores, familiares no período da pandemia. Um momento de mudança na rotina do deslocamento espacial, mas que trouxe um ônus econômico maior para as famílias de baixa renda, com impacto negativo na educação dos filhos.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a presente pesquisa oportunizou compreender como a pandemia decorrente da proliferação do vírus Covid-19 impactou diretamente sobre o desempenho do setor educacional nesse município, semelhante em muitos de seus aspectos estruturais e socioeconômicos, a diversos outros da Amazônia, dificultando e gerando desafios que precisaram ser superados por gestores governamentais, órgãos públicos, escolas, professores, diretores, coordenados, familiares e alunos.

Logo de início, a saída foi utilizar o ensino remoto, porém, mesmo existindo um avanço na área das telecomunicações e informática, a pandemia demonstrou que, devido as desigualdades sociais, econômicas e regionais, a universalização dessa modalidade de ensino não é tão simples. Por outro lado, mesmo em locais onde o acesso foi favorecido, a falta do ensino presencial se mostrou impactante, inclusive do ponto de vista afetivo e estimulador, demonstrando a relevância do papel do professor e da interatividade dos alunos com o meio escolar.

Ao realizar a pesquisa no município de Ponta de Pedras, ilha de Marajó, foi possível identificar problemas que já vinham sendo relatados na literatura recente acerca dos impactos da pandemia na área educacional, particularmente, por se tratar de uma localidade onde as condições socioeconômicas e educacionais dificultam o acesso às ferramentas educacionais por meio digitais. Os principais desafios enfrentados durante a pandemia foram a reformulação didática

adaptativa às condições de distanciamento social, a comunicação precária, a adaptação às tecnologias, o transporte e a merenda escolar. Observou-se que, quanto mais distante a escola da cidade, mais as dificuldades se acentuaram.

A pandemia acentuou problemas já existentes como a precariedade das estruturas físicas e a desigualdade social, especialmente a alimentar. O acesso à educação foi limitado àqueles que tinham condições financeiras para se locomover. A falta de comunicação e convivência prejudicaram a produção do diálogo e, conseqüentemente, a construção de uma educação transformadora, tal como idealizada pelas políticas públicas inclusivas. Além disso, também se percebeu a questão do convívio escolar pós-pandemia tendo em vista a necessidade de adaptação tecnológica devido as transformações educacionais e sociais.

#### REFERÊNCIAS

ALENCAR, D. G. S.; COSTA, F. S. Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 5, ago. 2021. DOI 10.1590/S1678-4634202147230347. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BARBOSA, M. J. de S. **Relatório Analítico do Território do Marajó. Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia – GPTDA**. Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Universidade Federal do Pará. Agosto de 2012. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório técnico município de Ponta de Pedras PA**: Diagnóstico das condições de educação, saúde e violência no Arquipélago do Marajó e suas Interfaces com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. *Herkenhoff & Prates* – Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento, Minas Gerais, 2021. Disponível em: [238](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-</a></p></div><div data-bbox=)

de-conteudo/publicacoes/sgdca-marajo/diagnosticos-municipais/ponta-de-pedras. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **IDEB, 2019**. Disponível em: [ideb.inep.gov.br](http://ideb.inep.gov.br). Acesso em: 9 fev. 2022.

COSTA *et al.* Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 - 74, maio/ago 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alinea, 2001.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. IDESP. **Síntese do índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM para o estado do Pará**. 2010. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo>. Acesso em: 17 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 20 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ponta-de-pedras/panorama>. Acesso em: 28 set. 2021.

LUNARDI, N. M. S. S. *et al.* Aulas remotas durante a pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, 2021, p. 01-08. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/>

GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 fev. 2022.

MELO, B. L. *et al.* Desafios e dificuldades na educação durante a pandemia enquanto pibidianos. **SIEPEX**, v. 1, n. 10, 2021, p. 1-10. Acesso em: 10 fev. 2022.

PONTA DE PEDRAS: IDEB 2019. Disponível em: <http://quedu.org.br/cidade/3387-ponta-de-pedras/ideb>. Acesso em: 21 fev. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRICEWATERHOUSECOOPERS BRASIL LTDA. PWC. **O abismo digital no Brasil, 2022**. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/o-abismo-digital-no-brasil.html>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 30, 2020, p. 2-09. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br>. Acesso em: 17 fev. 2022.

THE ECONOMIST. **The Inclusive Internet**, 2021. Disponível em: <https://theinclusiveinternet.eiu.com/>. Acesso em: 29/06/2022.



# **11 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE: DOS ATENDIMENTOS AO ADOECIMENTO E VACINAÇÃO ANTI-COVID**

*Antônio Idalmir Rodrigues de Oliveira*

*Armin Mathis*

## **1 INTRODUÇÃO**

A Atenção Básica (AB) em saúde no Brasil ganha destaque com a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF), esta uma política de prevenção e integra o Sistema Único de Saúde (SUS). Seus desafios são muitos e a elaboração de estratégias de solução de problemas tem a finalidade de garantir a qualidade e universalização da saúde (Leite *et al.*, 2016).

Relevantes estratégias foram adotadas no âmbito do SUS, com o objetivo de promover seus princípios e diretrizes que são a universalidade e a integralidade do cuidado. Dentre elas, destaca-se a Atenção Básica, em que a ênfase do cuidado em saúde deslocou-se dos serviços finais para prevenção (Sousa, 2018).

Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão local. Seus atendimentos são realizados por equipes de saúde e dirigidos à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (PNAB, 2011).

Os territórios rurais nas regiões ocupadas e delimitadas pela política de reforma agrária no Brasil, especialmente na Amazônia, necessitam de cobertura e da construção de políticas de saúde do campo. Como exemplo, destaca-se a construção da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, que expressa o desafio de garantir os princípios do SUS para essas

populações, de forma a incluir suas peculiaridades e especificidades (Brasil, 2013), conseqüentemente a oferta de serviços e profissionais para atender essas populações.

As populações rurais, especialmente as que vivem em assentamentos e reservas extrativistas precisam de ações de promoção à saúde, prevenção de doenças, tratamento, reabilitação, proteção, condições ambientais favoráveis para a manutenção de suas sobrevivências, na forma como determina a Resolução CP 53.14/2014, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) que trata desses direitos.

A Portaria 2.436/2017 determina a Nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e estabelece que as Unidades Básicas de Saúde tenham seu funcionamento com carga horária mínima de 40 horas/semanais, no mínimo cinco dias da semana e nos 12 meses do ano, possibilitando acesso facilitado à população (Brasil, 2017).

Na competência municipal para a gestão da Atenção Básica está nas secretarias municipais de saúde que ordenam as Equipes de Saúde da Família e outros serviços conforme suas limitações das pactuações. O território municipal é parâmetro físico em si de adstrição dos usuários, propiciando relações de vínculo, afetividade e confiança entre pessoas e/ou famílias e grupos a profissionais-equipes, sendo que estes passam a ser referência (Brasil, 2011).

Essas equipes são definidas pela Portaria MS/GM 2.488/2011 que revisava as diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). As equipes são compostas conforme as modalidades previstas, por médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas, auxiliar em saúde bucal ou técnico em saúde bucal, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e Agentes Comunitários da Saúde - ACS (Brasil, 2011).

O avanço da cobertura da ESF no país reduziu o número de internações em alguns estados, especialmente pela melhoria do acompanhamento das condições crônicas, no aprimoramento do diagnóstico e na facilidade do acesso aos medicamentos (Pinto; Giovanella, 2018). Nesse contexto, segundo dados do Departamento

de Atenção Básica (DAB), do Ministério da Saúde, em 2018, existiam 44.200 equipes de saúde da família e 273.181 ACS's credenciados pelo Ministério para atenderem as necessidades de saúde da população brasileira (Brasil, 2018).

O funcionamento dos serviços de saúde e a condição de acesso aos mesmos pelas populações em diferentes territórios constituem aspectos primários de cidadania. A oferta de serviços deve ser sustentável para suprir gradativamente as necessidades da população. Também deve ser ofertada uma cobertura mínima para atendimentos, financiamento e recursos suficientes, além de profissionais que tenham capacidade para eliminar as barreiras de acesso ao atendimento e cuidado à saúde integral com equidade (França; Modena; Confalonieri, 2016).

Alguns estudos têm tratado da dificuldade de recrutamento e fixação de profissionais no campo, além de alta rotatividade dos profissionais das equipes da Estratégia Saúde da Família (Dolea; Stormont; Braichet, 2010; Pitilin; Lentsck, 2015). Mesmo depois da implantação do Programa Mais Médicos, que passou a complementar as ações de atenção básica, houve uma ampliação do número de equipes de ESF nos diversos municípios do Brasil, especialmente nos de pequeno porte (Miranda *et al.*, 2017). No entanto, a atenção básica ainda não consegue se universalizar e em regiões carentes ela ainda está deficiente.

No que se refere à saúde bucal um estudo demonstrou que as populações rurais recebem menor cobertura de serviços. Esse cenário está ligado à carência de todos os componentes de serviços da Estratégia Saúde da Família (Cavalcanti; Gaspar; Goes, 2012). Mesmo em grandes centros urbanos, são frequentes as constatações de limitações e carências do acesso aos serviços de saúde, que vão de carência de treinamentos profissionais até medicamentos (Ribeiro; Gouvêa; Casotti, 2017).

Estudos desenvolvidos em assentamentos no estado de São Paulo (Scopinho, 2010) e no estado do Mato Grosso do Sul (Fontoura Júnior *et al.*, 2012) evidenciaram a carência de políticas para a agricultura familiar e seus impactos prejudiciais na condição de saúde das famílias

assentadas. Outras carências como acesso a água potável e limitações de acesso aos serviços de saúde se somam as condições estruturais desfavoráveis para atender os assentados (Wunsch *et al.*, 2014).

Na Amazônia são diversas as ocorrências de doenças como malária, cujos registros se mantêm quase constantes (Brasil, 2013), além da hanseníase e tuberculose, problemas graves de saúde pública com a ocorrência frequente de casos novos (Luna; Silva Junior, 2013). Outras ligadas à saúde feminina como o crescimento do câncer uterino é considerado um problema grave em todo país, porém ainda com necessidade de investimentos públicos (Correa *et al.*, 2012; Laganá *et al.*, 2013).

Como estudo de Souza e Shimizu (2021) que constatou as condições técnicas das equipes de saúde da família sobre os procedimentos para os atendimentos em diversas regiões do País, concluíram que o manejo de atendimentos dos casos, considerando o processo de avaliação de risco e vulnerabilidade em relação a agravos de cada região, constatou que cerca de um quinto das equipes analisadas não possuem protocolos de acolhimento, sendo que na região Norte a proporção é de quase a metade delas.

No estado do Pará a cobertura de atenção primária conta com 1.448 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), implantadas nos municípios com atuação nas diversas localidades. Os indicadores de saúde no Pará revelam alguns desafios para melhoria no atendimento. O coeficiente de mortalidade infantil é de 21,46 por 1.000 nascidos vivos, a taxa de internação por Doenças Relacionadas ao Saneamento Inadequado (DRSAI), foi de 54,92 por 1.000 habitantes em crianças de até 05 anos. Na mesma faixa etária a taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) foi de 60,65 por 1.000 habitantes. Assim como as doenças diarreicas no SUS foi de 21,6 por 1.000 habitantes em crianças de até 05 anos (RIPSA, 2017).

Tais indicadores revelam que a assistência à saúde em geral e a atenção básica em particular ainda enfrentam limitações. Considerando áreas geográficas com maiores dificuldades como são os assentamentos rurais e suas limitações estruturais (Wunsch *et al.*, 2014) este estudo teve como objetivo descrever a situação da produção ambulatorial de

três equipes da Estratégia Saúde da Família de Unidades Básicas de Saúde em três assentamentos rurais da região Nordeste do estado do Pará. Esse trabalho também traz a verificação da ocorrência de agravos ocorridos no ano de 2021, com intuito de constatar o aparecimento de doenças que poderiam ser prevenidas em períodos anteriores.

A condição geográfica e social dos Assentamentos rurais, que embora estejam em municípios diferentes, porém possuem baixas assistências em saúde para as suas populações. É evidente a ausência de controle social nesses territórios, com a baixa participação na fiscalização efetiva do cumprimento dos serviços especialmente na realização dos atendimentos nas unidades básicas de saúde. É comum a ausência de profissionais como médicos e odontólogos, com isso diversos procedimentos nos deixam de serem realizados e a partir daí ocorre o surgimento de agravos, daí a justificativa da constatação dos atendimentos os realizados em 2017 e surgimento de doenças em 2021.

Nessas comunidades são comuns os relatos e constatações de que “tem médico só uma vez por semana” ou a ausência total do profissional, ausência de gabinetes odontológicos e insumos que impedem a realização dos atendimentos no âmbito das gestões locais que contribuem na não prestação dos serviços básicos de saúde e com isso não sendo diagnosticadas precocemente muitas doenças.

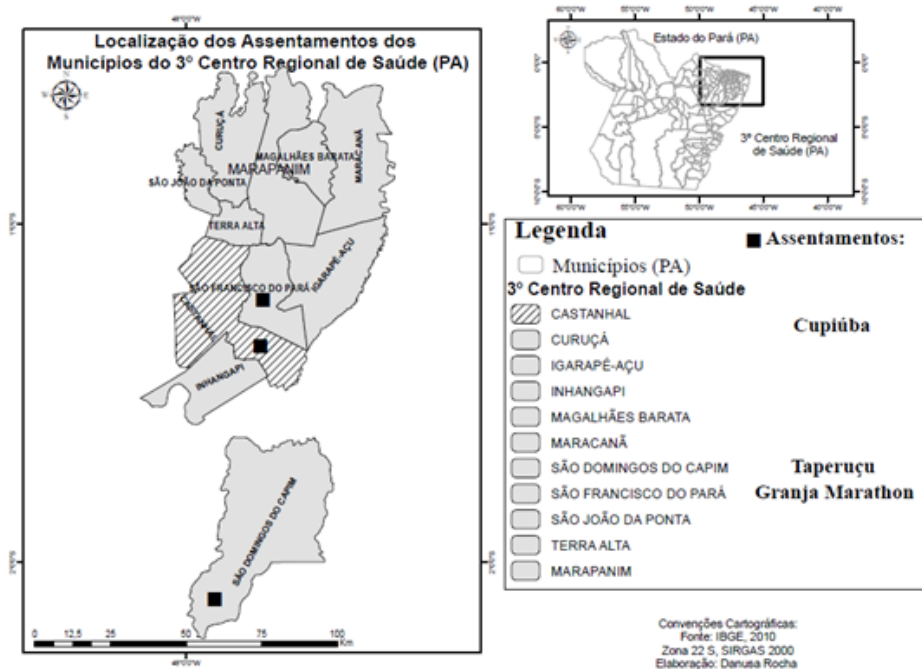
Nessa pesquisa poderemos indicar a necessidade novos estudos para perceber as falhas no sistema DATASUS no que se refere as disposições de equipes e a efetividade de suas produções nas unidades de saúde, pois o princípio da cobertura em saúde primária pode conter falhas e problemas que seriam mais detectáveis através de supervisão e controle social mais eficiente, ou seja, equipes que estão inscritas para atuarem em determinadas localidades, em boa parte das vezes não estão e o resultado é a baixa produção de alguns procedimentos e conseqüentemente o adoecimento dessas populações.

## 2 MÉTODO

A pesquisa se desenvolveu a partir de observações exploratórias nos assentamentos rurais para verificar in loco a realidade apresentada

pelos dados e informações sobre produção ambulatorial constantes nos bancos de dados do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde e do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS). Tais dados são referentes as três equipes da Estratégia Saúde da Família que atuavam nas Unidades Básicas de Saúde dos três assentamentos rurais visitados. Os assentamentos estão localizados na microrregião do Guamá, no Nordeste Paraense (Figura 1).

Figura 1- Localização dos Assentamentos nos municípios do 3º Centro Regional de Saúde/SESPA



Os assentamentos foram selecionados por ter unidade de saúde dentro do seu território. Este critério foi para facilitar acesso aos dados sobre cobertura dos procedimentos registrados e atendimentos realizados para as populações assentadas, o que ajudou a delimitar os problemas na produção estudados. Pelo fato de estarem dentro de uma região de saúde definida pela Secretaria de Estado de Saúde Pública (denominada de 3º Centro Regional de Saúde, incluída na regional “metropolitana III”, divisão geográfica dos Centros Regionais de Saúde)

foi possível obter dados e informações da população pesquisada com maior segurança, o que reflete problemas de assistência à saúde nos assentamentos rurais.

O fator de cobertura foi constatado por meio da análise das quantidades de procedimentos realizados no ano de 2017 e a obtenção das ocorrências de agravos/doenças no ano de 2021, obtendo-se o percentual de cobertura em relação às populações atendidas pelas ESF`s nas localidades, com seguintes agrupamentos: (i) procedimentos de abrangência familiar; (ii) procedimentos de abrangência individual; (iii) procedimentos de assistência ao pré-natal e puerperal; (iii) procedimentos de saúde bucal.

A partir do critério da presença de unidade de saúde no território, foram selecionados os assentamentos de Cupiúba no município de Castanhal, Taperuçu no município de São Domingos do Capim, Luís Lopes Sobrinho (Granja Marathon) no município de São Francisco do Pará. Na referida região de saúde existem mais seis assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA, porém os mesmos não possuem unidades de saúde nas suas circunscrições territoriais.

Cupiúba: Assentamento rural, distante 7 km. da sede do Município de Castanhal, implantado em Dezembro/1999 com 236 Famílias na época. Classificado como “Assentamento Federal” com área de 1.366,282 ha.

Taperuçu: Assentamento rural, distante cerca de 50 km. da sede do Município de São Domingos do Capim, apenas com acesso fluvial para a sede do município, porém com acesso terrestre para o Município de Concórdia do Pará (limítrofe). Implantado em Outubro/2003 com 190 famílias na época. Classificado como “Assentamento Federal”, com área de 4.196.237 ha.

Luís Lopes Sobrinho (Granja Marathon): Assentamento rural, distante 7 km da sede do Município de São Francisco do Pará, implantado em Agosto/1998 com 222 Famílias na época. Classificado como “Assentamento Federal”, com área de 446.3 ha.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Os Assentamentos Rurais no Pará

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2018) o estado do Pará tem 1.132 assentamentos, com 247.410 famílias assentadas nas diversas regiões do seu território (dados da data de início do assentamento). No estado do Pará existem quatro superintendências do INCRA. Elas são responsáveis pela organização e ordenamento das políticas territoriais de todos os assentamentos reconhecidos e outorgados (Tabela 1).

Tabela 1- Painel de assentamentos no Pará

Superintendências do INCRA (PA)	Nº de Família Assentadas	Nº de Assentamentos	Área de Assentamentos (ha)
SR 01 - Pará-Belém	98.555	397	4.102.092,24
SR 30 - Pará-Santarém	53.676	155	8.067.852,18
SR 27 - Pará - Marabá	72.162	514	4.282.244,54
SR 31 - Pará - Altamira	23.017	66	6.367.481,11

Fonte: INCRA (2018).

#### 3.2 A Cobertura de Saúde Pública na Atenção Básica

A partir do levantamento feito no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) das Unidades de Saúde localizadas nos assentamentos rurais de Cupiúba, Taperuçu e Luís Lopes Sobrinho (Granja Marathon) obteve-se a composição das equipes das Estratégias Saúde da Família (Tabela 2).



Tabela 2- Distribuição de Profissionais de Saúde nas localidades pesquisadas (ano 2017)

Profissionais	Cupiúba	Taperuçu	Granja Marathon
Agente Comunitário de Saúde	04	07	07
Médico	01	0	01
Enfermeiro	01	01	01
Auxiliar ou Técnico em Enfermagem	01	01	03
Cirurgião-Dentista	0	0	01
Auxiliar ou Técnico em Saúde Bucal	0	0	01

Fonte: DAB/MS (2017).

Percebe-se uma indicação de crescimento da população em relação às quantidades de famílias assentadas na época da homologação da implantação do assentamento rural. Contudo, deve-se considerar que os territórios definidos de abrangências de coberturas das ESF, muitas vezes vão além da localidade geográfica de referência da unidade de saúde.

Dentre os assentamentos estudados, o de Taperuçu é o que apresenta menor tempo de existência e o maior crescimento do percentual (180%) de famílias inscritas para serem atendidas na ESF de sua localidade. Os dados revelam um crescimento médio de 12% ao ano. No ano de 2017 tinha 532 famílias e em 2020 estima-se que terá 605 famílias (Quadro 1).

Quadro 1- Origem, evolução de famílias assentadas e atendimentos nas ESF`s dos assentamentos pesquisados (ano 2018)

<b>Assentamento</b>	<b>Cupiúba</b>	<b>Granja Marathon</b>	<b>Taperuçu</b>
Data da Implantação	Dez/1999	Ago/1998	Out/2003
Tempo de existência (anos)	18	20	14
Área (hectares)	1.366.282	446.3	4.196.237
Famílias na Implantação (n)	236	222	190
Famílias em 2017 (Cadastros ESF)	462	482	532
Crescimento até 2017 (% Famílias)	95.8%	117.1%	180.0%
Média de crescimento anual (%)	5.3%	5.9%	12.9%
Quantidade de famílias assentadas estimativa p/ ano 2020 (nº famílias*)	500	521	605

Fonte: INCRA / DAB/MS (2018).

\*Dados estimados pelos autores em observação de campo.

Os outros assentamentos crescem na mesma proporção, com a seguinte estimativa para o ano 2020: A ESF de Cupiúba (500 famílias) e a ESF da Granja Marathon (521 famílias). Isso mostra que a equipe da ESF de Taperuçu, terá mais usuários necessitando de cobertura da atenção básica em saúde.

### 3.3 Análise dos Procedimentos de Abrangência Familiar

Nos assentamentos onde se encontram as populações alvo deste estudo, no ano 2017, os procedimentos de abrangência familiar (AF1, AF2 e AF3) apresentaram um quantitativo pequeno de procedimentos em relação à população adscrita para as ESF. A cobertura anual geral dos procedimentos de abrangência familiar é mínima: AF1 (1.76%), AF2 (0.41%) e AF3 (6.3%) (Tabela 3).

Tabela 3- Alcance anual e mensal dos procedimentos de abrangência familiar nos assentamentos pesquisados (ano 2017)

<b>Procedimentos de Abrangência Familiar</b>	<b>Cupiúba (n=462)</b>	<b>Granja Marathon (n=482)</b>	<b>Taperuçu (n=532)</b>	<b>Geral (n=1476)</b>
(AF1) Atividade educativa / orientação em grupo na atenção básica	25	1	0	26
Cobertura anual	5.41%	0.21%	0.00%	1.76%
Alcance mensal	0.45%	0.02%	0.00%	0.15%
(AF2) Visita domiciliar por profissional de nível médio	1.085	2.111	2.808	6.004
Alcance mensal	19.6%	36.5%	44.9%	33.9%
(AF3) Visita domiciliar / institucional por profissional de nível superior	0	0	93	93
Alcance mensal	0.00%	0.00%	1.46%	0.53%

Fonte: INCRA e DAB/MS (2018).

### 3.4 Análise dos Procedimentos de Abrangência Individual

As Estratégias de Saúde da Família dos três assentamentos tiveram na soma das populações adscritas de 5.325 pessoas com a atualização de Dez./2017: Cupiúba (1.207), Taperuçu (2.242) e G. Marathon (1.876). (Tabela 4).

Tabela 4 - Alcance anual e mensal dos procedimentos de abrangência individual nos assentamentos pesquisados (ano 2017)

Atendimentos de abrangência Individual	Cupiúba (n=1207)	Taperuçu (n=2242)	Granja Marathon (n=1876)	Geral (n=5325)
Avaliação antropométrica	147	666	189	1002
Alcance anual	12.2%	29.7%	10.1%	18.8%
Glicemia capilar	37	15	22	74
Alcance anual	3.1%	0.7%	1.2%	1.4%
Alcance mensal	0.26%	0.06%	0.10%	0.12%
Consulta, nível superior (exceto médico)	184	0	118	302
Alcance anual	15.2%	0.0%	6.3%	5.7%
Alcance mensal	1.27%	0.00%	0.52%	0.47%
Consulta medica em atenção básica	1915	0	224	2139
Alcance anual	158.7%	0.0%	11.9%	40.2%
Alcance mensal	13.2%	0.0%	1.0%	3.3%
Aferição de pressão arterial	122	364	262	748
Alcance anual	10.1%	16.2%	14.0%	14.0%
Alcance mensal	0.84%	1.35%	1.16%	1.17%

Fonte: INCRA e DAB/MS-SIA/SUS (2017).

### 3.5 Análise dos atendimentos à saúde feminina e de assistência ao pré-natal e puerperal

Quanto aos procedimentos para a saúde feminina, especialmente relacionados a prevenção do câncer de colo uterino (PCCU) e a assistência ao pré-natal e puerperal, foi feita uma estimativa de 50% da população total para a população feminina, embora os procedimentos são distribuídos para as mulheres adultas temos os percentuais apenas relacionado a esse gênero, segue-se na ESF de Cupiúba com 12 (2%) de coleta de material para PCCU e nas ESF de Taperuçu e na Granja Marathon não foram realizados esse procedimento (Tabela 5).

Tabela 5 - Alcance anual dos procedimentos de saúde feminina (2017)

<b>Atendimento à saúde feminina (alcance anual)</b>	<b>Cupiúba</b> (n=604)	<b>Taperuçu</b> (n=1.121)	<b>Granja Marathon</b> (n=938)	<b>Geral</b> (n=2.663)
Coleta de material p/ PCCU	12	0	0	12
Alcance	2.0%	0.0%	0.0%	0.5%
Consulta puericultura	11	0	53	64
Alcance	1.8%	0.0%	5.7%	2.4%
Consulta pré-natal	139	2	31	172
Alcance	23.0%	0.2%	3.3%	6.5%
Consulta puerperal	2	0	0	2
Alcance	0.3%	0.0%	0.0%	0.1%
Consulta/atendimento domiciliar	1	0	47	48
Alcance	0.2%	0.0%	5.0%	1.8%
Adesão a assistência pré-natal	16	2	0	18
Alcance	2.7%	0.2%	0.0%	0.7%

Fonte: INCRA / DAB/MS (População feminina estimada pelo autor em 50%).

### 3.6 atendimentos em Saúde Bucal

Os procedimentos de saúde bucal somente estiveram presentes na ESF da Granja Marathon, mesmo assim com uma baixa produção, apenas 66 procedimentos realizados no ano de 2017. As ESF de Cupiúba e Taperuçu não possuem profissionais de odontologia cadastrados em suas unidades (Tabela 6).

Tabela 6 - Produção ambulatorial de saúde bucal (ano 2017)

Procedimentos	Localidades		
	Cupiúba	Taperuç u	Granja Marathon
Primeira consulta odontológica programática	0	0	3
Restauração de dente decíduo	0	0	6
Restauração de dente permanente anterior	0	0	6
Exodontia de dente decíduo	0	0	16
Exodontia de dente permanente	0	0	30
Raspagem alisamento subgingivais (por sextante)	0	0	5
<b>Total</b>			<b>66</b>

Fonte: SIA/SUS (2017).

### 3.7 Dados de Agravos em 2021 (Atendimento notificado na Unidade)

#### a) Cupiúba

##### Principais

Agravo/Doença	Quantidade
- Hipertensão essencial (primária)	347
- Gastrite e duodenite	28
- Infecção do trato urinário de localização não especificada	43
- Afecções inflamatórias da vagina e da vulva	58
- Anemia por deficiência de ferro	28
- Diabetes mellitus não-insulinodependente	41
- Tosse	22

Fonte: e-SUS/MS (2021).

b) Taperuçu

Principais

<b>Agravo/Doença</b>	<b>Quantidade</b>
- Dor abdominal e pélvica	104
- Náusea e vômitos	18
- Disúria	41
- Pressão arterial elevada	47
- Tontura e instabilidade	21
- Febre não especificada	138
- Tosse	166
- Alergia/reação alérgica	54
- Dor abdominal generalizada/cólicas	58
- Cefaléia	141
- Gripe	66
- Prurido	28
- Dor lombar baixa	39

Fonte: e-SUS/MS (2021).

c) Granja Marathon

Principais

<b>Agravo/Doença</b>	<b>Quantidade</b>
- Anemia por deficiência ferro	33
- Dispepsia/indigestão	37
- Diarreia	22
- Pressão arterial elevada	85
- Tosse	60
- Gripe	23
- Sensação de ansiedade/nervosismo/tensão	26
- Tristeza/ sensação de depressão	25
- Cefaleia	23

Fonte: e-SUS/MS (2021).

Na nova fase de levantamentos de dados secundários dos agravos em saúde dos três assentamentos constatamos através dos atendimentos realizados nas unidades de saúde das referidas localidades, verificamos diferenças no perfil das doenças existentes nos assentamentos. Na localidade de Cupiuba os problemas relacionados a hipertensão, diabetes e problemas gastrointestinais foram notificados com maior ocorrência com destaque também para as doenças ginecológicas como as infecções do trato urinário e as doenças inflamatórias da vagina e da vulva.

Em Taperuçu as doenças mais ocorrentes foram ligadas, com referências as notificações feitas na unidade, as chamadas doenças tropicais, ou seja, alta frequência de febre e tosse como também a classificação em diversos pacientes da gripe/virose. Apareceram também as alergias em número elevado e a alta frequência de cefaleias (que representam uma sintomatologia de vários problemas de saúde). Interessante verificar também nessa localidade os sintomas e agravos associados as infecções ginecológicas, como a dor abdominal pélvica em 104 mulheres e as cólicas em 58 pacientes.

Já no assentamento Granja Marathon a maior frequência foi de hipertensão arterial em 85 pacientes, como também as viroses e sintomas gripais com referencia a ocorrência de tosse e gripe. O que chama atenção também nessa localidade são os sintomas relacionados a saúde mental das pessoas como a ansiedade em 26 pacientes e a depressão em 25.

### 3.8 Plano Nacional de Vacinação contra Covid-19 e as Populações inseridas na Pesquisa.

Com o estabelecimento do Plano Nacional de Vacinação contra a covid-19 a partir de março de 2021 foram incluídos como prioridade por exemplo os povos nativos, populações quilombolas, profissionais de saúde, idosos, gestantes e puérperas, pessoas com comorbidades e com deficiências físicas e mentais.

Outros grupos também foram incluídos levando em conta suas vulnerabilidades à exposição ao risco da doença: “a exemplo, citam-se



peças em situação de rua, refugiados residentes em abrigos e pessoas com deficiência permanente, grupos populacionais que têm encontrado diversas barreiras para adesão a medidas não farmacológicas” (Plano Nacional de Vacinação contra covid-19, 2021, p. 19)

Embora o Plano Nacional faça menção a populações que possuem vulnerabilidade do ponto de vista histórico e social como os indígenas e quilombolas não existem intenção no plano para priorizar grupos como assentados rurais e residentes em reservas extrativistas. Esses grupos que participarão da pesquisa possuem também condições restritivas, por condições políticas, geográficas e necessidades de cobertura de diversos serviços que poderiam contribuir para um melhor bem-estar desses povos.

No estado do Pará a vacinação da população contra a covid-19 segue até a presente constatação (05/12/21) no ritmo aceitável apenas no que diz respeito a primeira dose das vacinas, contudo a segunda dose agora que ultrapassou a metade da população (55,45%), muito incipiente ainda é a aplicação da terceira dose ou dose de reforço (4,65%).

#### Aplicação de doses contra a covid-19 no Estado do Pará (05/12/21)

	Doses aplicadas	Percentual
Primeira dose	5.432.984	72,75%
Segunda dose/dose única	4.141.208	55,45%
Terceira dose/dose de reforço	347.528	4,65%

Fonte: vacinômetro/Sespa

Quanto aos dados da vacinação contra covid-19 informados pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará não encontramos dados de doses aplicadas especificamente em grupos que residem em assentamentos rurais e reservas extrativistas, aparecem apenas dados específicos de grupos como indígenas, população quilombola e população ribeirinha.

## Vacinação Anti-Covid/2021

Doses	Cupiúba	Taperuçu	Granja Marathon
1ª	441	1.343	337
2ª	231	1.122	186
Reforço	183	561	121

Fonte: e-SUS/MS (2021).

A vacinação anti-covid nos assentamentos aplicados em 2021 demanda uma conformidade entre as localidades de Cupiúba que houve um alcance, principalmente da 1ª dose (441) em relação a população aferida em 2017(604), na Granja Marathon percebemos uma baixa aplicação em relação a população (938) que foram 337 doses na 1ª aplicação em usuários da localidade. Nas duas localidades houve um decréscimo comum ocorrido no estado que é o decréscimo na aplicação da 2ª e da de reforço. O que chama atenção são os quantitativos de doses aplicados na localidade de Taperuçu com a 1ª (1.343) e a 2ª (1.122) doses superando o quantitativo da população aferida em 2017 (1.121).

Os resultados demonstraram que a distribuição de profissionais influenciou diretamente na assistência à saúde. A partir das produções cadastradas pelos municípios no Sistema de Informação Ambulatorial/ SUS, principalmente pela ausência do profissional médico na equipe da ESF de Taperuçu durante o ano de 2017, foi possível constatar a ausência de consultas e avaliações que poderiam diagnosticar e tratar doenças.

O crescimento da quantidade de famílias foi alto nas três localidades. A população atendida pela ESF de Taperuçu cresceu numa média de 12,9% ao ano; na ESF da Granja Marathon cresceu 5,9%; na ESF de Cupiúba 5,3%. Para tal crescimento também deve ser considerado que as UBS`s atendem uma circunscrição territorial que é, muitas vezes, maior que os limites territoriais da localidade sede da unidade básica de saúde.

Nos procedimentos de abrangência familiar que se caracterizam pela prevenção e educação em saúde ocorreram basicamente em Cupiúba com 25 atividades em 2017. Quando observamos a quantidade

de visitas domiciliar que é realizada pelos ACS nas comunidades percebemos uma cobertura significativa em relação a população adscrita, com alcance geral nas três localidades de 33,9% em relação a quantidade de famílias, mas durante o ano foram feitas 6.004 visitas para uma população geral de 1.476 famílias.

Com esse resultado, verificamos que cada família foi visitada em média 4 vezes por ano, com destaque para os ACS de Taperuçu que realizaram mais visitas (2.808) em 2017, apesar de não terem o médico na equipe para atender as demandas encontradas pelos agentes nas suas visitas, embora tenham uma contribuição nas questões de prevenção, porém as condições estruturais em que atua é o principal limitador para um resultado mais eficiente para a saúde dos usuários (Santos; Farias Filho, 2016).

Na análise dos procedimentos de caráter individual, percebemos que a cobertura em geral foi baixa, com alcances percentuais pequenos em relação a população geral das áreas de cobertura das ESF. No procedimento de avaliação antropométrica, que avalia as condições nutricionais dos usuários, especialmente de crianças, tivemos um relativo alcance (18,8%) na população geral das três localidades. Já a glicemia capilar apresentou um baixo alcance com 1,4% da população geral, com esse resultado prevemos uma baixa prevenção de uma das principais atribuições da Estratégia Saúde da família que é o diagnóstico e o controle do diabetes.

Quanto as consultas médicas, o alcance foi significativo na produção da ESF de Cupiúba, com 1.915 consultas em 2017, alcançando além do total de sua população com 158,7% de atendimentos em relação a população. Na Granja Marathon teve um baixo registro de consultas (224), com alcance de apenas 11,9% e em Taperuçu a situação mais negativa na havendo registro de consultas médicas no ano de 2017.

As consultas de nível superior por profissionais não-médicos também tiveram baixo alcance (5,7%) do total da população, assim como o procedimento de verificação de pressão arterial com baixo alcance (14%) da população dos três assentamentos, tratando-se de um procedimento simples, porém com a realização do mesmo pode-se evitar problemas graves de saúde dos usuários.

Quanto a coleta de material para o PCCU, percebemos uma produção muito baixa, com registro apenas de 12 procedimentos em Cupiúba, não se oportunizando assim a prevenção de câncer de colo uterino para as populações femininas dessas áreas de assentamentos. Os procedimentos de consulta ao pré-natal e puerperal também com baixa cobertura, apesar de ter o registro de 172 consultas nas três ESF, não tem relação com as consultas puerperais (2), o que podemos prevê que as puérperas foram atendidas em outras unidades, provavelmente na zona urbana dos seus municípios, indicando o que o relatório do fundo de populações das Nações Unidas que as mulheres pobres que residem em zonas rurais têm muito menos probabilidade de acesso a contraceptivos e cuidado durante a gravidez e o parto do que suas contrapartes nas áreas urbanas mais ricas (Kollodge *et al.*, 2017).

Os dados coletados chamam a atenção principalmente para o crescimento das populações dos Assentamentos, pois os mesmos foram autorizados para abrigar um quantitativo de famílias e partir daí se planejar e instalar estruturas e serviços públicos. Com quase 20 anos depois as populações dos Assentamentos cresceram de 5% a 12% ao ano, chegando, na comunidade de Taperuçu, a um crescimento de 180% da época da criação até 2017.

Mesmo com equipes mínimas nas Estratégias Saúde da Família das localidades pesquisadas não foram registrados nas produções ambulatoriais procedimentos essenciais de prevenção como a coleta para o PCCU, segundo os dados obtidos praticamente não se realizou esse procedimento nas localidades em um período de um ano.

A literatura aponta uma maior distribuição de Profissionais, especialmente de médicos a partir do Programa Mais Médicos, contudo nas localidades pesquisadas os dados da produção ambulatorial, principalmente em Taperuçu, revelam a ausência de médicos, impedindo o acesso das populações locais as consultas e avaliações mais básicas em saúde pública.

Inicialmente quanto aos dados regionais em assentamentos na Amazônia, constata-se a diferença entre aquilo que é projetado pela esfera federal e a execução nas competências municipais de saúde pública. Os dados revelam diversas problemas na cobertura da atenção

básica e as produções das ESF, pois a exceção das produções dos ACS demonstram que os demais procedimentos são incipientes para uma cobertura em que se pretende atingir os objetivos dos programas, principalmente no âmbito da prevenção.

#### 4 CONCLUSÃO

Os dados das produções das ESF dos três assentamentos revelaram que a carência de profissionais de saúde reduz a oportunidade de acesso dos usuários aos cuidados básicos de saúde. A população dos assentamentos cresceu e a oferta de atendimento das ESF não acompanhou o aumento da demanda. Desde a implantação dos assentamentos, os Agentes Comunitários de Saúde desempenham papel importante, o que pode ser constatado pelo elevado número de visitas domiciliares.

Procedimentos básicos como glicemia e verificação de pressão capilar não tiveram quantitativos suficientes em relação ao tamanho da população, faltando assim um acesso melhor da população para o diagnóstico inicial de doenças como diabetes e hipertensão arterial, fato constatado com os dados de 2021 que demonstram o adoecimento das populações com esses problemas de saúde.

Mesmo em ESF que tiveram o profissional médico na equipe, verificou-se um baixo acesso da população local, com o resultado de poucas consultas. Outro resultado que torna evidente a falta de acesso dos usuários aos serviços básicos são os procedimentos para a saúde feminina, com baixa cobertura de realização dos exames de PCCU, baixa cobertura do pré-natal e praticamente a ausência de consultas puerperais. Assim aparecendo em 2021 agravos relacionados a problemas ginecológicos nas mulheres das localidades. A vacinação anti-covid foi satisfatória em Cupíúba, baixa na Granja Marathon e superior a população em Taperuçu, fato que pode está relacionado a existência de diversas localidades menores sem unidade de saúde na região do Assentamento.

Portanto, é coerente afirmar que as populações dos assentamentos rurais pesquisadas no estado do Pará tiveram pouco acesso aos serviços

básicos de saúde, configurando numa condição de exclusão dessas populações dos direitos primários de cobertura em saúde pública. Os dados revelam a necessidade de ampliação de estudos para outras regiões para identificar a existência de barreiras de acesso à saúde que poderão estar presentes nas rotinas das populações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do sistema único de saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 22 Set 2017.

BRASIL. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 204, 24 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Políticas de promoção da equidade em saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica do SUS. Portal eletrônico do MS. Brasília, 2018. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab>. Acesso em: 8 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano nacional de operacionalização de vacinação contra covid – 19**. Brasília. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **e-Gestor Atenção Básica**: Informação e Gestão da Atenção Básica. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CAVALCANTI, R. P.; GASPAR, G. S.; GOES, P. S. A. Utilização e acesso aos serviços de saúde bucal do SUS: uma comparação entre populações rurais e urbanas. **Pesq. Bras. Odont. Ped. Clin. Integr.**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 121-26, 2012.

CORREA, M. S. *et al.* Cobertura e adequação do exame citopatológico de colo uterino em estados das regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, n. 12, p. 2257-2266. 2012.

DOLEA, C.; STORMONT, L.; BRAICHET, J. M. Evaluated strategies to increase attraction and retention of health workers in remote and rural areas. **Bull World Health Organ**, Washington, DC, v. 88, v. 5, p. 379-85, 2010.

FONTOURA JÚNIOR, E. E. *et al.* Relações de saúde e trabalho em assentamento rural do MST na região de fronteira Brasil-Paraguai. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 379-397, 2012.

FRANÇA, V. H; MODENA, C. M; CONFALONIERI, U. E. C. Visão multiprofissional sobre as principais barreiras na cobertura e no acesso universal à saúde em territórios de extrema pobreza: contribuições da enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 24, p. 2795, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2018.

KOLLODGE, R. *et al.* A situação da população mundial. **Mundos distantes: saúde e direitos reprodutivos em era de desigualdades**. UNFPA-Fundo de Populações das Nações Unidas. Nova York, 2017.

LAGANÁ, M. T. C.; SILVA, M. M. P. da; LIMA, L. F.; FRANÇA, T. L. B. de. Alterações citopatológicas, doenças sexualmente transmissíveis e periodicidade dos exames de rastreamento em Unidade Básica de Saúde. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 523-530. 2013.

LEITE, R. S.; ARIANY, P. M. S.; LIMA, C. de A.; RIBEIRO, C. D. A. L.; BRITO, M. F. S. F. Estratégia Saúde da Família versus centro de saúde: modalidades de serviços na percepção do usuário. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3. p.323-329, 2016.

LUNA, E. J. A; SILVA JUNIOR, J. B. Doenças transmissíveis, endemias, epidemias e pandemias. *In*: Fundação Oswaldo Cruz. A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; IPEA; Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 2. p. 123-176.

MIRANDA, G. M. D. *et al.* A ampliação das equipes de saúde da família e o programa mais médicos nos municípios brasileiros. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 131-145, jan./abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OPAS. Resolução CP 53.14, de 2014, que estabelece condições ambientais favoráveis para a manutenção da saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/annual-report-2017/Portugues.htm>. Acesso em: 7 jul. 2018.

PINTO, L. F.; GIOVANELLA, L. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das interações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1903-1914, jun. 2018.



PITILIN, E. B; LENTSCK, M. H. Atenção Primária à Saúde na percepção de mulheres residentes na zona rural. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 5, p. 726-732, 2015.

RIBEIRO, C. D. M., GOUVÊA, M. V., CASOTTI, E. Problemas éticos e justiça social na Estratégia Saúde da Família. **Revista Bioética**, Brasília DF, v. 25 n. 2, p. 348-57, Jan./Abr., 2017.

RIPSA. Biblioteca virtual em saúde: 2017. Disponível em: pesquisa.bvsalud.org/ripsa/?lang=pt...%22Políticas%20Públicas%20de%20Saúde%22. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, C. W; FARIAS FILHO, M. C. Agentes Comunitários de Saúde: uma perspectiva do capital social. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1659-1667, 2016.

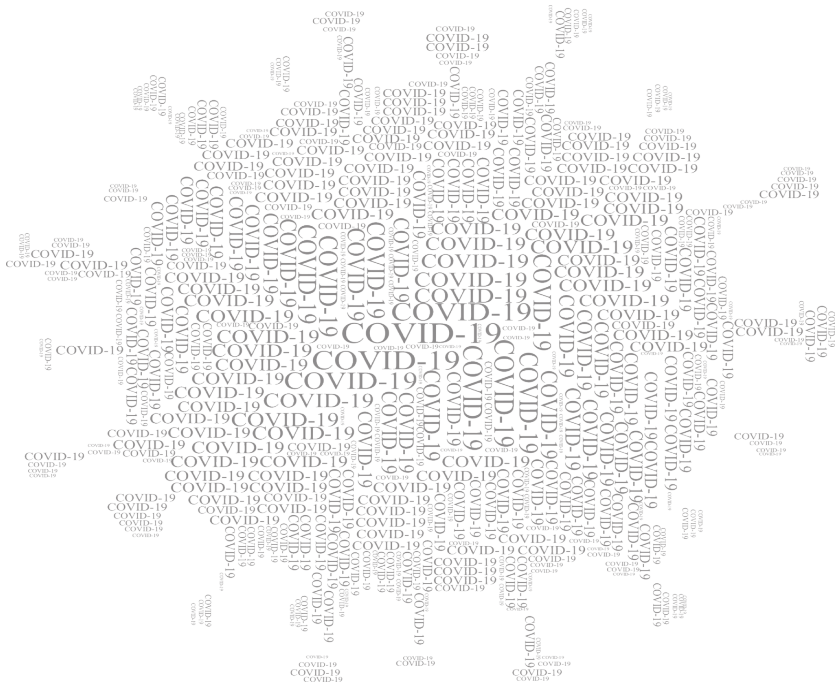
SCOPINHO, R. A. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1575-1584, 2010. Suplemento 1.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ. SESP. Belém, 2018. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOUSA, A. N. Monitoramento e avaliação na atenção básica no Brasil: a experiência recente e desafios para a sua consolidação. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 289-301, set. 2018.

SOUSA, A.; SHIMIZU, H. E. Como os brasileiros acessam a Atenção Básica em Saúde: evolução e adversidades no período recente (2012-2018). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 8, p. 2981-2995, 2021.

WUNSCH, S.; BUDÓ, M. de L. D.; GIRARDON-PERLINI, N. M. O.; GARCIA, R. P.; OLIVEIRA, S. G. Cuidado como compromisso de todos: estudo em assentamento rural. **Rev Gaúcha Enferm**. Porto Alegre, v. 35, n. 4, p. 65-71, dez./2014.



## **12 O LAZER ENTRE A CASA E A RUA: REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS PRÁTICAS E SOCIABILIDADES EM UMA PERIFERIA DE BELÉM (PA)**

*Flávio Henrique Souza Lobato*

*Juliana Azevedo Hamoy*

*Mirleide Chaar Bahia*

### **1 INTRODUÇÃO**

Não é novidade que, com a pandemia da Covid-19 – desencadeada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2) –, as desigualdades que envolvem as periferias foram agravadas em países como o Brasil. Mesmo com os avanços e os investimentos, o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro não conseguiu suportar a demanda desmedida de pacientes infectados. No âmbito da prevenção, apesar de o distanciamento social e o *lockdown* serem as principais medidas para frear a proliferação do novo Coronavírus, foi difícil evitar interações e aglomerações em uma cidade como Belém.

Conforme posto por Tavares e França (2020) esta é uma cidade que apresenta periferias com famílias numerosas, habitações aglomeradas, com poucos cômodos, isentas de saneamento básico e sem acesso à água tratada. Em face desses e de outros fatores, as problemáticas históricas relacionadas às disparidades socioeconômicas, bem como a ineficiência de algumas políticas públicas, contribuíram para o agravamento da Covid-19 no cotidiano daqueles que não dispõem de recursos financeiros para a autoproteção.

Tavares e França (2020) – ao apontarem a precariedade de moradias dos bairros periféricos – ressaltam que, por vezes, várias pessoas utilizam os mesmos espaços para hábitos comuns, como: dormir, cozinhar e realizar refeições. O cenário pandêmico, portanto, reforçou que a educação, o lazer, a saúde e outros direitos sociais não são acessados por todos – e quando acessados, são em condições desiguais e, por isso, negligentes.

No que concerne ao lazer especificamente, esse direito social, expresso na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), cumpre destacar que esse pouco é discutido se comparado a outros direitos fundamentais, seja por não ser considerado, pelo senso comum, uma necessidade humana, seja por ser associado frequentemente ao capital, que reforça a máxima: “[...] só tem lazer quem pode pagar por ele”. Nessa direção, nos termos de Lobato (2021) e sob algumas perspectivas, a compreensão de lazer tem sido concebida de modo convencional, a qual tem determinado, hegemonicamente, o que é lazer, o que pode ser considerado lazer, em que espaços deve ser vivenciado e quem dele pode usufruir.

Em função dos aspectos supracitados, o lazer comumente passa a ser associado a espaços e práticas convencionalmente determinados para a sua vivência, como: viagens, quadras de esporte, cinemas, teatros, parques, praças etc (Bahia; Brito, 2017). Na pesquisa de Lobato (2021), são apontados dados de que os moradores de uma periferia de Belém (PA) acreditam que não possuem lazer, pois não conseguem reconhecer, por vezes, esse “lazer convencional” em seus espaços e em suas práticas sociais cotidianas e, de uma modo geral, tendem a acreditar que, para ter acesso a essas possibilidades convencionais, é necessário sair da comunidade em busca de tais vivências.

No entanto, “se para ter lazer é preciso sair da comunidade”, como os comunitários “mataram” a sua “fome de lazer”<sup>1</sup> durante a pandemia?

---

<sup>1</sup> Apesar de a necessidade humana de lazer ter sido “esquecida” enquanto tal – ao ser reduzida à mercadoria ou a um tempo improdutivo –, é importante retomar essa compreensão para não entender o lazer, unicamente, como um produto do capital, mas, sim, da sociedade. Dentro desse debate, Gomes (2014) assinala que Ethel Bauzer Medeiros é quem inicia, no Brasil, a discussão do lazer como necessidade humana justamente por este estar presente em diversas sociedades ao longo da história (GOMES, 2008), ainda que contextualizado e situado social e culturalmente, inclusive, com representações e terminologias próprias. Apoiando-se nos estudos de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, Gomes (2014) assinala que, para toda necessidade humana não sanada, há uma pobreza. Portanto, por não ter apenas natureza material, é necessário considerar que existem, em muitas realidades, uma “pobreza de lazer”, ou uma “fome de lazer”, a qual pode ser gerada em decorrência de diferentes fatores, entre os quais se destacam as intenções e os mecanismos de poder do capital.

E ao considerar essa compreensão e o contexto de isolamento social, reverberado no lazer pelo quadro pandêmico (Clemente; Stoppa, 2020; Figueiredo, 2021a, 2021b), o objetivo desse estudo foi analisar os reflexos da pandemia nas práticas de lazer e nas sociabilidades da Comunidade Bom Jesus I, na periferia de Belém. Essa comunidade – também conhecida como Comunidade do Mata Fome, em alusão a um igarapé homônimo ali existente – compreende uma área de expansão urbana do município.

Atualmente, é perfilada pela ausência e/ou pela deficiência de inúmeros serviços públicos urbanos e direitos sociais fundamentais, como coleta de lixo, serviços de saúde, saneamento básico etc., se caracterizando por ser uma área expressa pela pobreza, violência e exclusão social. Na comunidade, embora o medo e as incertezas sobre a doença ainda circulem, deixando os moradores inseguros e mais precavidos, foi muito difícil observar o cumprimento total dos protocolos de biossegurança, determinados pelos órgãos de saúde pública.

Nos primeiros meses do ano de 2020, entre março e maio, se notou certa preocupação e apreensão em torno da doença, afinal, todos os dias circulavam informações sobre os vizinhos ou os familiares que estavam com sintomas, que haviam testado positivo, que estavam internados em hospitais ou que haviam falecido. Nesse período, se observou as ruas com pouco movimento e muito silêncio, exceto nos dias em que os noticiários anunciavam o pagamento das parcelas do auxílio emergencial – filas quilométricas eram observadas nas lotéricas e nas agências da Caixa Econômica Federal.

Diante desse cenário atípico, a investigação partiu de uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo, com a realização de pesquisas bibliográfica e de campo, utilizando os seguintes instrumentos para a coleta de dados junto aos moradores da Comunidade: conversas informais, observação participante, diário de campo e registros fotográficos, realizados a partir das disposições do Grupo de Trabalho

sobre o novo Coronavírus (Sars-CoV-2)<sup>2</sup> da Universidade Federal do Pará (UFPA, 2020).

Note-se que conjuntamente aos procedimentos mencionados, o estudo foi conformado por uma abordagem etnográfica. Isto é, não foi objetivo realizar uma etnografia clássica, mas utilizar de seu fazer e de suas técnicas (Peirano, 2014) para compreender questões que outros métodos e/ou outros procedimentos não permitiriam desvendar.

## 2 INTERAÇÕES E SOCIABILIDADES DO/NO LAZER: UM DEBATE A PARTIR DE GEORG SIMMEL

Ao longo da história, diferentes foram as teorias e os conceitos formulados para tentar ler a sociedade e as mudanças nela ocorridas, sobretudo a partir da primeira Revolução Industrial. Dentre os tantos autores que se debruçaram nessa tarefa, Georg Simmel<sup>3</sup> (2006), com

---

<sup>2</sup> As bandeiras epidemiológicas foram adotadas para especificar protocolos de biossegurança das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão dentro e fora dos *campi*. A pesquisa de campo, e mais especificamente as entrevistas, foi realizada a partir do “bandeiramento amarelo”, que permitiu a realização de atividades presenciais de pesquisa em ambientes internos e externos aos *campi* da UFPA, desde que respeitando os protocolos básicos (UFPA, 2020). Convém ressaltar que, durante toda a entrevista, tanto o pesquisador quanto os participantes estiveram a uma distância mínima de 2 metros e usando máscaras e álcool em gel 70%, os quais, considerando a realidade de hipossuficiência financeira de algumas famílias da comunidade, foram disponibilizados pelo pesquisador aos entrevistados. O pesquisador também fez uso da proteção *face shield*. Ambas as partes ficaram cientes de que a não utilização de tais medidas acarretaria no cancelamento da entrevista.

<sup>3</sup> Para fins de esclarecimento, Salturi (2016, p. 162-163) assinala que: “O filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) ingressou na Universidade de Berlim em 1876, onde estudou História, Filosofia, Psicologia e Etnologia e História da Arte. Desde a época de estudante, se interessava por diversas disciplinas. Dono de uma grande liberdade intelectual, Simmel acreditava que a justificação última da vida acadêmica radicava na produção material que promove o cultivo dos indivíduos educados, como apontam seus ensaios sobre a cultura. Possuidor de uma carreira prestigiosa como professor e palestrante, sua extraordinária originalidade pode ser associada à sua posição como pensador ilhado, considerando os aspectos positivos e negativos dessa situação em que se encontrava. Somente quatro anos antes de seu falecimento, em 28 de setembro de 1918, vitimado por um câncer de fígado, que Simmel conseguiu adentrar numa cátedra, na Universidade de Estrasburgo, cidade para onde se mudou”.

a Teoria Sociológica, passou a entender a sociedade como uma rede complexa de indivíduos em interação, sendo ela estimulada por sentimentos e sensações como raiva, desejo, paixão etc. Para ele, na sociedade, os indivíduos estão conectados pelas influências que exercem uns sobre os outros mutuamente.

Logo, a sociedade seria o resultado de uma soma de interações entre indivíduos, as quais se desenvolvem na convivência cotidiana das modalidades e dos conteúdos da vida social (Moraes Filho, 1983; Simmel, 2006, 2013). Desse modo, sendo a sociedade o produto resultante das interações e/ou dos contatos sociais, os indivíduos estão “[...] ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem [...] uns sobre os outros” (Simmel, 2006, p. 17). De modo prático, o autor esclarece:

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeras outras situações fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e, também, sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma sociedade (Simmel, 2006, p. 59-60).

Portanto, “[...] sempre que houver indivíduos que se encontrem em reciprocidade de ação – seja ela permanente ou passageira, seja ela com, contra ou pelos outros, pode-se falar em sociedade” (Peres; Durán; Albuquerque, 2011, p. 99). Nessa direção, é oportuno destacar o princípio da *intensidade na interação*, pois quanto maior e mais estreita for a interação, mais esse grupo pode constituir uma sociedade.

Dito de outro modo, o processo de interação é diretamente proporcional à conformação da unidade social. Outro princípio seria a *reciprocidade*, tendo em vista que, consoante Simmel (2006), as interações sociais recíprocas, para além de compreenderem um

processo de perene construção, desconstrução e reconstrução de uma sociedade, contribuem com a constituição de sistemas de colaboração e de cooperação – com efeito, estabelecendo a sociação.

Na sociação, Simmel (2006) faz uma distinção fundamental entre a sua forma e o seu conteúdo. O último refere-se aos impulsos, interesses, finalidades, tendências etc., existentes nos indivíduos e capazes de causar efeitos no outro, sobre o outro, com o outro e em si próprio. No entanto, o conteúdo por si só não tem sentido no processo de sociação sem as formas de interação.

São a partir das modalidades que os conteúdos passam a integrar a dinâmica da interação – saem do interior isolado dos indivíduos para o exterior interacional –, e tornam-se as modalidades de interagir, ser e estar com o outro numa relação de interação recíproca. Porém, no entender de Simmel (2006), alguns conteúdos, em certas circunstâncias, perdem a sua natureza prática momentaneamente, libertando-se para se tornar autônomos, construindo valores em si próprios.

Por assim ser, o que seria, autenticamente, social, para Simmel (2006, p. 64), “[...] é aquele ser com, para e contra os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades [...]”. Simmel (2006, p. 64. Grifo dos autores), as formas – por serem indissociáveis dos conteúdos – adquirem, por sua vez, “[...] puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da **sociabilidade**”.

Assim, sendo a sociabilidade a “forma lúdica da sociação”, essa se caracteriza como a forma pela qual um grupo de indivíduos em interação conformam uma unidade social. Em virtude disso, na sociabilidade, o conteúdo aparece como subjacente à forma de ser e estar com o outro. Em termos mais práticos, não importa o motivo (conteúdo) da reunião, o que importa, verdadeiramente, é o estar junto (formas) em interação. É como se a finalidade (conteúdo) inicial do encontro perdesse seu valor, passando as interações a ter maior importância (formas).

Após a apreciação dos textos de Simmel – e de alguns autores e autoras que buscaram clarificar seus pensamentos –, em uma tentativa



de exemplificação, a sociabilidade pode ser explicada da seguinte maneira: é como se uma guerra estivesse ocorrendo, mas as pessoas estão em uma atmosfera tão grande de interação que sequer conseguem notar ou perceber o contexto ao qual estão vivendo (conteúdo), mesmo que este implique em risco de vida.

Na brevidade daquele tempo/espço social, a interação é tão intensa que as pessoas parecem estar numa condição de hipnose, e nada parece tirar a atenção daquele momento de satisfação de estar com o outro. Dito isso, a sociabilidade pode ser compreendida como um tempo/espço social de pura interação lúdica, em que os modos de interagir ganham vida e tomam conta do indivíduo e de seus conteúdos.

Nessa direção, é conveniente esclarecer que, na sociabilidade, o objetivo que deu origem ao grupo não tem tanta importância quanto a satisfação e o prazer que motivaram a união dos indivíduos – e isso implica o sentimento de pertencimento e de identidade que confere e caracteriza o grupo (Moraes Filho, 1983; Simmel, 2006). A sociabilidade, portanto, pode se fazer presente em diversos momentos – comunidades religiosas, jogos de futebol, reuniões comunitárias, clube de lutas etc. – que, conquanto tenham aspirações e interesses próprios (conteúdos específicos), assemelham-se na prática da sociabilidade.

Afinal, conforme Simmel (2006, p. 64), “[...] todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal”. Assim, nos diversos momentos e experiências da vida social, podem ser, facilmente, identificados os processos de sociabilidade.

Sair de casa para se reunir com amigos, namorar, conversar por horas sobre qualquer assunto, geralmente, “[...] não têm outro fim principal senão o prazer e o sentimento de estar junto e de ‘praticar’ a própria sociação” (Peres; Durán; Albuquerque, 2011, p. 105). Logo, nota-se que, envolta às práticas e às experiências de lazer cotidianas, as quais são produtos de interações simbólicas, está presente a ludicidade da sociação: a sociabilidade.

Diante do exposto, o lazer é aqui analisado a partir do campo das interações humanas construídas e compartilhadas subjetiva, intersubjetiva e socialmente num emaranhado de contatos sociais,

dotados de sentidos e de significações. Além disso, essas interações (e as práticas a elas associadas) são caracterizadas como “[...] experiências vividas pelos indivíduos, de forma prática, relacionadas a uma ação-reflexão alicerçada nas construções culturais acumuladas ao longo de suas vidas [...]” (Bahia, 2012, p. 216). Por essa razão, tais interações (e as práticas que as constituem) são capazes de assumir variados e particulares papéis e importâncias para quem as vivencia – exatamente por isso, elas se diferenciam conforme a cultura na qual estão inseridas.

Assim, se assume a posição de que, pelo menos neste estudo, não há como pensar as práticas isoladas e desarticuladas das interações sociais que compõem a sociedade – não ao menos aquela pensada por Simmel (2006). Entendeu-se conforme esse mesmo autor, pois, que o lazer e suas práticas são produzidos e produtos da soma dos contatos, das trocas e dos intercâmbios cotidianos entre indivíduos que formam uma unidade social, a partir dos processos de interação: a sociação e/ou a sociabilidade.

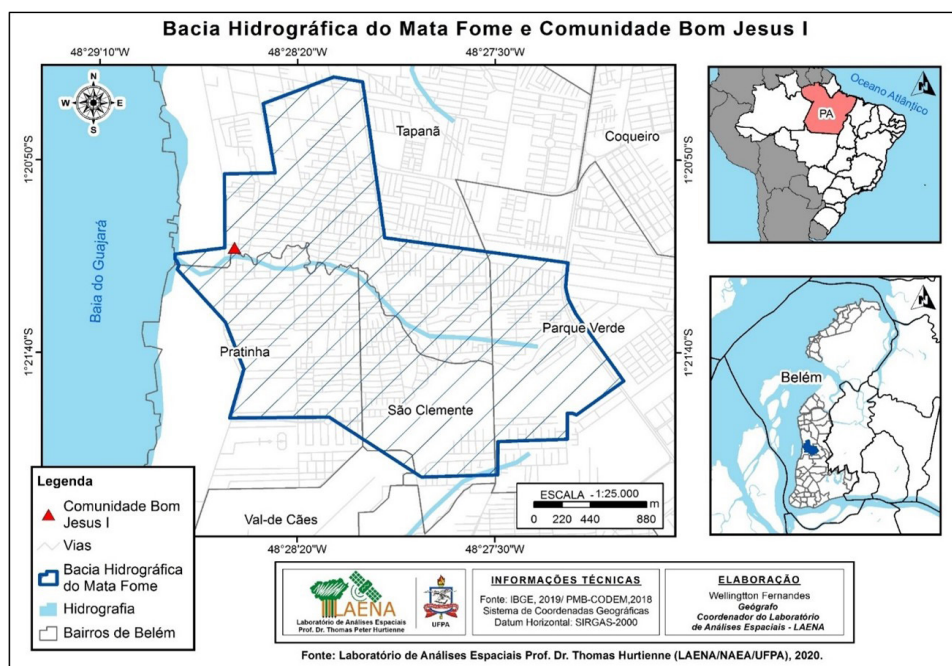
### 3 COMUNIDADE BOM JESUS I, BELÉM (PA): *LOCUS DE ESTUDO*

Nas *baixadas*, nas *invasões*, nas *comunidades* ou nas *ocupações* da cidade de Belém coexistem diferentes modos de vida, os quais foram conformados por um sincretismo de culturas. Por exemplo, os povos e as populações tradicionais levaram consigo para o mundo citadino manifestações e práticas culturais do mundo caboclo-ribeirinho. Como posto por Silva e Simonian (2016, p. 22), é possível “[...] perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas em relações contrastantes e contraditórias [...]” no espaço urbano.

Como tela exemplar desse cenário, segundo Cañete e Ravena-Cañete (2010), está a comunidade periférica Bom Jesus I, dado que inicialmente possuía um modo de vida mais sustentável e perfilado como tradicional, mas que, em face de influências externas, capitalistas e urbanas, foi marginalizada e pauperizada. A Comunidade está situada na Bacia Hidrográfica do Mata Fome, a qual faz parte do Distrito Administrativo do Benguí (DABEN).

O igarapé, com uma área de aproximadamente 8.342.508,01 m<sup>2</sup>, abarca os seguintes bairros: São Clemente; Parque Verde; Pratinha e; Tapanã, o qual delimita, de forma natural, os dois últimos bairros e atém-se ao norte a Bacia do Cajé, ao Oeste a Baía do Guajará, ao Leste com a Bacia do Maguari e ao Sul com a Bacia do Val-de-Cans (Silva; Luz, 2016), conforme ilustrado no Mapa 1.

Mapa 1 – Localização do Igarapé Mata Fome e da Comunidade Bom Jesus I.



Fonte: Elaborado por LAENA/NAEA/UFPA (2020).

Nas margens ao longo do Igarapé Mata Fome, com o crescimento horizontal da cidade, se formaram diversas comunidades, entre elas a Comunidade Bom Jesus I. Por seu cenário ser semelhante de uma típica ambiência amazônica, com a presença de árvores frutíferas, de animais e das águas do igarapé, esse espaço foi eleito pelos migrantes da região, nomeadamente caboclo/ribeirinhos, como local de moradia.

Certamente, essa “gente do interior”, que migrou para a cidade com promessas de melhores condições de vida, trouxe em sua bagagem valores, práticas, e culturalidades ligados aos rios e à floresta.

Assim, a partir da década de 1980, a comunidade se formou a partir da construção de palafitas sob o igarapé. Maricato (1996) considera que essas ocupações, desamparadas de serviços públicos urbanos, como água encanada, saneamento básico e coleta de lixo, têm historicamente gerado desequilíbrios socioambientais que atentam contra a vida e a dignidade humana.

#### 4 REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO LAZER E NA SOCIABILIDADE DA COMUNIDADE

Na pesquisa de campo surgiram dados referentes ao significado do lazer para os moradores dessa comunidade periférica e que, quando questionados sobre o significado desse termo, relataram que o associam a cinco aspectos: 1) dinheiro – somente pode usufruir do lazer quem pode pagar por ele; 2) tempo – quem não trabalha ou não tem uma rotina muito cansativa consegue ter tempo para o lazer; 3) espaços – praças, orla, parques de diversão, cinema, shopping etc. foram apontados como sinônimos de lazer; 4) práticas opostas ao trabalho – descanso, repouso, ficar em casa sem fazer nada, viajar, jogar futebol etc.; e 5) sentimentos, sensações ou emoções – diversão (ou divertimento), alegria, felicidade, satisfação etc.

Essas e outras narrativas fazem referência à lógica de um tipo de “lazer convencional” e/ou convencionalizado hegemonicamente. Este segue uma lógica de lazer (re)criada e fetichizada pelo capital, promovida pela mídia e legitimada oficial e institucionalmente por algumas representações do poder público, que, muitas vezes, estabelecem uma compreensão “engessada” sobre como deveria ser e em que espaços/tempos deveria ocorrer o lazer, impondo que certas formas de vivenciar o lazer seriam mais legítimas do que outras.

Um aspecto detectado na pesquisa merece atenção, o qual se refere à utilização do verbo “sair” associado ao lazer. Na visão de muitos moradores, há um constante desejo de sair para buscar as possibilidades

de lazer disseminadas na televisão e na internet. Por esse motivo, aqueles que podem e conseguem, se deslocam para outros lugares na cidade em busca de lazer, pois ao conceber o lazer de forma tradicional, não conseguem identificar a existência de espaços e práticas de lazer nessa área periférica da cidade.

Vale ressaltar que na pesquisa de Lobato (2021), realizada pouco antes do início da pandemia, foram desvendadas diversas práticas e lugares “não convencionais” de vivências de lazer nessa comunidade, compreendidos pelos moradores como “formas de diversão” vividas em dinâmicas muito particulares, carregadas de sentidos e significados, quais sejam: a) as conversações nas calçadas em frente às casas, b) as festas denominadas de “rock doido”, c) o “jogo do bicho”, d) os jogos nas arenas, d) os passeios caracterizados como “piqueniques”, conforme descrito, resumidamente, no Quadro 1.

Todas essas práticas de lazer, guiando-se pela concepção de Simmel (2006), são apenas o que são porque há interações e relações que as produzem. Como sociação ou como sociabilidade, essas interações são a condição *sine qua non* desses jogos, dessas brincadeiras e dessas formas de diversão. À vista disso, de acordo com Moraes Filho (1983, p. 168), para além dos conteúdos, “[...] todas essas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre os membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso”.

Para Simmel (2006), mesmo na “seriedade do real”, existem conteúdos intencionais. Estes ganham vida própria quando, a exemplo de competições que envolvem valores monetários (como o jogo do bicho), não é o dinheiro que objetiva aquele jogo – afinal, existem outras formas de ganhar ou perder dinheiro. O que leva à participação do jogo, para quem gosta dele, são as dinâmicas entremeadas nas formas sociativas. No duplo sentido do “jogo social”, segundo Moraes Filho (1983, p. 174), “[...] o jogo não é praticado em uma sociedade (como seu meio exterior), mas que, com ele, as pessoas ‘jogam’ realmente ‘sociedade’”.

Destarte, além do brincar, a rua e essas práticas permitem o encontro com o outro, e este, por sua vez, é quem permite a existência delas. Todavia, com o agravamento da pandemia e diante de um

Quadro 1 – Práticas de lazer da Comunidade Bom Jesus I, Belém (PA)

PRÁTICAS	DESCRIÇÃO
<b>Conversações/ Fofocas</b>	Mulheres e homens reunidos na frente de suas casas batem o famoso “papo”, conversam, se relacionam. Enquanto uma comenta: “Mana, essa menina não <i>tava</i> grávida?”, a outra rebate: “Eu acho que ela abortou”. Mas ali “ninguém fala mal de ninguém”, “a gente apenas comenta o que o povo da rua comenta. Apenas!”. Esses momentos compreendem uma forma tradicional de conversas entre a vizinhança, sempre ao fim de tarde – momento tradicionalmente considerado “livre” das atividades sociais de trabalho e cuidados das casas e dos filhos. Ali, entre comentários ácidos da vida alheia, boas risadas e “encarnações” acontecem.
<b>Festas/ “Rock doido”</b>	Essa prática consiste nos momentos em que mulheres e homens, entre 18 e 50 anos aproximadamente, se reúnem com amigos para “endoidar”, “ficar doidão”, “extravasar”, “beber todas” (cervejas), “dançar”, “curtir”, “viver a vida”. Sim, o “ <i>rock doido</i> ” é uma alusão ao ritmo musical <i>rock and roll</i> , principalmente ao estereótipo daqueles que têm afinidade com esse ritmo, que, na percepção e no imaginário da comunidade, são vistos como “malucos”, “doidões” etc. Em razão de o “ <i>rock doido</i> ” envolver a ingestão de bebidas alcoólicas e até mesmo o uso de drogas ilícitas, que deixam as pessoas embriagadas ou alucinadas, considera-se que elas ficam “chapadas”, “de porre”, “louconas” ou “doidonas”, se assemelhando, em tese, ao estereotipado estado dos roqueiros quando curtem seus <i>rocks</i> . As mulheres, ainda que em seus finais de semanas degustem da tradicional “ <i>cervejinha</i> ” nos “ <i>rocks</i> ”, têm que estar cuidando das crianças, “ <i>pilotando o fogão</i> ” para o preparo do almoço ou dos chamados “ <i>tira-gostos</i> ” e limpando a casa.
<b>“Jogo do bicho”</b>	Os primeiros jogadores chegam, se sentam e, com um copo de café nas mãos, contam e interpretam seus sonhos, indicam qual será o provável “bicho da cabeça”. Entre a “ <i>contação</i> ” do sonho e suas respectivas interpretações, é possível rememorar lembranças de lugares, de pessoas e de temporalidades vivenciadas por vezes no interior da Amazônia, onde os valores, as lendas, os mitos e a magia da floresta condicionavam (e ainda parecem condicionar) a vida das jogadoras e dos jogadores. Entre os “ <i>causos</i> ” contados, cria-se, por meio das conversas e das gargalhadas, uma atmosfera de completa sociabilidade entre os apostadores e a bicheira, dona Maria.
<b>Passeios/ Piqueniques</b>	As visitas aos balneários e às praias são frequentes de práticas de lazer de pessoas de diferentes classes sociais na Região Metropolitana de Belém (RMB). Em carros individuais ou em ônibus fretados, os passeios – também conhecidos como “ <i>piqueniques</i> ” – ocorrem costumeiramente em finais de semanas ou feriados, a fim de buscar lazer e diversão fora do ambiente habitual da casa e do bairro, bem como como o objetivo de conhecer novos lugares, onde a beleza da natureza amazônica é o pano de fundo para as “ <i>selfies</i> ”, que mais tarde serão postadas nas redes sociais.

Fonte: Lobato e Bahia (2021).

quadro que exigiu o isolamento social, essas práticas, interações e sociabilidades foram afetadas substancialmente:

(1) as conversações sofreram interrupções ou reduções em virtude do distanciamento social, passando a ser realizadas em grupos de *WhatsApp*; (2) as festas, embora acontecessem em menor número, clandestinamente, passaram a acontecer também durante as *lives* num ambiente mais familiar – isso entre os que tinham acesso à *internet*; (3) o jogo do bicho, apesar de uma redução nas apostas, continuou ocorrendo; (4) os jogos de futebol na arena foram afetados pela proibição de funcionamento de espaços considerados não essenciais; e (5) os passeios, conhecidos como “piqueniques”, também não puderam acontecer.

Nesse contexto pandêmico, as ruas e os outros espaços cederam o lugar da “diversão” ao espaço das residências. Moradores que possuíam condições de ter *wi-fi* em casa, para desfrutar dos conteúdos proporcionados pelo lazer tecnológico, puderam navegar na internet e assistir às séries e aos filmes nas plataformas de *streaming*. Por outro lado, àqueles que não tinham condições de se manter em casa e consumir esse tipo de lazer, dividiram-se entre ficar em casa ou continuar saindo para fruir o lazer.

Também foi possível verificar que os quintais, locais que outrora perderam espaço para as ruas, voltaram a ser mais utilizados. Neles, enquanto os adultos descansavam em redes, um mundo criativo se abria para a diversão das crianças. Nesses momentos, inclusive, o primeiro autor, morador da comunidade, se recordou de sua infância, ao observar a “criançada” subir em árvores, brincar com folhas e cipós, apanhar frutos e contar histórias.

O espaço residencial, ainda que tenha suas possibilidades de fruição da cultura (Clemente; Stoppa, 2020), pode limitar a dinâmica lúdica de certas práticas de lazer, bem como dificultar processos de interação e de sociabilidade entre indivíduos. Nessa conjuntura, pode-se dizer que os

moradores ficaram “aprisionados” em casa, diante da impossibilidade de viver um lazer na rua e na cidade, afinal, segundo Figueiredo (2021b), pois a sociabilidade é limitada. Nesse lazer, que se arrisca denominar metaforicamente de “preso”, em determinados contextos, práticas são marcadas por questões sociais, econômicas, políticas e ambientais que limitam a vivência do lazer e/ou de outras possibilidades.

Na comunidade, alguns moradores vivenciam essa ideia de “aprisionamento” mesmo antes do período de isolamento social em função da pandemia. Nas áreas periféricas da cidade, o espaço da rua é, comumente, considerado perigoso em razão das dinâmicas de violência que expõem jovens à vulnerabilidade social. Os pais e as mães mais receosos acabam por limitar as práticas lúdicas nas ruas, tendo os jovens de permanecer dentro de casa – utilizando equipamentos eletrônicos e/ou a imaginação para se divertir.

Nessa comunidade, com o passar dos dias de isolamento social exigido pelo período pandêmico, permanecer em casa tornou-se insustentável. Os moradores que foram demitidos de seus empregos, precisaram buscar outros trabalhos, e os que conseguiram se manter nos empregos, precisaram continuar a sair de casa para trabalhar. Assim, muitas pessoas “[...] tiveram que enfrentar transportes coletivos lotados para se deslocarem para seus trabalhos, visto que foram obrigados a trabalhar durante a pandemia, sem auxílios que os fizessem ficar em casa.

Ao circular, circularam o “vírus” (Figueiredo, 2021b, p. 17). Cheibub e Freitas (2021) assinalam que a pandemia evidenciou o fato de que a imobilidade de poucos tão somente foi possível com a mobilidade de muitos. Nesse cenário atípico, o “ficar em casa” é conferido como um privilégio de poucos. Para que algumas pessoas se mantivessem em casa, muitas outras precisaram estar em movimento para garantir que produtos, bens e serviços indispensáveis chegassem aos lares “desses poucos”.

Com a diminuição das internações hospitalares e o aumento da cobertura vacinal, as pessoas retomaram as suas atividades com certa “normalidade”. Nas ruas, o movimento de pessoas aparenta ser o de sempre. As práticas de lazer e de sociabilidades efervescem, agora



permeadas por novas formas de interação social, uma vez que as medidas restritivas, ao mesmo tempo que distanciaram, propiciaram novas (re)aproximações. Por outro lado, na realidade estudada, se evidenciou a oportunidade que a população teve em reconhecer, no espaço residencial, o lazer em algumas de suas práticas cotidianas.

A conjectura pandêmica, ao mesmo tempo que reforçou a *atitude blasé*<sup>4</sup>: contribuindo com indivíduos mais solitários, apáticos, indiferentes e anestesiados pela trivialidade cotidiana (Simmel, 1967), concebeu novas interações e inter-relações entre os indivíduos, principalmente no espaço *on-line*. Nesse novo cenário e de acordo com Simmel (2006), as interações virtuais foram um meio encontrado pela população da periferia, por meio de conversas em aplicativos de mensagens e chamadas de vídeo, construir diferentes sociações e sociabilidades.

No entender de Figueiredo (2021a, p. 124), “[...] o encontro é condição para que a sociabilidade, a essência das práticas de lazer, ocorra e essas práticas alcancem seu objetivo, que é festar”. Dessa maneira, Moraes Filho (1983, p. 177) explica que:

A conversa é, desse modo, a realização de uma relação que, por assim dizer, não pretende ser nada além de uma relação – isto é, na qual aquilo que usualmente é a mera forma de interação torna-se seu conteúdo auto-suficiente [sic]. Por isso mesmo, contar histórias, piadas e anedotas, embora seja muitas vezes apenas um passatempo, quando não um estado de pobreza intelectual, pode revelar toda a sutileza de tato que reflete os elementos da sociabilidade.

---

<sup>4</sup> Para Simmel, “[...] os mesmos fatores que culminaram na precisão e exatidão do modo de vida metropolitano e redundaram em uma estrutura impessoal, também influenciaram no desenvolvimento de um fenômeno psíquico que estaria incondicionalmente atrelado à metrópole: a atitude blasé. A atitude blasé seria o resultado dos estímulos que são impostos aos indivíduos devido às rápidas mudanças, mas também estaria ligada à intelectualidade metropolitana” (Antunes, 2014, p. 3).

Ao entender o espaço “[...] como modo humano de unir estímulos sensoriais desconexos em visões unitárias” (Simmel, 2013, p. 75), a reabertura dos espaços na comunidade foi salutar para que essa unidade social se expressasse e, por meio das relações de encontro que possibilita, fosse sustentada. Silva *et al.* (2021) pontuam que a insistência de alguns moradores de periferia em estar e ocupar esses “lugares”, em plena pandemia, desvela o quão importantes e significativos eles são na vida comunitária.

## 5 CONCLUSÃO

O cenário da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2), para além de desvelar e maximizar as problemáticas socioeconômicas históricas em país como o Brasil, trouxe muitos aprendizados à população mundial, uma vez que demandou inovadoras formas de vivência para garantir a existência e a saúde desses indivíduos. No âmbito do lazer, todo esse contexto, de certo, trouxe reflexos nas comunidades periféricas durante a pandemia, pois as práticas convencionais e os poucos espaços de lazer acessados foram fechados ou proibidos de ocorrer.

Desse modo, como as restrições dos protocolos de biossegurança condicionaram a população a não sair de suas casas, acabaram por “aprisionar” crianças e adultos no espaço residencial. E apesar de as possibilidades virtuosas de lazer que a casa possui, a população periférica, guiada por uma compreensão convencional de lazer, encontrou entraves em identificar nas residências – para além do lazer tecnológico, com o acesso às *lives* e às plataformas de *streaming* – outras formas de fruir essa dimensão da cultura que é o lazer.

Esse contexto, portanto, “forçou” os moradores da comunidade estudada a reconhecer para possibilidades outras de lazer em suas experiências cotidianas, seja dentro de casa, seja nos quintais, junto aos vizinhos, à fauna, à flora e às cosmovisões amazônicas. Tais espaços e práticas, historicamente, não são reconhecidos, oficializados e institucionalizados, sendo, pelo contrário, invisibilizados, silenciados, marginalizados e, em alguns casos, reprimidos.

Nesse sentido, os pais e as mães, que são muitas vezes originários dos interiores do estado, passaram a lembrar e a transmitir aos filhos(as) algumas brincadeiras que realizavam na infância. Mas além de mostrar às crianças e aos jovens outras formas de fruir o lazer, diante de um convívio mais duradouro, a conjuntura da pandemia possibilitou maiores interações, sociabilidades e, com efeito, o fortalecimento dos vínculos familiares.

Por outro lado, o distanciamento físico de alguns amigos e familiares, ao mesmo tempo que afrouxou alguns laços, reforçou a importância de estar junto ao outro, com o outro e pelo outro, desvelando que, por vezes, “[...] *não é o lugar, mas sim as pessoas que fazem o lazer*” (informação verbal de uma entrevistada).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, H. F. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 15, [s. n.], p. 1-15, 2014.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BAHIA, M. C.; BRITO, R. D. S. O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo. *In*: STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (org.). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017. p. 95-110.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

CAÑETE, T. M. R.; RAVENA-CAÑETE, V. Populações tradicionais amazônicas: revisando conceitos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5., 2010, Florianópolis. **Anais** [...], Florianópolis: ANPPAS, 2010. p. 1-18.

CHEIBUB, B. L.; FREITAS, J. A. de. O lazer e as (i) mobilidades: reflexões sobre as desigualdades em tempos de pandemia. **LICERE**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 445-470, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26701>.

CLEMENTE, A. C. F.; STOPPA, E. A. Lazer doméstico em tempos de pandemia da covid-19. **LICERE**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 23, n. 3, p. 460-484, 2020.

FIGUEIREDO, S. J. L. Lazer em tempo de crise pandêmica, distanciamentos, o encontro com o outro e com o futuro. *In*: Elisângela Chaves; Hélder Ferreira Isayama; Mirleide Char Bahia. (ed.). **Os Estudos do Lazer, Ócio e Recreação na Iberoamérica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 123-136 [a].

FIGUEIREDO, S. J. L. Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. **Papers do NAEA (UFPA)**, Belém, v. 1, p. 1-19, 2021 [b].

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

LOBATO, F. H. S.; BAHIA, M. C. O lazer da periferia de Belém (PA): para além do convencional e do invisibilizado. *In*: CHAVES, E., ISAYAMA,

H. F.; BAHIA, M. C. (ed.). **Os Estudos do Lazer, Ócio e Recreação na Iberoamérica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 207-228.

LOBATO, F. H. S. **Matando a fome de lazer “lá no meu setor”**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA). 2021. 243 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES FILHO, E. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. *In*: MORAES FILHO, E. (org.). **Georg Simmel**: sociologia. Tradutores Carlos Alberto Pavanelli, Evaristo Moares Filho e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1983.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

SALTURI, L. A. Um panorama da obra de Georg Simmel: teoria sociológica e teoria da cultura. **Revista MovimentAção**, Dourados, v. 3, n. 4, p. 162-178, 2016.

SILVA, L. C. da *et al.* Pandemia e lazer: os reflexos da pandemia nos cotidianos de lazer das periferias urbanas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 53, p. 125-146, 2021.

SILVA, M. D. M. D.; SIMONIAN, L. T. L. Natureza e ser humano na Amazônia contemporânea. **Revista Amazônia Investiga**, Florencia, v. 5, n. 9, p. 15-28, 2016.

SILVA, M. J. D.; LUZ, L. Uso do solo e degradação ambiental: estudo de caso da bacia do Mata Fome em Belém, Pará. **Interespaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 2, n. 7, p. 162-178, 2016.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, O. G (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 11-25.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, G. Sociologia do espaço. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300007>.

TAVARES, A. C. P.; FRANÇA, S. A. S. A COVID-19 e os desafios da urbanização e habitabilidade nas cidades amazônicas: estudo de caso em Belém do Pará. **Papers do NAEA**, Belém, v. 29, n. 1, p. 120-141, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Análise da evolução da pandemia de COVID-19 no Brasil**: o Estado do Pará (Nota Técnica 02/2020). Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.

# **13 ALÉM DA PORTEIRA: A APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PELAS ELITES AGRÁRIAS DE SOURE (MARAJÓ-PARÁ) EM PROL DO TURISMO**

*Thiliane Regina Barbosa Meguis*

*Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues*

*Mirleide Chaar Bahia*

## **1 INTRODUÇÃO**

Na Amazônia, os espaços dotados de recursos naturais, como as florestas e os rios são muito valorizados enquanto atrativos turísticos e indispensáveis para as populações que deles sobrevivem, constituem-se como geradores de relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Na região, a ocupação e o processo de urbanização tiveram nesses componentes sua principal rota para contatos e trocas com as demais regiões, populações e culturas.

Esses ambientes, por seu expressivo valor simbólico-cultural e por serem fontes de trocas, são concebidos como atrativos turísticos e de lazer, disponibilizados por agências de receptivo e por estratégias governamentais para atrair investidores, tendo ampla divulgação nos veículos de comunicação local e nacional (Pará, 2009). Preocupa-se que esses espaços e seu entorno se mostrem propícios para a reprodução de lógicas de apropriação do capital.

Na porção oriental do arquipélago do Marajó, no estuário amazônico, esse processo é evidenciado de maneira expressiva, haja vista as relações estabelecidas entre as diferentes esferas do poder público, moradores e representantes da iniciativa privada. Esses agentes geram relações permeadas por contradições, tensões e conflitos de naturezas e escalas diversas, que não ocorrem de modo tranquilo.

A apropriação do espaço por parte desses grupos implica na formação de novas territorialidades, isto é, novas afirmações de poder. Esse processo é conflituoso e dificulta o desenvolvimento satisfatório

do turismo local, pois os agentes têm interesses divergentes, no qual são privilegiadas algumas minorias em detrimento de outras, o que torna ainda mais complexa qualquer análise.

Em geral, a parte urbana do município de Soure, recorte empírico da análise, é representada pelas pequenas atividades comerciais da sede do município e, a parte rural, totalmente constituída por fazendas e pequenas comunidades costeiras. Estas últimas, em sua maioria, são pertencentes à Área de Proteção Ambiental - APA do Marajó, de instância estadual, e pela Reserva Extrativista Marinha - RESEX de Soure, de instância federal.

Mais recentemente, algumas fazendas de Soure complementam sua renda com o turismo rural. Nas comunidades praianas da região ganha evidencia o turismo de “sol e praia” e o turismo de base comunitária (TBC), possibilitado, principalmente, pelo apoio de programas governamentais surgidos a partir da década de 1970 (Pará, 2009). Dentro da política desenvolvimentista do período, houve o fomento para a instalação de pousadas, financiadas com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por considerar que essa cidade possuía “vocação natural” para a atividade turística (Figueiredo, 1998).

Desde o período colonial, os campos alagados, as enchentes e o roubo de gado constituíram-se em grandes entraves aos conquistadores. No ambiente mais afastado da sede urbana é possível observar que, ainda hoje, remanesce a cultura de coronelismo e do patrimonialismo (Hoshino, 2007), bem como as relações de compadrio. Para reforçar esse quadro, a existência de conflitos, tensões, solidariedades, laços de amizade, estratégias de sobrevivência, vantagens, favores, tentativas de ascensão social, mudança de *status quo* tornaram-se campo de investigação para estudos preocupados com as lógicas internas de um sistema colonial que gerou realidades específicas em cada lugar do Marajó (Soares, 2010).

Nesse sentido, desde o final do século XX, surgem novas formas de apropriação do espaço no município de Soure, como a prática turística, que vem se sobrepondo às anteriormente estabelecidas, como as atividades agropastoris e extrativistas. Tanto a elite agrária



local quanto as comunidades pesqueiras e extrativistas veem-se diante de intervenções externas, de novas demandas e da ressignificação dos campos naturais e das praias para construção de pousadas, restaurantes, bares e trilhas ecológicas. Da mesma forma, pode-se notar a realização de eventos com fins midiáticos e comerciais, passeios de barco e em ônibus de turismo, organizados por agências de viagens.

Em uma dinâmica socioeconômica e espacial que liga os campos alagados ao mar, surge a Rodovia Estadual PA-154, conhecida como Transmarajoara, que perpassa do Porto de Camará até a travessia para a cidade de Soure, chegando às comunidades do Céu e Caju-una. Inicialmente, a estrada se apresentou como uma vantagem locacional de ligação entre as comunidades e o restante do município, visto que antes o acesso era realizado somente via praia do Pesqueiro, de acordo com o fluxo da maré, por meio de embarcações mais lentas e de pequeno porte, conhecidas localmente como “po-po-po”.

O acesso às comunidades via PA-154 preocupa alguns gestores públicos, lideranças de moradores e turistas. Devido a rodovia transcorrer por uma grande propriedade privada pertencente a uma das famílias mais tradicionais do município, que, geralmente, cobra uma taxa de entrada para visitantes, além de controlar a entrada e saída dos moradores, com horários pré-estabelecidos, acompanhado pela fiscalização de um porteiro (Meguis, 2018). Percebe-se que existem muitos entraves burocráticos e ações desarticuladas entre as instâncias de poder público que atuam nessa área, visto que se voltam para atender primeiramente a interesses particulares e partidários.

Desse modo, instalada a problemática, o presente estudo analisou as formas de apropriação e ressignificação dos espaços potencialmente turísticos pelas elites agrárias e pelas comunidades praianas de Soure (Marajó-Pará), de modo seja possível a melhor compreensão da atual situação socioeconômica do município cujas lideranças políticas e comunitárias possuem fortes vínculos simbólico-culturais (signos, linguagem e imaginário) com os grupos dominantes.

Para a análise de tal problemática, o estudo valeu-se de uma instrumentação teórico-metodológica, com base em uma revisão bibliográfica de temas associados à formação histórico-geográfica

e econômica de Soure e sua importância para a formação social da Amazônia, considerando publicações científicas, jornais e revistas. Assim como, foi realizada uma análise documental do Plano Diretor do município de Soure, do inventário da Oferta Turística, do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, além de cartas e documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará.

Severino (1983) descreve alguns critérios que são necessários para a análise bibliográfica e que também foram utilizados no referido trabalho, tornando-se fundamentais para sua interpretação e composição teórica, sendo eles: delimitação da unidade de leitura, visando entender cada seção de um determinado texto; análise textual que consiste em fazer leituras com determinados graus de interpretação para tentar entender a visão do autor a respeito do assunto transcrito; análise temática, que visa entender a mensagem que o autor objetiva passar ao leitor, sem o leitor intervir na análise do autor; análise interpretativa, na qual o leitor interpreta de maneira crítica a compreensão do texto; problematização, a qual trata de levantar os problemas proposto para que ocorra uma reflexão pessoal. A partir disso, pode-se fazer a síntese pessoal que consiste na construção lógica de uma redação que os outros passos poderão proporcionar a partir da leitura da bibliografia.

Para a análise das interações entre os turistas e o meio, contou-se com a coleta de dados, por meio de redes sociais virtuais como *facebook* e *instagram*, no que se refere ao fluxo de visitas turísticas ao local estudado, dados que foram reforçados com a realização da pesquisa de campo, que ocorreu entre os dias 28 e 30 de dezembro de 2019, tendo sido utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, fundamentais para que as pesquisadoras conseguissem melhor flexibilidade na condução das perguntas e a obtenção das respostas nos diálogos com os entrevistados. De acordo com May (2004, p. 148), “esse tipo de entrevistas permite que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas”, sendo um elemento importante para a obtenção de informações qualitativas para o estudo.

As entrevistas aconteceram com representantes das agências de receptivo turístico, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR),

com o vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Céu (AMPOC), além de moradores das comunidades e turistas, de modo a ser possível compreender como ocorre o acesso às comunidades por meio da estrada e de que maneira interfere no turismo local. Destaca-se como dificuldade enfrentada na pesquisa, o fato de não ter sido possível entrevistar a proprietária da fazenda em questão.

Ressalta-se a participação de uma das pesquisadoras no I Seminário de Pesquisas da Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEXMAR), realizado em dezembro de 2019, no qual identificou-se as atuais demandas dos representantes das comunidades, seguido da observação direta da paisagem com registro fotográfico em diferentes períodos, visto que as pesquisadoras já atuam no local. Posteriormente, foi realizada a análise e sistematização dos dados coletados, por meio da utilização da técnica de análise de conteúdo (Bauer, 2008; Bardin, 2011), capaz de produzir conclusões de um determinado texto para o contexto social.

Conforme Bauer (2008, p. 190), a análise de conteúdo é “[...] um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas”, permitindo que ocorra uma investigação metódica, sistemática e objetiva do conteúdo, a fim de classificar e de interpretar os elementos constitutivos que não estão totalmente acessíveis em uma leitura superficial.

Essa técnica de análise consegue ir além dos significados imediatos de uma determinada interpretação, contribuindo para que a análise ocorra superando as incertezas, não generalizando, e enriquecendo a leitura para que os “[...] elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não possuíamos a compreensão” (Bardin, 2011, p. 35).

## 2 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE SOURE (MARAJÓ-PARÁ)

Para Harvey (2006), compreender como uma sociedade é constituída em um determinado momento histórico serve, principalmente, para nos lembrar que a diversidade das práticas

humanas não pode ser reduzida simplesmente às práticas econômicas ditadas pelo modo de produção dominante, mas também aos aspectos da ordem política, cultural e espacial, no qual atribui-se um valor próprio particular às coisas, aos sujeitos e às ações. Por isso, “a formação social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo” (Santos, 2012, p. 236), que não sem resíduos, apresenta a realidade da organização social.

Nesse sentido, desde a fase colonial, o Marajó atraiu atenção por sua localização estratégica que facilitava o controle da entrada de navios estrangeiros no vale amazônico, sendo dividido em região de matas e de campos. O centro do arquipélago era habitado por cerca de 30 grupos indígenas com culturas e linguagens diferentes. Os mais conhecidos foram os Sacaca, Aruan, Mapuá, Mamaianá, Pauxis, Boca, Nhengaiba e Aruan, os primeiros ocupavam as florestas, as margens de rios, região central e alguns pontos do litoral (Schan, 2002 *apud* Marin, 2009).

Da fase de “boa amizade” entre indígenas e colonizadores portugueses derivou-se uma relação de conflitos, posto que os grupos originários em busca de defesa contra a escravização valeram-se de estratégias de desmembramento das povoações pelo território. Os embates eram seguidos de roubos e mortes de portugueses, bem como ataques seguidos de assassinatos ou captura aos índios. Nesse cenário fragilizado, a etnia Nhengaibas ainda manteve relações e trocas de tabaco e pescado com os comerciantes holandeses (Marin, 2009).

Por volta de 1654, ocorriam conflitos entre etnias Aruans e Ingaíbas, aliados aos holandeses, contra os portugueses. A preocupação era tanta em manter a Ilha sobre o domínio de Portugal, que se chegou a propor a transferência da capital de Belém para o Marajó (Soares, 2010).

Em 1655, o então governador declarou “guerra defensiva” contra vários desses grupos indígenas, tendo como resultado a escravização e dizimação de diversas comunidades. Devido às mínimas condições para propiciar a paz, missionários e militares utilizaram a estratégia de nomear um Nhengaiba para o convencimento das outras nações a respeito da amizade, promessas de paz e das vantagens de sua vassalagem ao reinado português (Marin, 2009). Pouco tempo depois,

em 1659, uma comitiva composta por oficiais, Mosquiteiros e religiosos foram enviados para estabelecer a “paz”. A partir de então, a ocupação foi efetivada e a penetração jesuíta teve início (Soares, 2010).

A presença dos missionários no Pará revelou outra face do processo colonizador. Desde 1617, os Capuchos de Santo Antônio estabeleceram os primeiros conventos e, posteriormente, entraram as ordens Carmelitas Calçados, Mercedários e Jesuítas. Em Soure, os religiosos de Nossa Senhora das Mercês, proprietários da Fazenda São Lourenço, localizada no Rio Paracauari, possuíam um total de trinta e três trabalhadores, somados escravos e livres, número que suplantava a quantidade de trabalhadores de Luís Alvares, agricultor, fazendeiro e proprietário de engenhoca, considerado o indivíduo mais rico da região (Soares, 2010)<sup>1</sup>.

Os novos grupos que se instalaram no poder local foram os sesmeiros e autoridades das vilas, como juizes ordinários, comandantes militares, escrivães, diretores e todos os demais indivíduos que constituíam o grupo dos “*homens bons*”. E ainda outros sujeitos, dentre eles vereadores, soldados, agregados, roceiros, vaqueiros, geralmente, de origem mestiça ou indígena, que após o estabelecimento do diretório pombalino passaram a ter a possibilidade de se lançar em articulações a fim de alicerçar sociabilidades. O povoamento de caráter militar para a defesa do território registrou 81 posseiros de sesmarias, dos quais 31 deles, registrados na década de 1760, perfaziam 39% do total de registros de posseiros do período (Soares, 2010).

As famílias ou os laços familiares permaneciam e até mesmo ampliavam-se à medida que os sujeitos adquiriam cada vez mais “parentes”, entre compadres, comadres e afilhados, o que por sua vez, ampliava seu grupo de influência. Nas vilas forjavam-se mais grupos de

---

<sup>1</sup> A autora supracitada realizou estudos a respeito das relações de compadrio e matrimônios realizados no Marajó entre os séculos XVII e XVIII. Segundo os dados levantados, a vila de Soure possui um acervo eclesiástico, com assentos de batismo e casamentos, desde a década de 1870. No entanto, tais fontes não estão disponíveis ao público. As demais vilas não apresentam tais registros, pois segundo a Cúria Metropolitana de Belém, os assentos de batismo referentes ao Marajó estão distribuídos em Soure e Ponta de Pedras.

interação, que não necessariamente postulava uma intencionalidade de ascensão política, mas a abertura de um campo de possibilidades. Assim, quanto maior a família e sua rede de contatos e amizades, maiores seriam as chances de consolidação como liderança local (Soares, 2010).

Ressalta-se que o projeto político mercantilista estabelecido por Portugal extinguiu a maioria dos regimentos de missões, reduziu-se a escravidão de indígenas e assegurou o crescimento contínuo da população da colônia e a diminuição do poder da igreja. Entre as medidas, proibiu-se o uso das línguas, habitações e a prática da religiosidade ancestral, incentivando-se a miscigenação (Sousa, 2002).

Essa tentativa de silenciar as práticas sociais dos primeiros habitantes e o alastramento de epidemias ocasionaram inúmeras tensões, suscitando revoltas e fugas. Nesse caminhar histórico, alicerçados nas leis de liberdade dos índios e nos interesses da Fazenda Real, o tráfico de africanos começa a se organizar nas capitânicas do Grão-Pará e Maranhão, encaminhando-se boa parte do contingente escravo para as fazendas que se instalavam no Marajó e no município do Acará (Silva, 2012).

No século XVIII, a sociedade gerada em torno das fazendas de gado, sustentadas na instituição da escravidão, tem o negro como a maior parcela da população marajoara, com destaque para as fazendas das carmelitas e dos mercedários. Portanto, as freguesias de Cachoeira, Muaná, Chaves, Monsarás e Soure tinham a maior quantidade de pessoas escravizadas (Marin, 2009).

Inicialmente, esses grupos eram introduzidos para o trabalho na agricultura do cacau, cultivado nas terras inundáveis de arroz, milho, algodão, café, mandioca e cana-de-açúcar. O dinamismo das plantações de cana favoreceu o estabelecimento de alguns engenhos. A região de campos alagados do Marajó tornou-se um dos centros da produção canavieira do Grão-Pará e Maranhão, mas foi a pecuária que se impôs como atividade típica. O governador Francisco de Souza Coutinho decretou que se devia dar maior importância aos pecuaristas do que aos produtores rurais de algodão e de arroz (Marin, 2009).

Desde que todas as atividades produtivas da região ficaram concentradas nas mãos de portugueses e de alguns poucos brasileiros,

tornou-se crescente o sentimento de insatisfação de boa parte da sociedade, como de alguns intelectuais e religiosos, de escravizados fugitivos, indígenas destribalizados e mesmo uma parcela de fazendeiros e comerciantes, insatisfeitos com as políticas aplicadas na região. Com o fim na primeira metade do século XIX, as sesmarias não foram capazes de solucionar os problemas de ordem fundiária, seu processo organizacional de difícil burocratização e normatização das terras ocasionou disputas políticas (Rodrigues, 2018).

Outro movimento político importante para a região foi a Revolta da Cabanagem, ocorrida entre os anos de 1835 e 1840, porém idealizada desde antes dessa data. Tratou-se de um levante contra as condições de vida e miséria existentes na Província. Esse momento foi considerado uma das maiores e mais sangrentas lutas ocorridas no Brasil (Rodrigues, 2009).

Registra-se que a Cabanagem foi o único levante a tomar de fato o poder político e administrativo local, tornando instáveis as relações entre as várias cidades, como Belém, Santarém, Vigia, áreas rurais no Acará, Moju, Beja, Barcarena, Conde, Manaus, Tabatinga, Parintins e Maués, assim como nas ilhas do estuário amazônico, destinadas a serem palco de lutas e de refúgio, tanto para cabanos quanto para tropas legais, quando essas eram desalojadas do poder (Castro; Campos, 2015). Os combatentes se reuniam em cinco lugares principais: região de Conde, Beja e Barcarena; região costeira de Vigia a Cintra; algumas partes do Marajó; Médio Amazonas e seus afluentes; e na região do Guamá, como no Moju, Acará e Capim, lugares de grandes plantações e concentração de escravos (Marin, 2000).

Nos engenhos e fazendas “ocorriam fugas coletivas e aumento dos mocambos, formados por indígenas e negros, registrados principalmente em Joanes, Soure, Chaves, Caviana, Mexiana, Maguari, Melgaço, Cachoeira, rio Prúucuba, Ariri e Muaná” (Gomes, 2005 *apud* Marin, 2009, p. 50-81). Com a fase de crise instalada no período da Cabanagem, a atividade econômica das fazendas tornou-se instável, ficando reduzidas ou abandonadas. Com os fazendeiros estabelecidos em Belém, quilombolas, indígenas e mestiços conseguiram ocupar as chamadas “sobras de terra”, fazendas e sítios abandonados.

Outros as receberam em doação ou as compraram. Acredita-se que as comunidades tradicionais atuais se originaram desses mocambos (Marin, 2009).

O quadro da Província do Pará pós-cabanagem era pouco alentador, uma vez que a região ainda se recuperava dos anos de luta e dos milhares de mortos, representando um enorme desfalque para o sistema de trabalho. As diligências realizavam intensas incursões para recaptura de escravizados arredios, que deveriam ser enquadrados novamente na coleta das drogas do sertão, no plantio dos gêneros agrícolas, nos trabalhos de criação de animais, nos engenhos e em quase todos os serviços urbanos (Castro; Campos, 2015).

Na segunda metade do século XIX, o ambiente volta a ser propício para que fazendeiros e sua parentela se rearticulem ganhando maior visibilidade política. O negócio bovino voltava a prosperar, porém surgiram outros grupos de poder, advindos das áreas de floresta do Marajó, distantes dos campos naturais, tais como Anajás, Breves e Afuá. Entende-se que algumas famílias somaram a pecuária ao extrativismo da borracha, crescente no período (Soares, 2010).

A partir de então, os grupos dominantes ilhados do Marajó constituíram-se um nicho de políticos articulados, com clãs familiares que passaram a governar a capital. A condição de proprietários pecuaristas e extrativistas contribuiu para que saíssem do Marajó os principais representantes políticos da província, provenientes de famílias tradicionais de fazendeiros ou pertencentes a classe de profissionais liberais urbanos, dentre eles: Justo Chermont, Manoel Barata, Fileto Bezerra da Rocha Moraes e José Duarte Rodrigues Bentes, membros de clãs de pecuaristas do arquipélago, que continuaram a prosperar durante o período da borracha (Weinstein, 1993).

No início do século XX, o acirramento com a concorrência internacional, ocasionado pelo plantio de seringueiras em grande escala no continente asiático, levou ao declínio do ciclo da Borracha e a estagnação econômica (Nóbrega, 2006).

A pecuária do Marajó, bem expressiva e garantia de sustento do consumo da grande Belém, passou a enfrentar problemas de qualidade da carne, considerando as frágeis condições de transporte



e deslocamento pela baía de mesmo nome, feita com o gado em pé em balsas e outros tipos de embarcação. Esse contexto provocou uma redução da produção pecuária local, acrescido da ação de expansão agropastoril na região Sul e sudeste do Pará, Tocantins e Goiás (Corradi, 2009), o que se agravou durante o processo de integração nacional iniciado na década de 1960.

No que diz respeito ao número de aprovação de projetos agropecuários, a microrregião de “Campos de Marajó” recebeu, apenas um projeto de incentivo fiscal no período de 1976 e 1980. Entretanto, de 1981 a 1984, houve 14 projetos, privilegiando antigas oligarquias paraenses e, possivelmente, outras frações de elite local (Hoshino, 2007).

Ximenes (1997) mostra que entre 1970 e 1985, o número de pequenas fazendas de até de 50 hectares, aumentou consideravelmente nos campos marajoaras, se comparadas com o número de grandes extensões latifundiárias. Por sua vez, outras atividades econômicas mesclaram a criação de gado tal como o cultivo de arroz, milho e feijão, melancia, abóbora, maxixe, banana, mandioca e açaí.

O turismo passa a atrair a atenção de investidores somente a partir da década de 1970, quando Soure desponta como uma cidade de “vocação natural” para as práticas turísticas, sendo inserida no âmbito das políticas de desenvolvimento para a Amazônia (Figueiredo, 1998). A elabora o das políticas públicas de turismo começou a tomar forma com a elabora o do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), no ano de 1977 (Nóbrega, 2006), coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que norteou as a o es durante todo o período de 1980 a 1985.

Os objetivos que se pretendiam alcançar, por meio do I PTA e, posteriormente com o II PTA, voltavam-se para a contribui o na ocupa o territorial ordenada e pela participa o no desenvolvimento econômico e social da região, por meio da gera o de emprego e renda, com os menores custos econômicos e sociais possíveis, valorizando os recursos naturais da região, assim como seu patrimônio histórico-cultural. Na década de 1970, a gera o de emprego e renda era a principal premissa defendida pelos planejadores e promotores das

políticas de turismo regionais, seguindo a lógica do modelo econômico colocado pelos governos militares para o território nacional (Nóbrega, 2006).

O II PTA, lançado pela SUDAM em 1992, em conjunto com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e com o Banco da Amazônia (BASA), vigorou até o ano de 1995, tendo por objetivo constituir um instrumento para coordenar as ações do Governo Federal, bem como dar apoio à iniciativa privada (Nóbrega, 2006).

Na década de 1970, também surgem os primeiros programas de financiamento para a atividade turística, como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), cujas ações e instrumentos compreendem o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), lançado em 1996 pelo Ministério do Meio Ambiente (Nóbrega, 2006).

Com o esgotamento do Estado como condutor das políticas a partir da década de 1990, priorizou-se a descentralização do governo federal e o destaque para a gestão dos municípios, conforme pode ser observado na criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), no ano de 1994, o mais importante representante dessa mudança de paradigma (Cordovil, 2017). Se o PNMT foi o representante mais fiel da valorização da escala local no planejamento governamental do turismo, posteriormente, para os primeiros anos do século XXI, o Programa de Regionalização do Turismo passou a ter o mesmo significado na escala regional (Cruz, 2007).

Dentro das premissas do PNMT, em Soure chamou-se atenção para a elaboração da estratégia municipal de turismo, na qual incluía-se a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo. Depois da fase de criação do COMTUR, o município poderia iniciar a elaboração do Plano Municipal de Turismo. No entanto, Soure e muitos municípios não alcançaram essa etapa e o programa deu descontinuidade (Hoshino, 2007).

Outro movimento criado em 2002, mas que perdeu forças foi a Associação de Turismo Rural no Marajó (ATURMA), constituída por empresários do setor, principalmente, por fazendeiros e hoteleiros interessados em gerir ações de interesse comum entre os associados,

como promoções das fazendas e hotéis em parceria com a antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), que contou ainda com a cooperação do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Para Hoshino (2007), o encerramento das atividades da ATURMA, em 2004 – ocasionado pelos conflitos entre membros, inclusive, com ameaças e agressões verbais conforme descrito em relatório do SEBRAE – demonstrou-se a existência de um campo de forças negativas no processo de auto-organização social, dando origem à constituição de organizações informais.

Atualmente, descendentes de indígenas e negros desenvolvem estratégias de vida como roceiros, extratores e pescadores, lutando por permanecer nos territórios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Gurupá, Muaná, Afuá, Chaves, dentre outros. Nesses municípios, as comunidades de remanescentes quilombolas revelam origens diferenciadas, assim como formas de acesso à terra, o que compreende ocupações, doações, posses registradas, compras e heranças. Garantir esses domínios é a luta principal desses grupos em face ao avanço das fazendas com suas porteiras e cercas elétricas, do movimento dos especuladores urbanos, dentre eles alguns agentes de turismo que configuram constantes ameaças (Marin, 2009).

Os proprietários de fazendas sempre buscaram estar à frente das decisões econômicas e políticas que envolvem o município de Soure, sendo, em alguns casos, os primeiros grupos contemplados pelas oportunidades de desenvolvimento propiciadas pelas políticas públicas até o final do século XX. Assim, concorda-se com Meguis (2018), quando afirma que a relação da população marajoara com a terra era, e ainda é consideravelmente influenciada pela existência do baronato e coronelato, que articulado ao poder público, exerce forte influência sobre as políticas e intervenções, ocasionando conflitos de interesse entre os fazendeiros e as comunidades locais.

### 3 OS CONFLITOS PELO USO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO NA ÁREA RURAL DE SOURE

Para Rodrigues (2018), em regiões como a Amazônia torna-se difícil diferenciar o que é “natural”, rural e urbano quando se trata do fenômeno turístico. Segundo Lynch (1960 apud Albach, 2010), enquanto as formas urbanas podem ser caracterizadas por logradouros, marcos, bairros, setores, bordas e roteiros, no rural, encontram-se as áreas agricultáveis, de pecuária, de extrativismo, de mineração, de proteção integral e as unidades de conservação de uso sustentável. Neste último, predomina o turismo rural, cultural, náutico, ecoturismo, de aventura, de sol e praia. Em algumas regiões essas tipologias podem estar imbricadas em um mesmo espaço.

A RESEXMAR de Soure possui 1.298 famílias extrativistas cadastradas pelo ICMBio, distribuídas em seis comunidades ou localidades, total ou parcialmente no interior da Unidade de Conservação (UC) (Araruna, Barra Velha, Pesqueiro, Céu, Caju-una e Pedral) e em nove bairros urbanos fora dos limites da RESEX (Centro, São Pedro, Matinha, Umirizal, Pacoval, Macaxeira, Bom Futuro, Bairro Novo e Tucumanduba). As famílias extrativistas da UC sobrevivem principalmente dos recursos pesqueiros, tais como peixes, caranguejo-uçá, camarões, siris e mariscos em geral e, secundariamente, de recursos florestais não madeireiros (óleos naturais e frutos, especialmente o açaí e o coco), criação de pequenos animais (galinhas, patos e porcos), artesanato e produtos naturais (cerâmica e materiais naturais diversos, incluindo fitoterápicos) e atividades ligadas ao ramo turístico (passeios, serviços de bar e restaurante, hospedagem etc.) (Brasil, 2017).

O plano de Manejo da RESEXMAR, lançado em 2018, propõe destaque para o Turismo de Base Comunitária (TBC)<sup>2</sup>, com protagonismo das próprias comunidades praieiras da Unidade de Conservação,

---

<sup>2</sup> É um dos segmentos do turismo que, na teoria, favorece a união e o laço social, fortalecendo a coletividade na vida em sociedade, promovendo a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento, além da preservação ambiental (Meguis, 2018).

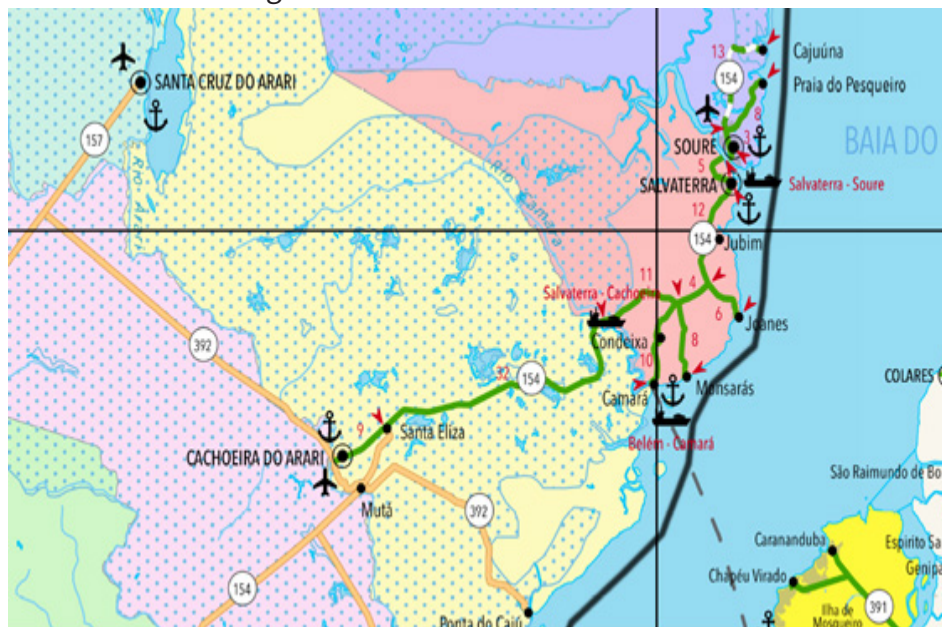
sobretudo Pesqueiro, Céu e Caju-una, mas havendo a compreensão de que ainda carece de infraestrutura e organização de base. Na Comunidade do Céu, reforçam-se as possibilidades para esse tipo turismo, visto que há oferta de serviços de hospedagem e restaurante conduzidos pelos próprios moradores da comunidade, com a possibilidade de melhoria da renda das famílias envolvidas nas atividades comerciais, a partir da associação local que atua na vila (AMPOC).

As ações em torno do TBC acontecem a partir de formas de apropriação, materiais e simbólicas do espaço, por meio das dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais (Teisserenc; Teisserenc, 2016). Quando se trata da atividade turística na RESEX das comunidades do Céu, Pesqueiro e Caju-una, o desafio perpassa pelo processo de planejamento e de gestão pública, que tem como finalidade compatibilizar os ideais de uma área natural a ser conservada, os interesses dos visitantes e o envolvimento da comunidade local.

Considerando aspectos atrativos para a realização das atividades comerciais de turismo, as três comunidades praianas do Pesqueiro, Céu e Caju-una possuem recursos naturais e manifestações culturais relevantes, como praias e a gastronomia. Contudo, o Pesqueiro é a única das três comunidades que possui acesso facilitado, com transporte público e privado (ônibus, táxi, motos) circulando livremente desde a sede do município, além de vias pavimentadas e sinalizadas, o que conseqüentemente lhe proporciona melhor infraestrutura de atração para o turista (Falcão, 2013).

O turismo vem sendo apontado tanto pelos proprietários das fazendas quanto pelas comunidades da RESEXMAR de Soure como possibilidade de complementação na renda e garantia de permanência das antigas atividades tradicionais. Contudo, o acesso pela rodovia PA-154 (figura 01), recentemente reinaugurada pelo governo estadual, que deveria ser a principal via de entrada para a praia da comunidade do Céu, torna o ambiente conflituoso e dificulta o desenvolvimento do turismo local, pois os agentes têm interesses divergentes. Tal desentendimento privilegia pequenos grupos em detrimento de outros, o que torna ainda mais complexa a análise.

Figura 01 – Rodovia estadual PA-154



Fonte: Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS, 2018).

Nota: Apresenta-se a PA-154 sinalizada em verde.

Com relação ao acesso às comunidades, as opiniões são divergentes dentro das próprias comunidades, assim como no ICMBio e nas agências de receptivos. Quando questionado sobre o acesso às comunidades, o órgão gestor destacou que a fazenda Bom Jesus cria uma barreira física apenas de controle, que não é considerada uma proibição, mas uma restrição necessária, posto que o ingresso às comunidades do Céu e Caju-una via comunidade do Pesqueiro, por ter acesso livre, ocorre de maneira conflituosa, como pode ser observado na narrativa abaixo:

Do ICMBio o acesso é livre, mas, tem o acesso do Pesqueiro que é totalmente livre, aberto, o que gera até um problema, porque aí, você tem essa. Demais assim, né?! É completamente sem controle, e só nas comunidades do Céu e Caju-una que tem aquela barreira física, e que dá uma certa filtrada, inclusive, né?! No acesso, mas, que

é isso assim, mas aquela barreira, tem aquela cobrança, mas não é, não tem uma proibição, apenas controle (Representante ICMBIO, dezembro de 2019).

Para os moradores e turistas destacam-se as seguintes afirmações:

A porteira é um ponto negativo, fato que às vezes tem horário pra chegar, pra fechar a porteira. Se tu passares do horário tem que, não vai, nem volta. Complicado isso. Uma vez, eu quase fico ilhado aqui. Eu tive, tive, eu vim buscar a minha mãe de noite já. Aí, quando eu vou daqui pra lá, quase o cara não abre, eu tive que bater na casa dele, bati, bati, bati [...] pra ele poder abrir, perturbei ele e, ele ainda ficou brabo comigo, mas eu vou ficar aqui? Não tinha nem onde dormir aqui, complicado aquela porteira (Morador de Soure, dezembro de 2019).

Eu, sinceramente, já nem sei mais nem o que falar dessa porteira. Eu, por mim, a minha opinião sobre ela, ela deveria ser, ela não deveria existir, né?! Até porque a gente fica preso na comunidade. A gente tem um prazo pra sair, um prazo pra voltar é mesmo que a gente tá preso. A gente fica preso aqui. Isolado! Aí, se você for na cidade, não pode nem se divertir lá na cidade, porque tem horário pra voltar. Aí, quando chega lá na porteira você tem, você passa maior humilhação, né?! Porque você tem que, ela coloca as pessoas pra trabalhar lá, né?! De, além de trabalhar lá, ainda humilham a gente, e fica disposto a ouvir tudo que eles têm pra falar, né?! Porque ela tem o poder na mão dela, né?! E a gente não tem nada (Morador da comunidade do Céu, dezembro de 2019).

Problema evidenciado, também, pelo vice-presidente da AMPOC. Quando a pergunta teve por objetivo entender a dinâmica do turismo na comunidade, um dos pontos ressaltados foi o problema de acesso, impossibilitado pelo uso da porteira que prejudica diretamente o desenvolvimento do turismo na comunidade.



Só que aquela fazenda tem um problema, o problema do portão lá, que às vezes eles impedem de passar pra cá o turista, porque eles querem pagamento, querem que paguem, né?! Que a pessoa pague uma taxa de 15,00, e dependendo da quantidade de pessoa, eles fazem um pacote. As pessoas, as pessoas pagam de acordo com a quantidade de pessoas, por cabeça ou, ou por grupos, ou então por carros também, eles fazem isso daí. Essa porteira acaba influenciando negativamente, ela acaba não contribuindo com a comunidade (Vice-Presidente da AMPOC, dezembro de 2019).

Muitos entrevistados da comunidade do Céu ressaltaram a restrição do acesso causado pela fazenda. A Fotografia 01 retrata a entrada da Fazenda Bom Jesus, que se constitui no primeiro contato para o acesso e uso por via terrestre à comunidade do Céu e Caju-una.

Fotografia 01: Portão de entrada da fazenda Bom Jesus



Autoria: Meguis (2017).

Nota: Portão de entrada da fazenda Bom Jesus, que restringe o acesso por transporte terrestre a comunidade do Céu, a partir da regulamentação feita por um porteiro 24h por dia, dificultando diretamente a mobilidade dos moradores e dos turistas.



Uma das estratégias dos moradores da comunidade é o acesso por meio da utilização de uma canoa (barco de pequeno porte), que é utilizada na maioria das vezes pelos turistas, a partir da comunidade do Pesqueiro, próxima a comunidade do Céu, porém é necessário andar alguns quilômetros (dependendo do fluxo das marés), não sendo um deslocamento acessível a todas as pessoas (Fotografia 02), principalmente as que possuem alguma dificuldade de locomoção, como pode ser observado no relato a seguir:

[...] Pra se chegar é de difícil acesso, passa por dentro de uma fazenda e, eu não vendo o Céu indo pela fazenda, eu vendo pela praia, mas eu faço exceções, por exemplo, quando a gente leva um cadeirante que não dá pra fazer o acesso pela praia, quando leva um idoso. O diálogo com a fazenda é normal, por que eu vendo a fazenda. Eu tenho passeio aqui, pela fazenda. Eu faço pela praia, mas eu também vendo a fazenda, então o diálogo é super normal, existe relato de pessoas que tem dificuldade, mas eu afirmo pra vocês que a Scafi Turismo tem livre acesso, desde que avisado com antecedência, desde que a gente faça o passeio lá (Scafi Turismo, dezembro de 2019).

Observa-se que o acesso pela fazenda é facilitado quando os pacotes turísticos são para a fazenda, quando é para a comunidade do Céu, o acesso acontece de forma restrita. Algumas agências conseguem dialogar com a proprietária da fazenda cujo contato é diferenciado da maneira como ocorre, geralmente, com os moradores. O local dispõe de um porteiro que regula a passagem de pessoas e veículos, além de monitoramento via captura de imagens na entrada e, principalmente, no interior da propriedade. Os interesses de alguns agentes são bem divergentes ao desenvolvimento do TBC na comunidade, principalmente, o relacionado a proprietária da fazenda Bom Jesus, que segundo eles visa seus próprios interesses, influenciando negativamente o acesso de moradores e de turista à comunidade.

Fotografia 02: Acesso a comunidade do Céu e do Caju-una, a partir da comunidade do Pesqueiro, por meio da canoa.



Autoria: Meguis (2017).

Nota: Travessia para a comunidade do Céu a partir da comunidade do Pesqueiro, feita por meio de uma canoa. A partir da imagem se percebe a falta de infraestrutura, de acessibilidade e a dificuldade para se atravessar pela praia.

O percurso para o acesso a comunidade do Céu e Caju-una é inviabilizado para as pessoas que possuem alguma dificuldade de locomoção, devido não haver nenhuma infraestrutura que facilite a travessia feita pela praia. A acessibilidade é definida pela NBR 9.050 Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p. 2), como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”, ou seja, destaca a importância de realizar qualquer movimentação ou deslocamento por

meios próprios, com autonomia e em segurança, acesso universal a todos, independente da sua localização espacial ou de suas condições físicas e financeiras.

Muitos moradores de Soure recomendaram essa praia. Longe de tudo, andamos mais de 15 km e quando chegamos fomos barrados. Parece que os locais têm livre acesso e os turistas são barrados, pois tem que pagar e pegar uma autorização prévia. É tanta burocracia que não vale a pena (relato de um turista no site *tripadvisor*, São Paulo, novembro de 2015).

Apesar da infraestrutura bastante incipiente, a praia é muito bonita. A vila da Praia do Céu é composta de casas “simpáticas” e o povo muito simpático. O único inconveniente é que para chegar até lá tem que passar por uma fazenda que, embora seja uma estrada estadual, cobra pedágio clandestino para deixar passar. Pagamos R\$ 30,00, R\$ 15,00 para cada passageiro do carro. Não dão recibo e o “porteiro”, já que tem porteira, não dá recibo algum. Totalmente ilegal. Muito me admira o Ministério Público ou mesmo a polícia de Soure não tomar nenhuma providência quanto a este absurdo (relato de um turista no site *Tripadvisor*, local de origem não informado, março de 2017).

No *Tripadvisor*, portal virtual de origem norte americana, são depositadas opiniões de viajantes a respeito dos locais turísticos. No tocante à acessibilidade por via terrestre para a praia da comunidade do Céu, os relatos acima são apenas algumas reclamações das pessoas cadastradas na plataforma que já estiveram no local, o que demonstra a visão dos informantes ao evidenciar a ausência de investimentos públicos, além de buscar por soluções em infraestrutura e serviços que possam atender as expectativas geradas em torno do turismo em Soure.

As dificuldades no acesso às comunidades da RESEX Soure, na maioria das vezes não configura motivo de intimidação aos turistas e visitantes. Alguns se aventuram cruzando quilômetros de praias que ligam as três comunidades da RESEX Soure, realizando o trajeto em canoas ou cruzando o extenso manguezal até chegarem às comunidades do Céu e Caju-una, evidenciando o potencial turístico da região com seus atrativos naturais e culturais (Falcão, 2013).

Infelizmente, durante o trabalho de campo não foi possível realizar entrevista com a proprietária da Fazenda que limita o acesso às comunidades do Céu e Caju-una. Na pesquisa de Falcão (2013), houve a compreensão de que o controle imposto nos limites da fazenda concentra esforços de resguardo do patrimônio natural que ainda existe na região, o que de certa forma acaba por complementar o processo de fiscalização dos órgãos governamentais no trabalho de proteção e fiscalização da fauna, dada a dificuldade de cobrir a extensão total da RESEX com um número diminuto de fiscais.

Uma das proprietárias da fazenda alega ter flagrado caçadores com quantidade exagerada de iguanas, entre machos e fêmeas, em fase de reprodução. Assim, evidencia-se que de uma forma ou de outra a vigilância existente nas cercanias da fazenda ajuda a coibir a prática da caça predatória (Falcão, 2013). Há anos, essa problemática vem sendo debatida em encontros e reuniões com representantes do poder público, moradores e fazendeiros, não sendo possível até o momento chegar a uma solução comum e viável para ambos os lados.

Portanto, no decorrer das pesquisas de campo realizadas, foi identificado que a Comunidade do Pesqueiro seria a mais estruturada para receber turistas. Contudo, o proprietário da agência informou que antes os passeios aconteciam, principalmente, na Comunidade do Pesqueiro, mas que atualmente tem preferido indicar a Comunidade do Céu para receber esses visitantes, cuja motivação era a forma de organização das comunidades. Segundo este, na Comunidade do Céu os moradores demonstram estarem mais interessados em um receptivo mais profissional.

Por vezes, a conectividade de um espaço, como no caso de Soure, pode significar a sua inclusão em redes globais que só privilegiam a

acumulação capitalista das elites agrárias locais que permanecem no poder, no qual a população local mantém-se, no âmbito dessas tensões, sem quase nenhum benefício por conta da pretensa conectividade proporcionada por tal integração.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fazenda Bom Jesus funciona de porteiros fechadas e regula os horários de entrada e saída de moradores, bem como cobra taxa para o deslocamento de turistas, representa assim parte da elite agrária de Soure, que se apropria e ressignifica o espaço até as praias em prol de interesses particulares que vão de encontro aos interesses das comunidades do Céu e Caju-una. Observa-se que, o processo de produção e reprodução social está subordinado na independência aos requisitos da reprodução das condições de dominação por uma elite, ainda de viés colonial.

Apartir da análise dos dados, pode-se perceber que os entrevistados e os informantes das páginas virtuais, concordam que a infraestrutura de acesso, considerada parte integrante dos serviços e direitos públicos básicos, como o ir e vir, não correspondem ao que se espera de um local turístico. Os relatos demonstraram que o ambiente se encontra desamparado pelo poder público. Isso aponta que as políticas e intervenções não seguem o mesmo ritmo das imagens que vêm sendo projetadas sobre o lugar, sendo a prática diferente do discurso. As fazendas tornam-se obstáculos para a ampliação do turismo e inclusão de novos agentes nas práticas turísticas do município.

Assim, Soure não é apenas o reflexo da sociedade que reside no local, mas o reflexo de um universo social, econômico, político, ambiental e cultural de relações conflituosas e contraditórias entre moradores, fazendeiros, empresas de turismo, representantes do poder público e visitantes. Não se constituindo somente uma reprodução localizada e reduzida da formação social da região, mas um complexo conjunto de relações econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, assim como de relações de poder, que, sem se desvencilhar de uma lógica global, interferem incisivamente nas atividades econômicas locais, na

subsistência e na vida dos comunitários. Destaca-se que a existência do turismo se estabelece condicionada por barreiras simbólicas e físicas causadas pelas porteiras e seus proprietários que se apropriam e ressignificam o espaço.

## REFERÊNCIAS

ALBACH, V. M. **Panorama da pesquisa em turismo nos mestrados em geografia do Brasil**: o caso do mestrado em geografia da UFPR. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 9050/04. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. São Paulo: ABNT. 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2011.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W; GASKELL, G. G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, p. 189-217. 2008.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Relatório do Projeto “Praias de Soure, nosso paraíso marajoara”**. Soure. 2017.

CORDOVIL, J. C. S. **Turismo na Amazônia**: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará. 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2017.

CASTRO, E.; CAMPOS, Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 640 p. 2015.

CORRADI, A. **O turismo rural como oportunidade de negócios no marajó Ocidental – Soure e Salvaterra**. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, Pará. 2009.

CRUZ, R. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca. 2007.

FALCÃO, L. **Turismo em RESEX: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas Resex de Soure e de Curuçá no Pará**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Belém. 2013.

FIGUEIREDO, S. J. L. **Turismo e Cultura: mudança cultural em Soure (Marajó-Pa) em decorrência da exploração do ecoturismo**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 1998.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOSHINO, Y. **Políticas públicas e participação em programa de turismo no município de Soure, Pa**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 2007.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, Belém, ano 5, n. 153, p. 1-29, out. 2000.

MARIN, R. E. A. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. *In*: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. E. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias:**

construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. v. 1, p. 209-228. 2009.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos/ trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2004.

MEGUIS, T. R. B. **Transporte fluviomarítimo e turismo**: A viagem à Soure e as perspectivas de desenvolvimento local. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 2018.

NÓBREGA, W. R. M. **Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia**: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia. 2006.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Pólo Belém – PA**. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing. 2009.

RODRIGUES, D. S. **Revolução Cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: EDUEPA. 2009.

RODRIGUES, Á. F. A. C. **A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará)**. 2018. 331 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 2 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.



SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade. 10. ed. São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados. 1983.

SETRANS. Secretaria de Estado de Transportes. **Mapa da Rodovia Estadual PA-154**. Belém. 2018.

SILVA, M. A. S. **A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

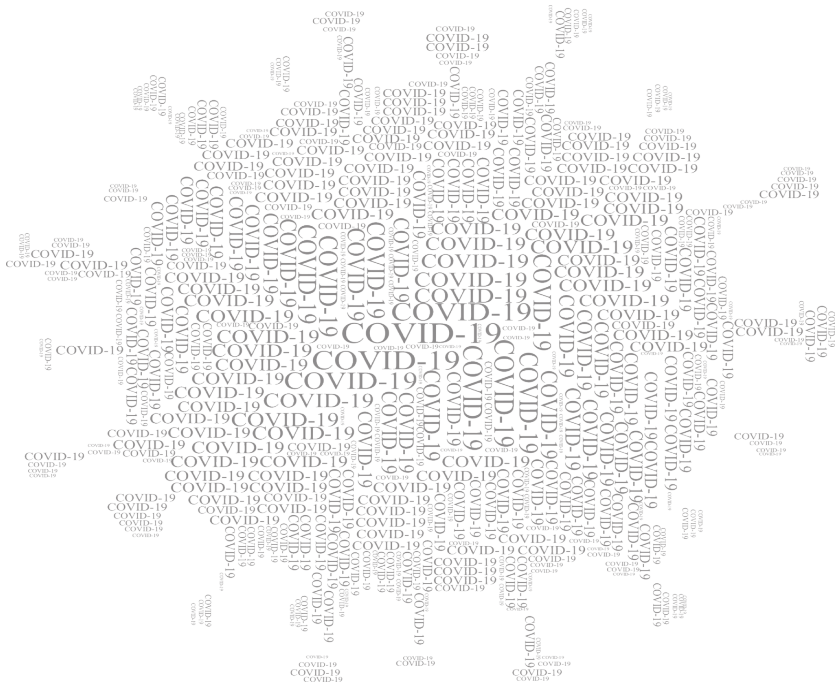
SOARES, E. C. L. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)**. 2010. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, Pós-Graduação em História Social, São Paulo. 2010.

SOUSA, J. O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 6, n. 6, p. 1-18. 2002.

TEISSERENC, M. J. da S. A.; TEISSERENC, P. Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia Brasileira. *In*: TEISSERENC, M., SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de., ESTERCI, N. (org.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: Edufma. 2016.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência. (1850- 1920). Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo. 1993.

XIMENES, T. Oportunidade de análise do desenvolvimento sustentável: a pecuária no Marajó. *In*: XIMENES, T. (org.) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA, p. 335-359. 1997.



# **14 VIVÊNCIAS DA PANDEMIA EM LOCAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS: COMPARAÇÕES ENTRE BRASIL E EQUADOR**

*Jessica Solorzano Orellana*

*Jorge Augusto Santos das Mercês*

*Fábio Fonseca de Castro*

## **1 INTRODUÇÃO**

A implantação das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí (Brasil) e de Paute Molino (Equador) guardam semelhanças quanto ao contexto de realização das obras e com relação às formas de vida imediatamente afetada pelas transformações socioambientais decorrentes das obras de engenharia, que modificaram o curso e vazão do rio, afetando as relações de produção e reprodução social. Estas obras inundaram o território à montante das barragens, o que implicou em deslocamento compulsório de famílias a partir de então expropriadas. Por outro lado, apresentam dessemelhanças quanto à percepção do impacto social de longo prazo pelos atingidos, bem como sobre as características da reterritorialização no local de destino.

O presente artigo sintetiza parte de duas pesquisas em andamento sobre implantação de grandes hidrelétricas, experiência social e campesinato. Nestas pesquisas o foco está nas experiências locais e as dinâmicas históricas que constituíram permanências ou rupturas com formas de vida oblíquas ao capital. No caso específico deste artigo, nosso objetivo é comparar, a partir de uma abordagem etnográfica, apoiada por incursões aos espaços estudados, aos modos de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus em Breu Branco (Brasil) e Amaluza (Equador).

A pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo tanto no Brasil como no Equador. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizados em março de 2023, o Equador registrou mais de 1,3 milhão de casos de Covid-19 e mais de 47.000 mortes relacionadas à doença desde o início da pandemia. No Brasil, igualmente

de acordo com a OMS, foram registrados mais de 32 milhões de casos de Covid-19 e mais de 928.000 mortes relacionadas à doença desde o início da pandemia. No Equador a vacinação foi iniciada em fevereiro de 2021, tendo sido aplicadas, até março de 2023, cerca de 17 milhões de doses de vacinas. No Brasil, a vacinação iniciou em janeiro de 2021, havendo sido ministradas, até a mesma data, cerca de 250 milhões de doses.

Os impactos da pandemia sobre o Equador foram particularmente rigorosos, considerando os desafios que o país enfrentava desde antes da pandemia, notadamente em relação ao desemprego e à desvalorização da moeda nacional. Com a pandemia, o país enfrentou alguns desafios peculiares, quando comparado a outras nações latino-americanas, tanto em função da sua dependência em relação ao petróleo, que provocou crise de abastecimento, como em relação às dificuldades de infraestrutura de saúde em algumas regiões mais remotas e rurais.

Por vez, o Brasil enfrentou desafios similares, com a perda de empregos, o fechamento de empresas e a diminuição da atividade econômica. Além disso, a pandemia expôs as desigualdades sociais e econômicas do país, com populações mais pobres e vulneráveis sendo particularmente afetadas. A isso, acrescenta-se o fato da polarização política ocorrida em torno da pandemia, que levaram o Governo Federal a adotar posturas conflitantes e negligentes em relação à vacinação, ao abastecimento do serviço público de saúde com materiais elementares para o seu bom funcionamento e a uma proposital ação de desinformação a respeito da pandemia.

Os territórios atingidos por barragens para produção de energia hidrelétrica são espaços sociais sob constante pressão e conflito pelas atividades continuadas de gestão e monitoramento da produção energética (Fearnside, 2015; Magalhães, 1992, 1996). Além disso, a construção dessas infraestruturas energéticas está atrelada a discursos de desenvolvimento nacional que geram políticas específicas para esses territórios e populações (Acselrad, 1991, 2010; Malheiro, 2020). No caso da hidrelétrica de Tucuruí, o resultado deste quadro foi a ruptura com a forma de vida baseada no paradigma camponês que Costa (2010) descreveu como T2.

Ou seja, a implantação da hidrelétrica de Tucuruí desarticulou a coerência entre o padrão de atividades que resolviam problemas produtivos e reprodutivos do entorno socioambiental posterior ao barramento do rio Tocantins. No caso da hidrelétrica de Paute Molino, a ruptura com o paradigma camponês não foi tão incisiva, garantindo a permanência de meios de produção autônomos, vinculados à “ganadería” e agricultura, porém com uma grande influência do mercado de trabalho industrial que gerou a construção da hidroelétrica.

A pandemia de COVID-19 aprofundou as tensões econômicas e sociais no mundo todo. Isso não foi uma exceção nos territórios atingidos por barragens. A impossibilidade de mobilização, de trabalhar, de sair e o risco de contágio e morte mostrou o quão frágil é a nossa forma econômica de acumulação e a dependência que mantemos em esquemas de mercado para sobreviver em tempos de crise, o que gerou camadas sociais em extrema vulnerabilidade.

Grandes porções de população, sobretudo de zonas urbanas, perderam seu trabalho/sustento porque 1) ou bem foram demitidos ou 2) seu trabalho “independente” (na maioria dos casos informal) teve que parar. No caso dos locais atingidos por barragens e as populações que viveram os processos de implementação de grandes obras de infraestrutura em seu território, o contexto social e econômico da pandemia não foi diferente. Contudo, as condições socioeconômicas locais e as iniciativas individuais e coletivas conformaram diferentes estratégias de enfrentamento da pandemia.

A hipótese que se levanta nesta pesquisa é que, em contextos sociais atingidos por barragens, a experiência social de enfrentamento da pandemia foi diversa, segundo as características da formação econômica e social local. Nos casos de populações que mantêm seu status camponês, elas tiveram uma maior autonomia em relação ao mercado para enfrentar as novas condições durante a pandemia: isolamento social, abastecimento de alimentos, trabalho, etc., enquanto populações não camponesas tiveram maior dependência do mercado para fazer frente a essas novas condições impostas pela pandemia.

O capítulo constrói-se em torno das seguintes questões: as pessoas dos locais atingidos por barragens, analisados nessa pesquisa,

conseguiram manter o isolamento durante a pandemia de COVID-19? Qual foi o sustento da população durante a pandemia? Quais foram as fontes de renda da população durante a pandemia? Acreditamos que as experiências distintas observadas pela pesquisa auxiliam a compreender as estratégias de reprodução socioeconômica das populações de locais atingidos por hidrelétricas, no contexto pandêmico.

O artigo se propõe a realizar um estudo comparativo, fazendo uso de uma abordagem qualitativa, com entrevistas e observação participante – apoiadas por um campo etnográfico de 20 dias no caso equatoriano e por diálogos com indivíduos que haviam sido os interlocutores de um campo etnográfico realizado durante 30 dias, no ano anterior à pandemia, no caso brasileiro.

## 2 O CASO DE BREU BRANCO

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí constituiu uma obra com significado político-ideológico para o regime militar brasileiro, instaurado pelo Golpe de Estado de 1964. A usina teve suas obras iniciada em 1975, com o processo de escavação do canal do desvio do rio Tocantins, e foi inaugurada em novembro de 1984. Sua função era gerar energia para o Projeto Grande Carajás, que, por vez, visava à exploração mineral da serra de Carajás, no estado do Pará. O projeto foi marcado, em todo o seu percurso, pela ausência de análises de impacto ambiental sérias. Ainda que os estudos e impacto e os processos de licenciamento somente tenham sido estabelecidos em 1986, após a inauguração, foi notório o descompromisso do regime militar brasileiro com as dimensões sociais e ambientais do projeto.

Pode-se relacionar alguns elementos que atestam esse descompromisso: além da ausência de estudo prévio sobre os impactos do represamento do rio e da formação do lago da barragem eles também não foram feitos em relação à construção de estradas de acesso, a instalação de linhas de transmissão de energia, a remoção de comunidades ribeirinhas e nem, tampouco, de perdas de recursos naturais e minerais sob a área alagada.

A ausência de estudos contribuiu para agravar os danos causados pela obra. Primeiramente, os danos bióticos resultantes do alagamento da área da barragem, pois o lago teve seu enchimento iniciado quando apenas 5% da vegetação a ser inundada havia sido retirada, enquanto recomenda-se a remoção de um mínimo de 85%, considerando que, submersa, essa vegetação entra em processo de decomposição, produzindo a emissão de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o metano (CH<sub>4</sub>) (Barros *et al.*, 2015) e, tão grave quanto, tornando as águas ácidas e anóxicas (Souza, 2018), o que ameaça a sobrevivência de diversas espécies.

Os danos sociais causados pela obra foram consideráveis. O deslocamento compulsório ocasionado pela implantação da usina resoa na temporalidade que se abriu com este evento e reelabora esta forma de ser atingido a cada novo acontecimento que remete a esta vivência. Por exemplo: no ano de 1989 foi constatado uma praga de mosquitos que desencadeou epidemia de malária em quatro locais de reassentamento da população atingida (Magalhães, 2007). Como desdobramento desta ocorrência, foram estabelecidas novas negociações destas pessoas com a Eletronorte objetivando solucionar o problema.

Em geral, estas negociações foram concluídas com a renúncia da propriedade mediante indenização. Assim, a sobreposição de incertezas que inviabilizam, por um lado, a pactuação do número de atingidos e, por outro, sobre o próprio escopo vivencial que habilita alguém à categoria de “atingido”, que até então era sinônimo de pessoas passíveis do deslocamento compulsório, relança o problema que deveria ter sido solucionado até 1984 no êxtase futuro da temporalidade inaugurada com a implantação da hidrelétrica.

A segunda etapa das obras de Tucuruí, que visou a ampliação da capacidade geradora de energia da hidrelétrica de aproximadamente 4.000MW para 8.000MW, foi iniciada sem que se firmasse uma solução referente ao passivo socioambiental decorrente das obras concluídas até 1984. Em 2006, e como posto Magalhães (2007), com a duplicação da capacidade geradora da usina efetivada, a cota de inundação foi acrescida em dois metros (de 72m para 74m); ocasionando novos deslocamentos

involuntários, reassentamento, luta por reconhecimento e incremento do conceito de “atingido” para abarcar, na esteira de debate que se desenvolvia desde os anos 1970, qualquer pessoa que teve sua vida modificada pela implantação da hidrelétrica em foco.

A partir desta nova referência vivencial, elaborada no espaço de tensão entre as populações atingidas, a Eletronorte e prefeituras municipais que visavam recursos provenientes de indenizações e royalty, novos municípios além daqueles com áreas inundadas passam a compor o território sob influência da hidrelétrica. Dezesete municípios compõem, atualmente, a área atingida; são: A) a montante: Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará (com área inundada); B) a jusante: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Cametá; e, C), aqueles incluídos como consequência da segunda etapa das obras desta usina: Abaetetuba, Barcarena, Goianésia do Pará, Moju, Nova Ipixuna e Oeiras do Pará.

Foram investidos na obra executada pelas Camargo Corrêa e Queiroz Galvão 7.5 bilhões de dólares, além da contratação de subsidiárias da Eletronorte responsáveis pelo desfolhamento, remoção de matéria orgânica da área inundada e resgate e salvamento da fauna local. A área inundada varia, atualmente, entre 2.850 km<sup>2</sup>, quando o reservatório está cheio, e 2.300 km<sup>2</sup>, quando está no nível mínimo.

A magnitude dos números envolvidos na construção da usina se reflete nos resultados socioambientais produzidos pela implantação da hidrelétrica de Tucuruí: são entre 23.800 e 30.000 pessoas deslocadas compulsoriamente, oriundas de quatorze povoados: Jacundá, vila Delphos, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Pucuruí, Breu Branco, Repartimento Central, Jacundazinho, Jatobal, Remansinho, Altamira, Ipixuna, Vila Tereza do Taurí e Santo Antônio (Rocha, 2005); além daquelas expropriadas às margens do lago e nas ilhas deste a partir da duplicação da capacidade de produção energética da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Em decorrência do deslocamento compulsório causado pela hidrelétrica de Tucuruí, o Novo Breu – um dos locais desta pesquisa – foi destino de duzentas famílias, que fundaram o local que, posteriormente, se tornaria município de Breu Branco. Casas térreas de 47,18m<sup>2</sup>,



com características urbanas, construídas em madeira, contendo três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro, localizada em terreno de 12 metros de frente por 30 metros de fundo (360m<sup>2</sup>) foi o padrão de ocupação residencial da área central de Breu Branco. No entanto, logo que chegaram ao *Novo Breu*, o perfil uniforme das residências construídas pela Eletronorte passou a ser progressivamente alterado.

Apesar do alto índice de fluxo migratório para Breu Branco principalmente durante as ocasiões de atividade de construção da segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, em determinados períodos do enfrentamento das pessoas deslocadas compulsoriamente com a Eletronorte é fácil reconhecer, pelas constantes obras que empenham, a casa de um morador que enuncia o lugar onde mora como herança do *Breu Velho*. Atualmente, conforme Mercês (2017), as casas que receberam pessoas deslocadas compulsoriamente estão amplamente reformadas, guardando pouca ou quase nenhuma característica inicial; e é por meio desta constante transformação na estrutura das casas que os atingidos tentam construir, contemporaneamente, um sentido de habitar ao *Novo Breu*.

De duzentas famílias que originariamente foram reassentadas em Breu Branco, hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima haver 68.500 pessoas, atraídas, sobretudo, pelo fluxo de capitais, emprego e renda que grandes obras como a hidrelétrica de Tucuruí mobilizam. Breu Branco, assim como a região do mosaico do lago de Tucuruí, tem população majoritariamente urbana, com diversificação de serviços e forte presença do setor de comércio na composição da economia local. Portanto, uma das transformações mais aparentes na vida das pessoas reassentadas no *Novo Breu* foi a rápida reconfiguração do ambiente em torno de características modernas de socialidade e solidariedade. Na Imagem 1, a seguir, podemos verificar o impacto desta reconfiguração na morfologia do município.

Imagem 1: área urbana de Breu Branco



Fonte: Plano diretor municipal de Breu Branco, 2006; alterado pelos autores.

A PA-163 foi, por período de aproximadamente uma década, a fronteira entre o solo de característica urbana e aquele composto por vegetação nativa. No entanto, devido à alta atratividade de pessoas que migraram para a região do lago de Tucuruí durante a virada do século XX, pode-se verificar a expansão urbana sobre áreas ao Norte da PA-163. Estas áreas de ocupação recente têm desvantagens comparativas quanto ao acesso à benefícios urbanos relativos à Área Central e aos bairros adjacentes a ela, tendo em vista que a Área Central concentra os serviços públicos e os espaços de lazer.

Esta dinâmica de ocupação do espaço que amplia o uso urbano do lugar, associada às alterações ambientais, como a praga de mosquitos, e aos processos de violência contra a população camponesa local – como o uso de Agente Laranja ou semelhante para desfolhamento de área na qual a Eletronorte vislumbra o linhão de transmissão enquanto os atingidos viam, nelas, zonas de interesse para produção rural; bem como a especulação fundiária no mercado de terras

decorrente da proximidade destas com a hidrelétrica e os serviços que esta proximidade facilitariam – interromperam a trajetória de produção e reprodução social de base agricultora/extrativista, implementando mudanças bruscas nas formas de vida e ocasionando, em Breu Branco, a interdição de modos de produção com algum grau de independência em relação ao regime do capital.

As pessoas que vivem o *Novo Breu* e narram em primeira pessoa a experiência do deslocamento compulsório são idosas, tendo, geralmente, entre setenta e oitenta anos. Em geral vivem de aposentadoria e assistência econômica das filhas e filhos; mais raramente, de netos e netas. Tendo em vista que aquelas pessoas (deslocados compulsoriamente da primeira geração) mantêm vínculo com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o auxílio emergencial – Lei 13.982/20 – não as contemplou e, complementarmente, nenhuma política de amortização dos impactos da pandemia lhes foi objetivamente direcionada.

Por outro lado, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) em Tucuruí e Breu Branco, que poderia ter desempenhado papel de liderança diante dos desafios da pandemia para os atingidos, têm sido desarticulado tanto pelo Estado como por forças reacionárias. Por um lado, Roquevan Alves da Silva, coordenador regional do MAB, foi condenado, em 2016, por explosão, cárcere privado, atentado contra segurança de serviço público essencial e formação de quadrilha por causa de protesto que objetivavam, em 2007, a efetivação do Programa Social dos Expropriados de Tucuruí (PROSET) pela Eletronorte; por outro, Dilma Ferreira Silva, coordenadora regional do MAB, foi vítima de assassinato em 2019, até hoje não solucionado, mas aparentemente relacionado a sua atuação política, tendo em vista que ocorreu no dia internacional da água: 22 de março de 2019.

“Não se vê um atingido por barragem na rua”, era uma compreensão comum em Breu Branco durante a primeira e segunda onda do coronavírus. A justificativa ressaltava, sobretudo, a idade elevada destas pessoas. Na esteira das recomendações por isolamento, algumas famílias optaram pelo acolhimento dos idosos na casa de seus filhos, com objetivo de suprir as demandas de cuidado e atenção que

por ventura viessem a ser necessárias. No entanto, nem mesmo esta iniciativa pode ser considerada como estratégia organizada, abrangente ou exclusiva dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí em Breu Branco.

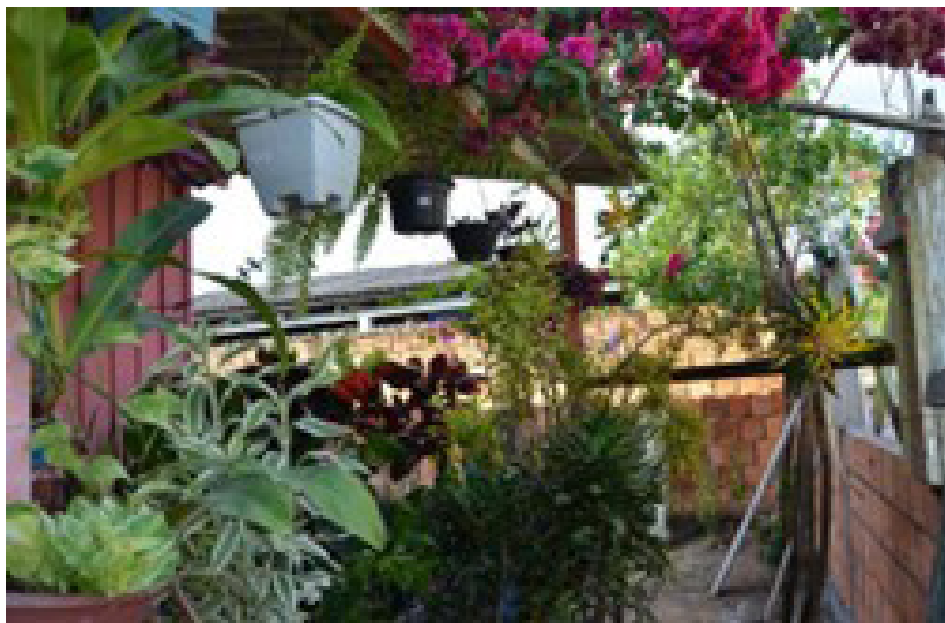
Os habitantes do *Novo Breu* em Breu Branco possuem diversos laços e dinâmicas sociais de suporte à solidariedade. Amizades antigas permanecem, entremeadas de desavenças, desconfianças, inveja e descrédito; que também compõem os sentimentos que interdita estratégias de enunciação de si enquanto sujeito coletivo para além das questões direta ou tangencialmente relacionadas à Eletronorte. No entanto, existem formas sociais de expressão do deslocamento compulsório e uma intersubjetividade que lastreia a generalidade da experiência cultural sensível das pessoas que sofreram o deslocamento compulsório.

Em síntese, esta generalidade que não constitui um discurso sobre si mesma consiste nas seguintes tendências: a) São os únicos moradores que de Breu Branco que justapõe as temporalidades do *Novo Breu* e do *Breu Velho*; b) Há a tendência, quando a Eletronorte é obrigada judicialmente a garantir algum valor monetário a estas pessoas, de elas reformam suas casas no ritmo que outras rendas permitem; c) Há tendência de guardarem seus processos de expropriação e se identificarem, nas arenas públicas, a partir do número deste processo; d) Há tendência de manterem suportes técnicos de memória e mostrá-los quando o assunto versa sobre o *Breu Velho*; e) Há tendência de intentarem uma mimese do *Breu Velho* no *Novo Breu*, sobretudo com a reprodução de lugares memoráveis daquele, neste; porém com funções adaptadas.

Esta última característica pode ser percebida a partir do papel da “liberdade” no relato de O. A.: *Foi difícil [se adaptar no novo lugar]. Até hoje! Até hoje... Eu tô com 31 anos que nós mora aqui, mas sei lá, eu sinto falta do Breu lá. Sinto muita falta porque a gente tinha liberdade, lá a gente pescava, a gente tirava castanha, a gente caçava, a gente tinha tudo.* Podemos compreender a “liberdade” na esteira semântica da “autonomia”, reposicionada na estrutura social do *Novo Breu* em sentido recreativo e melancólico da função que os quintais assumem nesta temporalidade. O cultivo de mamão e outras frutas, de temperos

e plantas ornamentais funciona como atualização de uma atividade interdita pelas consequências do desapossamento que culminou no deslocamento compulsório (Imagem 2).

Imagem 2: Reprodução, no quintal de M. I. da expressão de autonomia



Fonte: trabalho de campo; foto: Vitória Mendes.

Sem efetivo exercício de contenção da disseminação do coronavírus nas redes de suporte à solidariedade intragrupo e sem sujeito coletivo legitimado pelas pessoas deslocadas compulsoriamente que possa falar por eles e com eles como grupo; inseridos na vida urbana comum do município e apartados de meios de produção e subsistência, a não ser por reproduções lúdicas e melancólicas – como se, neste caso houvesse um prazer em lembrar da perda; ou ao menos em não esquecê-las –, as pessoas deslocadas compulsoriamente em Breu Branco foram obrigadas a viver a pandemia na mesma dinâmica de qualquer cidade média na Amazônia brasileira.

Novaes *et al* (2020) chegaram a conclusão semelhante quando se debruçaram sobre questionamento parecido ao deste artigo e no mesmo campo de pesquisa. Retoricamente, a pesquisa assinada por

Novaes *et al* (2020) questiona:

como se reportar a estes [deslocados compulsoriamente pelas obras da hidrelétrica de Tucuruí] neste momento de pandemia de forma particular? A dificuldade denota que não são reconhecidos como atingidos por toda a sua vida, que assume uma identidade, mas são invisibilizados por práticas estatais e da Eletronorte” (p. 862).

Como a mimese em escala reduzida da vida no *Breu Velho* é insuficiente para manutenção de uma estratégia eficiente de reprodução da forma de vida dos expropriados, as táticas adotadas por pessoas deslocadas compulsoriamente em Breu Branco frente ao coronavírus consistiram em divulgação de informação via aplicativo de mensagem WhatsApp e recomendações sobre cuidado com a saúde por meio de redes sociais.

Segundo Novaes *et al.* (2020), algumas lideranças locais, como Esmael Siqueira Rodrigues, presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Agricultores de Tucuruí e Região, e Ilário, membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) concentraram-se em ligar para pessoas vulneráveis e recomendar os cuidados de isolamento e higiene propostos pela Organização Mundial da Saúde.

Em nível cotidiano, a experiência pandêmica foi diversa para as pessoas deslocadas compulsoriamente em Breu Branco e Tucuruí. O. A. viveu os primeiros quatro meses de pandemia em rígido isolamento social, usufruindo de suporte familiar para abastecimento de dispensa e qualquer serviço externo; mas, posteriormente, reelaborou o isolamento em função de demandas de vizinhos, amigos e pessoas próximas. O. L. e I. L., casados, mantiveram isolamento social rígido até a disponibilização de vacina contra Covid-19 e, após vacinados, foram liberados por si e pelos filhos às atividades que eram acostumados a realizar, quando contraíram Covid. Dona N., dona C. e D, todos habitantes da Área Central ou às adjacências dela, receberam suporte

familiar e respeitaram período de isolamento, sobretudo durante a primeira e segunda onda de Covid.

Além destes, alguns não seguiram recomendações de isolamento; outros, por sua vez, desconfiavam da existência do vírus. Em síntese, Breu Branco é uma cidade média; e seus habitantes, mesmo aqueles provenientes do deslocamento compulsório, viveram a pandemia de covid-19 com as mesmas contradições que habitantes de cidades médias na Amazônia, visto que não houve engajamento do Estado ou da sociedade civil na compreensão da situação da primeira geração de atingidos como camponeses ou extrativistas vítimas de desterritorialização.

Durante os anos de 2020 e 2021 algumas mortes de pessoas deslocadas compulsoriamente ocorreram, mas, em âmbito local, não são atribuídas ao Novo Coronavírus pelos próximos: F. A. faleceu em decorrência de diabetes, segundo O. A e dona C., embora a prefeitura de Breu Branco tenha lançado nota de pesar sobre esta morte na mesma estética que fez para as vítimas da Covid. Dona M. I. faleceu em decorrência de complicações de um acidente vascular cerebral; dona L., que apresentou um quadro grave de Covid em 2020, sobreviveu e apresenta como sequela inchaço das pernas, segundo creem os vizinhos, mas sem diagnóstico médico realizado.

O período de pandemia impôs, como cuidado, isolamento social aos deslocados compulsoriamente pelas obras da hidrelétrica de Tucuruí. Por um lado, este cuidado interrompeu, além das visitas cotidianas entre os atingidos – pois não é raro chegar a casa de uma destas pessoas para fazer uma entrevista e sair de lá com duas ou três –, as atividades de socialização que reforçam vínculos sociais, sobretudo a frequência às igrejas, mercados, feira e praça. Por outro, os atores de mediação de conflito, como Ministério Público Estadual, o MAB e a Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências (APOVO), bem como agentes econômicos locais e a Eletronorte, mantiveram suas atividades em ritmo que as pessoas deslocadas compulsoriamente não puderam, em virtude do cuidado consigo, acompanhar.

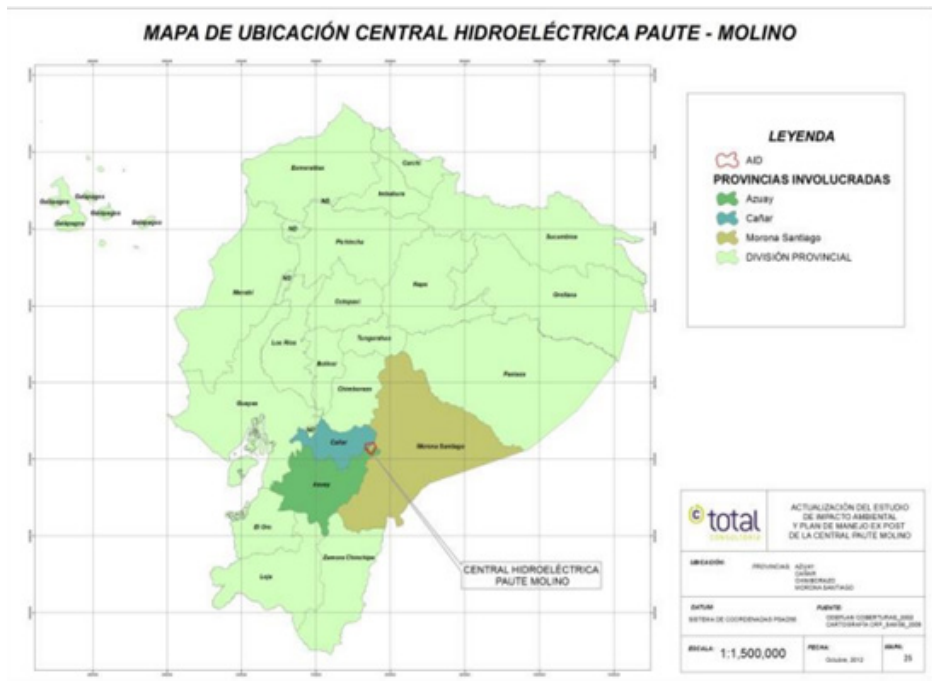
Como consequência do desnível de cuidado relativo à pandemia entre pessoas atingidas e agentes econômicos locais, lotes da Cooperativa dos Expropriados de Tucuquí foram vendidos ou estão sob ocupação de pessoas ilegítimas para este exercício; bem como está prescrito o prazo de pagamento de indenização referente ao Programa Social dos Expropriados de Tucuquí (PROSET), direito conquistado em 2016, que passou a ser pago em 2018 e já interrompido supostamente sem que a totalidade dos beneficiários da decisão judicial tenham sido contemplados.

Em outra frente, o Governo Federal avançou com a privatização da Eletrobrás, que potencialmente contraria os interesses dos atingidos, tendo em vista que esta privatização incorporará novos agentes ao conflito vivenciado pelas pessoas atingidas e potencialmente atrasará decisões favoráveis à estas pessoas, entraves à luta que foram tema de debate em reunião chamada pela APOVO em 28 de junho de 2022 para deliberar ações sobre.

### 3 A HIDRELÉTRICA PAUTE MOLINO EM AMALUZA, EQUADOR

A construção da central hidrelétrica Paute Molino começou a ser avaliada a partir da década de 1960. A “descoberta” do potencial hidrelétrico do rio Paute foi realizada pelo Engenheiro Daniel Palacios, funcionário do “*Centro de Reversión Económica del Azuay Cañar y Morona Santiago* – CREA”, instituição criada na década de 1950 para dinamizar o desenvolvimento regional do centro oriente do Equador e apoiar o desenvolvimento geral do país. O local para a instalação da usina hidrelétrica Paute Molino encontra-se numa tríplice-fronteira *provincial* entre Azuay, Cañar e Morona Santiago.





O projeto Paute Molino foi construído em duas fases: a primeira fase aconteceu entre 1976 e 1983 e a segunda fase se realizou entre 1985 e 1991. O maior volume de obras de engenharia aconteceu na primeira fase e foi quando aconteceram as maiores modificações do território e nas populações que ali habitavam.

O projeto hidrelétrico Paute Molino tem uma capacidade de produção energética importante, aportando 1.100 MW/h ao sistema elétrico nacional, colocando-se como uma das maiores hidrelétricas do Equador. A usina de Paute Molino tem uma altura de 170mts (<https://www.celec.gob.ec/celecsur/index.php/generacion/paute-molino>) e junto com as usinas Mazar, Sopladora e Cardenillo, formam o complexo hidrelétrico Paute Integral. Pela magnitude das obras de engenharia nos últimos 50 anos, no rio Paute, a região é considerada o coração energético do Equador.

A *parroquia* Amaluza é o local escolhido para a presente pesquisa. Encontra-se localizada no lado oriental da cordilheira dos Andes. Na organização político administrativa Amaluza pertence ao *cantón*

Sevilla de Oro, da *provincia* de Azuay. Historicamente, a região é um dos ingressos para a Amazônia centro sul do Equador e, a *parroquia* Amaluza, está atravessada pelo rio Paute onde se localiza o projeto hidrelétrico Paute Molino.

Na atualidade a *parroquia* Amaluza tem uma população de 1.423 pessoas, repartidas entre sete comunidades: *Paguancaiy, Santa Rita, La Hermita, San Pablo, Consuelo, Amaluza (centro), San José de Guarumales*, e três *campamentos: Arenales, Piedras coloradas e Guarumales*, todos localizados na beira da estrada “*Guarumales -Mendez*”. A maior quantidade de população indenizada pelas obras de construção da usina Paute Molino localizara-se em: *Amaluza (centro), Arenales e Piedras Coloradas*. Embora, a dinâmica socioeconômica da *parroquia* completa tenha sido modificada com a implementação de Paute Molino.

#### 4 AMALUZA, ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA ANTES DA HIDRELÉTRICA

A *parroquia* Amaluza tem sido historicamente povoada. Uns poucos anos antes da construção da hidrelétrica Paute Molino a *parroquia* estava enfrentando processos de reforma agrária e colonização, estimulados pelas necessidades de garantir o acesso à terra dos povoadores locais e apoiados institucionalmente pelo Estado. Desta forma, o acesso à terra, nessa região, não esteve definida por um mercado de terras, senão por processos de reivindicação social que conseguiram, finalmente, que as pessoas que aí moravam conseguissem a propriedade da terra.

As terras que estavam em disputa, para executar a reforma agrária, tinham grandes extensões de cultivos de milho, *papa china, caña de azucar, frejol, camote, naranjilla*, etc., enquanto as terras que eram consideradas para a colonização eram bosques, aos quais a população chegava para abrir novas unidades produtivas agrícolas, com os mesmos produtos que já produziam. Também existia uma importante produção de destilados de álcool.

Amaluza encontrava-se pouco comunicada com o resto da *provincia* por falta de estradas. A população dessa *parroquia* mobilizava-se por *trochas* que atravessavam cultivos e/ou bosques para a comercialização dos produtos agrícolas que se produziam. Toda a produção agrícola era

organizada sob a forma da economia camponesa: mão de obra familiar, com foco no autoabastecimento do lar e na venda dos excedentes para obter dinheiro e comprar aquilo que não se produzia na unidade familiar.

A organização do trabalho não estava atrelada, completamente, a um mercado de mão de obra senão que outros mecanismos de organização social prevaleciam, entre eles a *minga*, forma de organização comunitária muito importante nos Andes e de origem indígena. A *minga* consiste na colaboração nos trabalhos em unidades produtivas de parentes ou amigos para ajeitar o terreno, semear ou recolher os produtos agrícolas em troca de que todos colaborem nos trabalhos dos outros. O mecanismo da *minga* permite ter acesso a maior quantidade de mão de obra em momentos em que se precisa maior intensidade de trabalho. Em Amaluza, antes da chegada da hidrelétrica, as *mingas* eram muito frequentes.

Pouco antes do início da construção da hidrelétrica, a instituição CREA começou a construção da estrada na *parroquia* Amaluza o que dinamizou muito o comércio na *parroquia* pela possibilidade de levar os produtos para outros locais e pelo próprio trânsito de pessoas.

A construção da Hidrelétrica Paute Molino começou no ano 1976 e movimentou, ao redor de 3.000 pessoas de outras regiões do Equador para participar nas obras de construção. Também se incorporou na construção de mão de obra local. A organização da moradia dessa população toda foi através de acampamentos construídos pela empresa construtora Impregilio e por diversas contratistas.

O local de construção dos acampamentos foi o setor de Arenales e Amaluza Centro que eram os povoados mais próximos das áreas de construção. Para isso foram indenizadas ao redor de 20 propriedades e as famílias que moravam ali, foram deslocadas. O deslocamento dessa população foi responsabilidade das próprias pessoas que, nalguns casos, procuraram colocar suas casas em locais perto para manter seus cultivos e, em outros casos, com o dinheiro da indenização migraram para a capital da *provincia*, Cuenca.

Com a chegada da hidrelétrica e a necessidade de mão de obra, em Amaluza, se dinamiza um mercado de mão de obra local e regional. Com

a construção dessa infraestrutura a organização do trabalho se modifica profundamente, ao igual que a quantidade e a fonte dos ingressos da população local. O emprego na empresa construtora e contratistas vira uma das opções laborais mais atrativas. O trabalho agrícola, a partir desse momento, se modifica por duas razões: primeiro, a nova opção laboral nas empresas construtora e contratistas; segundo, os câmbios nos cultivos.

A opção laboral nas obras de construção da hidrelétrica Paute Molino, para a população local de Amaluza, supôs a possibilidade de emprego com contrato e salário, pelo que muitas famílias reduziram seus cultivos para dedicar seu tempo nesse novo emprego. Enquanto às mudanças nos cultivos, não existem estudos a respeito, porém as pessoas reportam que, a partir dessa época, as pragas foram mais frequentes e impediam a continuidade de grandes extensões de cultivos. Frente aos problemas nos cultivos, a população de Amaluza, de forma progressiva, mudou para a criação de gado (para produção de leite e carne) como nova opção produtiva.

A construção da primeira e segunda fase da usina Paute Molino foi concluída em 1991 e, para essa época, a população de Amaluza pede para ser realocada na área utilizada para os acampamentos de obreiros. Depois de vários processos, pressões e mobilizações da população se consegue que as antigas propriedades indenizadas, agora com infraestruturas, sejam entregues para a população. Contudo, ao ser propriedade pública esses terrenos foram entregues através de um comodato legal, com duração de 100 anos. Com essa figura legal, as pessoas que moram atualmente em Amaluza Centro não podem ter escrituras legais sobre os locais que estão utilizando como moradia.

## 5 AMALUZA NA PANDEMIA

Depois da construção da hidrelétrica, a população obreira que morava nos acampamentos, foi embora de Amaluza ao igual que muitas pessoas que perderam seus empregos com o término das obras construtivas. Nos acampamentos ficaram, de forma exclusiva, trabalhadores vinculados à operação e manutenção da hidrelétrica.

A parroquia de Amaluza passou a ser um lugar predominantemente ganadeiro e as famílias mantiveram pequenos cultivos para autoabastecimento e venda de excedentes.

O início da pandemia tomou de surpresa a população. Todos estavam alertas e assustados com a nova doença desconhecida (entrevista E. C.). Durante todo o tempo da pandemia as atividades de geração hidrelétrica se mantiveram ativas pelo que os acampamentos também permaneceram funcionando, somente que impuseram várias restrições de mobilização para os trabalhadores (entrevista J. A.).

Sendo que Amaluza foi uma *parroquia* com altas taxas de migração, sobretudo nos momentos de não construção de hidrelétricas, surpreendeu muito que no momento da emergência sanitária, muitas pessoas voltaram temporariamente para morar na *parroquia*, nas casas de parentes (entrevistas várias) o que demonstra que, em geral, não migram as famílias completas, senão que se mantêm parte das famílias em Amaluza. Entre os motivos para esse retorno estiveram a sensação de maior segurança em Amaluza que em outras cidades, devido a ter maiores probabilidades de contágio; a perda de empregos em outras cidades, pelo que voltar à casa da família era a melhor opção econômica (entrevistas várias).

Pelas restrições de mobilidade que foram implementadas, no território nacional equatoriano, a compra de alimentos foi complicada para algumas famílias da *parroquia* e do *cantón* por esse motivo a *Junta Parroquial* organizou que seja comprada a produção dos agricultores locais para que seja vendida e entregue nos domicílios, evitando assim escassez e o deslocamento da população para a procura de alimentos. Essa iniciativa foi pensada e impulsionada pela *junta parroquial* como uma iniciativa solidária para apoiar tanto os pequenos produtores agrícolas que não podiam sair para vender seus produtos, quanto para apoiar as famílias que não podiam sair para comprar alimentos. Assim, nessa atividade uma frase se repetia “Nos ajude a ajudar”

“hoy más que nunca necesitamos la solidaridad entre nosotros. La vida de los pobladores no es igual. Económicamente, somos desiguales,

desequilibrados. Unos tenemos un poquito más y otros un poquito menos. Y en este problema de la salud, nos encontramos en emergencia ya varios días y no sabemos cuándo se va a terminar, es necesario que echemos una manito para los que menos tienen y en eso estamos aquí con los compañeros, andando, tratando de ayudar a los que más no tienen y también servir a los que tienen. De alguna forma, con la venta de estos productos, vendiendo a precios cómodos, que no es una manera de lucrar, sino más bien de servir a los pobladores de la zona”. (depoimento, membro da *junta parroquial*) <https://fb.watch/dcMD7BZoQA/>.

O que se comercializava eram verduras e sementes com preços justos. Junto com essa iniciativa se organizou a canalização de ajudas alimentícias do Estado, doadas pelo *Ministerio de Inclusión Económica y Social* – MIES, que repartiu alimentos na escola de Amaluza Centro. Nesse sentido, a população não sentiu que existia falta de alimentos, ninguém foi afetado por isso.

De forma complementar, para impulsionar os cuidados das famílias se realizaram informativos para o uso obrigatório da máscara durante a emergência sanitária (<https://www.facebook.com/100004219117136/videos/1765980286885925/>). Não existiram movimentos opostos ao uso de máscaras ou contrários à vacinação.

Devido às restrições de mobilidade e de aglomerações a educação a nível nacional passou a ser remota. Pelas limitações de acesso a internet de qualidade que existiam em Amaluza quando começou a pandemia, a *junta parroquial* assinou convênios com a empresa CELEC (empresa pública administradora da Hidrelétrica Paute Molino) para a dotação de internet em comunidades rurais para que consigam fazer as aulas online.

Sobre a COVID-19 especificamente, muitas pessoas se contagiaram. As maiores taxas de contágio foram no final de 2020 e inícios de 2021

(entrevista junta paroquial; entrevista subcentro). As pessoas que conseguiram tratar a doença em casa o fizeram com remédios naturais para diminuir os efeitos do COVID-19. O fato de que as pessoas têm hortas em casa facilitou o acesso a plantas medicinais. Os remédios usados foram chás de mortiño, cascarilla, sauco, escancel, ortiga, entre outros (entrevistas várias). As pessoas que ficaram graves com COVID-19 tiveram que ir para hospitais em cidades maiores (Paute, Cuenca) pela gravidade do contágio. Porém muitas pessoas tinham medo de ir ao hospital pelos rumores de que quem era entubado não tinha muitas possibilidades de sobreviver (entrevistas várias).

Durante a pandemia as atividades produtivas da população de Amaluza continuaram. A ganadería junto com a entrega do leite diária se manteve, porém o preço do litro de leite diminuiu muito. Da mesma forma, as atividades de cultivo de alimentos também continuaram. Depois das ondas fortes de contágios pela COVID-19 muitas pessoas, novamente, migraram, muitas fora do país.

## 6 CONCLUSÕES: HIDRELÉTRICAS, EXPERIÊNCIA SOCIAL E PANDEMIA

Grandes empreendimentos hidrelétricos, atrelados à ideia de desenvolvimento nacional, obrigam que os usos de recursos naturais, no caso a água, sejam priorizados para a produção energética e que se criem condições para seu pleno aproveitamento (Fearnside, 2015). Para isso instalam-se infraestruturas que afetam sensivelmente outros tipos de usos consuntivos da água, tal como pesca, lazer e transporte. Também, o uso do território no entorno do rio é modificado porque, geralmente, essas infraestruturas colocam restrições de uso do solo e das águas por questões de segurança industrial (Magalhães, 1992). De forma complementar, junto com a implementação dessas infraestruturas, sobretudo na fase de construção, forma-se espaços urbanos para habitação das populações trabalhadoras atraídas pelo fluxo de capital e/ou àquelas deslocadas compulsoriamente (Monte-Mor, 2007).

Essas restrições de segurança industrial se articulam com políticas estatais de governo territorial que, na prática, convertem-se em

restrições sobre outras atividades econômicas locais que utilizavam ou utilizam o território de formas diversas, porém sem articulação com o discurso de desenvolvimento nacional (Fletcher, 2017; Congilio, 2017), que passa a ser o recurso narrativo de legitimação de forças prescritivas e restritivas que atuam sobre as diversas lógicas econômicas, seja de cunho produtivo ou reprodutivo, que se articulam no território. Assim, não só questões físicas de infraestrutura tensionam os usos locais do território, senão também as lógicas sociais e econômicas decorrentes dessas intervenções passam a serem articuladas sobre o eixo narrativo do desenvolvimento nacional, seja para aproximarem-se deste eixo ou se afastarem dele.

Esta é a experiência social das populações de Breu Branco (Brasil) e de Amaluza (Equador) que foram atingidas, respectivamente, pela construção da barragem de Tucuruí e de Paute e que procuramos reportar neste artigo. Compreendemos experiência social como as vivências e processos subjetivos e intersubjetivos (Schutz, 2012; 2018) partilhados e, eventualmente verbalizados, pelos indivíduos de um grupo, tanto diante de contextos amplos e estruturais da vida social como também de eventos e fatos intercorrentes – como a pandemia de Covid. Buscando compreender as sensibilidades produzidas a partir do impacto da construção das barragens e usinas de Paute e Tucuruí, exploramos, em nossas pesquisas, as experiências intersubjetivas, ou seja, aquelas socialmente partilhadas, produzidas a partir dos conflitos produzidos em torno da construção dessas usinas, incluindo as experiências físicas, emocionais e cognitivas.

As tensões ambientais e socioeconômicas experienciadas por essas populações se sobrepõem nos locais atingidos por barragens, os quais são habitados por pessoas – seres sociais que tem sentido a sua realidade influenciada pela presença de atividades econômico-produtivas como a produção de energia hidrelétrica, desenvolvidas em prol de circuitos longos de economia vinculados à narrativa que toma o desenvolvimento nacional como objetivo, porém esta condição impõe efeitos diretos sobre suas próprias atividades econômico-produtivas locais.



As hidrelétricas de Tucuruí e Paute Integral foram construídas na década de 1970 e começaram seu funcionamento na década de 1980. O contexto político-administrativo das duas hidrelétricas esteve marcado pela liderança de governos militares ditatoriais, da época do desenvolvimentismo latino-americano (marcado por processos de industrialização e substituição de importações). Naquele período a reconfiguração de ocupação populacional em grandes regiões rurais dos dois países foi profunda e, neste contexto, para a construção dessas duas barragens foi preciso o deslocamento de população que se encontrava nas zonas a serem alagadas e, em casos reconhecidos e negociados pelas empresas estatais encarregadas dessas obras (Eletronorte no Brasil, INECEL no Equador), parte dessa população foi realocada em novos espaços, nos quais instauraram novas dinâmicas socioeconômicas.

Essa mudança na localização da população trouxe duas alterações fundamentais em suas formas de vida, o que teve influência direta na experiência desses locais: primeiro, a mudança das regras de posse da terra, antes vinculadas à capacidade de trabalho do “dono” e, agora, atrelado à propriedade jurídica formal; criando, assim, condições para o aparecimento de mercado de terras. Segundo, a diversificação socioeconômica de camponeses agrícolas e extrativistas em novas categorias de emprego vinculados à lógicas urbanas, já que o aproveitamento de recursos naturais, com fins econômicos, como tinha sido feito até esse momento, passou a ter restrições e ser retirado do repertório de possibilidades produtivas locais.

O grau de efetividade com o qual estas mudanças foram impostas a partir da instalação de grandes obras a serviço do capital variou entre Breu Branco e Amaluza, permitindo maior autonomia produtiva e reprodutiva aos atingidos pela barragem no Equador. As opções de cuidados frente à pandemia incluíram, em Amaluza, alternativas que aos atingidos que habitam Breu Branco não puderam alcançar, como o controle inflacionário do preço dos alimentos a partir da produção local, bem como produzir localmente. A dependência em relação ao mercado formal para aquisição de alimentos intensificou a sensação

de dependência em relação aos familiares pela primeira geração de expropriados pela hidrelétrica de Tucuruí.

Por outro lado, em Breu Branco, práticas de sociação (SIMMEL, 2021), que reforçam laços de amizade e pertencimento, foram atrasadas durante os períodos de maior taxa de transmissão e óbitos, sobretudo em 2020 e início de 2021. Amaluza, por sua vez, amortizou a sensação de isolamento para os mais velhos, tendo em vista que este lugar foi interpretado como refúgio, seja em relação aos impactos diretos do novo coronavírus; seja em relação aos impactos indiretos, sobretudo em relação ao aumento do custo de vida e, ao mesmo tempo, em relação ao desemprego. Na condição de refúgio, Amaluza produziu novas dinâmicas de sociação ao atrair antigos moradores de volta para a *parroquia*.

Caberia precisar que mencionamos a noção de sociação a partir de Simmel (2021), compreendendo que o termo nomeia processos de interação social entre indivíduos que estão reunidos em dados grupos sociais. Simmel entende que a sociedade é formada por uma série de interações sociais, que por sua vez produzem padrões sociais mais amplos, os quais se transformam diante de mobilizações específicas da vida social, como, por exemplo, a necessidade de enfrentamento da pandemia. Simmel enfatiza que as relações sociais são dinâmicas e estão em constante mudança, e que as ações dos indivíduos são moldadas pelas expectativas e normas sociais que surgem a partir das interações sociais.

Em termos de suporte infraestrutural para cuidados com os casos graves da Covid-19, também houveram diferenças entre os dois lugares: Amaluza não tem hospital e leitos de próprios para atendimento à população, o que obrigava deslocamento até Paute ou Cuenca, cerca de 120 kms de distância. Embora Breu Branco tenha tido parte de seus doentes graves atendidos pelo hospital de Tucuruí, a proximidade entre os municípios e o constante trânsito dos moradores entre eles fez com que não houvesse sensação de ausência de suporte médico-técnico, em geral; embora os períodos da primeira e segunda onda de Covid-19 tenha sobrecarregado os leitos de UTI na região.

Quanto ao contágio e óbitos, não se pode precisar a diferença entre uma e outra experiência de atingidos por barragem. Talvez, se a permanência de traços de forma de vida camponesa não funcionou como garantia de supressão da disseminação do vírus durante os anos de 2020 e 2021, ao menos estes traços permitiram amortizar efeitos indiretos da pandemia; dentre eles, a sensação de isolamento com a qual conviveu a primeira geração de deslocados compulsoriamente em Breu Branco.

A importância local da amortização dos impactos secundários da pandemia evidencia-se no desafio ao tempo que enunciam Amaluza, ao afirmarem que perceberam a importância da autonomia alimentar durante a pandemia. Desta forma, ressaltam a efetividade prática de uma característica que lhes era comum na temporalidade anterior ao deslocamento compulsório. Enquanto Breu Branco temporaliza a experiência de fatura no êxtase presente-passado da temporalidade; Amaluza reforça sua importância como projeto no privilégio ao êxtase presente-presente da temporalidade ao mesmo tempo em que reafirma o seu compromisso com o êxtase presente-futuro.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 18, p. 158-192, 2010.

ACSELRAD, H. Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental Na Amazônia: Crônica do Deslocamento de Populações em Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 53-68, 1991.

AGROMAX responsável pelo agente laranja. **O Liberal**, Belém, 26 de janeiro de 1984. Caderno Local.

BARROS, K. D. das N.; BRABO, M. F.; FERREIRA, A. C. Impactos de usinas hidrelétricas sobre os recursos pesqueiros amazônicos: os casos de Tucuruí e Belo Monte. **Gaia Scientia**, v. 14, n. 4, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/51868>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CONGILIO, C. Dos caras de la minería en el sudeste paraense: la extracción minera como base material del neodesarrollismo. *In*: Feliz, M., Pinassi, M. (comp). **La Farsa Neoliberal**, p. 195 - 214. Herramienta Ediciones, Buenos Aires, Argentina. 2017.

FEARNSIDE, P. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FLETCHER, R. Environmentality unbound: Multiple governmentalities in environmental politics. **Geoforum**, v. 85, p. 311-315, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

COSTA, F. **Mercado e produção de terras na Amazônia**: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. **Bol. Mus. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum. Belém, v. 5. n. 1, p. 25-39. 2010.

MALHEIRO, B. C. Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.

MAGALHÃES, S. M. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasi; Universidade Paris 13, França, 2007.

MAGALHÃES, S. M. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Zoologia, Belém, v. 8, n. 1, p. 25-64, 1992.

MAGALHÃES, S. M. O desencantamento da Beira - reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela UHT. *In*: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (org.) **Energia na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará. 1996. p. 698 - 745.

MERCÊS, J. **Memórias da promessa e do fim do mundo**: experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí [Dis.]. Belém: UFPA/PPGSA, 2017.

MONTE-MOR, R. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. *In*: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (ed.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

NOVAES, J.; MARIN, R.; RODRIGUES, E.; SABINO, T.; MACEDO, L. Na “primeira onda” da pandemia de Covid 19 - Expropriados e moradores do lago da UHE Tucuruí. *In*: ALMEIDA, A. W.; MARIN, R.; MELO, E. **Pandemia e Território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO. **Plano Diretor Municipal** (2006). Disponível em: [http://sseidurb.pa.gov.br/pdm/breu\\_branco/Plano\\_Diretor](http://sseidurb.pa.gov.br/pdm/breu_branco/Plano_Diretor). Acesso em: 13 dez. 2016.

ROCHA, G. Reordenamento territorial e político-institucional e desenvolvimento local na Amazônia: o caso de Tucuruí. **Anais do X Encontro Nacional de Geógrafos da América Latina**, 2005.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SCHUTZ, A. **A Construção significativa do mundo social:** uma introdução a sociologia compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SIMMEL, G. **Sociologia:** Estudos sobre as formas de sociação. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021.

SOUZA, F. **Os impactos sociais e ambientais da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí.** Disponível em: <https://ferdinandodesouza.com/2018/04/19/os-impactos-sociais-e-ambientais-da-construcao-da-usina-hidreletrica-de-tucuruí/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

# **15 A INVASÃO DA MONOCULTURA DA PALMA DE ÓLEO NO NORDESTE PARAENSE E O COMPROMETIMENTO À SOBERANIA ALIMENTAR DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA)**

*Diego Mendonça*

*Nirvia Ravena*

## **1 INTRODUÇÃO**

A partir da segunda metade do século XX, o governo federal passou a estimular política e financeiramente a entrada de megaprojetos dos mais diferentes setores da economia na Amazônia brasileira. Sob as justificativas de promover a sua integração nacional com o restante do país e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de seus territórios, instituições públicas – como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – garantiram a concessão de vantagens competitivas para a iniciativa privada. De acordo com Oliveira (2017), isso permitiu com que inúmeros empreendimentos nacionais e internacionais se estabelecessem e fortalecessem seus domínios na região.

Nas últimas décadas, com a intensificação gradual concedida à reprodução de modelos predatórios na Amazônia brasileira, seja por meio do estímulo concedido por políticas públicas ou por pressões exercidas por empresários e demais agentes detentores de hegemonia financeira, observa-se movimento de expansão de diversas atividades produtivas na região (Almeida *et al.*, 2019). Dentre as principais, encontram-se aquelas provenientes dos setores energético, agropecuário, madeireiro e mineral; que, na realidade, para além dos discursos articulados por governantes e empresários a favor da sua introdução, objetivam, à frente de demais interesses, a exploração dos recursos naturais locais para fins econômicos; enquanto, ao mesmo tempo, consomem corpos, forças de trabalho e terras de boa parte de seus habitantes – forçando-os, por vezes, a inserirem-se em dinâmicas regidas prioritariamente pelas engrenagens do capital (Castro, 2018).

Inclusa no grupo de atividades que se popularizaram na região, a monocultura da palma de óleo expande-se em ritmo exponencial há, pelo menos, duas décadas – sobretudo em municípios localizados na mesorregião Nordeste do estado do Pará. Intensificada pela promulgação de ações governamentais, como a Política Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB), o Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo (ZAE-Dendê), o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) e o Selo Combustível Social (SCS), a agroindústria do dendê formalizou a sua cadeia produtiva na Amazônia através da fabricação do óleo de palma (Ferreira *et al.*, 2016).

Dentre os municípios da mesorregião paraense onde o processo de ascensão na produção da *commodity* ocorre de forma exponencial, Tomé-açu destaca-se no contexto amazônico em virtude da intensificação das pressões socioambientais provenientes do movimento de irrupção da monocultura da palma de óleo sobre seu território e cidadãos; alterando dinâmicas sociais e produtivas de comunidades rurais, além de subordinar seus membros aos interesses financeiros particulares do setor (Costa *et al.*, 2014; Carvalho, 2016; Mota *et al.*, 2019). Neste sentido, a expansão da monocultura é responsável por incentivar intercorrências que afligem ecossistemas e residentes da zona rural do município – como agricultores familiares, populações indígenas e quilombolas – habitualmente marginalizados por boa parte da sociedade civil e por representantes governamentais.

Em 2020, durante o pico global da pandemia de Covid-19, a empresa Brasil Biofuels S.A. (BBF) realizou a aquisição da maior iniciativa do setor do biodiesel situada em Tomé-açu: a Biopalma. Atualmente, as instalações da BBF no estado do Pará detêm cerca de 4.000 mil funcionários ocupando diferentes esferas produtivas (BBF, 2022). Dentre os valores defendidos pela empresa em plataformas oficiais (e difundidos nas demais mídias nacionais), ressalta-se o estímulo por ela concedido a um hipotético modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia a partir do movimento de expansão da monocultura do dendê na região. Vale ressaltar que a empresa responde por uma série de processos na Justiça Federal, movidos nas esferas civil e criminal,



justamente por conta de irregularidades socioambientais provenientes da ampliação de suas atividades no município (O LIBERAL, 2022).

Em maior ou em menor grau, uma importante parcela dos impactos perpetuados pela monocultura da palma de óleo incide sobre a soberania alimentar de habitantes da zona rural de Tomé-açu. Dentre eles, agricultores familiares trazem relatos dramáticos sobre os problemas relacionados à absorção de suas terras por conta do avanço das atividades produtivas que compõem a cadeia do óleo de palma (Nahum; Malcher, 2012). Seja por meios legais (através da aquisição do título ou do arrendamento de seus lotes por parte da iniciativa privada) ou ilegais (a partir de invasões arquitetadas por empresas do dendê a terrenos pertencentes a proprietários formais), estes agentes são pressionados de forma progressiva pela força do capital; que passa a influenciar boa parte de suas interações com o meio em que vivem (Mota *et al.*, 2019) – gradualmente capturando-os por conta da evolução da cadeia da *commodity* no município.

Atuando como uma cadeia produtiva local, a palma de óleo na Amazônia se constitui como uma das *commodities* das *Food Chains* que estão, através da autorregulação e do estabelecimento de dispositivos certificadores, obnubilando a atuação de grandes empresas que praticam um *land grabbing* sofisticado. Essa indução de conflitos agrários com comunidades tradicionais é uma prática de violação do direito ao território das populações locais que ancestralmente ocupam a Amazônia (Almeida, 2012).

Ainda que opere de forma violenta nas perspectivas ambiental e social – considerando, por exemplo, o uso excessivo de agrotóxicos nos plantios de dendê e a brutalidade com a qual a palma de óleo se incrusta como monocultura na Amazônia – na Governança Transnacional, a *commodity*, de um modo geral, recebe apoio através das certificações concedidas pelas *Multistakeholder Initiatives* (MSI), como a *Round Table of Sustainable Palm Oil* (RSPO); que funcionam como dispositivos de camuflagem a tais violações (Ravena *et al.*, 2019).

Neste sentido, o presente artigo objetivou concentrar seus esforços analíticos na proposição de reflexão acerca das consequências socioambientais promovidas pela invasão da monocultura da palma

de óleo à soberania alimentar de agricultores familiares residentes de comunidade rural de Tomé-açu – tomando como base, para a apreensão de dados, a análise qualitativa. Para tal, foram consideradas: a) as perspectivas pessoais oferecidas por estes agentes sociais (que são atingidos diariamente pelo espraiamento de tal economia); b) as constatações apreendidas pelos pesquisadores após pesquisa de campo no território em questão; e c) as definições teóricas oferecidas por bibliografias que também exploraram temáticas similares às tratadas pelo estudo no contexto amazônico.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1 Área de estudo

Tomé-açu localiza-se na mesorregião Nordeste do estado do Pará (Figura 1), a cerca de duzentos quilômetros da capital Belém. O município dispõe de extensão territorial próxima a 5.145,3 km<sup>2</sup>, possuindo 62.854 habitantes residindo em seu território – com o equivalente a 56% (35.198) deles vivendo em zona urbana e 44% (27.656) em zona rural (IBGE, 2016; IBGE, 2022). Tal como se verifica em diversos outros municípios da região amazônica, seu território dispõe de reduzido percentual de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (com valor correspondente a 0,586) e concentra suas principais atividades produtivas nos setores primário e terciário (IBGE, 2022).

Ao longo do século passado, Tomé-açu passou por modelo de colonização particular, incentivado pela chegada de imigrantes japoneses ao município a partir da década de 1920; resultado, por sua vez, de acordo firmado entre Brasil e Japão para atrair imigrantes orientais para a Amazônia (Tafner Júnior e Silva, 2011). Agricultores vindos do Japão enxergavam nas terras da região a possibilidade de expandir suas produções agrícolas de forma equilibrada (Kato e Takamatsu, 2005). A partir da década de 1970, com o declínio do ciclo da pimenta do reino implementado por imigrantes orientais – devido a questões fitossanitárias envolvendo a propagação da doença fusariose pelos pimentais – os agricultores locais decidiram buscar novos

arranjos produtivos que garantissem maior segurança alimentar para suas famílias, passando a cultivar consórcios de espécies florestais e agrícolas, denominados posteriormente de Sistemas Agroflorestais (SAF) (Bolfe e Batistella, 2012).

Indo na contramão da diversidade produtiva incentivada por modelos como os SAF, a monocultura do dendê passou a expandir-se com maior intensidade pelo município em meados dos anos 2000, justamente após a instituição da PNPB por parte do Governo Federal – que possuía como principal finalidade a inserção do biodiesel na matriz energética nacional; além do incentivo à implementação de formato de “desenvolvimento sustentável” socialmente inclusivo em territórios localizados na região amazônica (Castro, 2018). Entretanto, a formalização da cadeia produtiva do óleo de palma do dendê, nos últimos anos, trouxe consigo graves impactos socioambientais para populações e ecossistemas de Tomé-açu, alterando profundamente suas respectivas resiliências (Mota *et al.*, 2019).

## 2.2 Metodologia

O estudo baseou-se em pesquisa de campo realizada no mês de abril de 2022 no município de Tomé-açu (PA). Como ferramentas metodológicas de investigação da(s) realidade(s) apreendida(s) durante o período de campo, recorreu-se à observação direta e à análise de paisagem, que garantiram, por meio da interpretação da diversidade de interações estabelecidas entre os agentes analisados pela pesquisa (seja entre si ou com o ambiente no qual residem), a captação de elementos sutis que compunham suas respectivas dinâmicas relacionais (Bruyne *et al.*, 1977; Garcia Filho, 1995, p.18; Yin, 2015). Neste primeiro momento, além do auxílio de caderneta de anotações, foram produzidos registros fotográficos dos territórios visitados.

A comunidade rural selecionada para a realização da pesquisa de campo é denominada “Trinta Lotes”; localizada a aproximadamente dez quilômetros da sede municipal de Tomé-açu. Até o presente momento, agricultores familiares ainda constituem a maioria de seus habitantes – apesar da pressão fundiária exercida pela ocupação da monocultura do

dendê na região já ser experimentada por estes agentes, intensificando-se de maneira progressiva devido à atuação da BBF e de outras empresas de fora do município, que operam a partir de um modelo de especulação de terras loteadas, pressionando-os a vendê-las ou arrendá-las. As principais atividades produtivas empreendidas por estes agricultores são: o cultivo de SAF diversificados, a plantação de mandioca e a criação animal (aves e suínos). A escolha da comunidade em questão para compor a presente análise ocorreu em virtude da compreensão da dinâmica local de espraiamento da monocultura da palma de óleo; percebida tanto pela espantosa quantidade de lotes ocupados por espécies em fase adulta, quanto pelo grande número de veículos automotivos de carga (pertencentes aos empreendimentos do dendê) que circulam por suas vicinais, transportando toneladas de palma e dificultando o tráfego terrestre e até mesmo o acesso à comunidade.

No decorrer da etapa de campo, além da realização de entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares da comunidade rural selecionada, também foram entrevistados diferentes habitantes residentes de zona urbana de Tomé-açu (denominada Núcleo Quatro Bocas), com o intuito principal de compreender a pluralidade de percepções por eles estabelecidas a respeito: dos impactos socioambientais provenientes da propagação da dendeicultura no município; e da intensificação da influência exercida pela BBF sobre os agricultores familiares. Dentre os entrevistados nesta fase, incluíram-se: parentes de funcionários da BBF, ex-funcionários públicos e a liderança local da comunidade indígena Tembê (filho do cacique da tribo fixada na região). As anotações provenientes deste momento foram registradas em caderneta.

Aliada à pesquisa de campo, realizou-se extensa pesquisa bibliográfica sobre: a) o município de Tomé-açu; b) o histórico de expansão da monocultura da palma de óleo em seu território; e c) os grupos sociais atingidos (direta ou indiretamente) pela invasão local da atividade produtiva nas últimas décadas. Revisou-se, igualmente, literaturas nacionais e internacionais que tratavam de conceitos imprescindíveis para o desenvolvimento fidedigno do estudo, tais como o de soberania alimentar, segurança alimentar e capacidades

estatais. Para tal, diferentes produções científicas (em sua maioria, interdisciplinares), editoriais jornalísticos e dados públicos foram acessados tanto no período anterior à pesquisa de campo (para melhor situar os autores dentro do contexto no qual seriam inseridos) quanto no posterior a ela (com o intuito de respaldar com o devido rigor científico as suas interpretações acerca dos objetos de estudo por eles selecionados) – tais como: artigos científicos, capítulos de livros, ensaios autorais, reportagens reproduzidas em periódicos diários, informações coletadas por institutos de pesquisa governamentais e teses de doutorado produzidas por pesquisadores que também direcionaram suas respectivas análises para a área estudada.

Os dados primários coletados na pesquisa de campo possuíram base essencialmente qualitativa. Para a sua sistematização, realizou-se transcrição das entrevistas e dos registros apreendidos pelas outras duas ferramentas metodológicas utilizadas pelos autores (observação direta e análise de paisagem) para o processador de texto *Microsoft Word*. Já os dados secundários disponibilizados pela pesquisa bibliográfica – para além da base qualitativa que auxiliou nos direcionamentos conceitual e descritivo do estudo – revelaram informações relevantes relacionadas ao município de Tomé-açu e aos agentes investigados através de estruturação quantitativa; sobretudo aqueles disponibilizados por institutos de pesquisa governamentais.

Para a interpretação dos dados apreendidos pelas pesquisas de campo e bibliográfica, tal como para a posterior produção de resultados, os autores assumiram perspectiva pautada no enfoque sistêmico. Dessa forma, pôde-se incorporar no estudo a multiplicidade de elementos (sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos) que constantemente interagem e modificam a realidade da região analisada – reorientando situações, práticas, percepções e relações dentro e fora do campo – através de uma perspectiva integrativa e interdisciplinar, que engloba compreensões científicas diversas (como aquelas ofertadas pelas ciências agrárias, ambientais e humanas), com o intuito de possibilitar apreciação mais complexa do universo analisado (Brumer *et al.*, 2008).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente tópico foi dividido em duas seções. A primeira traz contextualização sociopolítica, ambiental e histórica das principais intercorrências suscitadas pelo avanço da cadeia produtiva do óleo de palma em Tomé-açu, com o intuito de melhor evidenciar a atual conjuntura local investigada. Já a segunda corresponde ao principal objetivo da pesquisa em si: avaliar de que forma(s) a expansão da economia do dendê no município tem produzido transformações na soberania alimentar de agricultores familiares residentes da comunidade rural “Trinta Lotes”.

#### 3.1 O atual cenário da monocultura da palma de óleo em Tomé-açu

Os agentes entrevistados na comunidade rural visitada relataram dinâmica recorrente relacionada à invasão da monocultura do dendê em Tomé-açu, descrevendo que vários de seus vizinhos, ao serem absorvidos por tal economia, venderam ou arrendaram as suas terras para os grandes empreendimentos do setor (sobretudo para a BBF, que ocupa posição de liderança do ramo no município). Conseqüentemente, aqueles que entregaram seus lotes e perderam a soberania alimentar proveniente de sua produção diversificada (suprimida em decorrência da implantação das árvores de dendê), viram-se forçados a buscar novos formatos de sustento, migrando para o meio urbano de Tomé-açu em busca de melhores condições de vida. Já os que se mantiveram na comunidade rural, mas arrendaram grandes parcelas de seus lotes para a iniciativa privada, converteram-se em funcionários das empresas de dendê, passando a compor o quadro de empregados atuantes da cadeia produtiva do óleo de palma, trabalhando (praticamente de maneira exclusiva) no cultivo da espécie dentro de suas próprias propriedades.

Do mesmo modo, os agricultores que migraram para a sede do município também se depararam com um novo formato laboral que os impelia a se converterem em trabalhadores assalariados; diferente da rotina produtiva que empreendiam em suas propriedades rurais anteriormente; onde, de modo geral, as atividades por eles

implementadas não se concentravam tão somente na acumulação do capital – apesar de possuírem maior integração com o meio urbano e com o mercado em comparação a outras populações rurais (Wanderley, 2014). A nova realidade urbana acabou por originar duas circunstâncias principais envolvendo estes agentes, posicionando-os de acordo com o seu nível de escolaridade. Sendo assim, aqueles que possuíam certo grau de escolaridade conseguiram ser absorvidos com maior facilidade pela recente dinâmica trabalhista imposta a eles (passando a compor, até mesmo, o quadro funcional de tarefas relacionadas à manutenção da cadeia produtiva do óleo de palma). Já os agricultores analfabetos – que compunham, segundo os relatos dos entrevistados, a maior parte dos migrantes – mantiveram-se desempregados, não sendo incluídos em tarefas que exigiam compreensão mínima de escrita e leitura.

Sendo assim, muitos dos agricultores familiares que transferiram o uso de seus lotes para a iniciativa privada acabaram por esgotar as reservas financeiras provenientes desta negociação em pouquíssimo tempo, padecendo por conta da ausência de fundos para o suprimento de suas necessidades mais básicas no meio urbano – sobretudo pela falta de alimentos para prover a demanda de suas famílias. Por outro lado, as empresas que compõem a economia do dendê vêm formalizando, a cada dia, sua influência sobre zonas rurais – realizando, inclusive, reuniões periódicas em comunidades agrícolas de Tomé-açu justamente com o intuito de promover a absorção das terras ainda disponíveis (e de seus proprietários) pelas atividades voltadas para a expansão da cadeia produtiva da *commodity*. Tal processo, segundo Bronz *et al.* (2020), converte-se em verdadeiro arquétipo na região amazônica, onde os grandes setores da economia atuam em prol da consecução de seus desejos em detrimento da conservação dos recursos naturais e proteção das populações locais. Como consequência, ecossistemas do município são engolidos frente ao poder exercido pela cadeia produtiva do dendê. W

Além disso, os relatos dos entrevistados indicam que o espraiamento da dendeicultura no município tem causado alterações socioambientais consideráveis não apenas nos lotes ocupados por seu cultivo, como também em terrenos adjacentes a eles que, formalmente, ainda não

foram absorvidos pela dinâmica de expansão do dendê – alterando os seus padrões produtivos, modos de vida, disponibilidade alimentar e comprometendo a saúde destes agentes; através da implantação de modelo predatório que, de acordo com Sousa e Macedo (2019) e Sousa (2020), torna-se cada vez mais recorrente na mesorregião Nordeste do Pará – estimulando, além dos problemas ecossistêmicos relatados, a violência no campo; outro padrão há tempos estabelecido no contexto rural amazônico (Backhouse, 2013; Nahum e Santos, 2018).

Vale ressaltar que, além dos agricultores familiares, grupos indígenas e quilombolas também padecem por conta da invasão da monocultura da palma de óleo em seus respectivos territórios; enfrentando dinâmicas perpetuadas por empresas multinacionais, que, sem qualquer preocupação com a segurança das populações que lá residem, apoderam-se de terras tituladas, invadem zonas de amortecimento e introduzem a monocultura violentamente em territórios por elas ocupados (Ribeiro e Schmitz, 2018; Sousa e Macedo, 2019; Silva, 2020). No contexto amazônico, as pressões exercidas por agentes públicos e privados sobre populações tradicionais, para além da sua clara natureza histórica, fortaleceu-se ainda mais nos últimos anos, com a seleção de candidatos manifestadamente conservadores para os Poderes Executivo e Legislativo (Bronz *et al.*, 2020); que, em sua maioria, além de vislumbrar a região apenas através de um prisma comercial (por conta das riquezas naturais nela disponíveis), negligenciam a segurança e o bem estar de seus povos, enxergando-os ora como cidadãos de segunda classe, ora como um problema a ser eliminado em favor de um falso ideal de desenvolvimento.

Com a chegada da BBF em Tomé-açu durante o período de pico da pandemia de Covid-19 – momento que, propositalmente, o então Governo Federal optou por reduzir a fiscalização ambiental no país, intensificando o desmonte dos órgãos de vigilância e licenciamento ambiental (Fearnside, 2020; Abers, 2021) – pressões e conflitos fundiários erigiram no mesmo compasso da expansão da cadeia produtiva do óleo de palma, produzindo graves intercorrências que alcançaram os noticiários das grandes mídias nacionais (O GLOBO, 2022); afligindo, de maneira progressiva, populações locais vulnerabilizadas.



Acerca da dinâmica conflituosa instituída no município por conta da expansão da economia do dendê – concentrada principalmente em territórios indígenas e quilombolas – o próprio Ministério Público Federal (MPF) destacou a necessidade Legal de realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Estudo de Componente Indígena (ECI) pela BBF nas terras e plantações da Biopalma antes de efetivar a aquisição da companhia durante o auge da pandemia em 2020, com o intuito de equacionar os impactos socioambientais que já vinham sendo estimulados na região por conta do espriamento da monocultura (O LIBERAL, 2022).

Curiosamente, por mais que os agricultores familiares compreendam que as pressões socioambientais decorrentes do avanço criminoso da cadeia do óleo de palma impactam diretamente os recursos naturais locais, as suas rotinas produtivas, o bem estar de suas famílias e as terras ocupadas por populações tradicionais que residem próximo às suas comunidades rurais, a maioria deles não considera os empreendimentos do ramo instalados na região como os únicos (ou os principais) culpados pela atual dinâmica perpetuada em Tomé-açu – mostrando-se até mesmo contrários às reações empreendidas por indígenas e quilombolas em resposta aos constantes ataques realizados por empresas do ramo às suas terras.

Duas questões principais podem auxiliar na elucidação do posicionamento assumido pelos agricultores entrevistados. Em primeiro lugar, apesar destes ainda não terem vendido suas terras para a expansão da dendeicultura, familiares e pessoas próximas a eles passaram a trabalhar para a BBF (seja na indústria que produz o óleo de palma ou nos plantios de dendê), fato que torna ainda mais complexo o posicionamento assumido por estes agentes frente à empresa, considerando que ela, ao mesmo tempo em que produz impactos socioambientais agressivos, provém o sustento de seus entes queridos. Em segundo lugar, devido à proximidade urbano-rural, apreendeu-se possível influência social dos habitantes residentes no meio urbano do município na opinião perpetuada pelos agentes das zonas rurais (os primeiros, em sua maioria, enxergam com bons olhos as atividades empreendidas pelas corporações do dendê; defendendo a geração

de emprego por elas produzida). Também colabora para tal dinâmica a constante utilização das redes sociais pela população local, como o Facebook, o Instagram e o Whatsapp. A troca diária de mensagens *online* acelera a propagação de *fake news* entre os moradores de Tomé-açu; auxiliando na manutenção da hegemonia dos empreendimentos do dendê na região – principalmente por conta da aceitação e da defesa empreendida por boa parte de seus habitantes em relação aos discursos de estímulo ao desenvolvimento sustentável local (suscitados por multinacionais como a BBF).

Por outro lado, os agentes entrevistados não pouparam críticas ao Poder Público (sobretudo no âmbito municipal). Segundo eles, falta ânimo na atuação da prefeitura para garantir tanto a efetiva regularização das atividades que compõem a cadeia produtiva do óleo de palma, quanto para respaldá-los dos recorrentes impactos por ela estimulados. Essa prática discursiva decorre da baixa capacidade estatal estabelecida no território (Pires e Gomide, 2016; Marengo, 2017; Nunes, 2020).

Os comentários presentes nas entrevistas sobre a proposital “limitação” de certas capacidades estatais no contexto amazônico decorrem da prevalência de interesses particulares provenientes da captura de burocracias por agentes hegemônicos que compõem as arenas políticas locais, regionais e nacionais. Sendo assim, refletiu-se sobre até que ponto a falta de movimentação efetiva dos órgãos públicos municipais – como a Secretaria de Meio Ambiente e a Vigilância Sanitária Ambiental – tal como dos membros que deles fazem parte, não estariam articulando a ausência de supervisão a atividades criminosas.

### 3.2 Impactos socioambientais promovidos pela economia do dendê à soberania alimentar de agricultores familiares de Tomé-açu

Marques (2014) afirma que a elaboração do conceito de soberania alimentar despontou como resposta de organizações formadas por agentes do campo (como, por exemplo, de membros da Via Campesina, organização popular que inaugurou o termo) frente à polissemia reproduzida na definição de “segurança alimentar” – conceituada, a

princípio, pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) como sendo “[...] a realização de um esforço permanente para erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir, até metade do seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até, ao mais tardar, o ano 2015” (FAO, 1996, p.1). Desse modo, a interpretação acerca do termo “soberania alimentar” funcionaria como crítica à ausência de clara orientação conceitual para a implementação de ações e de políticas que conseguissem viabilizar tal conceituação de “segurança”, de maneira prática e isonômica, em todos os territórios do globo (Marques, 2014).

Entretanto, mais do que uma simples contestação formal ao conceito ambíguo de “segurança alimentar”, a soberania alimentar também compreende em seu escopo teórico questões relativas ao estímulo, à promoção e à garantia da hegemonia alimentar para populações subjugadas; que, devido às pressões socioambientais e econômicas exercidas por agentes hegemônicos, são, por vezes, coagidas a incorporarem os seus respectivos modelos produtivos às dinâmicas regidas principalmente pela força do capital (Altieri, 2012). Sendo assim, a soberania alimentar salvaguardaria, do mesmo modo, a manutenção dos sistemas alimentares desenvolvidos por povos submetidos a atos violentos perpetuados por diferentes agentes e setores da economia (incentivados pelo descaso político e social); funcionando, assim, como uma representação da resistência, resiliência e defesa de seus interesses e formatos reprodutivos frente aos transtornos relacionados à fome e à subnutrição (Nascimento e Barros, 2019; Miranda, 2021) – além, é claro, à marginalização, banalização e negligência às quais geralmente são submetidos pelo Poder Público, instituições privadas, sociedade civil e sistema capitalista.

Para a presente análise, foram selecionadas definições teóricas propostas por autores que também investigam as relações heterogêneas construídas entre povos amazônicos com os gêneros alimentares por eles cultivados; explorando, igualmente, os dispositivos de controle e dominação perpetuados por agentes hegemônicos que corrompem estes vínculos tão particulares. Sendo assim, optou-se por trabalhar principalmente com as noções de soberania alimentar defendidas por Nascimento e Barros (2019) e Mota *et al.* (2021), que, para além de

possuírem aprofundamento conceitual apropriado, investigam, em seus estudos, o incentivo promovido por populações rurais da região à produção agroecológica e biodiversificada.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que o espraiamento da monocultura da palma de óleo na comunidade rural investigada propiciou alterações significativas nas dinâmicas produtivas empreendidas anteriormente pelos agricultores familiares locais – sobretudo por aqueles engolidos pelas atividades inerentes à cadeia do óleo de palma; seja pela venda ou pelo arrendamento de seus lotes para o cultivo do dendê por instituições privadas. Neste sentido, compreende-se que os danos provocados pela entrada da monocultura em suas antigas terras, além de alterar características ecossistêmicas locais – reproduzidas no padrão municipal de conservação ambiental por meio do plantio diversificado de SAF, conforme indicam Carneiro e Navegantes-Alves (2019) – modificou por completo as relações construídas entre estes agricultores com o meio no qual estão inseridos.

Ao perderem o título de “donos da terra”, estes agentes sucumbiram a movimentos específicos perpetuados pelo sistema capitalista, transformando-se em trabalhadores formais no campo (ao passarem a dedicar a sua força de trabalho para o cultivo da palma de óleo, colocando-se em função das empresas que arrendaram ou tornaram-se proprietárias de seus lotes) ou na cidade (pressionados a buscarem novas fontes de renda após a transferência de suas terras para a iniciativa privada e posterior migração para o centro de Tomé-açu). Os agricultores, então, converteram-se em mão de obra barata (por não disporem de elevado grau de escolaridade), ou simplesmente em desempregados. Processos como este os levam a perder sua autonomia produtiva, fator que, de acordo com Mota *et al.* (2021), impõe a eles novos ritmo e dinâmica laborais – ditados pelo compasso acelerado do incremento produtivo – algo que, até pouco tempo, não fazia parte de suas realidades.

Questões inerentes às recentes dinâmicas sociais impostas a estes agentes também se relacionam diretamente com uma espécie de nova percepção desenvolvida pelos demais membros da comunidade rural (ou seja, seus antigos vizinhos) acerca deles. Relatos oferecidos pelos

entrevistados indicam claras distinções entre os agricultores que se mantiveram firmes em seus lotes, resistindo ao avanço da palma de óleo na região, e aqueles que, por alguma razão, foram absorvidos pela monocultura. De um modo geral, críticas foram tecidas para o movimento de migração destes agricultores para o centro do município após entregarem suas terras para a iniciativa privada, sobretudo devido à ausência de perspectiva futura em relação à garantia de provisão alimentar para os seus descendentes – acordo geralmente firmado de maneira informal por essas populações, conforme pontuam Nascimento e Barros (2019) ao tratarem de aspectos socioculturais inerentes à produção alimentar familiar de populações rurais amazônicas.

Os entrevistados questionaram de que modo os agricultores que passaram a residir no meio urbano conseguirão suprir as reservas alimentares de suas famílias em longo prazo (em especial, aqueles que venderam suas terras e continuam desempregados no centro urbano de Tome-açu), uma vez que abdicaram de considerável diversidade alimentar em virtude do acesso a ganhos financeiros descritos como irrelevantes e/ou imediatos pelos residentes da comunidade Trinta Lotes. A perda da soberania alimentar destes agentes por conta do processo de migração do meio rural para zonas urbanas e da própria pressão decorrente da expansão da monocultura da palma de óleo na região, encontra conformidade com processos semelhantes envolvendo a atuação de outras cadeias de *commodities* já estabilizadas na Amazônia, como: a da soja, a da pecuária bovina e a mineral (bauxita) – que, ao longo dos anos, propagam padrão socioambiental nocivo em diferentes territórios, convertendo sociedades e recursos naturais da região em reféns das vontades do mercado (Domingues e Bermann, 2012; Lima e Silva, 2015; Durães, 2017).

Para além dos agricultores assimilados de maneira direta pelo acréscimo da cadeia produtiva do óleo de palma no município, existem também aqueles que, ao optarem por não comercializar suas terras, padecem em virtude das consequências produzidas pelas atividades relacionadas aos empreendimentos de dendê dentro ou próximo da comunidade rural visitada. Relatos dos entrevistados indicam intercorrências capazes de alterar a produção proveniente de seus SAF,

afetando diretamente a soberania alimentar dos membros de suas famílias, além de oferecer riscos à saúde, à segurança e ao bem-estar destas populações – sobretudo por conta da influência representada pela proximidade dos dendezeiros de seus cultivos – fato também constatado por Silva (2020) em comunidades rurais próximas ao município de Tomé-açu; funcionando como indicativo da atual força exercida pela economia do dendê sobre determinados territórios e agentes da região.

Conforme indicaram os residentes da comunidade Trinta Lotes, a utilização de agrotóxicos nas plantações de dendê (para combater pragas e acelerar o crescimento e produção da espécie) promove a contaminação de solos e cursos d'água locais. Para além dos efeitos apreendidos no meio abiótico, os agricultores afirmaram que o veneno, lançado sem qualquer tipo de controle pelas empresas de dendê ou de fiscalização por parte do Poder Público, promove alterações produtivas significativas em seus plantios e criações animais, causando até mesmo a morte de determinadas espécies que compõem a fauna e a flora locais – afirmação que, mais uma vez, encontra respaldo em análises empreendidas em municípios vizinhos ou próximos à Tomé-açu, como as de Gomes *et al.* (2016) e Chaves e Magalhães (2016), que também sinalizaram para as transformações e impactos socioambientais estimulados pelo espraiamento da economia do dendê no estado do Pará.

Do mesmo modo, vale ressaltar que aqueles que optaram por permanecer em seus lotes, conservando suas respectivas soberanias produtivas e alimentares, levantaram uma série de razões que os levaram a tomar esta decisão. Para além das questões socioculturais inerentes às complexas relações construídas entre estes agentes com o ambiente onde vivem – tão bem contextualizadas por Ferreira *et al.* (2016) e por Carneiro e Navegantes-Alves (2019) ao analisarem a influência de agricultores familiares na conservação ambiental de diferentes territórios pertencentes ao Nordeste paraense – destacaram-se quatro motivações fundantes no momento de esclarecer tal posicionamento: I – a constatação de que o cultivo da palma de óleo não os recompensaria do ponto de vista alimentar e financeiro; II – o receio de possível geração de concorrência entre a monocultura com outras espécies agroflorestais

plantadas próximo a elas; III – a dificuldade de manejar suas árvores; que demandam Equipamentos de Proteção Individual (EPI) próprios em seus cultivos, principalmente devido aos espigões encontrados nas bases de suas folhas; e IV – o próprio receio decorrente das pressões exercidas pelas empresas do ramo (sobretudo a BBF) para incluí-los, a qualquer custo, na cadeia produtiva do óleo de palma em Tomé-açu.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou traçar análise qualitativa sobre as intercorrências negativas que atingem a soberania alimentar de agricultores familiares residentes da comunidade rural Trinta Lotes, município de Tomé-açu (PA), por conta da expansão da monocultura do dendê na região. Foram constatadas alterações concretas em suas dinâmicas socioambientais e produtivas – intensificadas pela entrada da empresa BBF em seu território durante o pico da pandemia de Covid-19, no ano de 2020 – responsáveis por vulnerabilizá-los ainda mais frente a outros agentes e atividades produtivas detentores da hegemonia local, perpetuando padrão de pressão socioambiental desempenhado pelo capital sobre populações e recursos naturais pertencentes à região amazônica.

Conclui-se que existe a necessidade do Estado intensificar a fiscalização dos impactos produzidos pelas atividades que compõem a cadeia produtiva do óleo de palma em Tomé-açu e garantir os direitos territoriais de seus povos tradicionais. Para a manutenção da soberania alimentar desses grupos, faz-se fundamental a atuação das capacidades estatais, através da valorização de suas culturas alimentares (por meio de incentivo político, financeiro e educacional) para que residentes de comunidades rurais possam incrementar em suas terras sistemas produtivos com espécies vegetais diversificadas, como os Sistemas Agroflorestais (SAF). Vale ressaltar que tal prática de consorciamento entre espécies agrícolas e florestais já é reconhecida e difundida no município há décadas, sendo estabelecida justamente por agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R. N. (ed.). **Ativismo institucional:** criatividade e luta na burocracia brasileira [online]. Brasília: Editora UnB, 2021.

ALMEIDA, B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, 2012.

ALMEIDA, B. de; WAGNER, A.; ACEVEDO MARÍN, R. E.; FLÓREZ LÓPEZ, J. A. (Eds.). **Territorio, Cultura y Pueblos:** Megaproyectos, actos de estado, pueblos y comunidades tradicionales. Valle del Cauca: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2019.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, São Paulo, n. 16, p. 22-32, 2012.

BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia: O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels. **Working Paper**, n. 6, 2013.

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 49, p. 8-41 2020.

BRUYNNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

CAPRA, F.; EICHEMBERG, N. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARNEIRO, R. do V.; NAVGANTES-ALVES, L. de F. A diversidade de experiências de recuperação florestal praticada por agricultores familiares do Nordeste do Pará. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 35, p. 293-314, 2019.



CARVALHO, A. C. A. de. Dendeicultura em Tomé-açu (PA): metamorfoses no trabalho e no espaço na vila Forquilha. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, v. 12, 2016.

CASTRO, E. R. de. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. **Revista Perfiles Económicos**, Valparaíso, n. 5, 2018.

CASTRO, M. A. C. de. **Inclusão social: realidade ou discurso? Agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê no Alto Moju, Nordeste Paraense**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2018.

CHAVES, G. P.; MAGALHÃES, S. B. Percepção de riscos e implicações socioculturais: uma análise sobre o uso de agrotóxicos por camponeses integrados à agroindústria do dendê no Estado do Pará. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: ABANT, 2016.

COSTA, F. L. C. da; DO PRADO LEÃO, G. L.; NAHUM, J. S. Agricultura familiar e dendeicultura no município de Tomé-açu (PA): um estudo de caso. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais [...]** Vitória: AGB, 2014.

DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, v. 15, p. 1-22, 2012.

DURÃES, F. B. **A “pata do boi” e os impactos ambientais na região do Araguaia paraense**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

FEARNSIDE, P. M. O perigo da “lei da grilagem”. **Amazônia Real**, Manaus, v. 22, 2020.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, 2016.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 1995.

GOMES, D. L.; SILVA, F. C da; MACEDO, C. O. Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 191-200, 2016.

INDÍGENAS Tembê ocupam empresa cultivadora de dendê no Pará, após reunião da Justiça para mediação de conflito territorial. **O Globo**, 06 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/04/06/indigenas-tembe-ocupam-empresa-cultivadora-de-dende-no-para-apos-reuniao-da-justica-para-mediacao-de-conflito-territorial.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa>. Acesso em 21 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção de extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2016.

ITÁLIA [FAO Cimeira Mundial]. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 1996.

KATO, O.; TAKAMATSU, J. Tomé-Açu. *In: Iniciativas promissoras e fatores limitantes para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais como*

alternativa à degradação ambiental na Amazônia. In **Anais** [...] Belém: INPA, 2005.

LIMA, J. B.; SILVA, J. M. P. da. Dinâmicas econômicas e ordenamentos territoriais dos grandes projetos de mineração no estado do Pará (2009-2014): o caso de Paragominas. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 402-416, 2015.

MARENCO, A. Burocracias profissionais ampliam capacidade estatal para implementar políticas? Governos, burocratas e legislação em municípios brasileiros. **Dados**, v. 60, n. 4, p. 1025-1058, 2017.

MARQUES, P. E. M. Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-Abra**, São Paulo, p. 15-26, 2014.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, p. 191-211, 1987.

MIRANDA, R. SOBERANIA ALIMENTAR: direito dos povos. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 14, n. 1, 2021.

MOTA, D. M. da; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, p. 531-552, 2019.

MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. **Soberania alimentar: Biodiversidade, cultura e relações de gênero**. 5. ed. Brasília: Embrapa Amazônia Oriental, 2021.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C.. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu

(PA). **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, Porto, n. 16, 2012.

NASCIMENTO, A. S.; BARROS, F. B. Entre mangues, rios e igarapés: pesca, comida e cultura no quilombo de Mangueiras (Ilha do Marajó, Pará). **Etnobiología**, Cidade do México, v. 17, n. 3, p. 78-98, 2019.

NUNES, W. Políticas públicas e construção de capacidades estatais: comparando políticas industriais e sociais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política [online]**, v. 28, 2020.

OLIVEIRA, N. A. de. Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia legal brasileira (da Era Vargas ao final da ditadura militar): de símbolo da brasilidade a obstáculo ao progresso. **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 146-178, 2017.

PIRES, R.; GOMIDE, A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas. **Revista de Sociologia e Política [online]**, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, 2018.

SABOURIN, E. Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 2, p. 29-48, 2017.

SILVA, E. P. da. **Necrosaber e regimes de verificação**: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia. 2020. 382 f. Tese (Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2020.

SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

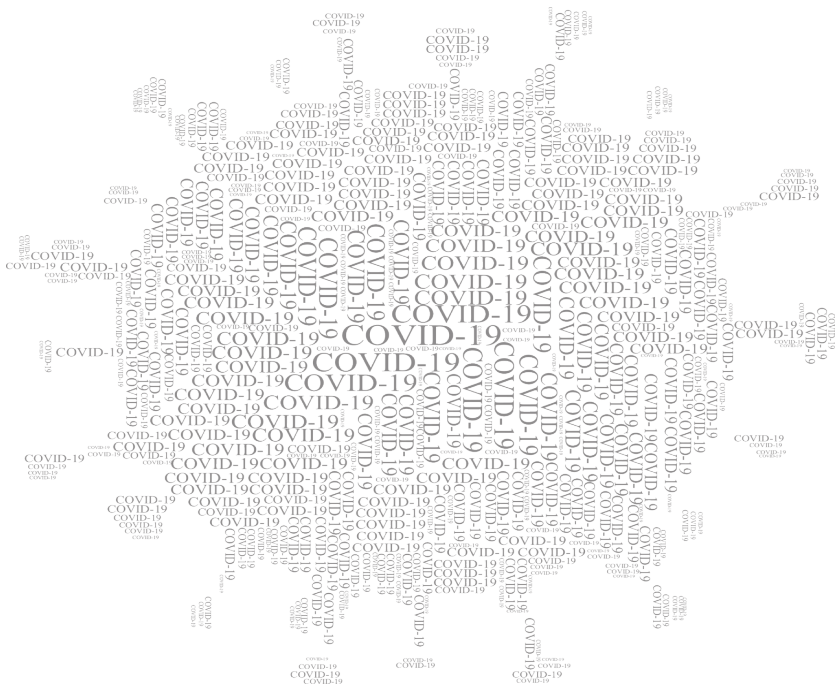
SOUSA, R. B. de. A inserção da Amazônia na contabilidade da natureza: uma leitura da dinâmica do dendê no Nordeste paraense. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 264-284, 2020.

SOUSA, R. B. de; MACEDO, C. O. Implicações socioambientais entre camponeses e o agronegócio do dendê no Nordeste paraense. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 256-278, 2019.

TAFNER JÚNIOR, A. W.; SILVA, F. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.



## **16 SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIO HABITACIONAL PRODUZIDO PELO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA PARA A CAMADA POPULAR DA DEMANDA**

*Diogo Luan Uchoa da Luz*

*Simaia Mercês*

### **1 INTRODUÇÃO**

Entre os anos de 2009 – momento de sua concepção – e 2018 – início do seu processo de desmonte –, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi o principal mecanismo pelo qual as camadas de menor renda obtiveram a casa própria no Brasil, em muitos casos localizada nos bairros periféricos das cidades, em geral, pequenas em relação ao tamanho das famílias e construídas com materiais, muitas vezes, de menor qualidade.

Podiam ser beneficiados por essa política habitacional famílias com renda entre 0 e 10 salários-mínimos (SM). As empresas imobiliárias apresentavam os seus projetos à Caixa Econômica Federal (CEF) que promovia a liberação dos recursos desde que os projetos estivessem de acordo com as exigências do programa. A faixa de 0 a 3 SMs sempre foi a menos atrativa para as empresas imobiliárias em função do menor retorno financeiro decorrente da comercialização das unidades habitacionais (UH).

Uma vez que um dos objetivos<sup>1</sup> do PMCMV era assegurar o direito à moradia por meio do mercado, as empresas reservavam a sua melhor produção para as pessoas que formavam a demanda solvável. Como é sabido, a contradição entre a moradia como direito e a moradia como

---

<sup>1</sup> O principal objetivo do PMCMV sempre foi combater os efeitos da crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos quando ocorreu o estouro da bolha financeira ligada ao mercado imobiliário daquele país. A crise se alastrou pelo mundo, exigindo a intervenção estatal para conter os seus efeitos nos mercados. A proposta do PMCMV era utilizar os efeitos multiplicadores da construção civil em uma política de perfil keynesiano e manter, com isso, a geração de empregos e o consumo.

mercadoria sempre foi o maior problema dessa importante política habitacional, assim como a de outras que a precederam.

O PMCMV produziu vários conjuntos habitacionais na forma de condomínio fechado, inclusive, parte deles destinados a famílias na faixa de renda entre 3 e 10 SM. Esse tipo de moradia surgiu nos subúrbios dos Estados Unidos como uma tentativa de reconstrução dos ambientes mais amenos que precederam a consolidação do capitalismo industrial e a sua concorrência desenfreada:

[...] aparecia no horizonte de possibilidades materiais de uma determinada classe média a chance de reconstrução de relações sociais mais amistosas, que pretendiam entre outras coisas a reconfiguração de laços sociais mais fraternos, que lembrassem as antigas comunidades. Esta comunidade baseada em supostos laços de proximidade entre os vizinhos pretendia ser a resposta ao individualismo predominante nas grandes cidades norteamericanas, marcadas pelo ritmo de produção industrial e sua grande competitividade (Santos Júnior, 2009, p. 10).

De acordo com Santos Júnior (2009), a construção dos condomínios era acompanhada da tentativa de reconstrução das relações sociais mais fraternas que, contraditoriamente, teriam sido destruídas pelo individualismo do capitalismo que as próprias elites e classes médias contribuíram para difundir como a força motriz das sociedades capitalistas.

No Brasil a maior difusão dos condomínios fechados ocorreu a partir dos anos de 1970, quando os índices de criminalidade das maiores cidades do país começaram a subir. Souza (2008) e Caldeira (2011) apontam a insegurança e o medo como um dos elementos fundamentais para a comercialização desse tipo de moradia entre os estratos mais elevados da sociedade brasileira.

A estratégia de *marketing* para a comercialização dos condomínios fechados envolve a formação de concepções opostas (porém combinadas) sobre a cidade e o condomínio. Enquanto a primeira é



vista como ameaçadora e o local de violência e ausência de relações sociais amistosas, o condomínio fechado seria o seu oposto, o local da vida em comunidade e protegido por sistemas sofisticados de segurança (SOUZA, 2008; CALDEIRA, 2011).

Os estudos que tratam do tema dos condomínios fechados o consideram como grandes desafios das nossas cidades, em particular as grandes cidades. Muitas vezes são considerados como ambientes propícios para a fomentação de preconceitos de raça e de classe, assim como também são vistos como fontes de apoio a políticas mais violentas na segurança pública (Souza, 2008; Caldeira, 2011).

As classes populares, de várias maneiras, tentam imitar esse tipo de moradia tão comum entre as classes médias e elites. O PMCMV possibilitou que várias famílias de menor renda passassem a viver em condomínios fechados, o que pode implicar em mudanças nas suas formas de sociabilidade. Este artigo trata das formas de sociabilidade dos moradores de um condomínio fechado destinado a famílias de baixa renda integrante do PMCMV, o qual impôs aos beneficiários um tipo de moradia com a qual não estavam habituados.

O condomínio Residencial Paulo Fonteles II (RPF II) está localizado próximo à área central do município de Ananindeua, o segundo mais populoso da Região Metropolitana de Belém (RMB) e que é conurbado a Belém, capital do Estado do Pará. A área no entorno do RPF II, como o próprio, é ocupada predominantemente para fins habitacionais de população de baixa renda.

Entregue em julho de 2011, o RPF II é composto por 224 UH distribuídas em cinco blocos de apartamentos que possuem o térreo e o primeiro andar. O condomínio também conta com uma área verde, um pequeno salão de festas, uma pequena praça, um campo de futebol e um playground. Segue abaixo uma imagem do residencial e o seu entorno mais próximo (Figura 1).

Figura 1- Residencial Paulo Fonteles II



Fonte: Google Earth (2017).

As análises e interpretações apresentadas neste artigo baseiam-se em dados e informações obtidos por meio de revisão da bibliografia relacionada com os temas principais e de trabalho de campo no qual foi realizada uma abordagem de inspiração etnográfica entre os meses de setembro de 2016 e maio de 2017. Por meio de observação participante e de entrevistas foi possível identificar as formas de sociabilidade que os moradores do RPF II estabelecem entre si e com as pessoas que vivem no entorno imediato do condomínio. Cabe notar que as pessoas que viviam no entorno do condomínio se mostraram menos dispostas a participar da pesquisa.

Os residentes<sup>2</sup> do condomínio foram entrevistados em vários momentos: quando exercitavam o seu lazer no salão de festas, quando estavam apenas conversando em frente às suas casas, ou mesmo

<sup>2</sup> Para informações sobre o perfil socioeconômico dos moradores do RPF II pouco tempo depois da entrega do condomínio, ver Luz e Mercês (2012).

quando estavam reunidos em espaços socialmente mais fechados, como aqueles formados por pessoas que jogavam dominó e o constituído pelas que faziam uso de drogas ilícitas.

Para a realização da pesquisa de campo foi de fundamental importância a colaboração do Sr. Milton<sup>3</sup>. O acesso ao condomínio, muitas vezes, somente foi possível quando a intervenção do Sr. Milton ocorreu, ainda que todos os que faziam parte da gestão do condomínio tivessem sido informados sobre a pesquisa e a tenham autorizado em reunião aberta, para a qual foram convidados todos os condôminos.

Constatou-se que o condomínio é o local privilegiado para a sociabilidade dos moradores do RPF II e suas áreas comuns são vistas como extensão da própria moradia, fator que desencadeou conflitos com os vizinhos em decorrência dos usos desses espaços. A sociabilidade ali desenvolvida também se caracteriza pela pouca interação com as pessoas que vivem no entorno do condomínio, que somente em alguns momentos de lazer mantém certo convívio com os moradores do Residencial Paulo Fonteles II, embora se perceba a forte homogeneidade social com o entorno.

## 2 AS FORMAS DE SOCIABILIDADE NO RESIDENCIAL PAULO FONTELES II

A primeira forma de sociabilidade observada no RPF II foi aquela manifestada pelas crianças, que estavam sempre pelas ruas do condomínio até altas horas da noite exercitando diversas brincadeiras e, quase sempre, sem a supervisão de um adulto. Quando foram questionados a esse respeito, muitos dos responsáveis pelas crianças deram respostas bastante semelhantes, que remetiam a costumes consolidados na moradia anterior.

De modo geral, no antigo local de moradia os responsáveis pelas crianças não se sentiam seguros em permitir que seus filhos brincassem nos arredores da residência. Desse modo, ficavam “muito presos em

---

<sup>3</sup> Os nomes de todos os moradores do RPF II que contribuíram para essa pesquisa foram substituídos por pseudônimos.

casa”. Como o RPF II apresentava melhores condições de segurança – na opinião dos beneficiários –, seria possível conceder certa liberdade para os seus filhos brincarem.

As ressalvas com relação às brincadeiras das crianças se davam em relação às pessoas que moravam no entorno imediato. Contraditoriamente, os pais das crianças que viviam no RPF II – e que tinham certo receio de seus filhos manterem relações com as crianças que viviam no entorno do condomínio – também afirmavam nunca ter vistos seus filhos mantendo qualquer tipo de relação com as crianças que moravam no entorno.

A alegada liberdade das crianças é constatada na espacialização de suas brincadeiras. Essas ocorriam e percorriam por praticamente todas as partes do RPF II, sem um local prevalente. Por outro lado, as relações estabelecidas entre os jovens e adultos eram muito mais centralizadas em locais específicos, como o salão de festas, a frente do imóvel e a praça do RPF II.

Durante o período de pesquisa empírica foi possível constatar que os moradores do RPF II – quando se mudaram – compartilhavam da ideia de que a convivência no condomínio seria algo como uma comunidade. Segundo Bauman (2003), entre as características de uma comunidade podemos citar a coerência interna. Isso significa dizer que os membros de uma comunidade possuem o devido entendimento de suas obrigações e responsabilidades para o funcionamento da comunidade, eliminando assim a necessidade de um espaço de negociação para a criação de consensos.

A comunidade ainda persiste como uma ideia e uma busca, a despeito de todo o processo de desagregação que o capitalismo – sobretudo após a globalização – impôs sobre as comunidades reais (BAUMAN, 2003). Isso se deve em função dos valores que são atribuídos a ela, bem como por causa do sentimento de perda e nostalgia que, normalmente, está associado à ideia de comunidade:

Não é só a “dura realidade”, a realidade declaradamente “não comunitária” ou até hostil à comunidade, que difere daquela comunidade imaginada que produz uma “sensação de aconchego”. Essa diferença apenas estimula a nossa imaginação a andar mais rápido e torna a comunidade imaginada ainda mais atraente (Bauman, 2003, p. 9).

Os moradores do RPF II tinham a aspiração de pertencer a algo muito próximo da ideia que fazemos de comunidade. Contudo, o surgimento de uma série de conflitos entre os moradores fez com que muitos se dessem conta de que o fato de ali haver uma reunião de pessoas da mesma classe social não significa a ausência de situações conflituosas<sup>4</sup>.

Muitos desses problemas estavam relacionados com visões absolutamente distintas sobre qual seria o modo mais apropriado de se viver em um ambiente que impõe certa proximidade e que possui benfeitorias de uso comum – essa situação, em alguns momentos, foi comparada à localidade da antiga moradia, e essa comparação foi acompanhada da constatação de que permanece o descaso com aquilo que é do público. Aqui o descaso com as vias públicas, calçadas e outros serviços públicos da cidade eram comparados com o descaso em relação às áreas de uso comum do condomínio, como se o mesmo fosse um espaço público.

Muitos desses conflitos verificados no RPF II são decorrentes de dois fatores: a forma como as pessoas utilizavam as áreas de uso comum do condomínio – como as áreas de circulação e o salão de festas –, e o fato de que os moradores viam essas áreas como uma extensão de suas moradias.

A constatação desses problemas entre os residentes contraria, em parte, as afirmações de Simmel (2006)<sup>5</sup>, que compartilha da ideia de que

<sup>4</sup> Alguns moradores demonstraram certa surpresa ao constatar que em um ambiente composto por pessoas de um mesmo grupo social poderia estar sofrendo com certos conflitos.

<sup>5</sup> As observações de Simmel (2006) faziam parte de um debate bem mais amplo que tratava da sistematização da Sociologia e definição daquilo que deve ser o seu objeto, no caso, a sociedade.

a sociabilidade seria mais simples e mais prazerosa entre pessoas que são da mesma classe social. Segundo esse autor, as trocas sociais que são estabelecidas entre os que são parecidos permitem que as melhores qualidades dos indivíduos sejam compartilhadas, o que tenderia a não ocorrer em proporções semelhantes quando ocorre a interação entre pessoas diferentes (Simmel, 2006). Por outro lado, as considerações de Simmel (2006) nos serão úteis para compreender outros aspectos da sociabilidade verificados no RPF II.

Uma das razões de conflitos está relacionada com a atitude de alguns dos jovens que residem no RPF II. Isso se deve ao fato de que, diariamente, alguns desses jovens se reuniam para consumir drogas ilícitas na praça do condomínio. Esse grupo utilizava a praça como o seu pedaço no RPF II. O pedaço é uma das categorias analíticas propostas por Magnani (2002), que pode ser caracterizada por ter um aspecto espacial e social.

O pedaço é um ponto intermediário entre o privado e o público (a casa e a rua). Segundo Da Matta (1997), a categoria casa diz respeito ao local onde o indivíduo reconhece outros e é reconhecido, portanto, as relações sociais são amistosas e marcadas pela pessoalidade. Já a categoria rua é o local onde as pessoas são despidas de suas qualidades e se encontram reduzidas à condição de indivíduo que é posto diante da impessoalidade da lei e da burocracia, onde existe um tratamento diferenciado decorrente das relações sociais encontradas na casa (Da Matta, 1997).

Nas sociedades marcadas por forte hierarquização, como a brasileira, os indivíduos estão sempre em busca de uma relação pessoalizada quando confrontados com as instituições para assim obter melhores resultados em relação as suas demandas:

Assim, antes de ir a qualquer agência pública, a norma e a “sabedoria” indicam sempre que se deve primeiro descobrir as nossas relações naquela área. Uma vez que isso é estabelecido, a atuação da agência muda radicalmente de figura. O resultado é que todas as instituições brasileiras estão sujeitas a dois tipos de

pressão. Uma delas é a pressão universalista, que vem das normas burocráticas e legais que definem a própria existência da agência como um serviço público. A outra é determinada pelas redes de relações pessoais a que todos estão submetidos e aos recursos sociais que essas redes mobilizam e distribuem. Daí decorre a dificuldade da crítica sistemática e consciente a qualquer instituição no caso do Brasil. De fato, se a crítica é feita pelo impessoal, esbarra sempre nos nexos e laços de uma lógica pessoal que a dilui. Assim, se a companhia telefônica foi péssima para você, ela foi excelente para mim porque, afinal de contas, “eu tenho parentes e amigos lá dentro” [...] (Da Matta, 1997, p. 83).

Estando no pedaço o indivíduo está inserido em um contexto de redes de relações sociais de obrigações e reciprocidades que é mais abrangente que as familiares, e estas redes também relativizam a impessoalidade imposta pelas normas e instituições da sociedade e permitem que as pessoas estabeleçam relações mais pessoalizadas e com maior estabilidade. A possibilidade de reconhecimento que o pedaço possibilita aos seus membros faz com que as redes de relações sociais desenvolvidas configurem um importante recurso para a sobrevivência das pessoas em condições de vulnerabilidade econômica e social.

Esse pedaço, localizado na praça do RPF II, tinha no uso das drogas ilícitas um dos elementos de sua coesão e facilita a interação entre os membros do grupo, permitindo também uma interação entre os que moram no RPF II e os que vivem no entorno. Os jovens desse grupo que moravam no entorno eram os responsáveis por trazer as drogas ilícitas para o condomínio e as utilizavam com os que lá residiam.

Nesse pedaço também verificamos aquilo que Elias (1994) aponta como fundamental nas relações entre os seres humanos, que é a interdependência. O elemento relacional dos seres humanos, como aponta Elias (1994), está inscrito até na linguagem:

[...] Os pronomes pessoais são no seu conjunto uma expressão elementar do fato de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social [...] A consciência que cada um tem da sua própria existência separada é idêntica à consciência que cada um tem de que os outros existem separadamente (Elias, 1980, p. 135-135).

Os jovens que traziam as drogas buscavam lucros a partir da comercialização no RPF II, enquanto que os moradores do condomínio estavam interessados no uso recreativo dos entorpecentes. Essa necessidade de satisfazer interesses diversos não se apresentava de forma explícita, pois aquele momento de lazer e descontração não expunha a racionalidade inerente à lógica capitalista. O consumo dessas drogas era um elemento fundamental para que aquele pedaço mantivesse aquela configuração<sup>6</sup>.

Nas conversas estabelecidas com os outros residentes do condomínio, todas as pessoas entrevistadas demonstraram alguma insatisfação em relação aos jovens que faziam parte do pedaço verificado na praça do RPF II. No entanto, os mesmos moradores afirmavam nunca ter tido nenhum problema com os jovens.

A insatisfação estava relacionada com dois fatores: 1) o uso explícito das drogas; 2) o fato de naquele grupo existir pessoas que não moravam no condomínio. Porém, mesmo não concordando com a presença dos jovens que não são residentes, os demais moradores reconheciam o direito de eles estarem ali, pois não entraram sem permissão, uma vez que foram convidados pelos seus “chegados” do pedaço e a sua passagem na portaria autorizada.

Conversamos com um dos membros desse pedaço, o jovem Samuel. Samuel era uma visivelmente admirado pelos membros do pedaço da praça e foi a única pessoa entrevistada que mantinha

---

<sup>6</sup> Não se afirma que sem as drogas o pedaço não existiria mas, apenas, que não manteria aquele formato.



relações com os moradores de uma área invadida<sup>7</sup> que estava localizada ao lado do RPF II. Samuel denominava essa invasão com o nome de “comunidade”.

A sociabilidade praticada por Samuel era uma das mais amplas verificadas no condomínio. Ele frequentava o espaço da comunidade ao lado do RPF II, mas também os bares localizados nas proximidades, além de ser um frequentador das festas que ocorriam no salão de festas, desde que lhe fosse feito algum convite. Além disso, também fazia uso recorrente do campo de futebol do condomínio, deixando claro que o lazer de Samuel, em grande parte, é exercido nas áreas e equipamentos de uso comum do RPF II. As condições de conservação desses equipamentos<sup>8</sup>, inclusive, foram criticadas por Samuel.

Segundo Samuel, o incômodo dos moradores em relação ao pedaço que se formou na praça do RPF II é perceptível e todos os jovens que faziam parte do pedaço tinham consciência dessa situação. Por outro lado, Samuel também deixou claro que, embora exista essa situação de desconforto, nunca havia ocorrido uma situação de conflito direto, como uma discussão ou mesmo uma briga.

A praça é o componente físico e territorial do pedaço, mas não pertence aos membros do pedaço. Quando os membros desse pedaço estavam ali, os demais moradores não se aproximavam, mesmo nos momentos em que as drogas ilícitas não se faziam presentes. Da mesma forma, quando havia alguma comemoração no salão de festas, que fica ao lado da praça, os membros do pedaço não se reuniam no seu local habitual.

A partir da informação coletada no pedaço da praça e com outros moradores, o que ficou bastante claro para nós é que a entrada de pessoas que não são moradores do RPF II, o consumo de drogas ilícitas e lícitas de forma tão explícita era o que, de fato, gerava todas as queixas. Essa insatisfação, como se pode notar, não se embasava em conflitos diretos.

---

<sup>7</sup> As áreas ocupadas irregularmente são chamadas pela mídia e pela população em geral de “invasão”.

<sup>8</sup> Os equipamentos do RPF II haviam passado por uma reforma, mas Samuel falava das condições dessas estruturas antes dessa reforma.

Além do pedaço da praça, observamos outro pedaço no qual foi possível constatar mais interações entre moradores do RPF II e aqueles do seu entorno imediato. Esse pedaço é frequentado pelo Sr. Milton e seus amigos para a prática de jogo de dominó. O espaço do pedaço do jogo de dominó é a calçada da entrada do condomínio.

A iniciativa para a formação desse pedaço foi dos moradores do entorno que se dispuseram a levar mesa e cadeiras para aquele lugar e, cotidianamente, reúnem-se com os moradores do RPF II para desfrutar de vários momentos de lazer e descontração, preenchendo determinados tempos livres. De todo modo, a decisão de construir esse espaço de lazer não foi unilateral, mas negociada entre os moradores do RPF II e os do seu entorno imediato.

A observação desse pedaço perdurou por vários dias<sup>9</sup> e, de início, podemos afirmar que o lazer, em função principalmente do jogo de dominó, é o objetivo fundamental da formação daquele espaço. Contudo, a observação e as entrevistas realizadas no pedaço do dominó revelam outros aspectos.

Em primeiro lugar, esse pedaço está próximo de vários espaços de consumo que se encontram nas proximidades do RPF II, como bares e pequenos mercados. Segundo as categorias de Magnani (2012), o pedaço do dominó está dentro de uma mancha. A mancha é um espaço contíguo onde são ofertados serviços de uma mesma natureza, como ocorre em perímetros urbanos onde são encontrados bares e restaurantes em uma área perceptível e delimitável.

Na mancha existe grande trânsito de pessoas, mas as pessoas que estão na mancha não estão, necessariamente, conectadas por relações de amizade e parentesco, como ocorre nos pedaços – sendo que em uma mancha é possível encontrar diversos pedaços. Sabe-se o perfil das pessoas que a frequentam, as pessoas que estão na mancha não sabem que tipos de encontros podem ocorrer (Magnani, 2002).

Os caminhos e fluxos que entrecortam as manchas e pelos quais chegamos aos pedaços são os trajetos. Em qualquer cidade existe a necessidade de deslocamento, contudo, os trajetos não ocorrem de

---

<sup>9</sup> A observação do pedaço do dominó ocorreu durante os meses de fevereiro e março do ano de 2017.

forma aleatória, mas seguem uma ordem perceptível ligando manchas e vários outros pontos da cidade (Magnani, 2012). No interior da mancha o trajeto está sujeito à subjetividade daqueles que a frequentam, pois remete a escolha dos serviços e equipamentos que a mancha oferece:

Tendo em vista que elas [as manchas] supõem uma presença mais concentrada de equipamentos, cada qual concorrendo, à sua maneira, para a atividade que lhe dá a marca característica, os *trajetos* nelas percorridos são de curta extensão, na escala do caminhar: representam escolhas ou recortes no interior daquela *mancha*, entendida como uma área contígua. Assim a ideia de *trajeto* permite pensar tanto uma possibilidade de escolhas no interior das *manchas* como a abertura dessas *manchas* e *pedaços* em direção a outros pontos no espaço urbano e, conseqüentemente, a outras lógicas. Sem essa abertura, corre-se o risco de cair numa perspectiva reificadora, fechada e demasiadamente “comunitária” da ideia do *pedaço* [...] (Magnani, 2012, p. 96).

A mancha localizada no entorno do RPF era cortada por vários trajetos de muitas pessoas que vivem naquela área – os do RPF II e de seu entorno imediato. Entre os frequentadores do pedaço do dominó também estão as pessoas que trabalham em alguns dos pequenos comércios da manha. Em vários momentos, alguns desses comerciantes necessitaram se retirar por alguns minutos para atender os clientes, e isso não causou queixas e impaciência aos demais membros do pedaço.

O pedaço do jogo de dominó era composto majoritariamente por homens adultos e poucos jovens, mas fui informado da presença de mulheres. Apenas em uma oportunidade foi possível observar a participação feminina. Nessa ocasião não se verificou qualquer mudança de postura dos homens que compunham o pedaço<sup>10</sup>. Segundo as informações coletadas, esse pedaço continha amigos e parentes, seguindo de forma mais precisa a categorização de Magnani (2002).

---

<sup>10</sup> Certos comentários, por vezes machistas, não desapareceram por causa da presença de uma mulher que, em todo o momento que estava presente recebeu um tratamento muito similar ao que os homens dispensavam uns para os outros.

Nesse pedaço foi possível notar a sociabilidade muito próxima do entendimento de Simmel (2006), como a relação social que pode ser caracterizada pela ludicidade, mas também pela satisfação de interesses mútuos:

Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidade de culto ou bando de assaltantes, isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente, socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal. Esse impulso leva a essa forma de existência e que por vezes invoca os conteúdos reais que carregam consigo a sociação em particular. Assim como aquilo que se pode chamar de impulso artístico retira as formas da totalidade de coisas que lhe aparecem, configurando-as em uma imagem específica e correspondente a esse impulso, o “impulso da sociabilidade”, em sua pura efetividade, se desvincilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de “sociabilidade” em sentido rigoroso (Simmel, 2006, p. 64).

A manutenção do aspecto lúdico do pedaço do dominó era uma preocupação de seus membros. Para evitar a ocorrência de conflitos – que pudessem de alguma forma afastar a ludicidade e prejudicar o lazer – havia, naquele pedaço, a proibição de fazer apostas (que poderiam deixar o jogo sério demais) e a proibição de consumo de bebidas alcoólicas (que poderia causar atritos entre os membros do pedaço).

A regra que proibia o consumo de bebidas foi criada justamente por causa de conflitos anteriores que já haviam acometido os membros do pedaço. Quando o trabalho empírico estava sendo elaborado, essa regra já estava sendo flexibilizada, contudo, em vários momentos em que os jogos foram realizados foi possível observar algumas frases que tinham por objetivo conter o consumo de bebidas alcoólicas – “tá bom, já bebeu demais!”, ou “olha aí, olha aí!”.

Os jogos costumavam ocorrer em duplas e com grande entusiasmo. Parte dessa euforia estava relacionada com as várias frases de desafio que as duplas desferiam umas contra as outras. Essas frases

desafiadoras eram de grande importância para manter o aspecto lúdico do pedaço e, de forma nenhuma, deixavam que o jogo caísse em alguma forma de monotonia.

Nessas palavras de desafio sempre havia determinados comentários depreciativos sobre a sexualidade<sup>11</sup> dos jogadores. Essas ofensas – sempre vistas como meras brincadeiras pelos membros do pedaço – geravam muitas risadas e também contribuíam para, de alguma forma, desestabilizar os oponentes para induzi-los ao erro. Embora seja possível questionar a validade desse tipo de estratégia, os membros do pedaço apenas se divertiam ao utilizá-la.

Mas o pedaço do dominó também permitia outras formas de interação. Normalmente, quando um tema mais sério tinha que ser tratado, tal tema não era exposto e compartilhado por todos. Apenas os mais interessados nesse tema tratavam-nos de forma mais reservada e se afastavam dos demais. Notava-se a necessidade de uma privacidade que é incompatível com o pedaço, mas também foi possível detectar a preocupação de que tais temas mais sérios não perturbassem a ludicidade do pedaço, algo muito similar com a “sociabilidade protegida” observada por Wacquant (2002).

Em se tratando ainda desse pedaço, uma observação que deve ser feita é que os moradores do entorno não gostavam de entrar no condomínio, embora fossem amigos de muitos moradores. Quando questionados sobre isso, as respostas foram pouco assertivas e muito evasivas, mas deixavam a entender que o controle sobre a portaria do RPF II causava certo constrangimento sobre as pessoas que não moravam no condomínio.

---

<sup>11</sup> Comentários francamente homofóbicos, em grande parte, mas que os membros do pedaço não consideravam como um tipo de preconceito que pode trazer sérios danos – físicos, psicológicos, financeiros, no conjunto das relações sociais – para as pessoas que são vítimas do mesmo.

Outras formas de sociabilidade verificadas no RPF II envolvem o salão de festas e o próprio imóvel dos moradores. As conversas e entrevistas com os moradores<sup>12</sup> se iniciaram no dia 21 de janeiro e ocorreram até o final da pesquisa de campo. Os temas da entrevista abordavam, principalmente, as formas de lazer, as relações interpessoais que os moradores mantinham, e as suas manifestações religiosas.

O Quadro 1 nos trás algumas das principais pessoas que participaram das entrevistas e conversas. Nas colunas também temos os temas que as pessoas mais valorizaram nessa etapa da pesquisa, bem como os espaços de lazer.

Quadro 1 – Temas valorizados nas entrevistas e locais privilegiados para o lazer dos entrevistados

<i>Nome (pseudônimo)</i>	<i>Situação</i>	<i>Principais temas</i>	<i>Locais de lazer (os principais)</i>
Sr. Douglas.	Membro da gestão do RPF II.	Segurança e liberdade.	O imóvel e o salão de festas do RPF II.
Sr. Leonardo.	Morador do RPF II.	Segurança e socialização.	O imóvel e a igreja.
Sr. Daniel.	Morador do RPF II.	Segurança e liberdade.	O imóvel, o salão de festas, bares do entorno do RPF II.
Sr. Edivam e Sr. <sup>a</sup> Rosiele.	Moradores do RPF II.	Segurança e liberdade.	O imóvel, o salão de festas, os bares do entorno do RPF II e no antigo local de moradia.

Fonte: Pesquisa de campo.

<sup>12</sup> As pessoas foram escolhidas para as entrevistas e conversas segundo os seguintes critérios: a) as que eram lideranças no RPF II e participaram dos processos de pressão sobre o poder público para que houvesse a entrega das UHs; b) os que residiam no condomínio há mais tempo, e; c) os que permitiam maior abertura para participar da pesquisa.

Note-se que alguns dos aspectos mais valorizados pelos moradores do RPF II são coincidentes, como é o caso do tema da segurança e da liberdade, além do imóvel como espaço de socialização e exercício do lazer. Também foi possível constatar que muitos dos entrevistados – a exemplo do Sr. Edivam e da Sr.<sup>a</sup> Rosiele – ainda mantêm muitos contatos com o antigo local de moradia. Esses não se exauriram com a mudança para o RPF II, embora a frequência tenha diminuído.

Todos os entrevistados também mencionaram o grupo de jovens que formam o pedaço da praça. Era uma opinião comum entre os entrevistados que os jovens que não são moradores do RPF II não deveriam adentrar aquele espaço. Aqui foi possível perceber que os entrevistados desconsideravam que os jovens residentes do condomínio, de fato, possuem o direito de permitir a entrada dos membros do seu pedaço.

Apesar de reprovarem o uso de drogas no RPF II e se incomodarem com os jovens, os entrevistados também alegam nunca ter tido problemas com eles. Alguns, ainda que incomodados, também relativizaram a gravidade do problema, como o Sr. Edivam: “isso tem em todo lugar”. Essa queixa contra o pedaço da praça, contudo, foi mais enfática entre os entrevistados que possuíam filhos muito pequenos.

Os moradores afirmaram que os muros e o controle sobre o acesso ao condomínio são elementos importantes do seu local de moradia. Nesse momento também se verificou a informação de que as crianças passaram a obter mais liberdade e segurança no RPF II, o que permitiu aumentar as suas horas de lazer, que ocorre principalmente nas áreas de circulação do condomínio.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção do PMCMV foi de fundamental importância para que os moradores do RPF II conseguissem ter acesso à casa própria. Todos os beneficiados foram enfáticos em ressaltar que sem essa importante política pública seria muito difícil ter um imóvel com aquelas condições e regularizado. Contudo, tal intervenção lhes levou à experiência de viver em um tipo de moradia com o qual não estavam habituados.

Apesar dos muros – e também por causa deles – os moradores do condomínio conseguem se sentir mais livres no seu atual local de moradia, quando comparado com a situação anterior. Embora o RPF II não possua os sofisticados sistemas de segurança descritos em trabalhos como os de Souza (2008) e Caldeira (2011), essas características do condomínio fechado são bastante valorizadas pelos residentes.

A vivência em condomínio fechado permitiu novas formas de sociabilidade. Se em um primeiro momento muitos pensaram que a proximidade social lhes possibilitaria uma forma de convivência mais tranquila, essa crença foi logo deixada de lado quando os conflitos emergiram. Apesar disso, a mudança trouxe possibilidades de novas relações e experiências no modo de morar.

O padrão de sociabilidade dominante está voltado, principalmente, para dentro do RPF II. Em alguns aspectos, como no caso das crianças, existe o interesse – por parte dos seus responsáveis – de que essa sociabilidade não seja ampliada. Por outro lado, esse padrão não é, necessariamente, excludente e pode abrigar os moradores que são do entorno do RPF II.

Isso ficou evidente nos dois pedaços encontrados, onde foi possível encontrar formas de plena interação entre os residentes e os não residentes do condomínio. No caso do pedaço da praça notamos uma sociabilidade que, em grande parte, remete a Elias (1994), onde a interdependência entre os consumidores de drogas ilícitas e aqueles que as fornecem é um elemento de grande importância nesse pedaço. Já no pedaço do dominó vemos um tipo de sociabilidade mais próxima do entendimento de Simmel (2006).

Foi possível compreender a sociabilidade como um conjunto de interações que possuem o objetivo de trazer mútua satisfação, sendo que a ausência desse fato não caracteriza a ausência de interação. A sociabilidade verificada possuía o seu aspecto lúdico, mas também era direcionada para a satisfação de interesses mútuos daqueles que participavam das interações.

Note-se, contudo, que boa parte daquilo que os moradores consideram como boas mudanças no seu modo de viver e nas suas relações – como o aumento de liberdade –, em grande parte, decorrem



do reforço da segregação que é inerente à difusão dos condomínios pelas nossas cidades.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, R. A. Qualidade de vida ou fortificações: O significado dos condomínios fechados em Salvador. **Revista VeraCidade**, Salvador, v. 4, n. 4, março, 2009. Disponível em <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo3.pdf>.

BAUMAN, S. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, S. **Confiança e medo na cidade**: Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo: Edusp, 2011.

COSTA, A. M. D. **Lazer na ocupação**: um estudo da sociabilidade de integrantes de uma associação de moradores na periferia de Belém em 1997. Belém: UFPA, 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'INCAO, M. A. A casa, a família e modos de vida. São Paulo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 34, p. 65-83, 1992a.

D'INCAO, M. A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. São Paulo: **Revista Tempo Social**, n. 1, p. 95-109, 1992b.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

LAVOS, A. P. A. **Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado**: o caso da COHAB Cidade Tiradentes. São Paulo: USP, 2009.

LUZ, D. L. U.; MERCÊS, S. S. S. Provisão de habitação popular na Região Metropolitana de Belém no período 2000-2012: características do produto e da população atendida. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23., 2012, Belém. **Resumos**. Belém: UFPA, 2012.

LUZ, D. L. U.; MERCÊS, S. S. S. Provisão de habitação popular nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba: características do produto e da população atendida. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., 2013, Belém. **Resumos**. Belém: UFPA, 2013.

LUZ, D. L. U.; MERCÊS, S. S. S. Provisão de habitação popular e segregação na Região Metropolitana de Belém. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 25., 2014, Belém. **Resumos**. Belém: UFPA, 2014.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**. Trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARTINS, A. S. **Burguesia e a nova sociabilidade**: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Niterói: UFF, 2007.

MATTA, R. da. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MERCÊS, S. Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: localização dos empreendimentos e seus determinantes. *In*: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

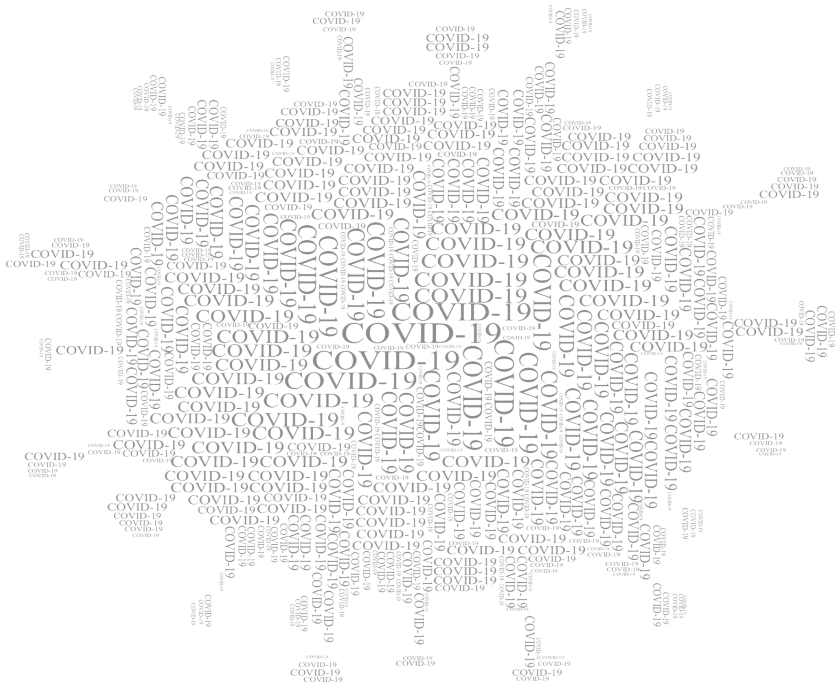
SANTOS JÚNIOR, L. L. **Sociabilidade e identidades confinadas em condomínios da Barra da Tijuca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACQUANT, L. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WACQUANT, L. O que é um gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**: Curitiba, n. 23, p. 155-164, 2004.



# 17 A AMAZÔNIA VISTA DO LADO DE CÁ: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

*Gabriel Carvalho da Silva Leite*

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*

*Vanessa Oliveira da Silva*

## 1 INTRODUÇÃO

Inscritas no vasto movimento de ideias identificado como pensamento descolonial, as epistemologias do Sul preconizam que as alternativas de reinvenção da emancipação social atualmente residem nas experiências, nas lutas e nos conhecimentos dos grupos sociais vítimas das formas de dominação da modernidade ocidental (Sousa Santos, 2019); razão pela qual tal proposta repercute no estudo de realidades subalternizadas, como é o caso da Amazônia.

Diante disso, cabe indagar: que contribuições as epistemologias do Sul oferecem para a leitura interpretativa dessa região? O presente trabalho<sup>1</sup> explora essa questão no intuito de analisar tais contributos, com foco nas problematizações acerca da Amazônia feitas mediante o instrumental teórico-conceitual e metodológico da proposta em comento.

Do ponto de vista procedimental, buscou-se aprofundar a leitura da obra de Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e principal formulador das epistemologias do Sul, assim como, buscou-se estabelecer um perfil de produções científicas sobre a região amazônica que dialogam de alguma maneira com as proposições desse autor<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Este trabalho sistematiza resultados parciais de investigação do projeto de pesquisa “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva”, desenvolvido como parte das atividades do segundo autor na condição de bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

<sup>2</sup> Os 11 trabalhos que foram selecionadas para compor o *corpus* analisado neste artigo – dos quais dez são teses de doutorado e um dissertação de mestrado – compõem um inventário mais amplo de produções científicas em nível de pós-graduação analisados pelos autores em outros momentos (Silva, 2021, 2022).

Começando por apresentar, em linhas gerais, a proposta das epistemologias do Sul, o trabalho discute, na sequência, a importância de abordagens descentradas na interpretação da Amazônia. Por fim, enfocam-se problemáticas contemporâneas que tocam essa região a partir de estudos que as abordam à luz da vertente teórica em referência.

## 2 A PROPOSTA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Consideradas uma das principais vertentes do pensamento descolonial contemporâneo, as epistemologias do Sul constituem uma proposta de renovação da teoria crítica e de reinvenção da emancipação social assentada na produção e na validação de conhecimentos fundados nas experiências de resistência dos grupos sociais<sup>3</sup> que têm sofrido as injustiças, as opressões e a destruição produzidas pela dominação capitalista, colonialista e patriarcal (Sousa Santos, 2012; 2019).

Nesse empreendimento, a relação Sul-Norte dá-se como um contramovimento de natureza emancipatória que assume uma dimensão política e outra epistemológica (Sousa Santos, 2009b). E é o aprendizado com o Sul que permite o deslocamento de olhares em Sousa Santos (2018), quando propõe o contramovimento mencionado. A necessidade de pensar uma outra ordem global em contraponto à hegemônica, leva à formação desses movimentos contra-hegemônicos (Sousa Santos, 2008a) como resposta às pressões da globalização capitalista.

---

<sup>3</sup> Esse vasto conjunto de experiências, presentes tanto no Norte quanto, sobretudo, no Sul geográfico do planeta, constitui o “Sul epistemológico” ou “Sul anti-imperial” ao qual se refere a proposta de Sousa Santos (2012).

Trata-se, igualmente, de uma proposta de mudança epistemológica que implica, de um lado, a crítica da “razão indolente”<sup>4</sup> subjacente às epistemologias do Norte (Sousa Santos, 2008a, 2009a) e, de outro, a elaboração de uma “razão cosmopolita” capaz de “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; e aprender a partir do Sul e com o Sul (Sousa Santos, 1995, p. 508 *apud* Sousa Santos; Meneses, 2009, p. 9). Para tanto, as epistemologias do Sul dispõem de um conjunto de ferramentas conceituais fundamentais (Quadro 1).

Quadro 1 – Epistemologias do Sul: conceitos-chave e suas definições

Conceitos-chave	Definições
Linha abissal	Linha demarcatória da divisão radical entre metropolitanidade e colonialidade, é a produtora das exclusões abissais de sociedades e sociabilidades coloniais.
Sociologia das ausências e sociologia das emergências	Ferramentas de identificação e de valorização simbólica, analítica e política das formas de ser e de saberes suprimidos pela linha abissal.
Ecologia de saberes e tradução intercultural	Exercícios intelectuais e políticos que convertem a diversidade epistemológica presente nas lutas em um fator capacitador mediante a identificação dos saberes assim reunidos e a produção de uma inteligibilidade e articulação ampliadas entre eles.
Artesania das práticas	Trabalho criativo de desenho e validação das práticas concretas de luta e de resistência contra as exclusões abissais e/ou não-abissais.

Nota: Elaboração dos autores com base em Sousa Santos (2002a; 2008b; 2019).

<sup>4</sup>Para Sousa Santos (2002a, p. 239-240), o modelo de racionalidade ocidental dominante pode ser descrito como indolente porque leva ao desperdício de experiências sociais existentes no mundo, e ocorre em quatro formas: a) a razão impotente, “aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria”; b) a razão arrogante, “que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade”; c) a razão metonímica, “que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima”; e d) a razão proléptica, “que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente”.

Para Sousa Santos (2019), essas ferramentas conceituais das epistemologias do Sul lançam, portanto, as bases para o trabalho de descolonização da ciência moderna, que requer, na sua dimensão negativa, um esforço de desvelamento desconstrutivo do pensamento abissal mediante a sociologia das ausências, e na sua dimensão positiva, uma significativa imaginação epistemológica para a criação de teorias e metodologias de investigação pós-abissais – procedimentos metodológicos não-extratvistas (Quadro 2) – inscritas nas ecologias de saberes e nas artesanias das práticas, e orientadas à sociologia das emergências<sup>5</sup>.

Quadro 2 – Epistemologias do Norte e epistemologias do Sul: diferenciações metodológicas

<b>Aspectos metodológicos</b>	<b>Epistemologias do Norte</b>	<b>Epistemologias do Sul</b>
Postura científica	Vanguarda	Retaguarda
Interações cognitivas	Sujeito-objeto	Sujeito-sujeito
Contexto	Monocultura do saber	Ecologias de saberes
Razão	Distanciamento	Aquecimento
Sentidos	Desprezo e supressão	Experiência profunda
Postura ante o conhecimento escrito e arquivístico	Monumentalização	Desmonumentalização

Elaboração dos autores com base em Sousa Santos (2008b; 2019).

<sup>5</sup> Sousa Santos (2019) distingue três tipos de emergências: a) as “ruínas-semente”, entendidas como concepções, filosofias e práticas dos grupos sociais dominados que continuam vivas nos interstícios do cotidiano, ao mesmo tempo enquanto memória e enquanto alternativa de futuro; b) as “apropriações contra-hegemônicas”, correspondentes aos conceitos, às filosofias e às práticas oriundas dos grupos sociais dominantes, mas subvertidos e ressignificados como instrumentos de luta contra a dominação; e c) as “zonas libertadas”, espaços tentativamente organizados com base em princípios e regras opositoras ou alternativas àquelas vigentes nas sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais.



Além dessas implicações metodológicas sinalizadoras de uma ciência pós-abissal, as epistemologias do Sul também sugerem mudanças pedagógicas: tensionam as modernas instituições de ensino e pesquisa e preconizam a renovação e a criação de novas pedagogias centradas em um trabalho de tradução que seja, simultânea e necessariamente, intercultural e interpolítico; eis que a inteligibilidade entre grupos e movimentos é entendida como condição da construção de articulações mais amplas, como as que buscam concretizar globalizações contra-hegemônicas<sup>6</sup> (Sousa Santos, 1995; 2002b; 2008a).

Por meio de metodologias e pedagogias pós-abissais, as epistemologias do Sul buscam, assim, contribuir para que os grupos sociais constitutivos do “Sul epistemológico”, estejam eles presentes ao Norte ou ao Sul do Equador, interpretem o mundo em seus próprios termos para que, com isso, sejam capazes de transformá-lo segundo as suas próprias aspirações (Sousa Santos, 2019) – um movimento de descentramento que tem fundamentado novas formas de pensar realidades como a amazônica.

Esses elementos aparecem, em Sousa Santos (2008b), como contrapontos às metanarrativas das ciências, fazendo parte da construção da crítica a respeito do universalismo, da unilinearidade da história e das totalidades hierárquicas; ao mesmo tempo que concorrem para a pluralidade de projetos coletivos articulados de forma heterárquica por mecanismos de tradução e de reinvenção da emancipação social (Sousa Santos, 2007).

A vislumbrar um novo momento histórico para realidades subalternas, Sousa Santos (2008a) argumenta, por exemplo, sobre a possibilidade de inventar, inspirado em José Martí, uma “nuestra América”. Esta seria a superação da narrativa europeia e norte-americana pela autonomia latino-americana, baseada em uma perspectiva de pensamento político com atitudes contrárias ao colonialismo e ao imperialismo.

---

<sup>6</sup> Sousa Santos (1995, 2002b, 2008a) denomina de globalização contra-hegemônica os movimentos e organizações transnacionais de resistência à globalização neoliberal. Nela, distingue o “cosmopolitismo subalterno de oposição” e o “patrimônio comum da humanidade” ou “*jus humanitatis*”.

Para ele, as potencialidades do Sul podem estar presentes na mestiçagem cultural, a definir um “metatopos”, como aconteceu com o ethos barroco (Sousa Santos, 2008a, 2009a), tido como fenômeno essencialmente mediterrâneo (o Sul do Norte) e latino-americano (Sul global), que se revelou historicamente quando o poder no centro estava enfraquecido. De caráter aberto e inacabado, permitiu autonomia e criatividade às margens e às periferias por se tratar de uma imaginação centrífuga surgida das periferias internas do poder europeu para as da América Latina (Sousa Santos, 2009a).

As assimetrias e desigualdades espaciais, vistas por Sousa Santos (2009a) como uma questão de poder de grupos e de regiões, se fazem compreender, em sua construção teórica, por meio de uma relação que articula estrutura e ação. E a construção de uma nova sociedade como superação dessas assimetrias é sugerida através de uma “razão cosmopolita” e das “ecologias dos saberes” (Sousa Santos, 2008b) mencionadas, que podem ajudar a ler o mundo com base em outras racionalidades que combinam razão e sentimento (Sousa Santos, 2019), contido no verbo “corazonar” – híbrido alquímico de emoções/afetos/razões.

### 3 AMAZÔNIA: DAS CONCEPÇÕES CONVENCIONAIS ÀS ABORDAGENS DESCENTRADAS

Novas abordagens, pautadas no exercício de descentramento, têm tensionado as formas de conceber a Amazônia como região. E isso não apenas no tocante às concepções mais convencionais, que trazem

subjacentes as noções de espaço absoluto<sup>7</sup> e de espaço relativo<sup>8</sup> – a exemplo da visão da Amazônia como bioma e daquela que a considera um espaço estratégico de ação e planejamento estatal (TRINDADE JR., 2006) –, mas também no que se refere a algumas das concepções que apresentam um entendimento relacional de espaço<sup>9</sup>.

Esse é o caso de concepções assentadas na noção de fronteira – como a abordagem de Becker (1990, 2004) sobre a Amazônia, que fala de fronteira econômica e tecnoecológica, ou, ainda, os enfoques de Mello (2006) e Droulers (1995, 2004), que a concebem como espaço paradigmático de desenvolvimento e de sustentabilidade –; ideia questionada em função da natureza conceitual de que se reveste.

É assim que Nogueira (2001), preocupado com uma concepção descentrada de região, pontua alguns elementos para problematizar seu uso tão corrente. Para o autor, os diversos significados atribuídos ao

---

<sup>7</sup> Segundo Harvey (1980), essa perspectiva de abordagem do espaço é resultado de uma influência newtoniana-cartesiana de pensar o mundo. Dada a sua natureza positivista, o espaço absoluto apresenta-se como um substrato material e suporte de relações sociais, sendo destas uma espécie de receptáculo. Por isso, seu entendimento se dá como um continente que contém coisas que com ele não se confundem, uma vez que aquele se apresenta como uma extensão material que tem existência em si mesma. Nas abordagens científicas que o levam em conta como premissa de investigação, costuma-se associá-lo ao espaço físico, servindo, por exemplo, para definir e classificar realidades sociais, principalmente por atributos como as extensões e as localizações dos fenômenos e objetos.

<sup>8</sup> Uma segunda concepção, segundo Harvey (1980), refere-se ao espaço relativo. Influência do pensamento de Einstein, predomina em abordagens neopositivistas de análise, que o concebem como coletânea de objetos inter-relacionados. Por meio dela, o espaço é definido com base nesses objetos e também em suas inter-relações, e não mais apenas como substrato onde se localizam objetos e relações. Sendo produto da ordenação e da compreensão da fricção das distâncias, seus atributos levam em conta o custo, o tempo, a circulação e o consumo de energia tendo em vista a localização dos objetos, assim como os deslocamentos e movimentos deles e entre eles; daí a sua forma de apreensão, comumente feita através de abstrações e modelos matemático-geométricos que consideram tais atributos.

<sup>9</sup> Uma terceira concepção, ainda segundo Harvey (1980), e que toma como inspiração o pensamento de Leibniz, é a de espaço relacional. Nela, o espaço é pensado como forma e conteúdo ao mesmo tempo e, na condição de dimensão material da sociedade, é um produto social que contém e está contido em várias relações imediatas e mediatas. Difere-se do espaço vazio, puro e neutro e se define a partir das relações dos homens entre si e destes com a natureza, sendo inteligível através da sociedade.

termo levam à sua vulgarização, tornando-se uma expressão que explica tudo e que, na sua leitura, dificulta mais que facilita a compreensão da região e de sua articulação com o território nacional e global.

Trata-se, ademais, segundo o mesmo autor, de uma noção construída de fora, e que não permite, ou que não reflete, a percepção do espaço pelos atores sociais internos, que vivenciam cotidianamente sua dinâmica social e histórica. Por fim, argumenta se tratar de uma abordagem que tende a afirmar certa centralidade dominante, contraposta à própria fronteira; esta que parece estar sempre fora, na periferia, o que leva a uma visão etnocêntrica de espaço; e, por isso, mesmo sugere significado pejorativo, dado, via de regra, por quem está no centro (Nogueira, 2001).

Ainda que relativizemos essa crítica à noção de fronteira, tendo em vista o seu poder explanatório acerca da inserção da região na divisão social e territorial do trabalho do mundo capitalista, e considerando ainda a existência de contribuições que enfatizam a dimensão sociocultural dessa noção (Martins, 1996, 1997), é preciso reconhecer, todavia, que tal crítica aponta elementos interessantes de leitura e compreensão da Amazônia em uma perspectiva descentrada.

Nesse mesmo sentido, aparecem concepções descentradas de região fundamentadas na vertente do pensamento crítico denominadas de “geografias do Sul”, notadamente através do pensamento de um de seus principais expoentes, o geógrafo Milton Santos (Trindade Júnior, 2020; Leite; Trindade Júnior, 2020), cujas contribuições teórico-conceituais têm possibilitado problematizar a Amazônia no atual período da globalização enquanto uma região da coexistência de meios geográficos (Huertas, 2009).

Nela a irrupção de verticalidades veiculadoras da racionalidade hegemônica imprime os tempos rápidos da competitividade em seletos “espaços luminosos” – a exemplo daqueles nos quais se fazem presentes os “grandes objetos” expressivos da difusão do meio técnico-científico-informacional na porção oriental da região (Santos, 1995; Trindade Júnior, 2010) –, mas também onde se elaboram contrarracionalidades fundadas nos seus ainda predominantes “tempos lentos” e “espaços opacos”; racionalidades estas representativas de formas específicas de

ser horizontal a partir das respectivas particularidades (Santos, 1996; 2000).

Também em uma perspectiva de descentramento, ainda que assentada em um campo teórico-metodológico distinto, no qual se incluem as epistemologias do Sul, tem-se a concepção da Amazônia como espaço de interações, coexistências e (des)conexões de diferenças. Ligada intensamente aos elementos da natureza e da cultura, constitui-se como um espaço híbrido, onde se revelam (des)encontros de tempos (novo/velho, lento/rápido, moderno/tradicional), de forma contraditória e ambivalente, com diversidade de ritmos que também afirmam diferentes identidades territoriais (Cruz, 2008).

Nesse espaço de interações diversas, “geo-grafar” a diversidade de vidas, culturas e saberes (Porto-Gonçalves, 2001a, 2001b, 2001c) surge como um desafio. Tal tarefa permite a oportunidade de novos protagonistas locais/regionais ganharem a cena política. E isso procura ser feito em contraponto ao processo civilizatório moderno-ocidental, buscando-se visibilizar e subsidiar a invenção de novas territorialidades e a defesa de bens sociais/coletivos intangíveis (Porto-Gonçalves, 2017, 2002, 2001a, 2001b) sob pena de, a partir de uma visão linear do tempo, silenciar as diversas temporalidades que conformam a simultaneidade do mundo.

Essa é uma preocupação que decorre de formas novas de mobilizar o conhecimento. Para além dos parâmetros convencionais de definir e referenciar o espaço-tempo, aposta nas imersões locais e regionais e encontra inspiração em indagações mais gerais, mas que também ajudam a problematizar questões regionais da Amazônia, a exemplo daqueles feitos por Sousa Santos (2008a, p. 190): “[...] é possível substituir o Oriente pela convivência multicultural? É possível substituir o selvagem pela igualdade na diferença e pela auto-determinação? É possível substituir a natureza por uma humanidade que a inclua?”

Com especial ênfase à noção de diferença, enfatiza-se, nessa compreensão, a emergência de novas racionalidades tecidas sob outros modos de agir, pensar e sentir. Concebe-se, assim, a importância da simultaneidade dos eventos e não somente da sucessão dos mesmos (Massey, 2008), assim como, propõe-se a reconhecer múltiplas

geografias e a unidade contraditória do sistema-mundo a partir da clivagem do interno com o externo. Desse modo e a partir de Porto-Gonçalves (2002, 2001a, 2001b), o espaço é visto como coexistência do diverso, associado à noção de território e de geograficidade sócio-histórica nas suas dimensões natural e cultural.

Para trabalhos que se apoiam na perspectiva de análise descolonial,

a Amazônia constitui um espaço e um operador estratégico nessas lutas descolonizadoras, não apenas como um enunciado, mas como um locus de enunciação privilegiado para construção de novos significados e novas práticas socioespaciais de produção de outros espaços no mundo (Pereira, 2017, p. 316).

A resignificação das identidades amazônicas se coloca como necessária diante dessa postura interpretativa, que investe também em um posicionamento que se aproxima daquele assumido por Nogueira (2001), no entendimento da região com base na lógica dos sujeitos que a vivenciam e no estudo de diferentes linguagens que se preocupam em traduzi-la.

A despeito de uma concepção de espaço modernizadora e colonial que ela questiona, investe-se em um processo de politização da cultura e dos modos de vida “tradicionais”, que define uma espécie de “consciência costumeira” que vem dando novo sentido à construção das identidades das populações locais (Cruz, 2008; Porto-Gonçalves, 2002). E note-se que, ancoradas em diferentes modalidades de territorialidade (rurais e urbanas), afirmam-se em processos que simultaneamente as direciona para o passado (tradição e memória) e aponta para o futuro (projetos alternativos de produção/organização comunitária e participação política).

#### 4 PENSANDO A AMAZÔNIA À LUZ DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

O pensamento descolonial, e nele as epistemologias do Sul, tem se constituído em um dos principais fundamentos teóricos de leituras descentradas do espaço regional amazônico. Alguns trabalhos, tais

como os aqui selecionados, são qualitativamente representativos desses esforços.

É o caso do estudo de Souza (2016) sobre a formação de um regime de colonialidade de escala local na região geo-histórica do Acre, na Amazônia brasileira. Adotando uma perspectiva de longa duração própria ao trabalho da sociologia das ausências (Sousa Santos, 2019), o autor reconstitui a trajetória histórica que vai do antigo “seringalismo” à atual “seringalidade”, uma verdadeira metamorfose que, no entanto, tem mantido como “condenados da floresta”<sup>10</sup> os povos indígenas e seringueiros, aos quais um pensamento abissal sistematicamente nega os mais elementares direitos de existência.

Do “seringalismo” tornado vigente durante o período maior de exploração da borracha na Amazônia à “seringalidade” que hoje se faz presente e orienta, inclusive, as políticas de desenvolvimento do Estado do Acre, reproduz-se um padrão colonial de poder que, segundo Souza (2016), assenta na manutenção dos seringais enquanto instituição epistêmica “civilizatória”, em cujas encruzilhadas os povos indígenas e os seringueiros têm sido dominados, explorados e racializados.

A longa duração da colonialidade na região amazônica também é problematizada por Silva (2019) ao argumentar que a lógica econômica de exploração social-natural subjacente à atuação do regime empresarial-militar na Amazônia paraense, fundadora de novos modos de controle que delinearão a colonialidade do poder, do saber e do ser nesse espaço regional, tem sido perpetuada sob a atual “colonialidade neoliberal transnacional”, de cuja existência são evidências, segundo o autor, a continuação da instalação de grandes projetos hidrelétricos, a manutenção da abertura a agentes exógenos, com o avanço da agropecuária e da exploração mineral dominadas por empresas multinacionais, como a Vale S.A., a Hydro e a Alcoa, bem como o processo de estrangeirização das terras da região.

Com preocupação semelhante, Malheiro (2019) trata do ideário do desenvolvimento na Amazônia a partir dos grandes projetos minerais.

---

<sup>10</sup> Essa denominação remete a uma importante obra do intelectual martinicano Frantz Fanon, cujo título – “Os condenados da Terra” (Fanon, 1968) – faz referência aos povos colonizados e racializados do continente africano.

A problemática central gira em torno da suspensão normativa e da excepcionalidade jurídica que colocam em xeque a complexidade e a diversidade territorial da região em prol de uma racionalidade corporativa de governo do território, que se realiza por práticas subterrâneas que tornam, na visão do autor, a política uma guerra e a exceção uma regra.

Empiricamente, o estudo se volta para a dinâmica de exploração do ferro no corredor Carajás-Itaqui pela empresa Vale S. A. Apoiado em Sousa Santos (2008a, 2009a, 2009b), identifica na racionalidade corporativa da mineradora a razão indolente característica da modernidade ocidental, produtora de um pensamento abissal cujo exercício ativa os mecanismos violentos de construção de uma “geografia de exceção”, composta por “zonas de indiferença” nas quais tudo o que é vida é atropelado, territorialidades são sangradas e povos são tratados como riscos a serem geridos e/ou eliminados.

Na contracorrente desse processo, a diversidade territorial de Carajás se coloca, no entendimento do autor, como um imperativo não apenas político, mas igualmente epistêmico para o enfrentamento dos interesses corporativos. Ela se expressa numa “geografia diferencial” que defronta e confronta a “geografia de exceção”, afirmando epistemias distintas e ontologias outras de relações com a terra, com os rios e com a floresta, a mostrar que os caminhos de ferro instalados na Amazônia são, também, caminhos de indígenas, de quilombolas, de camponeses, de pescadores, das quebradeiras de coco babaçu e de muitos outros grupos, cujas territorialidades alicerçam verdadeiras “geografias da r-existência” (Malheiro, 2019).

Essa mesma preocupação pode ser visualizada em estudo de Corrêa (2014), sobre as lutas e resistências e as perspectivas alternativas diante do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Para isso, esse autor levou em conta o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e sua ação contra-hegemônica na área afetada pelo projeto. Tomando como base várias contribuições de Boaventura de Sousa Santos, demonstra a expansão da fronteira hidrelétrica na Amazônia e seu movimento de territorialização sob a perspectiva do capital em parceria com os projetos neodesenvolvimentistas do Estado,



que usa, para isso, de violência institucional e simbólica com vistas à concretização do empreendimento hidrelétrico.

A análise foca o processo de desterritorialização em curso por conta do referido projeto, demonstrando as formas de expropriação, de desintegração e de precarização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas; formas essas que se fazem acompanhar da violação de seus direitos fundamentais, risco e violência física e social, além de comprometimento do equilíbrio do bioma amazônico e de seus ecossistemas.

As premissas das epistemologias do Sul o fazem identificar um processo não apenas capitalista, mas igualmente colonialista, que tem como desdobramento resistências ao modelo imposto, manifestas por meio de dinâmicas não hegemônicas (vivências, experiências e perspectivas sociais), a partir das resistências e das lutas do MXVPS, que atua em quatro frentes (jurídica, comunicação/mobilização, bancos e política).

O movimento estudado, por meio de suas resistências nessas diversas frentes, além da aprendizagem na luta, que ganha uma dimensão pedagógica (Sousa Santos, 2019), dá visibilidade a sujeitos locais e tanto reúne elementos relacionadas a contradiscursos neodesenvolvimentistas, quanto proposições de novos caminhos a serem construídos social, cultural, econômica, política, territorial e ambientalmente, considerando o uso comum do espaço e a sociobiodiversidade amazônica com a legítima participação de seus sujeitos.

Estes ganham projeção e ação regional, como os que resistem a projetos similares por meio da mobilização comum e concertada em nível de Amazônia brasileira – “Movimento Madeira Vivo”, “Movimento Tapajós Vivo”, “Movimento Teles Pires Vivo” e a “Aliança dos quatro rios” (Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira) – e em escala continental – “Movimento dos Rios da Pan-Amazônia” e da “Aliança dos Povos da Pan-Amazônia”.

Nesse sentido, e adotando os termos de Sousa Santos (2002b, 2008a), o autor define tal mobilização como uma posição marcada no terreno da “globalização de resistência”, pautada no “cosmopolitismo

subalterno de oposição” – forma cultural e política de globalização contra-hegemônica – e, igualmente, no “patrimônio comum da humanidade” – lutas transnacionais com vistas à proteção e à desmercadorização de recursos, entidades, artefatos e ambientes tidos como fundamentais para a humanidade e com sustentabilidade a ser garantida na escala planetária.

Para Corrêa (2014), é possível identificar no MXVPS brechas e sinais importantes para uma forma alternativa de ação e de resistência contra-hegemônica e de desenvolvimento para a região e para o País, com articulação de escalas geográficas diferenciadas, apesar do quadro de “fratura” interna do MXVPS.

De maneira semelhante, o olhar descolonial que Pereira (2014) exercita em seu estudo na Amazônia Tocantina Paraense contribui para desvelar, para além dos impactos da instalação do Complexo Hidrelétrico de Tucuruí no regime fluvial e, por conseguinte, nas comunidades que dependem do rio, o amplo movimento de resistência, reorganização e rearticulação dessas populações em várias escalas.

O estudo enfoca, então, as práticas socioespaciais de resistência/r-existência subalterna que mantêm o sentido comunitário de suas territorialidades diante das intensas transformações a que estão sujeitas. Tomando como referencial empírico as comunidades ribeirinhas de Paruru de Baixo e Pindobal-Miri, no município de Cametá (PA), o autor confere especial destaque aos Acordos Comunitários de Pesca, entendidos como formas de resistência territorial baseadas na demarcação de um território comunitário; à atuação de agentes mediadores locais, representativa de uma nova articulação política das comunidades para a defesa dos seus interesses e espaços de vida; e às festas de santos, que ultrapassam a dimensão estritamente religiosa, pois também constituem espaços de realização coletiva, de encontros, de trocas sociais e de reafirmação dos laços de pertencimento, definindo o regime de sociabilidade ribeirinho e as territorialidades locais (Pereira, 2014).

Os Acordos Comunitários de Pesca criados e implementados pelas comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins também são abordados em perspectiva descolonial no estudo de Cruz (2011) sobre as lutas sociais,

as (re)configurações identitárias e as estratégias de reapropriação social do território na Amazônia. Empiricamente, o estudo também está centrado no município de Cametá.

Face a um imaginário que, de acordo com Cruz (2011, p. 149), consolida um conjunto de “práticas e representações marcadas pela violência e pelo colonialismo que serviam e ainda servem para justificar a subalternização das populações que historicamente viveram na região”, o autor evidencia um contramovimento protagonizado por essas mesmas populações que se afirmam enquanto sujeitos políticos coletivos na luta pelo exercício de direitos fundamentais, ou, até mesmo, pela elaboração de novos direitos, ao lançar mão de novas táticas e estratégias de controle e reapropriação social dos seus territórios.

Por meio de algumas das premissas das epistemologias do Sul, o estudo de Malheiro (2009) confronta as práticas discursivas em torno do “Portal da Amazônia”, projeto urbanístico realizado na orla fluvial da cidade de Belém (PA), com as expressivas experiências sociais que nesse espaço re-existem na contracorrente dos processos de invisibilização que lhes são imputados por aqueles discursos.

Nesse sentido, o autor argumenta que a massa discursiva e imagética que circunda aquele projeto de intervenção urbanística não meramente esconde uma verdade ou mascara uma realidade, mas, de fato, as fabrica por meio de uma narrativa moderno-colonial sobre o que deve ser visto e dito da cidade. Ao operar uma contração do presente e um alargamento do futuro (Sousa Santos, 2002a), tais discursos e imagens desconsideram as experiências sociais em curso e conduzem a cidade ao tempo ideal do progresso e da modernização.

Para Malheiro (2009), à imagem das margens fluviais decadentes, elemento central de um discurso que busca legitimar o projeto ao retratar uma cidade que “virou as costas para o rio”, contrapõe-se a presença de trocas, encontros, economias e culturas que fazem dos portos, dos trapiches e das feiras de Belém espaços de fortes e diversificadas relações com o rio.

As (re)existências das populações locais da Amazônia também ganham destaque no estudo de Soares (2019) sobre as narrativas de denúncia da violência e das violações de direitos humanos inscritas nas

*arpilleras*, bordados tridimensionais coloridos confeccionados pelas mulheres do coletivo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no contexto da instalação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, na região de Altamira (PA).

Ante o sofrimento injusto causado por essas violações que nascem nas linhas divisórias do pensamento abissal, marginalizando e subjugando aqueles que se encontram do “outro lado” das mesmas, as *arpilleras* representam a confrontação dessas atrocidades cometidas nos territórios coloniais, configurando, segundo a autora, uma espécie de testemunho acerca dos efeitos perversos da lógica capitalista, colonialista e patriarcal na vida das pessoas que viviam nos baixões de Altamira.

A demonstrar a corporalidade do conhecimento que é própria às epistemologias do Sul (Sousa Santos, 2019), os bordados retratam violações como a mercantilização dos corpos femininos, a violência sexual, o assassinato de jovens, as violações do direito à alimentação das populações afetadas, a quebra dos laços de vizinhança e as transformações dos modos de vida, evidenciando de forma pungente que não são tão somente os territórios físicos a serem vilipendiados pela instalação do empreendimento hidrelétrico, senão também os próprios corpos daqueles que os habitam – constituindo estes, portanto, um outro território a ser apropriado (Soares, 2019).

As contribuições analíticas das epistemologias do Sul podem ser observadas também no trabalho de Barros (2021), que, para além dessas, dialoga com outras proposições do pensamento descolonial. Em sua tese, o autor mostra como a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará (UFPA), na sub-região do Baixo Tocantins, produto de um movimento de lutas locais que demandavam pela universalização de uma educação superior pensada para os sujeitos do campo, representa uma fissura que atravessa as colonialidades do poder, do saber e do ser.

Para Barros (2021), essas múltiplas manifestações da colonialidade na Amazônia têm sujeitado historicamente as populações tradicionais a discursos e representações homogeneizadoras que desprezam a multiplicidade dos povos e seus conhecimentos plurais, mediante uma estrutura de dominação embasada na superioridade de identidades

culturais e conhecimentos associados à estrutura racional do pensamento abissal, que concede à ciência moderna a superioridade epistemológica sobre outros conhecimentos.

Assim sendo, o autor entende que a construção do curso de Licenciatura em Educação do Campo é orientada por um olhar crítico e transformador em face daquele padrão de poder mediante o qual grupos/agentes dominantes na Amazônia, e no País como um todo, têm mantido a dominação, a apropriação e a expropriação do ser, do saber e da natureza nos territórios camponeses.

A ideia da “ecologia dos saberes”, uma das principais ferramentas conceituais das epistemologias do Sul (Sousa Santos, 2008b, 2019), inspira o estudo de Almeida (2016) acerca dos diálogos entre o saber popular (saberes das águas, da terra, da mata e saberes do açaí) dos ribeirinhos da Ilha do Açaí, no Município de Afuá (PA), e o conhecimento escolar veiculado pelas práticas dos docentes que atuam nas escolas locais. Trata-se, esta, de uma Amazônia ribeirinha na qual o rio e a floresta permeiam a vida cultural, econômica, social e religiosa dos povos que se encontram na região.

Ainda que o sistema municipal de educação seja pouco permeável aos saberes das culturas ribeirinhas, via de regra os excluindo do currículo oficial em prol de outros conhecimentos socialmente legitimados, o autor evidencia a existência de práticas docentes alternativas que buscam inserir nas escolas os conhecimentos de tais sujeitos. Para Almeida (2016, p. 182), esse processo de construção de uma inteligibilidade mútua entre os saberes populares e os saberes escolares oportuniza conteúdos importantes para os educandos e relevantes para as suas atividades sociais e produtivas, apontando, assim, para uma perspectiva pós-abissal capaz de reconhecer que “nas comunidades ribeirinhas existem manifestações culturais e epistemológicas próprias”.

Por fim, o pensamento descolonial, e nele as epistemologias do Sul, também subsidia a análise de Costa (2020) sobre a invisibilização da encenadora amazônica Maria Sylvia Nunes, importante figura da modernização do teatro no Brasil, no âmbito da história hegemônica da produção cenográfica nacional.

Para Costa (2020), essa “ausência” é produzida por um pensamento nacional, resultado de séculos de colonialismo interno, que somente valida, com base em discursos e representações pautados na distinção dicotômica do pensamento abissal, aquelas produções intelectuais e artísticas oriundas dos “centros” do país, notadamente as de origem sudestina, inviabilizando e deslegitimando, dessa maneira, as produções intelectuais e artísticas afro-brasileiras, amazônicas e nordestinas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o emprego de termos como “Sul” e “Norte”, as epistemologias do Sul não preconizam a produção de novas incomensurabilidades. Seu objetivo não é a substituição de uma dominação por outra de sentido contrário, mas, antes, a construção de um terreno alargado na base na alteridade (Sousa Santos, 2019).

É esse o propósito do esforço de descentramento que convida a perspectivas epistêmicas e políticas mais compatíveis com a pluralidade socioespacial de um mundo complexo, instrumentalizadas por meio de elementos teóricos, conceituais e metodológicos e que, à maneira de uma síntese, são apresentados no Quadro 3.

Tais ferramentas teórico-conceituais e metodológicas de investigação das epistemologias do Sul têm implicações pedagógicas, contribuindo com a possibilidade de entender a Amazônia como um espaço testemunho das injustiças, das opressões e da destruição causadas pelos modos de dominação modernos – as suas “ausências” produzidas pelas exclusões abissais – e igualmente, como um espaço portador de alternativas epistemológicas e políticas – as suas “emergências” de diversos tipos – ancoradas nas experiências das populações que resistem àquelas formas de dominação. Isso pode ser constatado por meio de alguns estudos aqui apresentados que lançam mão, com maior ou menor ênfase, dessa rica e densa instrumentalização.

Quadro 3 – Epistemologias do Sul segundo Boaventura de Sousa Santos

<b>Posicionamentos</b>	<b>Boaventura de Sousa Santos</b>
Os conceitos universais da ciência	Frutos do pensamento eurocêntrico e generalista
O escopo da ciência	De fundamento não colonial
A relação Norte-Sul	Necessidade de contramovimentos emancipatórios (políticos e epistemológicos)
O Sul	Sentido metafórico: deslocamento de olhares em relação ao mundo
A ordem global	Hegemonia x contra-hegemonia
As resistências	Acento às sociologias das ausências e emergências
A preocupação idiográfica	Contraponto às metanarrativas
A construção de uma nova história	Novas narrativas (ex.: “Nuestra América”)
A potencialidade do Sul	Criatividade (ex.: o movimento cultural barroco)
As assimetrias e desigualdades	Questões de grupos e de regiões subalternas
A construção de uma nova sociedade	Razão cosmopolita + ecologia dos saberes
A razão científica	“Corazonar” (emoções/afetos/razões)

Fonte: Adaptado de Trindade Jr. (2022) com base em Sousa Santos (1995, 2007, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2018, 2019).

Abre-se o olhar, por meio deles, para a “expansão do presente”, com a valorização de experiências/vivências que constroem a história atual; para a “contração do futuro”, que nega a excessiva aposta em projetos modernos de médio e longo prazos em detrimento das demandas e necessidades de existência do hoje; e para a “ecologia dos saberes”, que leva em conta a diversidade de conhecimentos e suas possibilidades de interação (Sousa Santos, 2008b).

Considerando que as grandes teorias sobre o mundo têm, via de regra, sido fornecidas por grupos e espaços na ótica dos quais a Amazônia localiza-se “do outro lado da linha” (Sousa Santos, 2009b), é razoável presumir que as abordagens descentradas, como as epistemologias do Sul, têm a contribuir para a validação e a produção de novas visões do mundo na perspectiva das quais a Amazônia pode ser lida e reconhecida a partir do lado de cá.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. M. M. **Ecologia de saberes**: um estudo do diálogo entre o conhecimento escolar e o saber popular dos ribeirinhos da Ilha do Açaí. 2016. 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

BARROS, O. F. **Territórios do currículo por áreas de conhecimentos na Licenciatura em Educação do Campo da UFPa, Baixo Tocantins-Pa, no combate às encruzilhadas das colonialidades**. 2021. 310f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CORRÊA, S. R. M. **As lutas e resistências do movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do projeto hidrelétrico Belo Monte**: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa. 2014. 506f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

COSTA, I. R. V. **Modernidade Severina**: o teatro experimental de Maria Sylvania Nunes e sua invisibilidade na história hegemônica do teatro brasileiro. 2020. 301f. Tese (Doutorado em Estudos Artísticos Com



Ênfase em Estudos Teatrais e Performativos) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.

CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR., S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-69.

CRUZ, V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DROULERS, M. **L'Amazonie**. Paris: Nathan, 1995.

DROULERS, M. **L'Amazonie**: vers un développement durable. Paris: Armin Colin, 2004.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume, 2009.

LEITE, G. C. S.; TRINDADE JÚNIOR., S-C. C. “Geografias do Sul”: descentramento, transescalaridade e espacializações no pensamento miltoniano. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 39-65, set./dez. 2020.

MALHEIRO, B. C. P. **Portos, portas e postais**: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo

de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia.** 2019. 439f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo: Annablume, 2006.

NOGUEIRA, R. J. B. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 1, v. 77, p. 39-55, abr. 2001.

PEREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense.** 2014. 435f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PEREIRA, E. A. D. Horizonte geográfico do imaginário moderno-colonial e as representações espaciais da Amazônia. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes**

de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 299-320.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. México, 2001b. Disponível em: <http://ivairr.sites.uol.com.br/carloswalter1.htm>. Acesso em: 13 abr. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geo-grafías**: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2001c.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Lamparina, 2002. p. 257-284.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In*: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.) **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-51.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, M. B. **Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense**. 2019. 240f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Pará/Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, V. O. **Sociedade e espaço na Amazônia contemporânea: contribuições a partir das epistemologias do Sul**. Belém: NAEA/UFGPA, 2021. 36 p.

SILVA, V. O. **Deslocando olhares, descolonizando interpretações: a Amazônia em uma perspectiva descentrada**. Belém: NAEA/UFGPA, 2022. 39 p.

SOARES, M. **Tecendo a luta: memória, violência e violação dos direitos humanos em *arpilleras* bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte**. 2019. 253f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SOUSA SANTOS, B. **Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition**. New York: Routledge, 1995.

SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002a.

SOUSA SANTOS, B. Os processos de globalização. *In*: SOUSA SANTOS, B. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

SOUSA SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

SOUSA SANTOS, B. **Conocer desde el Sur**: para una cultura política emancipatoria. Santiago de Chile: Editorial Universidad Bolivariana, 2008b.

SOUSA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009a.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009b. p. 23-71.

SOUSA SANTOS, B. Introducción: las epistemologías del Sur. *In*: CIDOB (org.). **Formas-otras. Saber, nombrar, narrar, hacer**. Barcelona: CIDOB Ediciones, 2012. p. 9-22. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION\\_BSS.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf). Acesso em: 08 jul. 2018.

SOUSA SANTOS, B. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENDES, J. M. (org.). **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 51-72.

SOUSA SANTOS, B. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. Introdução. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 9-19.

SOUZA, J. J. V. **Seringalidade**: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta. 2016. 617f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) –

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

TRINDADE JÚNIOR., S-C. C. Pensando a concepção de Amazônia. *In*: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (org.). **Panorama da geografia brasileira: problemáticas contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 295-310.

TRINDADE JÚNIOR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JÚNIOR., S-C. C. Um lugar para pensar a Amazônia? Revisitando a Geografia Nova e o pensamento crítico miltoniano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 7, n. 2, p. 18-33, jan./jun. 2020.

TRINDADE JÚNIOR., S-C. C. Os ventos do “Norte” não movem moinhos? Pensando a Amazônia à luz das geografias e das epistemologias do Sul. **Papers do NAEA**, Belém, v. 31, n. 1, p. 1-21, 2022.

# **18 ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO PARA A AMAZÔNIA LEGAL CONFORME OS CENSOS DE 2000 E 2010**

*Danilo Ferreira Sodré*

*Luis Eduardo Aragón*

## **1 INTRODUÇÃO**

Migração de retorno é definida como a volta de migrantes de um determinado lugar (pode ser outro país ou dentro do seu país) para seu lugar de origem, geralmente, o lugar de nascimento. As recentes crises econômicas nos países desenvolvidos estimulam o retorno de muitos migrantes a seus respectivos países, com objetivos alcançados ou não.

Os estudos sobre o retorno para o Brasil centram as análises na volta dos lugares de maior concentração de migrantes, principalmente Japão, Estados Unidos, Espanha, Portugal e Itália, para o centro sul do país e as grandes cidades (Fusco; Souchaud, 2010, Siqueira, 2009, 2010). Mas a temática é praticamente ausente na literatura que trata desse fenômeno na Amazônia.

À guisa de contribuição para a falta de literatura sobre o assunto na Amazônia, este artigo pretende descrever e analisar os padrões da migração internacional de retorno para a Amazônia Legal brasileira conforme os micro dados dos censos de 2000 e 2010. Analisando as mudanças entre os dois censos conforme o volume de migrantes, sua espacialização na região e o perfil sociodemográfico dos retornados, buscando associar essas mudanças à crise econômica mundial de 2008, que se alastrou dos Estados Unidos por vários países do Continente Europeu e o Japão.

O migrante de retorno internacional é aqui definido como aquele indivíduo que nasceu em um município amazônico, migrou para outro país e residia no mesmo município de nascimento no momento do respectivo censo. Para o processamento de dados foram utilizados o software ARCGIS 9.3 para elaboração de mapas e o programa

REDATAM+SP para acessar a base dos micro dados dos censos de 2000 e 2010.

## 2 CICLO MIGRATÓRIO

Sayad (1998; 2000) define a migração como um sistema complexo que acontece num campo socioespacial que envolve imigrantes, emigrantes e migrantes de retorno num ciclo constante. O ciclo migratório começa com a emigração do local de origem, passando por obstáculos intervenientes até o local de destino (Lee, 1980). A Figura 1 ilustra as fases do ciclo migratório, começando no local de origem com a decisão de migrar e os fatores de expulsão, que geram a emigração, os obstáculos intervenientes se apresentam durante o deslocamento, surgindo também outros locais, os chamados de trânsito, sendo aqueles que servem de caminho entre a origem e o destino. No destino, há o deslumbre mesmo antes de sair da origem, pode-se identificar esse deslumbre como os fatores de atração. Chegando ao local de destino, busca-se a adaptação ao local receptor, e também, o migrante irá atrás dos seus objetivos traçados antes mesmo de migrar. Por fim, o ciclo migratório se encerra com a migração de retorno, podendo seguir dois caminhos: retorno com objetivos alcançados ou com os objetivos não alcançados.

Figura 1: Esquema exemplificando o ciclo migratório



Fonte: Sodré (2017) na base dos textos de Lee (1980) e Sayad (1998, 2000)



Para Sayad (2000) não existe imigração em um lugar sem que tenha ocorrido emigração de outro lugar; não há presença em determinado lugar, sem que, simultaneamente, se tenha ausência em outro. Por este fato há uma relação de dependência entre o ato de migrar e o ato de retornar, a motivação para o primeiro é justificada para que um dia ocorra a concretização do segundo. Para Fazito (2005), o retorno vem representar:

Uma categoria fundamental do processo migratório porque confere sentido e explica a unidade das relações complexas entre emigração e imigração, ausência e presença, exclusão e inserção. Além disso, mostra que o retorno é uma possibilidade que só existe no seu devir, pois é em si mesmo uma justificativa manipulada politicamente pelo imigrante em resposta a sua ausência – o retorno não é apenas ao espaço físico, mas essencialmente o retorno ao espaço social transfigurado por eventos vitais e, conseqüentemente, uma impossibilidade concreta, pois não se retorna àquela mesma estrutura de coisas e eventos que se vivia no passado e depois se “abandonou” (Fazito, 2005, p. 3).

Pode-se perceber que o retorno é algo imprescindível nesse processo de mobilidade, como se fosse uma resposta para a ausência do lugar de origem e essa ausência não ocorre apenas no espaço físico, mas também e principalmente no espaço das relações sociais.

E o retorno ocorre de forma imperfeita, porque quando enfim se retorna não se retorna para “o mesmo estado das coisas”, como diria Heráclito: O homem não toma banho duas vezes no mesmo rio, pois ambos estão em transformação; ou seja, tanto o sujeito como o espaço físico não passam intocáveis durante a ausência, por isso não será possível vivenciar o mesmo lugar que foi deixado e nem o sujeito que ali estava no momento da partida, porque o tempo modifica o espaço e as relações. Fazito (2005) mostra que graças à impossibilidade de retornar para o lugar “do mesmo jeito que se deixou” vai haver o surgimento do

poder simbólico do retorno; e ele vai mais além quando explica: quando houver a impossibilidade de retornar, ela deve ser ignorada, deve ser mascarada, porque é o retorno que justifica a migração.

Outro ponto de relevância a ser tratado na migração de retorno, é seu papel na consolidação e ampliação dos fluxos migratórios. Portanto, organizar e justificar os movimentos migratórios futuros, faz parte do retorno. Carvalho *et al.* (2001), ao analisar as crescentes e contínuas emigrações brasileiras, compreendem o migrante retornado como incentivador das futuras emigrações, graças ao exemplo que o sujeito passa para sua comunidade de origem, aonde ele vem representar uma migração bem sucedida. Os retornados têm grande influência na continuidade e organização dos fluxos migratórios, devido a sua capacidade de intermediação entre o lugar de origem e o lugar de destino, porque eles têm informações essenciais pela sua experiência prática e assim geram maior deslumbramento de migrantes futuros. Será através das redes sociais criadas e consolidadas tanto na origem quanto no destino, que o migrante retornado vem influenciar no recrutamento, agenciamento e suporte de novos e futuros migrantes (Fazito, 2005).

### 3 CRISE ECONÔMICA MUNDIAL DE 2008: GÊNESE E CONSEQUÊNCIAS

As crises econômicas representam situações de ruptura; elas não somente interrompem a prosperidade desfrutada até o momento, mas também criam escassez e dificuldades para a maioria da população (Cechin e Montoya, 2017). Corroborando esse argumento, a crise de 2008 apresentou uma ruptura no crescimento econômico dos países desenvolvidos como os Estados Unidos, os países europeus e o Japão, desencadeando um processo de instabilidade econômica que impactou negativamente a população de cada nação envolvida com reflexos ao nível global.

De acordo com Evans (2011), a gênese da crise econômica começou em agosto de 2007 e se intensificou profundamente em 2008. A causa imediata está ligada ao fato de os bancos não saberem a extensão das perdas sofridas por outros bancos em títulos hipotecários e, para

evitar o risco de não pagamento, os bancos pararam de emprestar uns aos outros. Como resultado, o mercado monetário interbancário – onde os bancos emprestam e pegam empréstimos entre si em curto prazo – essencial para o funcionamento do sistema bancário capitalista moderno, esvaziou quase que instantaneamente tanto nos EUA quanto na Europa.

A crise impactou vários continentes e países no mundo além dos EUA. No continente europeu a crise é vivenciada em dois âmbitos: 1) nas exportações, visto que anteriormente à crise, a Europa apresentava como fator primordial para seu crescimento econômico as suas exportações, que estavam atreladas de maneira direta ou indireta pelas demandas dos EUA, que devido à crise, diminuiu suas importações, o que levou a perda de 20% das exportações europeias; 2) na redução na disponibilidade do crédito bancário, pois os bancos da Europa ainda estavam absorvendo o abalo com as perdas significativas dos títulos imobiliários americanos. A crise também refletiu no continente asiático, mais especificamente no Japão e na China. Esses países sofreram com a diminuição na demanda por exportação de manufaturados, o Japão apresentou uma perda de 50% das exportações. Com a queda na produção industrial dos principais centros mundiais (EUA, Europa e Ásia), diminuiu a demanda de energia e matérias-primas, impactando as economias de países exportadores de petróleo como os países do Oriente Médio, Rússia e Venezuela, e também economias de países exportadores de produtos primários – ligados à agricultura e mineração –, como os países da América Latina e África (Evans, 2011).

Portanto, a crise que começa nos EUA alcançou dimensões globais devido à integração das economias nacionais. Conforme Cechin e Montoya (2017), essa integração de economias as torna suscetíveis às influências externas, o que esses autores chamam de efeito contágio, onde as instabilidades da economia de determinada nação não se limita somente a seu território, mas se refletem em todo o mercado mundial.

Kuronuma (2010) identifica os impactos da crise nos Estados Unidos, no período de 2007 até março de 2009, demonstrando que a produção industrial se reduziu em 12,8% nesse período, gerando um

efeito cascata, que levou à diminuição dos postos de trabalho no país, elevando o desemprego de 4,6% em 2007 para 9% em 2009, o que provocou perda do poder de consumo da população americana.

Na Europa, segundo o Serviço de Estatística da União Europeia – EUROSTAT (2022) durante o período de 2007 a 2010 houve aumento do número de desempregados dentro da comunidade europeia, que aumentou de 7,5% em 2007 para 9,8% em 2010, devido principalmente à desaceleração econômica em escala mundial.

Na Ásia, como consequência da crise, mais de 250.000 migrantes semiqualeificados retornaram para seu país ou região de origem antes do fim dos seus contratos expirarem (Taran, 2009). O trabalho de Fang, Yang e Meiyang (2009) demonstra que os impactos da crise foram sentidos indiretamente pela China devido à diminuição das exportações, que teve como consequência o fechamento de empresas que necessitavam de intensa mão-de-obra, impactando o mercado de trabalho, em particular, trabalhadores migrantes, que não eram protegidos pelo sistema de proteção social do país asiático.

Na Tabela 1 destaca-se o crescimento do PIB dos países mais influentes economicamente do mundo durante o período da crise financeira global. Pôde-se constatar que o EUA, os países da Zona do Euro e o Japão acompanharam a tendência mundial de retração econômica durante esse período, apresentando diminuição do PIB, com destaque negativo para o Japão de -5,8%. A exceção é a China, que continuou com crescimento positivo do PIB, porém, em patamares menores, passando de 11,9% em 2007 para 6,7% em 2009.

Tabela 1: Taxa de crescimento do PIB (%) dos países economicamente mais influentes do mundo, 2007-2009

Países e regiões	Anos			
	2006	2007	2008	2009
Mundo	5,1	5,0	3,2	- 1,7
EUA	2,9	2,2	1,1	- 2,6
Zona do Euro	2,8	2,6	0,9	- 3,2
Japão	2,4	2,1	- 0,7	- 5,8
China	11,6	11,9	9,7	6,7

Fonte: Kuronuma (2010) na base de dados do FMI, com adaptação dos autores

Desse modo, a crise de 2008 ficou conhecida pela sua severidade nas economias capitalistas, coisa que não se via desde 1929. Essa crise gerou não somente impactos econômicos, mas também sociais e de outra ordem (Bresser-Pereira, 2010). Conforme O Globo (2010), a crise impôs ao mundo um recorde no número de desempregados, cerca de 212 milhões de trabalhadores ficaram sem emprego no ano de 2009. Entre esses desempregados houve muitos imigrantes, inclusive brasileiros, que devido à crise, retornaram a seus respectivos países.

#### 4 VOLUME E PAÍSES DE PROCEDÊNCIA DOS RETORNADOS PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Comparando os dados de residência cinco anos antes dos censos de 2000 e 2010 (data fixa), nota-se uma clara mudança no volume e nos países de procedência dos brasileiros retornados à Amazônia Legal (Tabela 2).

O censo de 2000 (Tabela 2A) registra 1.258 retornados procedentes de 21 países, mais 11 retornados que não informaram o país estrangeiro de residência em 1995. Porém, entre os dez países com mais retornados, seis são países amazônicos e entre os três primeiros, dois são amazônicos (Guiana Francesa-departamento francês e Bolívia) e percebe-se que a maioria dos retornados era de países sul-americanos (Figura 2A).

Tabela 2: Países de residência em 31/7/1995 (A) e 31/7/ 2005 (B) de brasileiros retornados à Amazônia Legal (censos de 2000 e 2010)

<b>CENSO DE 2000 (A)</b>		<b>CENSO DE 2010 (B)</b>	
<b>Países</b>	<b>Volume</b>	<b>Países</b>	<b>Volume</b>
Japão	235	Japão	761
Guiana Francesa	141	EUA	586
Bolívia	131	Espanha	287
EUA	116	Bolívia	236
Peru	102	Portugal	218
Colômbia	95	França	204
Paraguai	78	Guiana	127
Venezuela	78	Suriname	100
França	63	Guiana Francesa	99
Equador	51	Peru	84
Suíça	32	Venezuela	83
Suriname	30	Alemanha	52
Portugal	18	Reino Unido	51
Alemanha	17	Itália	40
Argentina	14	Suíça	26
Canadá	13	Paraguai	25
Reino Unido	12	Irã	24
Bélgica	9	Congo	22
Itália	8	Irlanda	22
Holanda	8	Colômbia	20
Guiana	7	Uruguai	18
Sem especificação	11	Cuba	15
Total	1.269	Holanda	13
		Líbano	9
		Gâmbia	7
		Bélgica	5
		Madagáscar	5
		San Marino	5
		Sem especificação	10
		Total	3.154

Fonte: Sodré (2017) na base dos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

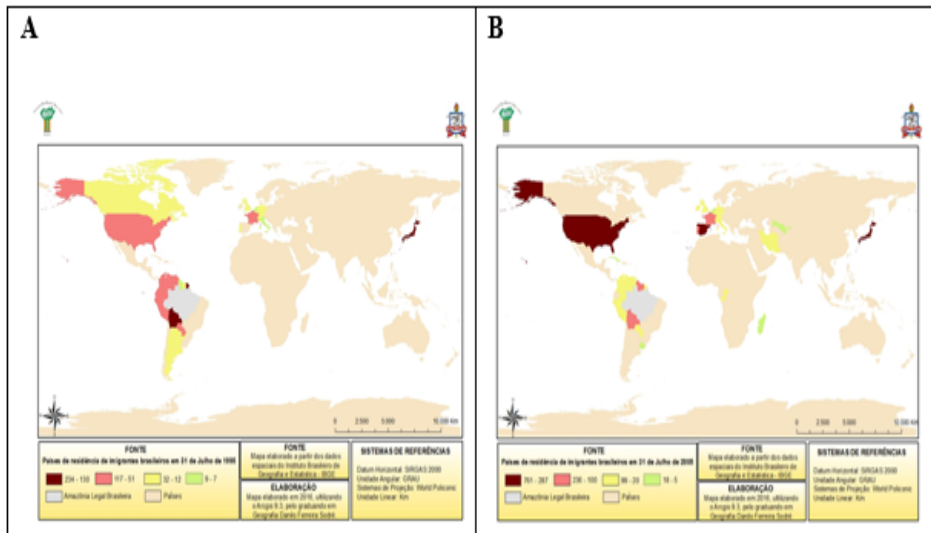
Já o censo de 2010 registra 3.144 retornados de 28 países, mais 10 retornados que não informaram o país estrangeiro de residência em 2005 (Tabela 2B). Porém, entre os 10 primeiros países de procedência, cinco são países desenvolvidos e cinco países amazônicos, sendo que os três primeiros são desenvolvidos (Japão, EUA e Espanha) (Figura 2B).

Dos países que fazem parte da região Pan-Amazônia, o Suriname (29,4%), a Bolívia (26,9%) e a Guiana Francesa (22,3%) representam os principais destinos de migrantes da Amazônia brasileira na região, juntos totalizam 78,6% do fluxo de brasileiros amazônicos (Corbin, Fernand-Jubithana e Hayden, 2018). Os dados do censo de 2010 já demonstravam essa tendência, de protagonismo de países como Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, principalmente como principais locais de retorno de brasileiros amazônicos.

A literatura identifica a migração considerável de brasileiros nestes países: na Bolívia (Bonilla, 2009) e na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa (Arouck, 2001; Corbin, 2009; Fernand-Jubithana, 2009; Pinto, 2009; Corbin e Hayden, 2017) que identificam o fluxo migratório de brasileiros para outros países amazônicos, compreendendo assim, o retorno de brasileiros ser maior nestes países (Censo de 2010).

Na Tabela 2 e na Figura 2 identifica-se que em 2000, a maior proporção de retornados era procedente de países amazônicos, 50,5%, enquanto em 2010 diminuiu para 23,8%. E mais, a proporção de retornados procedentes de países desenvolvidos varia de 42,3% em 2000 para 72,3% em 2010. A Figura 2 mostra haver uma diferença na espacialização dos migrantes retornados, enquanto no ano de 1995 a maioria dos retornados morava em países do continente americano, principalmente países amazônicos, no ano de 2005 a maioria dos retornados morava nas regiões centrais da economia mundial – América do Norte, Europa e Ásia.

Figura 2: Países de residência para migrantes retornados para seus municípios de nascimento na Amazônia Legal, conforme os censos de 2000 (A) e 2010 (B)



Fonte: Sodré (2017), na base dos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

Essas diferenças indicam o possível impacto da crise econômica de 2008 que sofreram os países desenvolvidos, que gerou, entre outras consequências, demissões em massa, principalmente de estrangeiros, fechamento de fábricas e quebra de empresas (Baldochi, 2018).

## 5 DISTRIBUI O DOS RETORNADOS NA AMAZÔNIA LEGAL

H  também diferenças na distribui o dos retornados   Amazônia Legal. Ao nível estadual, observa-se aumento considerável do volume de retornados entre os censos de 2000 e 2010 nos estados de Pará, Rondônia, Maranhão e Mato Grosso. Os únicos estados que apresentaram redu o no número de retornados foram Acre e Amapá (Tabela 3 e Figura 3).



Tabela 3: Países de procedência de migrantes retornados para os municípios dos estados da Amazônia Legal brasileira, conforme os censos de 2000 e 2010

continua

PAÍSES DE PROCEDÊNCIA	ESTADOS DE RESIDÊNCIA NO MOMENTO DO CENSO									TOTAL
	AC	AP	AM	MA	MT	PA	RO	RR	TO	
<b>CENSO DE 2000</b>										
Japão			62		38	135				235
Guiana Francesa		76			5	60				141
Bolívia	49	6			13		63			131
EUA			9	35	23	49				116
Peru	69		22					11		102
Colômbia			95							95
Paraguai	2				18	12	46			78
Venezuela			10			40	18	10		78
França		11			9	43				63
Equador			51							51
Suíça						32				32
Suriname				30						30
Portugal						18				18
Alemanha						17				17
Argentina									14	14
Canadá						13				13
Reino Unido			12							12
Bélgica				9						9
Itália						8				8
Holanda		6				2				8
Guiana			7							7
Sem especificação						11				11
<b>TOTAL</b>	120	99	268	74	106	440	127	21	14	1269

Fonte: Sodré (2017) na base dos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

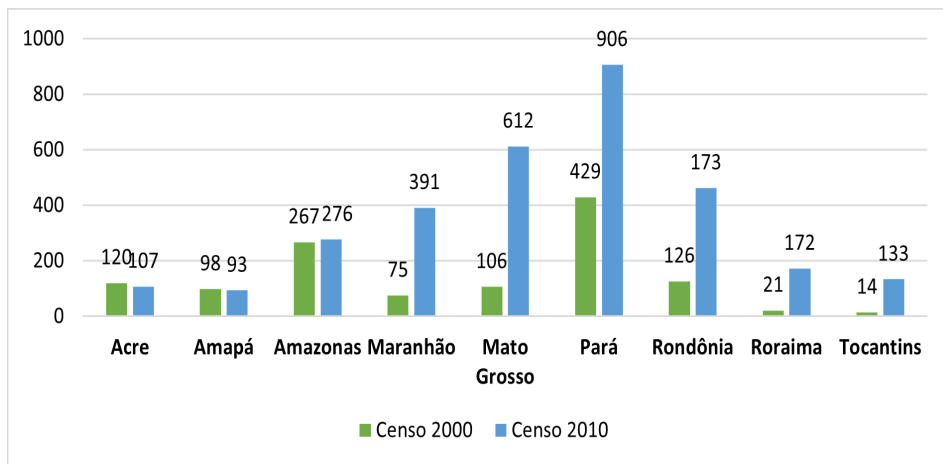
Tabela 3: Países de procedência de migrantes retornados para os municípios dos estados da Amazônia Legal brasileira, conforme os censos de 2000 e 2010

conclusão

CENSO 2010										
Japão			75	31	157	449	45		4	761
EUA		8	70	70	139	99	182		18	586
Espanha		12		22	80	80	79		14	287
Bolívia	92				99		45			236
Guiana				12				110	5	127
Portugal				15	63	27	64		49	218
França		12		58		129		5		204
Suriname				61		39				100
Guiana Francesa		61		10		28				99
Peru	12		58					14		84
Venezuela				25	21			37		83
Alemanha				52						52
Reino Unido			10		14		20		7	51
Itália			22			18				40
Suíça			22			4				26
Paraguai					16		9			25
Irã						24				24
Congo									22	22
Irlanda				22						22
Colômbia			20							20
Uruguai				9	9					18
Cuba	3						12			15
Holanda				4					9	13
Líbano						9				9
Gambia								7		7
Bélgica									5	5
San Marino					5					5
Madagascar					5					5
Sem especificação					4		6			10
<b>TOTAL</b>	107	93	276	391	612	906	462	173	133	3.154

Fonte: Sodré (2017) na base dos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

Figura 3: Volume de brasileiros retornados para estados da Amazônia Legal, conforme os censos de 2000 e 2010



Fonte: Sodré (2017) na base dos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

Na Tabela 3 destaca-se que no censo de 2000, cinco estados (Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia) tem em primeiro lugar de retorno, países amazônicos, três estados (Pará, Mato Grosso e Maranhão) tem em primeiro lugar de retorno, países desenvolvidos e um estado (Tocantins) tem em primeiro lugar de retorno, um país sul-americano não amazônico (Argentina). Nota-se também que dos cinco estados que tiveram como primeiro país de retorno países amazônicos, quatro deles fazem fronteira com esses referidos países: Rondônia, da Bolívia; Acre, do Peru, Amazonas, da Colômbia e Amapá, da Guiana Francesa, podendo-se caracterizar, por tanto, essa mobilidade como fronteira.

Como aponta a literatura, os processos migratórios dentro da Pan-Amazônia, atuam majoritariamente pelas fronteiras nacionais dos países que fazem parte da região, como, por exemplo, as Guianas que atraem muitos brasileiros para trabalhar nos garimpos, no comércio e na prestação de serviços (Arouck, 2001; Corbin, Fernand-Jubithana e Hayden, 2018) e a Venezuela, com um fluxo recente para vários países amazônicos, e no Brasil caracteriza-se pela heterogeneidade dos migrantes – refugiados, espontâneos e indígenas – que adentram o território brasileiro através da fronteira entre os dois países (Sodré, 2022).

Já no censo de 2010, seis estados (Rondônia, Tocantins, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Amazonas) têm em primeiro lugar o retorno de países considerados desenvolvidos e os outros três estados tem em primeiro lugar o retorno de países amazônicos fronteiriços: Acre, do Peru; Amapá, da Guiana Francesa e Roraima da Guiana, o que significa que a mobilidade fronteiriça se manteve no censo de 2010.

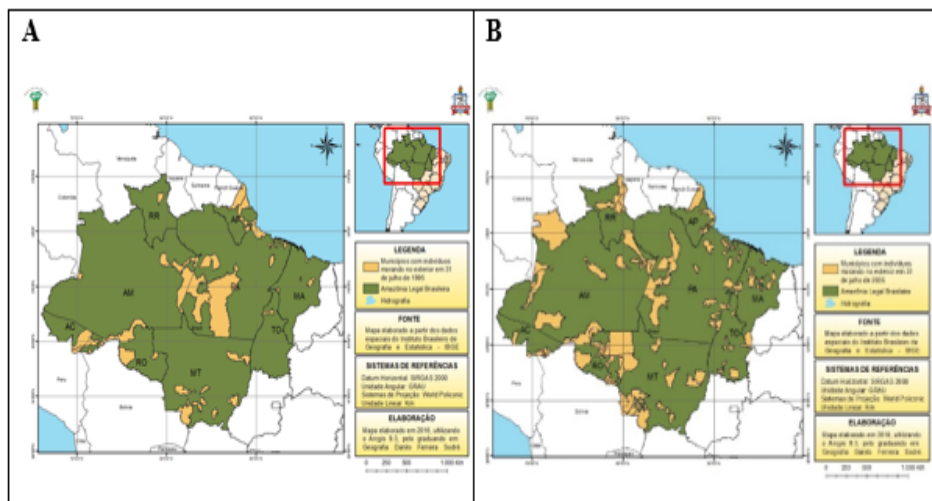
Destaca-se também que nos dois censos os procedentes do Japão ocupam o primeiro lugar, concentrando-se nos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Tal padrão reflete o retorno de brasileiros descendentes de japoneses no caso do Pará e Amazonas, mas surpreende o aumento de retornados do Japão em Mato Grosso no censo de 2010, fato que merece maiores estudos.

Aumenta também o número de retornados dos EUA. O retorno de brasileiros descendentes de japoneses e aqueles que voltaram dos EUA e outros países desenvolvidos, reforça, mais uma vez, o reflexo da crise econômica nesses países.

Ao nível municipal nota-se o seguinte:

- 1) Houve um aumento de municípios com retornados, conforme os censos de 2000 para 2010;
- 2) A distribuição dos retornados é mais dispersa no censo de 2010;
- 3) Em 2000 os retornados concentravam-se ao longo da fronteira da Amazônia e em municípios na parte central da região. Em 2010, ainda que a mobilidade fronteiriça se mantenha, é clara a dispersão dos retornados nos municípios da Amazônia Legal, destacando o aumento nos estados de Mato Grosso e Rondônia (Figura 4).

Figura 4: Retornados à Amazônia Legal por municípios, conforme os censos de 2000 (A) e 2010 (B)



Fonte: Sodré (2017), na base dos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

A distribuição municipal dos brasileiros retornados na Amazônia Legal no censo de 2010 indica, por um lado, o impacto generalizado da crise econômica nos países desenvolvidos de 2008, o que causou o retorno de brasileiros a um número maior de municípios dispersos em toda a Amazônia, e, por outro lado, a permanência da mobilidade fronteiriça por outros motivos.

## 6 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS RETORNADOS

No Quadro 1 identificam-se as principais características sociodemográficas dos retornados no momento dos censos de 2000 e 2010, mostrando as maiores proporções em cada caso. Notam-se diferenças importantes nos itens sexo, idade, nível de instrução e rendimentos. No censo de 2000 predominava o sexo feminino, e no de 2010 o masculino; em 2000 predominava a faixa etária de 31 a 40 anos e em 2010 de 21 a 30 anos; a maioria dos retornados no censo de

2000 declarou ter apenas o ensino fundamental, enquanto no censo de 2010 a maioria informou ter até o ensino médio; e o rendimento total mensal dos retornados no censo de 2000 se concentrava na faixa de 1 até 3 salários mínimos e em 2010 na faixa de 0 até 1 salário mínimo. As maiores proporções das demais características permanecem iguais nos dois censos: cor parda, estado civil (solteiro), e tipo de trabalho exercido (trabalho por conta própria).

Quadro 1: Principais características sociodemográficas dos retornados à Amazônia Legal, conforme os censos de 2000 e 2010

CARACTERÍSTICAS	CENSO	
	2000	2010
<b>Sexo</b>	Feminino	Masculino
<b>Faixa-etária</b>	31 a 40 anos	21 a 30 anos
<b>Cor</b>	Parda	Parda
<b>Estado civil</b>	Solteiro (a)	Solteiro (a)
<b>Nível de instrução</b>	Ensino fundamental	Ensino médio
<b>Tipo de trabalho</b>	Conta própria	Conta própria
<b>Rendimento total mensal</b>	Maior que 1 até 3 salários mínimos	Maior que 0 até 1 salário mínimo

Fonte: Sodré (2017) na base dos censos de 200 e 2010 (IBGE, 2000, 2010)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos pouco abordado pela literatura é a relação entre a migração de retorno internacional e as demais dimensões do ciclo migratório. No caso da Amazônia brasileira, grande parte dos imigrantes internacionais na região é originária dos países amazônicos fronteiriços, do Paraguai, do Japão e de Portugal (Do Carmo; Jakob, 2009; Jakob, 2013, 2016; Lira; Quiroga, 2016). Segundo Lira e Quiroga (2016, p. 153) entre os retornados brasileiros para a Amazônia, conforme o censo de 2010,

A migração fronteiriça não obteve grande destaque quanto à migração proveniente dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia (sobretudo Japão). Todavia, no conjunto dos principais fluxos [de imigração], vários países fronteiriços ocupavam as 10 primeiras posições, indicando a necessidade de se compreender o porquê desse retorno e do quantitativo menor que o dos países Europeus, do Japão e dos Estados Unidos (Lira; Quiroga, 2016, p. 153).

A constatação de Lira e Quiroga (2016) coincide com as evidências apresentadas neste estudo e reforça os argumentos do impacto da crise econômica dos países desenvolvidos no retorno de brasileiros para a Amazônia. Também se reforça a hipótese levantada por Do Carmo e Jakob (2009) sobre a possibilidade da migração familiar procedente de Paraguai nas áreas de fronteira agrícola de Rondônia e Mato Grosso, onde migrantes brasileiros estariam retornando com seus filhos ao Brasil.

São indícios que necessitam estudos mais aprofundados, principalmente estudos que priorizem uma análise científica empírica, com trabalho de campo diante do fluxo de retorno de migrantes brasileiros para a Amazônia; além de atualizações e comparações sobre o retorno de brasileiros para a Amazônia, baseados nos dados do censo demográfico 2022, que em breve será disponibilizado para o público.

Por meio deste trabalho foi possível identificar mudanças do fluxo de retorno de brasileiros nascidos na Amazônia Legal e que retornaram para o município de nascimento, comparando os dados dos censos de 2000 e 2010. As diferenças encontradas permitem pensar que tais mudanças são, em parte, consequência da crise econômica vista nos países desenvolvidos em 2008, que geraram uma série de ações que impactaram os trabalhadores brasileiros nestes países, como: os fechamentos de fábricas e indústrias, as demissões em massa, a diminuição de salários, etc., provocando assim, o aumento do retorno. Além disto, reafirmou-se a importância das fronteiras – como visto nas literaturas citadas no trabalho –, para os deslocamentos que ocorrem

para e através da Amazônia, visto que o retorno ocorre em grande número para cidades brasileiras que fazem fronteira com outros países.

## REFERÊNCIAS

AROUCK, R. Brasileiros na Guiana Francesa: Um grupo em vias de integração? *In*: CASTRO, M. G. (coord.) **Migrações internacionais: Contribuições para políticas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2001, p. 327-343.

BALDOCCHI, G. Os dez anos da crise global 2008-2018. **IstoÉ/Dinheiro**, n. 1087, 14 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/os-dez-anos-da-crise-global-2008-2018/>. Acesso em: 5 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 1, p. 133-149, jan. - mar. 2009.

CARVALHO, J. *et al.* Estimativas dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil – 1986/1991. *In*: **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. 1. ed. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001, v. 1, p. 243-252.

CECHIN, A.; MONTOYA, M. A. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 23, n. 48, p. 150-171, 8 set. 2017.

CORBIN, H. Migração internacional e desenvolvimento: O caso da Guiana. *In*: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2009, p. 163-184.

CORBIN, H.; FERNAND-JUBITHANA, A.; HAYDEN, D. Observações recentes na migração de brasileiros da Amazônia brasileira para o Suriname.



**Revista Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v. 6, n. 2, p. 1254-1268, jul./dez. de 2018.

DO CARMO, R. L.; JAKOB, A. A. E. A migração estrangeira recente na amazônia legal brasileira. *In*: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2009, p. 205-219.

EUROSTAT 2022. **Data Browser/Unemployment rates by sex, age and citizenship (%)**. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSA\\_URGAN\\_\\_custom\\_2697608/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSA_URGAN__custom_2697608/default/table?lang=en). Acesso em: 5 maio 2022.

EVANS, T. Cinco explicações para a crise financeira internacional. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, p. 9-30, 9 dez. 2019.

FANG, C.; YANG, D.; MEIYAN, W. Crise ou Oportunidade: Resposta da China à crise financeira global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 1, n. 1, p. 97-119, 11 dez. 2009.

FAZITO, D. **Dois aspectos fundamentais do “retorno”**: Símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005.

FERNAND-JUBITHANA, A. International migration in Suriname. *In*: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2009, p. 185-204.

FUSCO, W.; SOUCHAUD, S. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. **Confins**, n. 9, p. 1-21, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 4 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 4 jan. 2017.

JAKOB, A. A. E. Migração e concentração espacial da população na Amazônia brasileira pós 2000. *In*: ARAGÓN, L. E. (org.) **Migração interna na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2013, p. 119-139.

JAKOB, A. A. E. Mobilidade populacional na Amazônia brasileira. *In*: ARAGÓN, L. E.; STEAVIE, P. (org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2016, p. 123-139.

KURONUMA, H. **Paralelo das causas e consequências entre as crises econômicas da década de 20 e a do século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – FEMA, São Paulo, 2010.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. *In*: MOURA, H. A. de (coord.). **Migração Interna: Textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v. 1, p. 89-114.

LIRA, J. R. de O.; QUIROGA, D. E. Migração internacional na Amazônia brasileira no Censo Demográfico de 2010. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, n. 2, p. 139-158, 2016.

O GLOBO. OIT revela que número de desempregados no mundo foi recorde em 2009: 212 milhões. **O Globo**. 26 jan. 2010. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/oit-revela-que-numero-de-desempregados-no-mundo-foi-recorde-em-2009-212-milhoes-3063434>. Acesso em: 12 maio 2022.

PINTO, M. Por uma “Sociologia da clandestinidade” no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa. *In*: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2009, p. 237-254.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., jan. 2000.

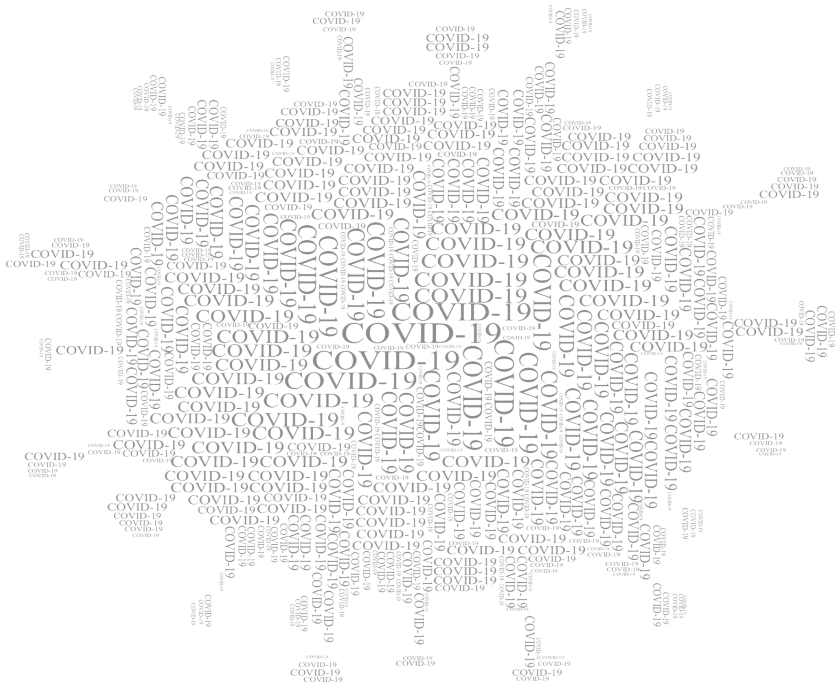
SIQUEIRA, S. Análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e Portugal. **Revista Migrações**, v. 5, p. 135-154, 2009.

SIQUEIRA, S. Emigração, crise econômica e retorno à terra natal. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 7, p. 5-25, 2010.

SODRÉ, D. F. **Migração internacional de retorno para a Amazônia conforme os censos de 2000 e 2010**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SODRÉ, D. F. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**: um estudo sobre a migração venezuelana e o acolhimento dos migrantes em Boa Vista-RR e Belém-PA. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

TARAN, Patrick. **O impacto da crise financeira sobre os trabalhadores migrantes**. Fórum Econômico e Ambiental da OSCE, Tirana, 16-17 de março de 2009.



## AUTORAS E AUTORES

### ÁGILA FLAVIANA ALVES CHAVES RODRIGUES

Bacharelado em Turismo (UFPA). Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental e Mestra em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Participa do Grupo de Pesquisas “Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM/ NAEA/ UFPA)” e na Rede Internacional de Pesquisa “Turismo e dinâmicas socioterritoriais contemporâneas” (FFLCH/USP).

E-mail: agflaviana@gmail.com.

### ANA CRISTINA ROCHA SILVA

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA - 2021). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP/2014). É membro do grupo de pesquisa Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no Escudo das Guianas (CNPQ). É professora da UNIFAP.

E-mail: tinaunifap@gmail.com.

### ANA KAROLINA BEZERRA LIMA

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá Engenheira de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: ana.lima@ifap.edu.br.

### ANTÔNIO IDALMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA

Graduado em Psicologia pela UFPA. Mestre em Gestão e Serviços de Saúde (FSCMP/UFPA). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU/NAEA/UFPA. Possui experiência na docência na Faculdade Estácio de Castanhal. Atualmente, exerce o cargo de Secretário Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

E-mail: antonio\_idalmir@hotmail.com.

ARMIN MATHIS

Mestrado e doutor em Ciências Políticas pela Freie Universität Berlin (1987), pós-doutorado no Instituto Ibero-Americano de Berlin (2014). Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua como docente permanente no PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e no PPG de Gestão Pública (PPGGP) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Atualmente é Diretor Geral do NAEA (2021-2024).

E-mail: armin.mathis@gmail.com.

CARLOS MARIANO ALVEZ-VALLES

Doutor em Ecologia, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Graduado em Ciências Biológicas, pela Universidad Nacional de la Amazonia Peruana, UNAP, Peru. E-mail: calvezv@unmsm.edu.pe.

CLAUDIA AZEVEDO RAMOS

Bióloga com Ph.D. em Ecologia pela UNICAMP; pós-doc. no The Woodwell Climate Research Center) em Massachusetts, EUA. Entre 2006 e 2014 foi Diretora do Serviço Florestal Brasileiro, contribuindo para ações de conservação e uso sustentável das florestas nacionais. É Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Brasil.

E-mail: claudia.azevedoramos@gmail.com.

CLEYTON ALVES CANDEIRA PIMENTEL

Graduado em Economia (UFPA), mestrando em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

E-mail: cleytonacandeira@gmail.com.

DANILO FERREIRA SODRÉ:

Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento também pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Bacharel e Licenciado em Geografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFPA.

E-mail: danilo.soodre@gmail.com.

#### DIEGO DE MENDONÇA COSTA

Graduado em Engenharia Ambiental (UEPA), especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UNAMA), mestre em Agriculturas Amazônicas (UFPA) e doutorando em Ciências, com ênfase em Desenvolvimento Socioambiental, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

E-mail: d-m-costa@hotmail.com.

#### DIOGO LUAN UCHÔA DA LUZ

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Graduado em Geografia e Cartografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, e professor das redes municipais das cidades de Ananindeua e Mãe do Rio.

E-mail: diogo\_luan\_uchoa@hotmail.com.

#### FÁBIO CARLOS SILVA

Doutor em História Econômica, pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando como docente nos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e em Gestão Pública e Desenvolvimento.

E-mails: fcsilva@ufpa.br; fcsilva.ufpa@gmail.com.

#### FABIO FONSECA DE CASTRO

Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1994), mestre em Estudo das Sociedades Latino-Americanas (opção Antropologia) pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (2000), doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (Sorbonne-Descartes) (2003), Pós-Doutor em Comunicação, com ênfase em etnométodos e estudos sobre interação social pela Universidade de Montréal. Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: fabio.fonsecadecastro@gmail.com.

#### FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

Graduada em Ciências Contábeis (UFPA) e Administração (UNICID). Mestre em Gestão Pública (NAEA/UFPA) e doutoranda em desenvolvimento dos trópicos úmidos (NAEA/UFPA). Já atuou como professora da UNAMA. Participa do projeto de pesquisa “Efeitos Psicológicos do Isolamento

Preventivo na Pandemia da Covid-19”, coordenado pelo Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso (UFPA).

E-mail:contadora.fernanda@hotmail.com.

FLAVIO HENRIQUE SOUZA LOBATO

Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PLADES-PPGDSTU/NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA, com período sanduíche em Universidade de Coimbra (UC), no curso de Licenciatura em Turismo, Lazer e Patrimônio.

E-mail: flaviohslobato@gmail.com.

GABRIEL CARVALHO DA SILVA LEITE

Bacharel e Licenciado em Geografia (2018) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2020) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PLADES-NAEA/UFPA). Atualmente, é doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU-NAEA/UFPA).

E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com.

JANARI DA SILVA PEDROSO

Professor Associado IV da Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutorado em Ciências Socioambientais (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA). Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGP, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento-PPGTPC. Bolsista de Produtividade CNPQ. Pós Doutorado em Psicologia pela UCB.

E-mail: pedrosoufpa@gmail.com.

JÉSSICA ALEJANDRA SOLÓRZANO ORELLANA

Socióloga com ênfase em ciência política. Mestre em Estudos Socioambientais (FLACSO-EQUADOR) e em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia (PDTSA-UNIFESSPA). Atualmente, doutoranda do programa em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA-UFPA). Suas linhas de pesquisa estão relacionadas com: políticas públicas de produção energética, com ênfase em hidroelétricas de grande porte; socioeconomia das comunidades atingidas por esses projetos;



conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e alternativas ao desenvolvimento.

E-mail: jessicasolorzano99@gmail.com.

JORGE AUGUSTO SANTOS DAS MERCÊS

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGA); doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA/UFGA). Integra o Grupo de Pesquisa Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas (SISA).

E-mail: jorge.a.s.merces@gmail.com.

JULIANA AZEVEDO HAMOY

Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFGA); Bacharela em Turismo pela UFGA. Docente na Faculdade Turismo (FACTUR/UFGA).

E-mail: julianahamoy@gmail.com.

LIGIA TEREZINHA LOPES SIMONIAN

Ph. D. em Antropologia com Pós-Doutorado pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY-USA). Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFGA). Atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA/UFGA) junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Pesquisa na Pan-Amazônia e publica no país e no exterior.

E-mail: simonianl@gmail.com.

LUIS EDUARDO ARAGÓN-VACA

Bolsista de Produtividade do CNPq desde 1986. Professor titular da Universidade Federal do Pará (UFGA). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Nacional da Colômbia (1970), mestrado e doutorado em Geografia da Michigan State University (1974 e 1978), pós-doutorado em estudos populacionais da Brown University (1984-1985) e em estudos latino-americanos da Universidade de Estocolmo (1992-1994). Foi Diretor do NAEA. Prof. bolsista do CNPQ.

E-mail: luis.ed.aragon@hotmail.com.

#### MAÍLA MACHADO COSTA

Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará(UFPA). Mestre em Gestão Pública também pelo NAEA/UFPA. Possui Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional pela UFPA e Especialização em Gestão e Educação Ambiental pela Universidade Salgado de Oliveira. Atua como técnica e pesquisadora no Campus da UFPA do Marajó - Breves, da UFPA.

E-mail:maila@ufpa.br.

#### MARCIA ELOISA LASMAR BIERI

Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará(UFPA 2015). Possui mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela UFPA (2004) e graduação em Pedagogia pela UFPA (2000). Tem experiência na área de educação intercultural, etnologia indígena na Amazônia, planejamento e gestão da educação pública.

E-mail: marcialasmar@hotmail.com.

#### MARIANA FARO FERREIRA

Designer (UEPA) e publicitária (UFPA), pós-graduada em gerenciamento de projetos (FGV). Atuou nos últimos cinco anos no planejamento e execução de comunicação para produtos e projetos desenvolvidos a partir da Amazônia, no setor privado e no terceiro setor. Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ (2015) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido UFPA (2019-2023).

E-mail:mxfaro@gmail.com.

#### MIRLEIDE CHAAR BAHIA

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). É Professora/Pesquisadora do PPGDSTU; Editora da Revista Novos Cadernos NAEA; Diretora-Adjunta do NAEA; Representante da UFPA na Rede OTIUM-Rede Iberoamericana de Pesquisa em Estudos do Ócio.

E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

#### NÍRVIA RAVENA

Graduada em Ciências Sociais (UFPA), mestre em Planejamento

do Desenvolvimento (UFPA), doutora em Ciência Política (IUPERJ). Professora Titular da UFPA com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA).

E-mail: niravena@uol.com.br.

ORIANA TRINDADE DE ALMEIDA

Doutora em Ciências Ambientais, pela University of London, UL, Inglaterra. Mestra em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. Graduação em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: orianaalmeida@gmail.com.

RAFAELA FURTADO DA CUNHA

Advogada. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU-NAEA-UFPA). Membro da Clínica de Direitos Humanos do Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA).

E-mail: rafaelacunha08@yahoo.com.br.

RAYSSA YUKI MURAKAMI LIMA

Engenheira Florestal (Universidade Federal Rural da Amazônia), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará), Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Pesquisa sobre florestas, política, economia e governança florestal.

E-mail: rayssa.yuki@gmail.com.

ROSIANE PINHEIRO RODRIGUES

Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará (2001), Mestra em Saúde, ambiente e sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2017), Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

E-mail:rosianep@ufpa.br.

#### SAINT-CLAIR TRINDADE JÚNIOR

Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES-NAES/UFGA, 1993). Doutorou-se em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo, onde também fez Pós-Doutorado em Geografia Regional (2016). Pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

E-mail: stclair-jr@hotmail.com.

#### SANDY LORENA COSTA MONTEIRO

É Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFGA). Engenheira da Computação pela UFGA (2018). Especialista em Gestão de Cidades e Sustentabilidade pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFGA).

E-mail: sandylorenacm@gmail.com.

#### SIMAIA MERCÊS

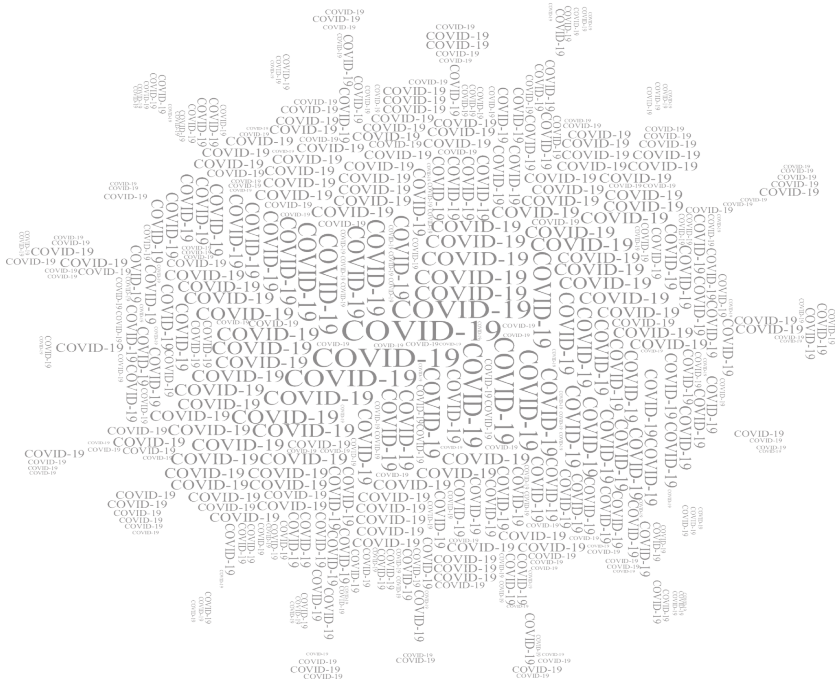
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU/USP). Professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFGA). Atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA).

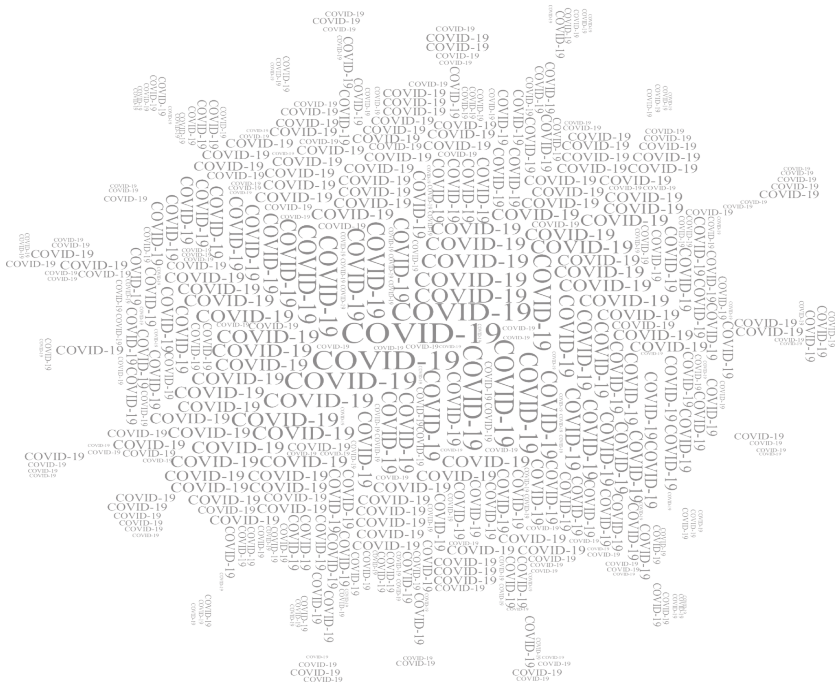
E-mail: smerces@ufpa.br.

#### VANESSA SILVA

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFGA). Foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM, NAEA/UFGA-CNPq). Especialização em Ensino da Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFGA) – Cursando.

E-mail: vanerasil@gmail.com.





Essa obra foi produzida  
no 1º semestre de 2024  
Fonte Source Sans Pro 12  
Série E-books



